

WILSON DE OLIVEIRA NETO
ORGANIZADOR

o Brasil no contexto da Segunda Guerra Mundial:

ESTUDOS CONTEMPORÂNEOS



ISBN 978-65-87142-09-8

Catálogo na fonte pela Biblioteca Universitária da Univille

B823 O Brasil no contexto da Segunda Guerra Mundial: estudos contemporâneos / Wilson de Oliveira Neto, organizador. – Joinville, SC : Editora Univille, 2020.

205 p.

1. Guerra Mundial, 1939-1945 - Brasil. 2. Guerra Mundial, 1939-1945 – Campanhas. 3. Guerra Mundial, 1939-1945 – Propaganda. 4. Brasil – História militar. I. Oliveira Neto, Wilson de (org.).

CDD 940.53

WILSON DE OLIVEIRA NETO
ORGANIZADOR

o Brasil no contexto da Segunda Guerra Mundial: ESTUDOS CONTEMPORÂNEOS



Joinville
2020


EDITORA
univille



EXPEDIENTE

FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DA
REGIÃO DE JOINVILLE – FURJ –
MANTENEDORA

ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR DA FURJ

Conselho de Administração
Presidente – Mariluci Neis Carelli

Conselho Curador
Presidente – Rafael Martignago

ÓRGÃOS EXECUTIVOS DA FURJ

Presidente
Alexandre Cidral

Vice-Presidente
Therezinha Maria Novais de Oliveira

Diretor Administrativo
José Kempner

Procuradora-Geral da Furj
Ana Carolina Amorim Buzzi

UNIVERSIDADE DA REGIÃO DE
JOINVILLE – UNIVILLE – MANTIDA

ÓRGÃO DELIBERATIVO SUPERIOR DA UNIVILLE

Conselho Universitário
Presidente – Alexandre Cidral

ÓRGÃO EXECUTIVO SUPERIOR DA UNIVILLE

Reitor
Alexandre Cidral

Vice-Reitora
Therezinha Maria Novais de Oliveira

Pró-Reitora de Ensino
Patrícia Esther Fendrich Magri

**Pró-Reitor de Pesquisa e
Pós-Graduação**
Paulo Henrique Condeixa de França

**Pró-Reitora de Extensão e Assuntos
Comunitários**
Yoná da Silva Dalonso

Pró-Reitor de Infraestrutura
Gean Cardoso de Medeiros

Diretor do Campus São Bento do Sul
Eduardo Silva

PARQUE DE INOVAÇÃO TECNOLÓGICA DE JOINVILLE E REGIÃO – INOVAPARQ – MANTIDA

Diretor Executivo
Marcelo Leandro de Borba



Produção editorial
Editora Univille

Coordenação geral
Andrea Lima dos Santos Schneider

Revisão
Viviane Rodrigues
Cristina Alcântara

Produção gráfica / diagramação
Marisa Kanzler Aguayo

Sumário

- Prefácio 7
Vagner Camilo Alves
- O impacto da *Blitzkrieg* no Exército brasileiro: reflexões sobre a doutrina francesa e alemã na revista *A Defesa Nacional* (1936-1944) 11
João Rafael G. de Souza Moraes
- O Nordeste brasileiro – 1940-1941 34
Andrea Helena Petry Rahmeier
- O OCIAA e a boa vizinhança nos Estados Unidos (1940-1945) 53
Aline Vanessa Locastre
- Hollywood e as guerras: a influência do cinema-propaganda da década de 1940 no século XXI 68
Ángelo Otavio Garcia Rechi
- A melhor homenagem aos mortos é amparar os vivos: os debates sobre a transladação dos mortos de Pistoia (1950-1960) 90
Adriane Piovezan
- O tema da Segunda Guerra Mundial no Museu Militar do CMS: da constituição do acervo à educação museal 114
Ianko Bett / Kelvin Emmanuel Pereira da Silva

■ O Museu do Expedicionário em Jaraguá do Sul, Santa Catarina: a memória e a história dos “pracinhas do Itapocu” (1996-1997) 145

Wilson de Oliveira Neto

■ ENTREVISTA 165

Dennison de Oliveira

■ ENTREVISTA 179

Francisco César Alves Ferraz

Prefácio

Vagner Camilo Alves¹

Há 75 anos terminava a Segunda Guerra Mundial, com a rendição da Alemanha, em maio, e do Japão, em agosto do mesmo ano. A despeito da distância temporal dessas datas, o conflito é ainda um marco no mundo contemporâneo. O ano de 1945 indica a ascensão dos Estados Unidos à condição de maior potência capitalista do sistema internacional, posição que o país desfruta até o momento, apesar do desafio chinês que se apresenta. Marca também o fim de um sistema internacional centrado na Europa, processo que se constituiu paulatinamente a partir do século XV da era cristã. A guerra, finalmente, ensejou a criação da Organização das Nações Unidas e de órgãos pluriestatais vinculados, cujo papel nas relações internacionais é destacado no mundo atual.

A Segunda Guerra Mundial foi também a última grande guerra lutada no sistema internacional. Mesmo estando distante no tempo, os cerca de 60 milhões de mortos causados diretamente pela guerra tornam o conflito o mais sangrento da história. Todas as grandes potências se envolveram na guerra e a esmagadora maioria dos Estados soberanos, mesmo os mais débeis, também. O número de combatentes mobilizados pelos Estados contendores é recorde na história mundial. Diferentemente da Primeira Grande Guerra, que viu ações militares quase que exclusivamente na Europa e no Atlântico Norte, a Segunda Guerra foi também verdadeiramente global. Combates acirrados ocorreram não só nos *fronts* tradicionais da Primeira Guerra, mas no Extremo Oriente Asiático, no Pacífico Central e no norte da África.

A América Latina foi, talvez, a área menos afetada pelo grande conflito. Ainda assim, submarinos do Eixo afundaram navios no litoral atlântico do México e do Brasil, e o risco de arremetidas militares

¹ Graduado em Direito e mestre em Relações Internacionais pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUCRJ), doutor em Ciência Política pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ). Professor associado do Instituto de Estudos Estratégicos da Universidade Federal Fluminense (Inest/UFF).

contra a região existia, especialmente nos primeiros anos da guerra. Caso se enfoquem aspectos de menor gravidade, como atividades de espionagem e propaganda, a região teve-as em abundância. Se a análise recair sobre impactos indiretos do conflito, como a mudança na pauta econômica dos países e o fortalecimento do sistema interamericano de relações estatais sob a hegemonia estadunidense, a guerra torna-se fundamental para entender a história dessa localidade. Em virtude disso, deve-se acentuar que o Brasil foi, provavelmente, o mais afetado país na região. Dezenas de navios mercantes brasileiros foram afundados por submarinos do Eixo e, desde agosto de 1942, o Brasil esteve formalmente em guerra com Alemanha e Itália. A participação do Exército e da Força Aérea nos campos de batalha da Itália, em 1944-45, é relativamente conhecida. Menos divulgada, mas igualmente importante, foi a ação da Marinha e da Força Aérea nas patrulhas antissubmarino e comboios no Atlântico Sul, a partir de 1942. O Brasil cedeu também seu território para operação das Forças Armadas dos Estados Unidos, ação que sanou problemas logísticos e facilitou a comunicação aérea e naval aliada. Essa foi, provavelmente, a mais importante contribuição nacional para a vitória aliada na guerra.

O livro que se segue a este prefácio é adição bem-vinda à crescente produção bibliográfica sobre o multifacetado tema do Brasil e a Segunda Guerra Mundial. Em sua primeira parte, os sete capítulos do livro apresentam textos de jovens pesquisadores oriundos do sistema nacional de pesquisa e pós-graduação. São escritos recortados de teses e dissertações defendidas neste século ou inspirados nelas. Os olhares são os mais variados.

João Rafael Morais e Andrea Rahmeier tratam de questões mais tradicionais na historiografia nacional, como relações políticas, diplomáticas e militares do Brasil no período. O primeiro investiga a reação dos militares brasileiros à *Blitzkrieg* por intermédio do exame de artigos na revista *A Defesa Nacional*, principal periódico da época a tratar de questões afetas à estratégia e à ciência militar de forma relativamente livre. A última volta sua análise para a construção/aparelhamento, pelos Estados Unidos, de bases aéreas no Brasil em 1940-41 e o concomitante afastamento do Eixo nas comunicações aéreas nacionais no mesmo período. A originalidade do texto está no olhar acerca do processo, baseado em fontes originais germânicas, de arquivos em Berlim e Freiburg.

Os cinco capítulos seguintes tratam de temas mais heterodoxos no que concerne ao olhar sobre o conflito. Aline Locastre e Ângelo Rechi têm a propaganda e a indústria cultural como recorte temático. Aline examina os instrumentos propagandísticos da Política de Boa Vizinhança direcionados à própria população norte-americana, com pesquisa em fontes depositadas em arquivos estadunidenses. Já Ângelo tem o cinema hollywoodiano como tema. Em seu texto, filmes sobre a Segunda Guerra Mundial são apresentados como excelentes instrumentos de propaganda do *American Way of Life* e da luta do bem contra o mal, o que explica a contínua produção cinematográfica sobre o tema até os dias de hoje. Os três últimos capítulos tratam da memória do conflito no Brasil. Adriane Piovezan escreve sobre o destino dos mortos na campanha da Itália e o papel do Monumento Nacional como tentativa de criar um altar da pátria, em detrimento de mausoléus regionais e do cemitério militar de Pistoia. Ianko Bett e Kelvin da Silva tratam da criação do Museu Militar do Comando Militar Sul e problematizam a elevada presença da Segunda Guerra Mundial em seu acervo e exposições. Finaliza essa parte do livro o capítulo escrito por Wilson de Oliveira Neto, tratando também de tema assemelhado. A instituição examinada, entretanto, não é museu institucional, mas casa memorialista criada em Jaraguá do Sul (SC), com aporte de ex-combatentes residentes na região.

A segunda parte da obra é constituída por duas entrevistas com colegas que são referência nos estudos acadêmicos sobre o Brasil na guerra: Dennison de Oliveira, professor da Universidade Federal do Paraná, e Francisco César Alves Ferraz, professor da Universidade Estadual de Londrina. Ambos trabalham com o assunto há décadas e têm extensa lista de orientações, participação em congressos e publicações sobre o tema. Nessas entrevistas, temos a possibilidade de saber de ambos sobre suas próprias histórias pessoais com o tema, seus caminhos iniciais de estudo e aprendizados, assim como suas escolhas teóricas e metodológicas. Trata-se de excelente oportunidade para conhecer um pouco a própria história do surgimento desse objeto de pesquisa no meio acadêmico brasileiro.

Inevitável também é cotejar os dois depoimentos, observando diferenças e semelhanças, estas últimas mais comuns. Entre elas destaco o preconceito no meio acadêmico que ambos sentiram e ainda sentem,

em menor grau, em virtude do rechaço existente a assuntos afetos à guerra e às questões militares. Ambos foram precursores e pagaram o tributo inerente a tal condição. Tanto Dennison quanto Francisco Ferraz concordam também sobre o aumento exponencial na produção acerca do tema nos últimos vinte anos, tanto em variedade como em quantidade. Humildemente, como parte da mesma geração de estudiosos sobre o Brasil e a Guerra, faço coro com os colegas. Este livro é a prova material disso.



O impacto da *Blitzkrieg* no Exército brasileiro: reflexões sobre a doutrina francesa e alemã na revista *A Defesa Nacional* (1936-1944)

João Rafael G. de Souza Morais¹

INTRODUÇÃO

A Segunda Guerra Mundial impactou o mundo em muitas dimensões diferentes: política, ideológica, econômica, social, militar, tecnológica, entre outras. Seus impactos no Brasil, que teve relação ativa com o conflito, foram também profundos. Neste capítulo, procura-se destacar a recepção, pelos militares brasileiros, das novidades em matéria de doutrina observadas nas operações do Exército alemão durante os primeiros anos do conflito e a consequente reflexão crítica sobre a doutrina francesa, emulada por duas décadas pelo Exército brasileiro e posta em xeque por muitos observadores da época após os eventos

¹ Doutorando em Ciência Política pelo Instituto de Estudos Sociais e Políticos (IESP) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), mestre em Estudos Estratégicos da Defesa e da Segurança pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos, da Defesa e da Segurança (PPGEST) da Universidade Federal Fluminense (UFF) e graduado em História pela UFF. *E-mail*: rafaelmorais16@gmail.com.

desencadeados em maio de 1940. A então apelidada *Blitzkrieg*² causou grande catarse nos meios militares em todo o mundo, principalmente após a queda da França, que àquela altura era a referência para muitos exércitos, inclusive o brasileiro.

Em 10 de maio de 1940, o Exército alemão avançou contra a França apostando em uma penetração pela Floresta das Ardenas, então considerada “impenetrável” pelo Marechal Pétain³. Nada menos do que sete divisões blindadas do exército de Hitler atacaram a retaguarda francesa em Sedan, tomando de surpresa tropas de segunda categoria empregadas naquele setor, enquanto as unidades de primeira linha do Exército francês estavam nos Países Baixos mordendo a isca do inteligente plano alemão: o ataque começou com uma investida pela Bélgica, à semelhança de 1914, para atrair as tropas aliadas para uma armadilha fatal. Hitler e Manstein, os autores da manobra, intuíram corretamente que os Aliados estariam predispostos a acreditar que os eventos se desenrolariam como na guerra anterior. O ataque nos Países Baixos foi, como depois franceses, belgas, holandeses e ingleses puderam amargamente constatar, apenas o que os militares denominam de “manobra de fixação”, para literalmente posicionar o inimigo no melhor lugar para ser golpeado e cercado.

A França caiu em seis semanas; os ingleses retiraram o que conseguiram pelo Canal da Mancha, dentre tropas e equipamentos, e levariam quatro anos até que pudessem pôr os pés novamente no continente europeu, somente após o desgaste do Exército alemão na Rússia somado à participação dos EUA no conflito.

A queda da França, país do qual o Brasil emulava sua doutrina militar desde 1922 (primeiro ano da Missão Militar Francesa – MMF), teve enorme impacto e causou apreensão e curiosidade entre

² A *Blitzkrieg* (“guerra relâmpago”) foi o apelido dado por observadores internacionais, partindo da imprensa britânica, à forma intensamente móvel e rápida com a qual as forças armadas alemãs – *Wehrmacht* – conduziram as operações nas fases iniciais da Segunda Guerra Mundial. Após a carnificina das trincheiras da guerra anterior (1914-1918), a velocidade e a aparente facilidade das vitórias alemãs, sobretudo aquela sobre a França, então considerada a maior potência militar do continente, causaram grande impacto, fomentando até mesmo mudanças de orientação da doutrina militar em diversos países à luz do que faziam os alemães pelos campos de batalha europeus.

³ Henri Philippe Benoni Omer Joseph Pétain (1856-1951) foi um general francês herói da Primeira Guerra, elevado a marechal da França e posteriormente, de 1940 a 1944, chefe de estado da França da República de Vichy, território da França não ocupado pelos alemães.

o meio militar brasileiro. Analisando documentos e artigos da revista *A Defesa Nacional*, durante período recortado antes e durante o conflito (1936-1944), será demonstrado aqui tal impacto e as reflexões críticas suscitadas por ele, que se deram em meio a um processo de transição da hegemonia da doutrina francesa para as primeiras penetrações da influência norte-americana.

DA HEGEMONIA DA INFLUÊNCIA FRANCESA AOS PRIMEIROS IMPACTOS DA GUERRA (1936-1941)

O Exército brasileiro foi instruído por uma missão francesa desde princípios da década de 1920. Tal fato acarretou significativa mudança na formação do corpo de oficiais, orientando a organização militar brasileira para rumos mais profissionais. Vale lembrar que esta já havia entrado em contato com o Exército alemão por meio do intercâmbio dos “jovens turcos”, experiência que pavimentou o terreno para o interesse da jovem oficialidade por mudanças na estrutura do corpo de oficiais, no sentido de padrões mais profissionais em substituição às velhas e caducas estruturas organizacionais anteriores.

Até o começo da Segunda Guerra Mundial, é rarefeita a produção de artigos sobre temas inovadores na revista *A Defesa Nacional* (publicação de grande relevo no meio militar brasileiro) referentes ao que de última geração em matéria de armas e doutrinas se estava produzindo e discutindo nos meios militares no exterior. A influência de exércitos que não o francês é praticamente ausente nesse período, marcado por um número significativo de traduções de periódicos das forças armadas francesas e muitos artigos originais (brasileiros) orientados pelos manuais franceses.

De um total de 231 artigos publicados pela revista em 1936, à guisa de exemplo, apenas três (1,29%) apresentavam alguma discussão relevante aos temas militares inovadores, como a motomecanização, que naquele momento se encontrava no centro de debates em diversos países. Nos poucos artigos destacados sobre tal tema, o problema aparece orientado pela perspectiva francesa do emprego do carro de combate, limitado ao apoio e proteção à infantaria. Vale lembrar que a essa altura as divisões *Panzer* já existiam havia um ano na Alemanha, francamente inspiradas em reflexões como as do livro de Charles De Gaulle (*Por um Exército profissional*, muito lido entre os alemães, mas

bastante ignorado na própria França), e já haviam realizado exercícios e manobras, observados por adidos militares de diversos países.

É de 1938 para 1939 que se nota um relevante aumento na quantidade de artigos sobre ações de carros de combate. Somados, esses dois anos produziram um total de 303 artigos, dos quais 26 (8,5%) têm alguma relação com temas inovadores, conforme demonstra a tabela 1.

Tabela 1 – *A Defesa Nacional*: comparação ano a ano (1936-1939)

Ano	1936	1937	1938	1939
Total de artigos	231	132	168	135
Artigos relevantes	3 (1,3%)	3 (2,27%)	7 (4,1%)	19 (14,1%)
Brasil	1 (33,3%)	1 (33,3%)	2 (28,6%)	6 (31,6%)
França	2 (66,6%)	2 (66,6%)	5 (71,4%)	8 (42,1%)
Alemanha	0	0	0	1 (5,2%)
EUA	0	0	0	0
Outros	0	0	0	4 (21%)

Fonte: Primária

Não obstante as análises serem qualitativamente limitadas pela influência francesa, de onde provém a maioria das traduções (quase 70%), em termos quantitativos o assunto começa a se destacar gradativamente.

Em outubro de 1939, segundo mês da Segunda Guerra Mundial e primeiro mês de *A Defesa Nacional* que poderia ter trazido alguma publicação sobre as operações alemãs, não há nenhum artigo sobre a guerra. De fato, o artigo mais relevante é sobre as batalhas de blindados na Espanha (uma tradução sem especificação quanto à sua origem, que faz menção a observações de alemães e franceses sobre o desempenho dos carros naquela guerra).

De fato, apenas em 1940 começam a aparecer os primeiros impactos da Segunda Guerra Mundial na publicação brasileira, e os números mostram uma ruptura com alguns padrões anteriores. É notável a queda da influência francesa nesse momento, embora ela não se encerre. A partir de então, surgem muitos artigos, publicados em sua maioria nos dois anos seguintes, sobre o emprego de blindados e sobre eventos ocorridos nos campos de batalha europeus, sobretudo nas

batalhas da França. Muitos desses artigos são traduções, primeiramente francesas (em 1940) e depois alemãs, de revistas da *Wehrmacht*⁴ (a partir de 1941). As traduções alemãs passam a crescer na proporção em que as francesas decaem, mas jamais alcançam número expressivo.

O fato, porém, é que em 1940 as reflexões ainda são inferiores, tanto em número quanto em qualidade, ao que se poderia deduzir. O número total de artigos em 1940 é de 170, dos quais apenas 16 (9,4%) são relevantes à Segunda Guerra ou a temas afinados com as transformações militares⁵. Destes, nada menos que 11 são traduções, sendo oito francesas (68,7% das traduções e 50% do total de artigos relevantes), uma alemã (9,1% das traduções e 6,2% dos artigos interessantes) e outras somam duas (18,2% das traduções e 12,5% dos artigos do recorte).

Os primeiros textos que tratam da campanha polonesa aparecem somente em junho de 1940, mês em que a França agonizava à beira da rendição. Tal fato não parece ser coincidência. Até esse momento não há nada digno de nota nas publicações dos meses anteriores. Ao que tudo indica, a campanha da França provocou imediata resposta da intelectualidade militar, diferentemente da campanha polonesa.

Como a batalha da França ainda estava em curso, aparecem artigos sobre a primeira *Blitzkrieg*, enviesados pela visão francesa.

Tabela 2 – *A Defesa Nacional*: comparação 1939-1940

Ano	1939	1940
Total de artigos	135	170
Artigos relevantes	19 (14%)	16 (9,4%)
Brasil	4 (21%)	5 (31,25%)
França	11 (57,8%)	8 (50%)
Alemanha	1 (5,2%)	1 (6,2%)
EUA	0	0
Outros	3 (15,8%)	2 (12,5%)

Fonte: Primária

⁴ Forças Armadas Alemãs.

⁵ Ver tabela 2.

Essas traduções ainda evidenciam a predileção dos militares brasileiros pela perspectiva francesa. Exemplo dessa assertiva é o fato de a única tradução alemã daquele ano ser um elogio à cavalaria, isso em um momento em que tal arma estava sendo duramente questionada. A reflexão produzida nesse ano crucial para a Segunda Guerra Mundial é ainda torpe, muito orientada pela doutrina francesa, e pouco original. Dada a rigidez da instituição militar, não se podem esperar mudanças radicais da noite para o dia. Somente após a derrota francesa a reflexão brasileira desperta para o fenômeno da *Blitzkrieg*, mas as primeiras publicações (sobre a campanha polonesa) são traduzidas da França e mostram-se ainda pobres quanto à reflexão sobre doutrinas, além de muito descritivas. Isso sinaliza, em parte, as razões do fracasso do Exército francês em maio de 1940.

O artigo “*Blitzkrieg*” (FIGUEIREDO, 1940b) é o primeiro texto mais conciso sobre o tema. Apesar de dar demasiada importância ao fator material – algo que foi comum nas primeiras interpretações daquelas batalhas –, o autor considera as vitórias alemãs, em primeiro lugar, um atestado de equívocos políticos e estratégicos cometidos pelas demais potências em face do rearmamento alemão.

A guerra relâmpago levada a efeito através da Polônia, Dinamarca, Noruega, Países Baixos e França, reduzindo à impotência, em menos de nove meses, oito países, alguns dos quais considerados potências militares de primeira grandeza, é a prova insofismável de que um pacifismo criminoso havia amarrado as mãos daquelas nações que não puderam enfrentar a arremetida fulminante do invasor.

Pelas notícias que agora chegam de França, trazidas pela imprensa, vemos que os chefes gauleses já admitem, como causa do colapso do seu exército, outrora tão glorioso, a falta de equipamento, a deficiência de efetivos e ausência de decisão (FIGUEIREDO, 1940b, p. 151).

O autor destaca o aspecto mais crucial da *Blitzkrieg*:

O segredo do êxito não estava na força que os germanos possuíam e sim na escolha do ponto de aplicação dessa força. É mister eleger um ponto

sem resistência ou de fraca resistência e aí aplicá-la violentamente, num *push* enérgico, de modo que uma cunha seja cravada bem a fundo no âmago do dispositivo inimigo. Depois... é só alargar a brecha produzida, transtornando toda a defesa adversa (FIGUEIREDO, 1940b, p. 154).

Apesar desse artigo, o ano de 1940 não apresenta crescimento dos artigos a respeito de inovações. Fica claro que o choque daquele episódio não foi tão forte quanto poderia ter sido. O caso é que, embora tenha sido de fato superestimada antes da guerra (considerada a 5.^a potência militar do mundo), a força de combate polonesa foi subestimada após sua acachapante derrota com base em simples visão retrospectiva, esse grande inimigo do historiador e do cientista social em geral. O sucesso alemão foi tão surpreendente (não pela vitória, mas pela forma como esta se deu) que a única razão possível para os observadores mais conservadores da época seria a então suposta debilidade do Exército polonês para além do que se presumira antes da guerra. Esse raciocínio pragmático facilitou a aceitação daquela vitória alemã por esses observadores, muitos deles franceses, esterilizando o campo para melhores análises e possíveis conclusões.

A partir de 1941 as reflexões a respeito das *Blitzkriegs*⁶ atingem o amadurecimento, depois de decorridos mais de dois anos de guerra. É nesse ano que a produção brasileira atinge o seu pico, ultrapassando de longe o número de traduções. A maioria dos textos traz apreciações descritivas sobre as vitórias alemãs, ressaltando o emprego dos blindados. A derrota da França é apresentada em muitos como consequência de material inferior (em quantidade e em qualidade) ao alemão. A produção desse momento reflete o conflito entre os eventos no campo de batalha, que depõem contra a doutrina francesa, e a rigidez do meio militar brasileiro, preocupado em salvar tal doutrina do completo fracasso. De qualquer forma, alguns artigos se destacam desse apanhado por terem elucubrações mais perspicazes em relação aos métodos de combate alemães.

⁶ Apesar de o Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa (2004) trazer o plural de *Blitzkrieg* de acordo com a grafia alemã (*Blitzkriegen*), tal palavra não surgiu, e nunca foi, um termo técnico empregado pelos alemães para rotular seu operacional: foi um apelido dado pela imprensa inglesa no começo da Segunda Guerra Mundial. Trata-se, portanto, de um neologismo cunhado por ingleses, e o plural *Blitzkriegs* é muito habitual na literatura sobre o tema, aparecendo com essa grafia em obras no inglês e em várias outras línguas.

O ano de 1941 marca, ainda, o começo da guerra entre Alemanha e Rússia, palco das maiores *Blitzkriegs* (e batalhas) da história. Essas batalhas levariam à produção de grande quantidade de artigos no meio militar, muitos também em *A Defesa Nacional* – a maioria, traduções norte-americanas que aparecem do ano de 1942 em diante, já no bojo da aliança militar Brasil-EUA.

Além disso, os artigos de 1941 apresentam um aumento considerável (em termos percentuais) de traduções de periódicos militares alemães. As operações alemãs são observadas com enfoque especial no emprego do carro de combate, e as vitórias dos exércitos mecanizados aparecem como razão do sucesso, sendo abordadas como obra de grande genialidade militar perante a apatia que reinava nas doutrinas das demais potências sobre as possibilidades de emprego dessa arma.

Entre os 72 artigos destacados da produção total daquele ano, 14 (19%) são traduções, uma queda significativa na emulação de reflexões estrangeiras. Destas, apenas duas (14% do total) são francesas. Há seis (42,8%) traduções diretas de periódicos alemães, número seis vezes maior que o do ano anterior, totalizando quase a metade de toda a emulação naquele ano. Começam a surgir artigos norte-americanos, dois deles sobre operações alemãs na França, com enfoque nas divisões blindadas: “A ação da 1.^a Divisão Panzer no começo de maio de 1940” e “A ruptura de Sedan”. Essas duas traduções somam 14% das traduções em 1941, número que crescerá exponencialmente nos anos seguintes.

Tabela 3 – *A Defesa Nacional*: comparação ano a ano – 1941-1944

Ano	1941	1942	1943	1944
Artigos totais	242	192	176	213
Artigos relevantes	72 (29,7%)	49 (25,5%)	61 (34,6%)	77 (36,1%)
Brasil	58 (80,5%)	22 (44,9%)	10 (16,4%)	29 (37,6%)
França	2 (2,7%)	2 (4,1%)	2 (3,3%)	4 (13,7%)
Alemanha	6 (8,3%)	4 (8,1%)	2 (3,3%)	0
EUA	2 (2,7%)	19 (38,7%)	41 (67,2%)	40 (51,9%)
Outros	4 (5,5%)	2 (4,1%)	6 (9,8%)	4 (13,7%)

Fonte: Primária

1942-1944: A DOUTRINA FRANCESA EM DEBATE E A CRESCENTE INFLUÊNCIA NORTE-AMERICANA

Esse período apresenta uma crescente quantidade de artigos traduzidos dos periódicos militares norte-americanos. O Exército brasileiro começa a alinhar-se às doutrinas norte-americanas, que, por sua vez, estão em fase de transformação e aprendizado com a Segunda Guerra. Uma parte considerável desses artigos revela emulação das doutrinas e métodos alemães por parte dos norte-americanos.

Há também uma emergência de trabalhos em defesa da doutrina francesa, negando rupturas entre os manuais anteriores à guerra e à *Blitzkrieg*. Tais trabalhos primam pela tentativa de desmentir a vocação defensiva da doutrina francesa e justificam os êxitos alemães pelo excelente treinamento das tropas e superioridade em equipamentos.

No artigo “As novidades da guerra atual” (VASCONCELOS, 1942), o autor cita as *Blitzkriegs* como exemplos de comando e controle e afirma não haver novidades profundas na “arte da guerra”, embora opine sobre a novidade trazida pela *Blitzkrieg* quanto à combinação de armas: “Só a ação combinada e em íntima ligação das armas ou meios de combate é capaz de produzir efeitos rápidos e duradouros no cumprimento de uma missão tática empreendida” (VASCONCELOS, 1942, p. 113). Porém, segundo ele, os princípios consagrados nos regulamentos de antes da guerra de 1939 estariam corroborados pela doutrina alemã, e não superados por ela, sancionados com a prática do campo de batalha.

Diferentemente dos artigos mais filiados à doutrina francesa, “Princípios que regem as operações alemãs” (1942, p. 9-23) traz, de início, uma forte crítica às análises então em evidência sobre o Exército alemão fundamentada em argumentos diferentes. O texto, publicado originalmente no *Command and General Staff School Military Review*, é de autoria de um oficial do Exército dos Estados Unidos que serviu (segundo o próprio autor) mais tempo no Exército alemão do que qualquer outro oficial aliado. O autor também destaca a combinação de armas:

O regulamento de campanha alemão diz: “rápidos movimentos exigem um precoce emprego de todas as armas de apoio. O chefe que permite suas tropas tomarem contato sem um imediato apoio de fogo comete um grave erro”.

Desde 1934 o Estado-Maior alemão vem fazendo experiências que visam estudar o emprego de diferentes grupamentos táticos nas diversas situações que se pode apresentar em combate. Esses grupamentos são obtidos pela combinação de uma ou mais unidades das diversas armas que são necessárias em cada situação particular. Esses grupamentos apresentam uma quase uniforme composição, mas não a mesma proporção dos diversos elementos componentes. [...] A percentagem de cada arma é determinada pela situação particular. Todas as informações provenientes das últimas campanhas na Grécia e na Líbia indicam que esses grupamentos foram reduzidos até chegarem ao valor de um regimento. Três desses grupamentos, apoiados pela artilharia, aviões de mergulho e outros meios, são empregados como uma divisão (PRINCÍPIOS..., 1942, p. 12-13).

Por último, o autor reafirma que todo treinamento tático alemão é baseado na ofensiva: “Quando uma situação tática não é clara, o estudante aprende que deve atacar para esclarecê-la. É função do Estado Maior coordenar rapidamente as ações resultantes e dar unidade ao esforço determinado” (PRINCÍPIOS..., 1942). E continua:

A teoria, tanto em tática como em estratégia, é malvista na Escola de Guerra Alemã. É considerada como própria para amadores e perigosa. Eles usam o sistema do caso concreto, isto é, cada determinada situação deve ser estabelecida e resolvida. A instrução tática é dada quase inteiramente por meio de exercícios livres na carta e no terreno. Nenhuma organização fixa para a divisão é usada nessa instrução. A organização da divisão é continuamente modificada, fazendo-se variar a combinação das armas.

Na *Kriegsakademie*⁷ os exercícios táticos, tanto na carta como no terreno, são conduzidos de modo a opor o oficial que comanda e seu estado maior; seja ao instrutor; seja a um outro grupo de alunos. Exigem-se decisões e ordens verbais imediatas. São dadas muito poucas informações sobre o inimigo. O movimento

⁷ Academia de Guerra alemã.

não é restringido por processos de verificação (*control*). Somente fatores de tempo, espaço, terreno, potência de fogo e mobilidade influem sobre o movimento. A coordenação do esforço é assegurada pelo estado maior, durante o movimento, e não é regulada por planos elaborados antes do movimento. Em toda instrução tática os alemães usam o sistema de exercitar o indivíduo nas funções do posto imediatamente superior (PRINCÍPIOS..., 1942, p. 14).

Uma vez mais, pontua-se o grande diferencial do treinamento alemão, coerente com uma doutrina francamente engajada no ataque e na garantia do aproveitamento máximo do êxito.

O então major Olympio Mourão Filho também escreveu a respeito. Quando a França foi invadida, segundo o autor, os especialistas militares desenvolveram hipóteses diversas para explicar a derrota do cultuado Exército francês. O artigo aqui analisado toma partido pela seguinte hipótese, desmembrada em 4 partes:

1. A superioridade material alemã em carros de combate, embora não fosse da ordem que muitos asseveraram, era sim um fato;
2. A organização defensiva francesa se dava em moldes *clássicos*, remanescentes de 1918, e não tinha os requisitos básicos para deter as formações mecanizadas alemãs, “que, na maioria dos casos, abriram por si mesmas as brechas por onde se precipitaram, embora em certas partes da frente tivesse havido necessidade de abertura prévia de passagem”;
3. O Exército alemão, detendo a iniciativa, impossibilitou aos franceses lançarem suas unidades couraçadas em condições de testarem suas doutrinas de emprego de carros de combate;
4. A experiência da Linha *Weygand*, primeiro esboço de defensiva moderna praticada pelos franceses, falhou por falta de material e tempo suficientes para obter a profundidade necessária para arrefecer os ataques blindados alemães (MOURÃO FILHO, 1942).

No mínimo se pode concluir que, a despeito da hipótese central do artigo, as doutrinas defensivas francesas estavam obsoletas e ofereceram oportunidade única aos alemães. Além disso, deve-se colocar também que os estrategistas franceses foram incapazes de conceber a estratégia alemã, principalmente a manobra pelas Ardenas, e prepararam estratégias de defesa francamente inspiradas na guerra anterior.

Dando prosseguimento ao debate sobre doutrina, em setembro de 1942, momento em que unidades mecanizadas alemãs marchavam para Stalingrado, aparece um artigo do major Ivano Gomes, em defesa da doutrina francesa. O breve texto faz delineações gerais sobre o conceito de doutrina, associando-o às características geopolíticas de cada nação. Nessa contextualização, a postura mais cautelosa da doutrina francesa seria explicada pela pequena parcela de recursos destinados às forças armadas daquele país, quando em comparação com a Alemanha, por exemplo. Ele afirma que o emprego de uma doutrina é determinado por múltiplos fatores, como terreno, clima e circunstâncias diversas.

Não fosse assim, uma Doutrina de Guerra acabaria por se assemelhar a um livreco de regrinhas de gramática. Nós militares nada teríamos a fazer que nos despirmos da nossa personalidade e do nosso poder de raciocínio e adquiri-lo nas livrarias (GOMES, 1942, p. 45).

Sobre a obsolescência ou não da doutrina francesa, o trabalho afiança:

Tem se discutido, com certa frequência, a revisão da nossa Doutrina de Guerra. Parece que ainda não temos uma “doutrina”; a francesa, que adotamos, ainda não foi completamente adaptada aos nossos prováveis teatros de operações, às nossas possibilidades industriais, às nossas estradas, às nossas possibilidades econômicas, etc. Na América do Sul, ainda, por muitos anos, não se poderá pensar em “guerra relâmpago” e em “paraquedistas”; teremos sim, e tão somente, a “guerra de movimento”, aquela praticada na Europa durante o período 1914-18 (GOMES, 1942, p. 45).

Temos em conta, a essa altura, que há uma tendência maior em defesa da doutrina francesa do que contrária a ela. A influência da guerra e das inovações da batalha é nítida e crescente, e começam a surgir artigos mais enfáticos e posicionados, menos descritivos e mais maduros, após o desenrolar da guerra em direção oposta à dos primeiros anos.

Entre 1943-1944, observa-se um ligeiro aumento na produção sobre a Segunda Guerra e a *Blitzkrieg*, a maioria sob a influência norte-americana⁸. Nesses anos finais, pois, observa-se a consolidação da produção norte-americana, atingindo a marca de metade das publicações sobre a Segunda Guerra Mundial e temas correlatos às inovações levadas aos campos de batalha desse conflito. É importante destacar que a produção nacional também se estabiliza em altos níveis em comparação com o padrão anterior à guerra. No entanto observamos uma queda brusca em relação a 1941, quando ela atingiu a casa dos 80%. Ademais, enquanto alguns textos se esforçam para criticar a doutrina francesa, outros se empenham em defendê-la, ocasionando intensa arena de reflexões bastante originais, tendo como perspectiva a situação do Exército brasileiro enquanto “discípulo” dos franceses.

Em “A doutrina de guerra francesa e a campanha de 1940” (HERRERA, 1944), a doutrina francesa é duramente criticada e é posta em descrédito após a derrota em 1940. O artigo é enfático como poucos ao tomar posição a favor dos métodos alemães como superiores e em apontar as diferenças inerentes às doutrinas (francesa e alemã) como a causa primeira daquele resultado tão fatídico para os franceses. O capitão Heitor A. Herrera aponta a necessidade de uma revisão crítica da doutrina francesa por parte do Estado Maior do Exército brasileiro. Segundo o artigo, apesar de qualquer relevância que a superioridade material possa ter tido naquela batalha, há razões “intelectuais” de sobra para o desfecho daquela campanha.

[...] se os franceses possuíssem a superioridade material, as suas ideias antiquadas impedi-los-iam de alcançar qualquer êxito. Toda a gente pode ver que eles não alcançariam Berlim tão depressa como os alemães alcançaram Paris (MIKSCHÉ *apud* HERRERA, 1944, p. 82).

⁸ Ver tabela 3.

Conforme a perspectiva de Herrera, observamos que os métodos e engajamentos aplicados nas batalhas velozes da Segunda Guerra correspondem a nada mais que os velhos métodos dos quais Napoleão fora mestre, à frente do Exército francês 120 anos antes. Porém a acomodação da doutrina francesa diante dos novos armamentos e dos novos meios de combate, sobretudo o blindado e o avião – cuja combinação expandiu os horizontes da batalha em todos os níveis –, acabou por oferecer ao principal inimigo da França inestimável vantagem em 1940. E tal vantagem, pontua o autor, era menos material do que muitas análises atestaram. Era, sobretudo, de concepção.

[...] a leitura atenta dos regulamentos e tratadistas franceses deixa perceber uma certa tibieza na aplicação dos princípios, uma prudência não raro exagerada nas prescrições regulamentares e até mesmo um certo conformismo (HERRERA, 1944, p. 83).

Examinando um manual francês, o autor expõe a pouca agressividade na secção dos regulamentos sobre as missões da infantaria:

- reconhecer detalhadamente o terreno;
 - interceptar qualquer comunicação entre a zona de progressão e o inimigo;
 - constituir, no momento asado [*sic*], uma frente defensiva, ao abrigo da qual o chefe disporá livremente do grosso de suas forças;
 - identificar as zonas gaseadas ou infectadas;
 - desembaraçar e reparar sumariamente as estradas.
- Falta aí [...] a missão precípua de uma vanguarda animada de intenção verdadeiramente ofensiva: repelir o inimigo (HERRERA, 1944, p. 84).

Portanto, residiria na própria concepção estratégica francesa (extremamente preocupada com a defesa) o cerne do problema de sua derrota para os alemães:

A superioridade material do inimigo provável gerou a preocupação de aparar os golpes, ao invés de desferi-los; criou a mentalidade da procura sistemática dos obstáculos, para manter-lhes a posse, tirar partido deles, como tentou, inútil e desesperadamente,

aquele infeliz IX Exército do General Corap, em maio de 1940, na linha do Mosa, enquanto os “panzer” rolavam através das Ardenas, num fragor de avalanches. *Os reflexos da guerra de 14-18*.

[...] É muito provável que, como querem alguns, a forma geral da guerra de 14-18 tenha deixado, no espírito dos combatentes, reflexos falsos (HERRERA, 1944, p. 85).

O autor passa, então, a demonstrar como as formas de combate aplicadas pelos franceses em face da invasão alemã de 1940 se assemelhavam às utilizadas na Grande Guerra. Tais métodos se concentravam, basicamente, na reunião de meios para a realização de ataques frontais, partindo de bases fixas. Esses ataques estariam predeterminados quanto à profundidade do avanço, que deveria corresponder à metade da frente atacada. Essa regra, estipulada para as formas de combate típicas de 1914-1918, reportava-se à prudência exigida em meio às dificuldades em obter velocidade na ofensiva e apoio profundo de artilharia, problema resolvido pela conjugação das armas (tradicionais e novas) na *Blitzkrieg*.

Amarrado, assim, a uma base parada, expondo flancos que se tornavam, com a progressão, cada vez mais extensos – o ataque partiria com um limite fixado a priori. Mas os tempos mudaram e a velocidade voltou a imperar, como na época da epopéia napoleônica. Era necessário, pois, que o fogo continuasse, com a mesma intensidade, a apoiar e proteger o escalão de ataque. E o canhão e a metralhadora passaram a rolar, então, dentro dos próprios engenhos blindados, confirmando, agora integralmente, o velho aforismo: “o ataque é o fogo que avança” (HERRERA, 1944, p. 87).

Herrera conclui, pois, que a resistência de muitos em criticar e revisar a doutrina francesa está relacionada a um apego emocional, correspondente à idolatria e à conservação do que sempre se entendeu como vitorioso, de tal ordem que escapa para estes o exame dos fatos.

Antigos e constantes admiradores da França eterna, do fulgor de seus gênios e do clarão de epopéia de

seu passado; familiarizados com a elegância e clareza de seu espírito, que iluminou o mundo durante séculos; estudiosos de suas obras, que nos orientaram e esclareceram; discípulos de sua doutrina de guerra, que nos veio através da palavra de seus militares mais ilustres – todos nós assistimos, estarrecidos, à queda do ídolo. Na confusão da hecatombe, ofuscados pelo esplendor, pela potência [...] do adversário, uma onda de descrença nos invadiu: todo um sistema laboriosamente arquitetado ruía num fragor de arcabouço solapado.

Passada, porém, a estupefação das primeiras notícias e estudados, com vagar, os elementos que nortearam o emprego da formidável máquina nazista – foi-se acentuando a convicção de que tudo se resumiria na aplicação metódica, com meios poderosos, dos velhos princípios que o gênio napoleônico codificara, há mais de um século, nos campos de batalha de toda a Europa (HERRERA, 1944, p. 89).

Esse artigo suscitou, no mínimo, algum impacto, uma vez que a doutrina francesa era cara à maioria dos oficiais brasileiros. Isso explica a demora na reflexão sobre as *Blitzkriegs*, bem como o porquê do momento em que elas começaram a emergir – junho de 1940. Logo, é de supor que a posição defendida por Herrera tenha causado grande polêmica. Não à toa, seu artigo mereceu uma resposta enfática, apenas dois meses depois. “Doutrina de guerra e processos de ação” (MAGALHÃES, 1944a) assume a defesa da doutrina francesa, então posta no banco dos réus pelo Capitão Herrera. Apresentado como “carta aberta ao Cap. Heitor A. Herrera, pelo Cel. J. B. Magalhães”, ataca duramente o artigo analisado anteriormente.

Seu artigo versa sobre doutrina de guerra. É útil e bem estudado. Parece-me, no entanto, incompleto, mesmo considerado o quadro limitado em que o traçou. Faliu a doutrina de guerra francesa, conforme as citações que faz, nos embates de 1940? Sim e não. [...]

O que ocorreu em 1940 na França tem sucedido e sucederá em todas as guerras em que entram em jogo elementos novos, ainda não bem experimentados nos campos de batalha. Aliás, o começo de uma guerra

qualquer, mormente quando sucede a um longo período de paz, é sempre diferente das concepções do tempo de paz, pois então, não se podem bem julgar as reações do inimigo. *Um plano de campanha* ou de manobra *serve apenas para iniciá-la*. Depois, é o trabalho constante de readaptação às circunstâncias. Nesses planos só há uma coisa fixa, o resultado que se *quer obter*, o objetivo que se quer conquistar ou defender.

[...]

Qual é o acoimado erro da *Doutrina francesa*? Um único, não ter dado preponderância aos materiais novos. Mas há nisto *erro* ou *insuficiência*?

Qual seria o seu defeito? No meu modo de ver, não está no acerto dos conceitos que emite; nem mesmo talvez na forma porque os exprime. Está em *ter teimado* em considerar caso mais corrente o que era já, na Europa, esporádico ou secundário e ter deixado em segundo plano o que de fato se verificou ser a regra.

Era certa a *Doutrina alemã* que tudo baseou na guerra panzer e que deu preponderância constante aos métodos panzer?

Os acontecimentos da Rússia provam em contrário, como em contrário provam os acontecimentos posteriores desta guerra, mesmo somente considerado o teatro europeu (MAGALHÃES, 1944a, p. 11).

Em seguida, Magalhães afirma que os processos franceses para tomada de contato, entre outras especificações dos manuais de guerra do Exército francês, ainda seriam válidos, pois não teriam tido a chance de provar seu valor, por conta de falhas de aplicação.

O artigo segue, então, atacando a correlação desenhada por Herrera sobre os métodos franceses de 1940 e aqueles de 1914-1918, objetando, por exemplo, que a regra da relação entre a largura da frente e a profundidade do ataque só pode ser infringida se o atacante dispuser de grandes reservas, capazes de impedir o fechamento da brecha no pé da ponta de lança – o que, naturalmente, significaria o isolamento e provável cerco das tropas empenhadas na vanguarda do ataque. Por isso, assevera ele, “o ataque, mesmo motomecanizado, tem que parar de quando em vez” (MAGALHÃES, 1944b, p. 13). O tom da crítica intensifica-se:

Nós o felicitamos sinceramente por seu artigo, mas sentimos nele haver em seu espírito de jovem um gosto particular, e *muito natural*, pelo que é novo, com um certo deleite em repudiar o que é velho. Nós que somos velhos, preferimos tomar por base as coisas já estabelecidas e procurar ver nos fatos novos em que é que elas são modificadas. E não procedemos assim por caturrice nem porque o reumatismo – que graças a Deus o não temos – nos aperreie o ânimo. É por isto que afeito a *Doutrina francesa*, por formação e convicção, não pudemos deixar de lhe escrever estas linhas. *Que é a Doutrina francesa de guerra?* Ter um método de raciocínio, capaz de analisar os fatores de uma situação *qualquer de guerra – missão* (o que se quer fazer); *terreno* (onde se tem de fazer o que se quer); o *inimigo* (o que se nos pode opor); e *meios* (o com que contamos para realizar o que queremos), é o que há de essencial. O resto é questão de interpretação e de arte, o que depende da capacidade de julgamento dos homens e de suas *aptidões naturais judiciosamente cultivadas pela meditação e pelo exercício* (MAGALHÃES, 1944b, p. 14-15. Grifos do autor).

Esse debate franco dá pistas sobre o estado da reflexão militar brasileira naquele momento.

No entanto, com o desenrolar do conflito, as reflexões vão dando ênfase aos métodos de defesa em profundidade russos – o antídoto da *Blitzkrieg*. Se, num primeiro momento, houve estupefação pelas vitórias alemãs, depois de decorridos alguns anos da campanha da Rússia o tom era de atenuação das outrora impactantes *Blitzkriegs*, a partir da influência dos desastres alemães do final de 1942 e meados de 1943, que começaram a fazer daquela frente de batalha o cemitério da *Wehrmacht*⁹. Vitórias russas como Stalingrado, Kursk e muitas outras causaram grande impacto nas reflexões do período. Cumpre notar que aos militares brasileiros era cômoda qualquer constatação que diminuísse o significado da *Blitzkrieg*, cujo sucesso parecia questionar duramente as qualidades de uma doutrina emulada durante duas décadas.

⁹ Três quartos das forças armadas alemãs seriam enterrados ali, entre homens e máquinas, computando ao *front* oriental a arena decisiva da guerra na Europa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As reflexões dos militares brasileiros sobre a *Blitzkrieg* revelaram, pois, grande dependência militar para com a França, bem como a predisposição em buscar no exterior a emulação de doutrinas militares. Em justiça ao edifício militar do Brasil, devemos dizer também que a dependência política marcante na história de nosso país e as circunstâncias políticas e econômicas da época não contribuíam para nenhum grau de autonomia militar. Em diversos textos o problema da carência de parque industrial e da dependência de material é abordado, o que serve de fundamentação até mesmo na defesa pela cavalaria montada em detrimento da motomecanização.

A *Blitzkrieg* teve grande impacto no meio militar brasileiro, suscitando relevante produção intelectual e interesse pelas inovações, apesar das dificuldades do país em transpor as barreiras da teoria à prática. Nota-se que, se há alguma tendência predominante nas reflexões brasileiras, ela é de cunho mais conservador que inovador e que a maioria dos artigos orientados por perspectivas mais modernas, a partir de 1942, foi oriunda das forças armadas norte-americanas.

Não obstante, há discussões relevantes sobre os problemas trazidos pela guerra em relação às condições do exército e sua estreita ligação com as circunstâncias geopolíticas nacionais. Essas discussões revelam muito do que era nosso exército naquele momento; muito do que a Segunda Guerra Mundial representou para a instituição militar brasileira; e, por fim, muito do que o maior conflito da história da humanidade nos deixou de legado para pensarmos nossos problemas militares à luz de nossas deficiências e problemas históricos, e também à luz das necessidades da arena militar internacional, que impõe demandas implacáveis aos países periféricos.

REFERÊNCIAS

Livros e artigos

ALVES, Vágner Camilo. **O Brasil e a Segunda Guerra Mundial: história de um envolvimento forçado**. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2002.

CARTIER, Raymond. **A Segunda Guerra Mundial**. Rio de Janeiro: Editora Larousse do Brasil – Paris Match, 1967.

CARVALHO, José Murilo de. **Forças Armadas e política no Brasil**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

CITINO, Roberto M. **Blitzkrieg to Desert Storm: The Evolution of Operational Warfare**. Lawrence, Kansas: University Press of Kansas, 2004.

DICIONÁRIO Houaiss da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Objetiva, 2004.

DOMINGOS NETO, Manuel. Gamelin, o modernizador do Exército. **Tensões Mundiais**, Fortaleza, v. 3, n. 4, jan./jun. 2007.

GIBELLI, Nicolas J. **A Segunda Guerra Mundial**. Rio de Janeiro: Editora Codex, 1966.

GUDERIAN, Heinz. **Achtung Panzer!** Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2009.

LOURO, João Marcos Macedo. **“O cavalo ou o motor”**: análise do processo de motomecanização no Exército brasileiro (1921-1942). Dissertação (Mestrado em Estudos Estratégicos) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2011.

MAGALHÃES, João Batista. **A evolução militar do Brasil**. Rio de Janeiro: Bibliex, 1998.

MCCANN, Frank D. **Aliança Brasil-Estados Unidos, 1937/1945**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1995.

MCCANN, Frank D. **Soldados da Pátria**: história do Exército brasileiro (1889-1937). Rio de Janeiro: Companhia das Letras; Biblioteca do Exército Editora, 2009.

O impacto da *Blitzkrieg* no Exército brasileiro: reflexões sobre a doutrina francesa e alemã na revista *A Defesa Nacional* (1936-1944)

MIRANDA, Jaguarê Saraiva. **A ECEME no contexto histórico de 1905 a 1920**: ideias, valores, relacionamentos, com a sociedade, eventos políticos, sociais, econômicos e militares. Rio de Janeiro: ECEME, 2002.

MORAIS, João Rafael Gualberto de Souza. **A intelectualidade militar brasileira e sua reflexão sobre a *Blitzkrieg* n'A Defesa Nacional**. Dissertação (Mestrado em Estudos Estratégicos) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2014.

MOURA, Gerson. **Autonomia na dependência**: a política externa brasileira de 1935 a 1942. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

WILLIAMS, John. **França-1940, a catástrofe**. Rio de Janeiro: Editora Renes, 1974.

Fontes primárias

A AÇÃO da 1.^a *Panzer Division* no começo de maio de 1940. Tradução de Durval de Magalhães Coelho. **A Defesa Nacional**, ano XXVIII, n. 330, nov. 1941. Publicado originalmente em **Infantry Journal**, p. 73-94 – autor anônimo.

A NECESSIDADE da cavalaria. Tradução de João Facó. **A Defesa Nacional**, dez. 1943. Publicado originalmente em **The Cavalry Journal**, ano XXX, n. 355, p. 47-52 – autor anônimo.

A RUPTURA de Sedan. Tradução de Durval de Magalhães Coelho. **A Defesa Nacional**, ano XXVIII, n. 327, p. 131-150, ago. 1941. Publicado originalmente em **The Tank**.

AS GRANDES unidades mecanizadas na Polônia. Tradução de Malvino Reis Neto. **A Defesa Nacional**, ano XXVII, n. 313, p. 34-38, jun. 1940. Publicado originalmente em **Revue de Questions de Defense Nationale**.

ATAQUES a cavalo. Tradução de Bertoldo Klinger. **A Defesa Nacional**, ano XXVII, n. 313, jun. 1940. Publicado originalmente em **Die Wehrmacht**, Berlim, ano IV, n. 6, p. 31-34, 1.º mar. 1940 – autor anônimo.

FIGUEIREDO, Lima. A artilharia de DCA. **A Defesa Nacional**, nov. 1940a.

FIGUEIREDO, Lima. *Blitzkrieg*. **A Defesa Nacional**, out. 1940b.

GOMES, Ivano. Revisão da Doutrina de Guerra. **A Defesa Nacional**, set. 1942.

GUDERIAN. Unidades blindadas no caminho da vitória. Tradução de Henrique B. T. Lott. **A Defesa Nacional**, ano XXIX, n. 332, p. 17-22, jan. 1942.

HERRERA, Heitor A. A doutrina de guerra francesa e a campanha de 1940. **A Defesa Nacional**, ago. 1944.

MAGALHÃES, J. B. A D. I. germânica (tradução). **A Defesa Nacional**, dez. 1942a.

MAGALHÃES, J. B. Doutrina de guerra e processos de ação. **A Defesa Nacional**, out. 1944a.

MAGALHÃES, J. B. O segundo turno na Rússia. **A Defesa Nacional**, out. 1942b.

MAGALHÃES, J. B. Os reajustamentos da doutrina. **A Defesa Nacional**, jan. 1944b.

MAGALHÃES, J. B. Os reajustamentos da doutrina. **A Defesa Nacional**, fev. 1944c.

O impacto da *Blitzkrieg* no Exército brasileiro: reflexões sobre a doutrina francesa e alemã na revista *A Defesa Nacional* (1936-1944)

MAINE, Coronel. A ofensiva e a defensiva com engenhos blindados. Tradução de Armando Pereira de Vasconcelos. **A Defesa Nacional**, ano XXV, n. 295, p. 41-56, dez. 1938. Publicado originalmente em **Revue Militaire General**, n. 2, 1937.

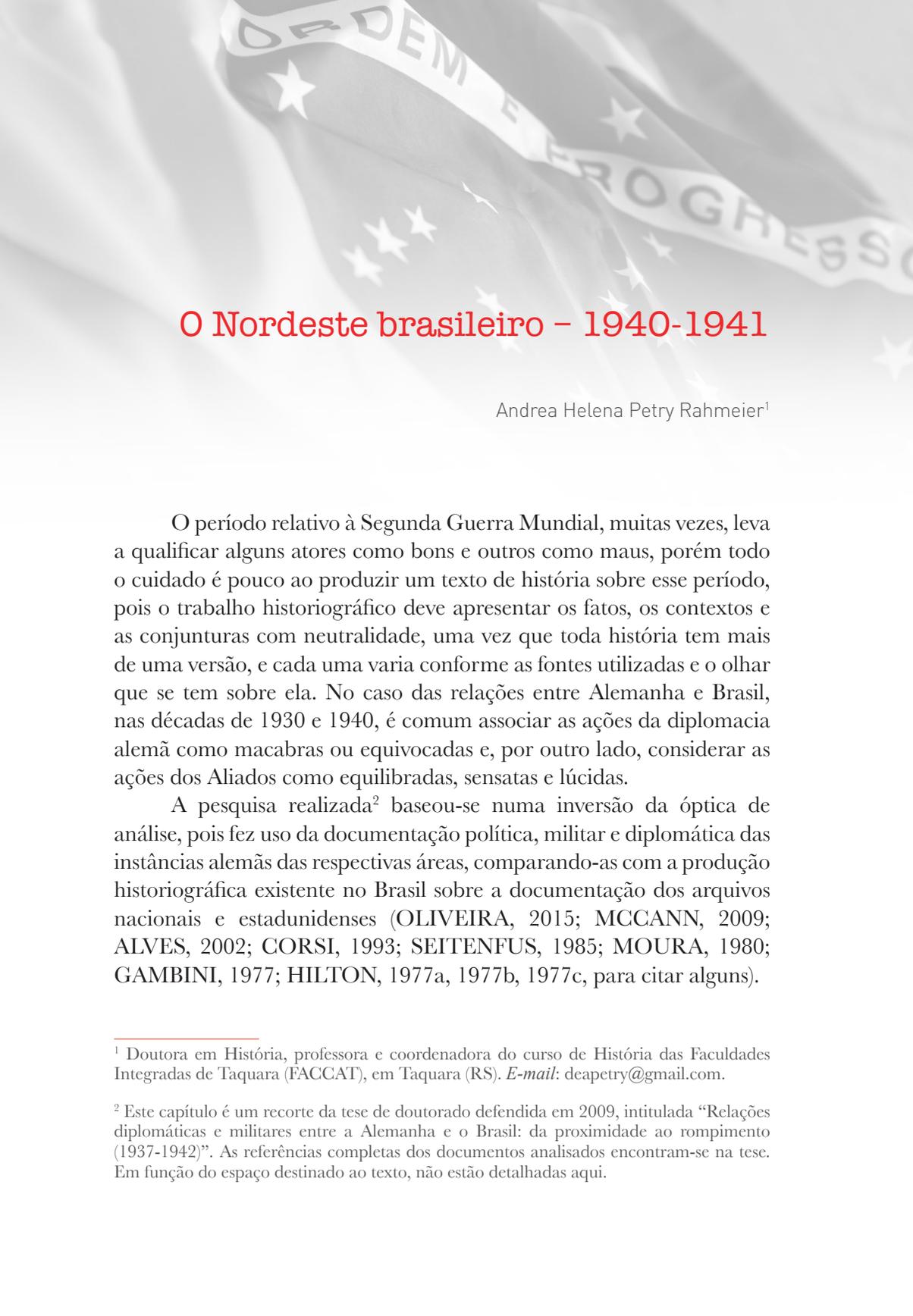
MOURÃO FILHO, Olympio. Reflexões sobre a doutrina de emprego dos carros de combate. **A Defesa Nacional**, ano XXIX, n. 338, p. 71-76, jul. 1942.

PRINCÍPIOS que regem as operações alemãs. Tradução de Henrique B. T. Lott. **A Defesa Nacional**, ano XXIX, n. 333, p. 9-23, fev. 1942. Publicado originalmente em **Command and General Staff School Military Review**.

ROUGERON, CAMILLE. Tradução de Luis Flamarion Barreto Lima. A guerra mecânica. **A Defesa Nacional**, ano XXVII, n. 317, p. 113-119, out. 1940.

VASCONCELOS, Armando Pereira de. As novidades da guerra atual. **A Defesa Nacional**, ano XXIX, n. 334, p. 107-115, mar. 1942.

VON SCHELL, Major. Tradução de Onofre Gomes de Lima. O combate contra os Engenhos Couraçados. **A Defesa Nacional**, ano XXVI, n. 297, fev. 1939. Traduzido do francês. Tradutor francês Capitão Sourry – **La Revue D’infantry**, p. 9-15.



O Nordeste brasileiro – 1940-1941

Andrea Helena Petry Rahmeier¹

O período relativo à Segunda Guerra Mundial, muitas vezes, leva a qualificar alguns atores como bons e outros como maus, porém todo o cuidado é pouco ao produzir um texto de história sobre esse período, pois o trabalho historiográfico deve apresentar os fatos, os contextos e as conjunturas com neutralidade, uma vez que toda história tem mais de uma versão, e cada uma varia conforme as fontes utilizadas e o olhar que se tem sobre ela. No caso das relações entre Alemanha e Brasil, nas décadas de 1930 e 1940, é comum associar as ações da diplomacia alemã como macabras ou equivocadas e, por outro lado, considerar as ações dos Aliados como equilibradas, sensatas e lúcidas.

A pesquisa realizada² baseou-se numa inversão da óptica de análise, pois fez uso da documentação política, militar e diplomática das instâncias alemãs das respectivas áreas, comparando-as com a produção historiográfica existente no Brasil sobre a documentação dos arquivos nacionais e estadunidenses (OLIVEIRA, 2015; MCCANN, 2009; ALVES, 2002; CORSI, 1993; SEITENFUS, 1985; MOURA, 1980; GAMBINI, 1977; HILTON, 1977a, 1977b, 1977c, para citar alguns).

¹ Doutora em História, professora e coordenadora do curso de História das Faculdades Integradas de Taquara (FACCAT), em Taquara (RS). *E-mail*: deapetry@gmail.com.

² Este capítulo é um recorte da tese de doutorado defendida em 2009, intitulada “Relações diplomáticas e militares entre a Alemanha e o Brasil: da proximidade ao rompimento (1937-1942)”. As referências completas dos documentos analisados encontram-se na tese. Em função do espaço destinado ao texto, não estão detalhadas aqui.

A documentação utilizada para a escrita deste texto advém do Ministério das Relações Exteriores da Alemanha (Auswärtiges Amt³), doravante AA, com seus documentos diplomáticos; do Arquivo Nacional Alemão, no que se refere aos assuntos relacionados com o período da história alemã, denominado de *Reich* (Bundesarchiv – Abteilung Deutsches Reich⁴); e do Arquivo Nacional Alemão, sobre as questões militares (Bundesarchiv – Abteilung Militärarchiv)⁵. Este último arquivo concentra a documentação militar produzida na Alemanha ou por alemães vinculados ao governo alemão.

É importante afirmar que, no transcurso da pesquisa, ao fazer uma análise dos fatos desses anos como parte de um único contexto, percebeu-se que isso induziria a incoerências e generalizações, minimizando o intenso e rico processo histórico. Por isso, ao efetuar o estudo dessa documentação, teve-se o cuidado de averiguar por quem e para quem foram escritos os documentos. A metodologia adotada foi o cruzamento fotocopiado e fotografado da correspondência e de outros documentos arquivados em cada um dos ministérios e dentro de cada órgão governamental, gerando uma análise sinótica da documentação diplomática e militar alemã. Isso proporcionou a percepção e a análise do conjunto de informações elaboradas pelos órgãos alemães sobre o assunto, além de possibilitar o mapeamento sobre por onde as informações haviam transitado. Tal opção metodológica permitiu fazer uma intertextualidade entre eles, isto é, entender a linha de raciocínio e não apenas conhecer algumas afirmações sem uma contextualização dos documentos analisados (ORLANDI, 2005).

A corrente historiográfica que fundamenta a análise da documentação e da escrita deste texto é história política, a qual compreende a importância do papel político confundido com a nação e com o Estado. Nesse sentido, os acontecimentos políticos são

³ É interessante observar que esse arquivo, até 1999, estava em Bonn. Naquele ano, iniciou-se a transferência do arquivo diplomático para Berlim. Isso ocorreu porque, desde 1990, houve o processo de unificação entre a Alemanha Ocidental e a Oriental. Outro dado relevante é a atualização/alteração na nomenclatura dos documentos. Sendo assim, se comparadas citações de obras publicadas antes de 1990 com as utilizadas neste artigo, existem diferenças.

⁴ Esse arquivo herdou, após a unificação alemã, a documentação do Berlim Document Center, a qual, em muitos casos, sofreu alteração da nomenclatura.

⁵ As duas primeiras instituições localizam-se em Berlim; a última, na cidade de Freiburg. A seleção dos documentos foi realizada no segundo semestre de 2006.

entendidos como os fundadores das mentalidades, uma vez que soldam a lembrança de uma geração, tanto de forma positiva quanto negativa (RÉMOND, 1996)⁶. Também é fundamental, nesse tipo de análise, ter a noção de que as ações humanas estão carregadas de interesses e com as mais diferentes relações de poder (FOUCAULT, 1982). Em um período de guerra, as relações de poder estavam ainda mais em evidência.

As relações entre Brasil e Alemanha, no período de 1930 a 1942, foram guiadas pelas circunstâncias, fato constatado durante a elaboração da tese de doutorado, que se baseou na documentação dos órgãos governamentais da Alemanha. Nessa pesquisa, também se confirmou a presença de partidários nazistas, mas não os concebeu como ameaça ao regime governamental vigente no Brasil. As relações diplomáticas, políticas e militares foram guiadas pelas circunstâncias do contexto histórico vivenciado, ou seja, as ações da política exterior foram sendo estruturadas aos poucos, pois não estavam predeterminadas; por isso, a análise desse período exige um maior detalhamento. Com o início da guerra na Europa, as ações diplomáticas foram subordinadas aos interesses militares, mas não há indícios de que o III *Reich* pensasse em conquista territorial na América (RAHMEIER, 2009).

Em tal sentido, este texto detalha como a diplomacia alemã observou e acompanhou a ampliação das bases aéreas brasileiras no Nordeste, que tiveram participação indireta e/ou direta do governo dos Estados Unidos, no decorrer de 1940 e 1941. O presente texto faz uma análise documental, citada anteriormente, sobre esses acontecimentos, estabelecendo relações com a historiografia e com alguns decretos nacionais sobre o assunto em questão.

AVIAÇÃO NO BRASIL

Desde outubro de 1906, Santos Dumont fazia testes com o 14-Bis⁷. Durante a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), os aeroplanos foram usados pela primeira vez nos combates. Nos anos 1920, houve uma propagação dos aeroplanos em diversos territórios do planeta;

⁶ Para mais detalhes sobre as diferenciações teóricas em história política, recomendam-se os textos de Rene Gertz (1999), Rafael Sega (2002) e René Rémond (1996).

⁷ Este texto não pretende discutir quem inventou o avião, mas sim abordar como aconteceram os fatos relacionados ao assunto no Brasil.

no Brasil não foi diferente, pois, com o passar dos anos, estavam cada vez mais presentes no espaço aéreo brasileiro. Todavia ainda não se podia falar em linhas aéreas para o transporte de passageiros em larga escala. No ano de 1932 o país adquiriu dos Estados Unidos 150 aviões, que foram usados na guerra civil paulista e também para transportar a correspondência e objetos, tendo sido criado o Correio Aéreo Militar (MCCANN, 2009).

O Brasil não possuía indústria aeronáutica até 1969; então, até o fim da Segunda Guerra Mundial era dependente dos insumos importados, de peças para reposição e do combustível estrangeiro (FAY; OLIVEIRA, 2011). Além disso, na década de 1930 surgiram as primeiras empresas com linhas regulares de transporte aéreo de passageiros no Brasil – assunto detalhado na sequência do texto. Assim, entre os primeiros voos do 14-Bis em 1906 e a utilização em maior escala dos aviões, passaram-se décadas.

Na década de 1940 os aviões já estavam sendo usados tanto na viação civil comercial de passageiros e de cargas como nas atividades militares ligadas ao governo federal, seja no Exército, seja na Marinha. Assim, em 20 de janeiro de 1941 o governo de Vargas, por meio do Decreto-lei n.º 2.961, criou o Ministério da Aeronáutica, que foi chamado de Forças Aéreas Nacionais no primeiro momento. Nesse mesmo documento, informou que tanto a Marinha quanto o Exército já tinham aeronaves e que estas foram transferidas para as Forças Aéreas Nacionais (artigos 4.º e 5.º do Decreto-lei n.º 2.961 – BRASIL, 1941a). Portanto, criou-se uma força aérea única, com integração de infraestrutura na área da aeronáutica para uso comum entre as forças militares do Exército e da Marinha, com grande economia, pois havia somente um comando político e estratégico⁸. Esse ministério passou a ser comandado por Joaquim Pedro Salgado Filho, que não era militar. Essa foi uma tática do governo brasileiro para evitar atritos dentro das Forças Armadas. Caso escolhesse um militar, estaria pendendo para um dos grupos, ou da Marinha ou do Exército (FORJAZ, 2005).

Carl Prüfer, embaixador alemão no Rio de Janeiro, informou imediatamente essa nova reorganização dos ministérios, com uma provável proximidade das relações entre militares brasileiros e

⁸ Na década de 1940 poucos países optaram por ter uma estrutura unificada à Aeronáutica. Por exemplo, os EUA não tiveram nem fizeram tal integração nesse momento.

estadunidenses, a fim de fortalecer as suas ações ministeriais. Em apenas 11 dias essas notícias estavam circulando dentro do Ministério das Relações Exteriores da Alemanha, e a correspondência foi encaminhada diretamente ao ministro alemão (PRÜFER, 31 jan. 1941).

Em 22 de maio do mesmo ano, passados apenas quatro meses, um novo decreto-lei (n.º 3.302) renomeou as Forças Aéreas Nacionais como Força Aérea Brasileira (FAB), além de definir a localização dos estabelecimentos e das unidades da Força Aérea. Pelo artigo 2 do decreto de maio, existiram oito sedes do Corpo de Base Aérea da FAB, mas somente uma no Nordeste (Ceará).

Art. 2 [...]

Sede do 6.º Corpo de Base Aérea: BASE AÉREA DE FORTALEZA (CE.) B. Ae. Fortaleza (CE.) (Decreto-lei n.º 3.302 de 1941 – BRASIL, 1941b).

Já quando as bases navais foram analisadas, quatro apareceram, mas nenhuma no Nordeste brasileiro. Essa constatação proporciona algumas hipóteses em relação ao governo brasileiro, que em alguns casos não eram excludentes: a preocupação não era a Região Nordeste; e/ou não criou novas bases por usar das bases estruturadas dos Estados Unidos; e/ou deixou a liberdade de atuação para os estadunidenses. Todavia o fato explícito é que esse governo tinha apenas uma base aérea no Nordeste.

Outro dado que chama atenção é que, em junho de 1941, Brasil e EUA assinaram um acordo de cooperação baseado no Lend and Lease Act. Este determinava que os Estados Unidos forneceriam treinamentos aos oficiais da Aeronáutica brasileira em território estadunidense e que seriam trazidos mais de 400 aviões de treinamento para o Brasil. A contrapartida brasileira era a permissão da instalação oficial de diversas bases militares estadunidenses nos atuais estados nordestinos do Maranhão, Ceará, Rio Grande do Norte e Pernambuco e em dois da Região Norte: Amapá e Pará (FORJAZ, 2005). Mas como foi feito isso se oficialmente o Brasil era um país neutro, que não estava se preparando para a guerra, assim como os EUA? Para compreender como o fato ocorreu, torna-se necessário analisar a aviação civil do período.

LINHAS AÉREAS E AEROPORTOS NO BRASIL

Hoje, tem-se certeza de que as linhas aéreas e os aeroportos, principalmente do Nordeste brasileiro, eram de vital importância para as táticas de guerra dos EUA. Conforme McCann (1995, p. 175 e segs.), o principal objetivo da política internacional e militar dos EUA, de 1938 a dezembro de 1941, era evitar o estabelecimento de bases do Eixo no continente, principalmente na região chamada de Saliente Brasileiro, que era a região nordestina. Desde setembro de 1940, Washington já tinha obtido a locação temporária das bases aéreas e navais britânicas em Terra Nova, Bermudas, Bahamas, Antilhas e Guiana Britânica, e em troca os EUA forneceram para Londres 50 contratorpedeiros. Nesse sentido, para os EUA terem o controle da defesa do Atlântico Norte até o extremo sul da América do Sul, era necessário o domínio do litoral nordestino brasileiro (SEITENFUS, 1985, p. 247). Para que tal fato ocorresse, desejaram que grandes efetivos militares, tanto brasileiros quanto estadunidenses, ocupassem a região. Esse objetivo não pôde ser alcançado em negociações militares entre os países, tanto porque o exército brasileiro acreditava que a região vulnerável era a sul – local que estava a maioria do efetivo militar brasileiro – como por não aceitarem a tentativa dos EUA em impor guarnições do seu efetivo militar em território brasileiro.

Nessa conjuntura, os militares estadunidenses procuraram formas de construir campos de pouso e futuras bases militares no Nordeste brasileiro. Para isso, utilizaram-se da companhia aérea Pan-American Airways, por intermédio da sua filial no Brasil, Panair, que atuava na região desde o fim da década de 1920. A filial em questão surgiu quando a Pan-American Airways adquiriu a empresa Nyrba (New York-Rio-Buenos Aires) em 1929 (FAY, 2001, p. 25). A Panair voava de Miami a Buenos Aires, passando pelos campos de pouso brasileiros de Belém, Natal, Recife, Salvador, Rio de Janeiro e Porto Alegre. Nesse contexto foram construídos cerca de 55 campos de pouso e bases na América Central e do Sul. Isso tudo se deve ao fato de que, ao esconder atividades e intenções militares nas ações de uma empresa aérea civil, evitavam despertar sentimentos antiestadunidenses (MCCANN, 1995, p. 182). Ou melhor, aos olhos dos brasileiros e estrangeiros deveria parecer que os aeroportos e as instalações envolvidas eram para uso da Panair, empresa civil, sem menção pública de que existiam para uma possível utilização militar internacional.

No entanto a diplomacia alemã suspeitava da ação e até chegou a expressar o conhecimento de alguns detalhes, como veremos na sequência deste texto. Na tentativa de um melhor detalhamento, primeiro foram analisadas as linhas aéreas com a Europa; depois, as internas; e, finalmente, a construção dos aeroportos.

LINHAS AÉREAS COM A EUROPA

Se a Pan-American estava representando os interesses do governo estadunidense, ela precisava ser fortalecida e, conseqüentemente, eliminar algumas linhas aéreas pertencentes a outras companhias em todos os países americanos⁹. No Brasil, antes da guerra, três companhias tinham linhas aéreas que ligavam a América do Sul à Europa: a Lufthansa (alemã), a Air France (francesa) e a Linhas Aéreas Transcontinentais Italianas – Lati. Com o início da guerra, somente a Lati continuou fazendo esse trajeto, aumentando o número de voos, mas continuou transportando poucos passageiros. As linhas da Lati tornaram-se um veículo útil para o transporte da correspondência diplomática e de produtos estratégicos e leves, como, por exemplo, diamantes industriais, para os países formadores do bloco do Eixo. No entanto, em janeiro de 1941, o embaixador alemão Carl Prüfer informou que, após a queda de um avião em que estava o mensageiro Safarowski, o equipamento da Lati era antiquado, impróprio para a travessia do Atlântico em segurança (PRÜFER, 21 jan. 1941).

A retirada das linhas da Lufthansa e da Air France não causou estranhamento, pois foi percebida como uma ação normal. Contudo no segundo semestre de 1941 a diplomacia alemã no Brasil percebeu que houve indícios da intenção brasileira de tirar a concessão da Lati para operar no país. Em 16 de agosto de 1941, Prüfer escreveu que já estava sendo discutida entre os ministros brasileiros do exterior e o da Aeronáutica a possibilidade de retirar a concessão da Lati para voar no Brasil (PRÜFER, 16 ago. 1941). Tal dado foi reforçado no relatório sobre a posição da Ibero-América do período de 1.º a 21 de agosto de 1941. Nele, o relator informou que os Estados Unidos estavam construindo

⁹ Pommerin (1977, p. 234 e segs.) e Fay (2001; 2003) descreveram como foi o processo em outros países latino-americanos.

aeroportos em diversos países, pois a Pan-American Airways estava adquirindo novas linhas na região, fato que, mais cedo ou mais tarde, levaria à substituição da Lati (RELATÓRIO..., ago. 1941). No fim de dezembro de 1941, conforme Perazzo (2002) e Silva (2000), por exigência dos EUA o governo brasileiro determinou que a Lati não poderia mais realizar voos no Brasil; isso, conseqüentemente, implicou no fechamento da filial no país. Os funcionários da Lati não puderam sair do Brasil, pois a empresa estava proibida de voar, e a situação legal não foi resolvida até o corte das relações diplomáticas. Sendo assim, os funcionários foram internados em campos de concentração até o fim da guerra (PERAZZO, 2002, p. 270 e segs.).

A Pan American Airways ocupou o lugar da Lati e estabeleceu a comunicação entre o Brasil e a Europa. O trajeto de voo passou a ser Natal/África portuguesa ocidental/Lisboa. A partir do início de janeiro de 1942, somente a Pan American Airways passou a fazer a linha com a Europa. Na sequência do mês, essa situação só se agravou. Ao encerrar a Conferência do Rio de Janeiro, em 28 de janeiro de 1942, o Brasil oficializou o corte nas relações diplomáticas com os países do Eixo (Alemanha, Itália e Japão). Constatou-se que todas as ações já mencionadas faziam parte da consolidação do acordo de cooperação firmado em junho de 1941; todavia a entrada dos Estados Unidos na guerra após o ataque a Pearl Harbor intensificou a necessidade de concretização delas.

Todas essas notícias chegaram ao Ministério das Relações Exteriores da Alemanha em pouco tempo¹⁰. A análise da documentação da diplomacia alemã, no tocante às linhas aéreas do Brasil com a Europa, proporcionou indícios de que a diplomacia conseguira fazer um exame do contexto e dos fatos próximo das ações executadas pelo governo brasileiro.

¹⁰ Notícias secretas da SPN, de 2 de abril de 1942, p. 50, arquivadas dentro do departamento Kriegsrecht, na pasta Behandlung deutschen Eigentums im Ausland – Brasilien (tratamento dado às propriedades alemãs no estrangeiro) (12.1941 a 11.1942, Band 1), com código de arquivamento: R-40578 do PAAA.

LINHAS AÉREAS INTERNAS

As linhas aéreas domésticas, na segunda metade da década de 1930, estavam distribuídas entre a Condor ou Sindicato Condor (que era de propriedade da Lufthansa), a Viação Aérea Rio-Grandense (Varig)¹¹, a Viação Aérea São Paulo (Vasp) – estas duas estavam sob controle de cidadãos alemães – e a Panair. A partir do Decreto n.º 2.627, de 26 de setembro de 1940, todas as empresas de aviação deveriam ser convertidas para sociedade anônima; e, por conta das dificuldades geradas pela guerra, em janeiro de 1943 a Condor alterou a designação para Serviços Aéreos Cruzeiro do Sul Ltda. (RIBEIRO, 2008, p. 57; FAY, 2001, p. 28).

Já em 17 de outubro de 1939, Vargas decretou que somente brasileiros natos poderiam pilotar “aeronaves de empresas nacionais” (Decreto-lei n.º 1.687, art. 9 – BRASIL, 1939), isto é, somente cidadãos nativos poderiam exercer tal atividade no trajeto interno, não sendo mais permitido a cidadãos alemães naturalizados ou de qualquer outra nacionalidade. Essa foi uma tentativa para controlar tais empresas e nacionalizar a mão de obra que trabalhava nas concessões dessas linhas aéreas. Nesse caso, a Condor teve de suspender algumas linhas, porque não tinha muitos pilotos brasileiros, as quais foram transferidas para a Pan-American (MCCANN, 1995, p. 177 e segs.). A Varig conseguiu, em janeiro de 1940, um acordo permitindo que, por mais algum tempo, os pilotos naturalizados atuassem na companhia, provavelmente porque não havia interesse da Panair em adquirir as linhas na Região Sul. Tal fato foi comprovado pelo telegrama da Varig ao governador do Rio Grande do Sul, Cordeiro de Farias, enviado em 17 de janeiro de 1940:

“Apresentando Vossência sinceros agradecimentos por interesses tomado assunto suspensão pilotos naturalizados
temos honra comunicar Vossência que acordo ordem Exmo. Sr. ministro da Viação recebidas ontem noite hoje restabelecemos todos serviços até ulterior deliberação benemérito Governo Federal.
Saudações respeitosas.
Varig” (VARIG, 17 jan. 1940).

¹¹ Para mais detalhes sobre a história da Varig, ler o livro de Fortes (2004) e a tese de Ribeiro (2008).

Possivelmente, por não haver mão de obra brasileira especializada, em 14 de fevereiro de 1940, por meio do Decreto-lei n.º 2.018, estendeu-se por dois anos o prazo para as empresas cumprirem a determinação do artigo 9.º do Decreto-lei n.º 1.687, de 1939. Ou seja, somente a partir de fevereiro de 1942 seria exigido que todos os pilotos das linhas nacionais fossem brasileiros natos¹².

No início de 1941, o governo estadunidense ofereceu aeronaves, créditos e assistência técnica em troca da “desgermanização”; para isso, a Varig e a Vasp, a partir de agosto de 1941, dispensaram todos os funcionários alemães. Na Varig, Otto Ernst Meyer, cidadão alemão, entregou em dezembro de 1941 o controle da empresa ao primeiro funcionário que era cidadão brasileiro, Ruben Berta (RIBEIRO, 2008, p. 78)¹³.

A diplomacia alemã, que atuava no Rio de Janeiro, demonstrou que nesse período crítico havia pouco ou nenhum interesse nas linhas nacionais. O único momento em que a diplomacia abordou assunto relativo às questões aéreas foi quando os cidadãos alemães que eram funcionários da Condor e da Lati foram presos em 1942. Entretanto, para a historiografia brasileira, criou-se a ideia de que a questão relativa às linhas aéreas internas seria um dos pontos estratégicos do interesse do III *Reich* no Brasil. Dessa afirmação de alguns pesquisadores, surge a dúvida: qual seria a base documental para tal afirmação? Ou só estariam se baseando no fato de que a Condor era de propriedade da Lufthansa e a Vasp e a Varig eram controladas por cidadãos alemães?

AEROPORTOS

Os aeroportos brasileiros já estavam sendo utilizados desde junho de 1941 para abastecer os países Aliados na África. A Panair, por ter adquirido linhas aéreas no Nordeste brasileiro, já estava construindo ou implementando campos de pouso nesse lugar – fato percebido pela

¹² Cabe uma correção nas informações de McCann (1995, p. 178) sobre tal lei. Em seu livro, consta que a lei começou a vigorar em outubro de 1940, porque sua fonte foi uma correspondência da diplomacia estadunidense que, por algum motivo, estava comunicando a situação dos pilotos brasileiros somente nessa data. Entretanto a lei foi editada em outubro de 1939 e, efetivamente, só foi ratificada em 1942.

¹³ Ruben Berta presidiu a Varig de 1941 até sua morte, em 1966.

diplomacia alemã em 26 de junho de 1941. Em correspondência, o embaixador alemão Prüfer afirmou que Osvaldo Aranha (ministro das Relações Exteriores do Brasil), ao ser questionado sobre a intenção dos militares estadunidenses em tornar a Região Nordeste uma de suas bases militares, a desmentiu. Entretanto o embaixador alemão no Rio de Janeiro informou que, na realidade, bases aéreas e marinhas estavam sendo construídas no Nordeste brasileiro. Também informou que, caso os EUA entrassem em guerra, não sabia ao certo se estes continuariam ou não usando tais bases (PRÜFER, 26 jun. 1941).

Em 2 de julho, toda essa documentação citada anteriormente, juntamente com mais uma carta, foi repassada pelo AA ao comando da Marinha alemã, ou melhor, tanto a diplomacia quanto os militares alemães estavam sendo informados de todos os encaminhamentos relativos à ocupação das bases brasileiras por empresas civis e por militares estadunidenses, principalmente no tocante aos campos de pouso no Brasil (AUSWÄRTIGES AMT, 2 jul. 1941). Dias depois, Prüfer mandou um novo telegrama, dessa vez com o carimbo de secreto. Nele, apontou a questão da construção de campos de pouso e portos no litoral nordestino (PRÜFER, 17 jul. 1941). As ações brasileiras não passaram despercebidas pela diplomacia alemã, a qual nada podia fazer a não ser relatar os fatos ocorridos. Do mesmo modo, o governo alemão nada podia fazer.

Efetivamente, em 25 de julho de 1941, por intermédio do Decreto-lei n.º 3.462, o governo brasileiro autorizou oficialmente a Panair do Brasil a construir, melhorar e aparelhar os aeroportos nos seguintes territórios brasileiros: São Luís, Fortaleza, Natal, Recife, Maceió, Salvador, Amapá e Belém (os dois últimos pertencentes à Região Norte). Isto é, dos nove estados brasileiros da Região Nordeste, somente em três (Paraíba, Piauí e Sergipe) a Panair não construiu, reaparelhou e reformou. Além disso, teve autorização de construir novos aeroportos na Região Norte, no estado do Pará e no território federal do Amapá, que estava sendo criado¹⁴.

Ao cruzar as informações desse decreto com o de 22 de maio de 1941, percebe-se que a base aérea brasileira no Nordeste (Fortaleza – CE)

¹⁴ Em 1889, em função da criação da República, houve a reorganização e a divisão política do território brasileiro. Em 1943, em função da guerra, foram criados quatro territórios: Amapá, Ponta Porã, Foz de Iguaçu e Fernando de Noronha.

estava na região que a Panair foi autorizada a reformar. Nesse contexto, ainda persiste a dúvida se tanto brasileiros quanto estadunidenses usavam a mesma base no Ceará. O interesse estadunidense pelo Nordeste brasileiro foi bem expressivo, pois a Panair não solicitou nem recebeu autorização para atuar ou construir aeroportos nas regiões Sul e Sudeste. Tais ações demonstram que as intenções da Panair estavam intimamente ligadas com a finalidade dos militares estadunidenses de utilizar esses campos de pouso. Conforme McCann (1995, p. 186), “se os brasileiros não tivessem emitido o decreto, os Estados Unidos teriam sido compelidos a ‘ocupar o Nordeste pela força das armas’ para garantir a segurança”.

Não era só a diplomacia alemã no Brasil que acompanhava as ações entre Brasil e Estados Unidos. Em 3 de agosto de 1941, o adido alemão Hans Thomsen¹⁵, em Washington, informou ao gabinete do ministro das Relações Exteriores da Alemanha sobre a autorização do governo brasileiro para a Panair construir ou reformar os campos de pouso do Amapá, de Belém, São Luís, Fortaleza, Natal, Pernambuco, Maceió e Salvador. Também sinalizou que essa poderia ser uma forma para que, no futuro, os militares estadunidenses utilizassem esses aeroportos (THOMSEN, 3 ago. 1941). As informações transmitidas por Thomsen conferem com o decreto brasileiro de 25 de julho de 1941 e com as intenções dos Estados Unidos. Em 4 de setembro de 1941, Prüfer informou que foi questionar oralmente no Itamaraty as informações de Thomsen, mas não obteve sucesso, pois os funcionários não tinham nenhum detalhe sobre o assunto (PRÜFER, 4 set. 1941).

As correspondências desse período e sobre tal assunto possibilitam algumas conclusões. Primeiro, a diplomacia alemã que atuava em vários países americanos, principalmente em Washington, estava analisando os acontecimentos no Brasil. Segundo, a diplomacia alemã no Rio de Janeiro nem sempre lia o *Diário Oficial*, uma vez que, se assim tivesse feito, teria tido acesso ao decreto de julho e não precisaria tentar conseguir informações no Itamaraty sobre a questão da Panair. Entretanto não se deve esquecer que a intenção no contato com o Itamaraty era entender as razões de tais ações.

¹⁵ Hans Thomsen, conforme Shirer (2008, p. 99), encarregado dos negócios da Alemanha em Washington, respondia, no fim de dezembro de 1939, pela embaixada alemã.

Nesse sentido, conforme Cruz (2017, p. 249),

[...] os militares norte-americanos fizeram o que pode ser chamado de uma intervenção pesada, tornando o maior país sul-americano em uma espécie de quartel-general das principais operações aeronavais do Atlântico Sul. Os Estados Unidos enviaram para o Brasil a 4.^a Frota Naval e a 16.^a Esquadilha da Força Aérea. A Força Naval do Nordeste foi subordinada à Quarta Esquadra, sendo chamada pelos americanos de Força-Tarefa 46 e coordenada pelo Almirante Jonas Howard Ingram (Comandante das Forças dos Estados Unidos no Atlântico Sul). Dentre as bases aéreas do Brasil, a de Natal recebeu uma atenção especial dos militares norte-americanos.

O motivo da atenção especial dada à base aérea de Natal era a natureza plana do terreno, por ser o ponto mais a oeste do continente, o ponto mais próximo da África e por ficar a 1.260 milhas de distância da Itália (CRUZ, 2017).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A diplomacia alemã, tanto no Brasil quanto nos Estados Unidos, observava e acompanhava atentamente todas as ações do governo brasileiro. Esse tipo de ação faz parte do trabalho diplomático, todavia o interessante é que os diplomatas alemães perceberam que muitas das ações estadunidenses envolveram e misturaram interesses civis e militares, com consentimento brasileiro.

Muitas vezes os historiadores não perceberam a importância da diplomacia para acompanhar e relatar as ações governamentais dos países em que atuavam. A diplomacia tornou-se o elo entre os governos, muito mais para informar do que para realmente agir; por isso, o relato de informações diplomáticas não quer dizer que existia uma intenção nas ações. O governo alemão, ao ter conhecimento detalhado em relação aos campos de pouso e aeroportos brasileiros, não pôde fazer nada, pois já estava envolvido na guerra no seu continente. Contudo o maior interesse era acompanhar as ações para ter certeza de que não

seriam gerados novos inimigos em novos territórios. Isso porque não demonstraram interesse em forçar o Brasil para retomar as linhas aéreas com a Europa, muito menos nas linhas internas, e menos ainda em impedir a construção de campos de pouso por parte de estadunidenses no Brasil. Em 1940 e 1941, a Alemanha sabia que não tinha nada a oferecer, a não ser promessas para depois do término da guerra. Já os Estados Unidos poderiam oferecer vantagens imediatas.

REFERÊNCIAS

ALVES, Vágner. **O Brasil e a Segunda Guerra Mundial**: história de um envolvimento forçado. Rio de Janeiro: Editora PUC Rio; São Paulo: Edições Loyola, 2002.

ALVES, Vágner. O Brasil e a Segunda Guerra Mundial: paradigma de inserção em conflito total e global para países periféricos e estrategicamente importantes. **Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 1, p. 49-82, jan.-jun. 1999.

AUSWÄRTIGES AMT (AA). **[Carta n.º 5.810, de 2 de julho de 1941, enviada juntamente com o telegrama 1.169, de 26 de junho de 1941, de Prüfer ao AA, mas que foi reencaminhado e arquivado no Departamento Rechtsangelegenheiten]**. Destinatário: Comando da Marinha Alemã. 2 jul. 1941. Arquivado no Departamento Rechtsangelegenheiten, pasta Neutralitätsrecht – Ausübung der Neutralität: Brasilien 1939-1942, com código de arquivamento: RM/7 – 1298 do BA MA.

BRASIL. **Decreto-lei n.º 1.687, de 17 de outubro de 1939**. Determina as zonas interditas à navegação aérea e dá outras providências. Rio de Janeiro, 17 out. 1939. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-1687-17-outubro-1939-411523-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 5 dez. 2019.

BRASIL. **Decreto-lei n.º 2.961, de 20 de janeiro de 1941.** Cria o Ministério da Aeronáutica. Rio de Janeiro, 20 jan. 1941a. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-2961-20-janeiro-1941-412859-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 5 dez. 2019.

BRASIL. **Decreto-lei n.º 3.302, de 22 de maio de 1941.** Dá nova denominação às Forças Aéreas Nacionais e aos seus estabelecimentos. Rio de Janeiro, 22 maio 1941b. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-3302-22-maio-1941-413224-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 5 dez. 2019.

CORSI, Francisco Luiz. **O Estado Novo:** política externa e projeto nacional. São Paulo: Unesp/Fapesp, 2000.

CORSI, Francisco Luiz. Política econômica e nacionalismo no Estado Novo. In: SZMRECSANYI, Tamás; SUZIGAN, Wilson (org.). **História econômica do Brasil contemporâneo.** 2. ed. rev. São Paulo: Edusp, 1993. p. 3-16.

CRUZ, Luiz Antônio Pinto. **A Guerra do Atlântico na costa do Brasil:** rastros, restos e aura dos *U-boats* no litoral de Sergipe e da Bahia (1942-1945). 2017. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2017.

FAY, Cláudia Musa. A aviação comercial na América do Sul: um estudo comparativo entre a influência alemã e norte-americana na região (1919-1945). **Estudos Ibero-Americanos**, Porto Alegre, v. 29, n. 2, p. 149-169, 2003.

FAY, Cláudia Musa. **Crise nas alturas:** a questão da aviação civil (1927-1975). Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2001.

FAY, Cláudia Musa; OLIVEIRA, Geneci Guimarães de. Aviação, tecnologia e sociedade: os primeiros voos no Brasil. *In: SCIENTIARUM HISTORIA*, 4., 2011, Rio de Janeiro. **Livro de Anais** [...]. Rio de Janeiro, 2011.

FORJAZ, Maria Cecília Spina. As origens da Embraer. **Tempo Social – Revista de Sociologia da USP**, v. 17, n. 1, jun. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ts/v17n1/v17n1a11>. Acesso em: 5 jan. 2017.

FORTES, Alexandre. “**Nós do Quarto Distrito...**” – a classe trabalhadora porto-alegrense e a Era Vargas. Caxias do Sul: Educus; Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 3. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

GAMBINI, Roberto. **O duplo jogo de Getúlio Vargas**: influência americana e alemã no Estado Novo. São Paulo: Símbolo, 1977. (Coleção Ensaio e Memória, 4).

GERTZ, Rene. História Política. **Logos – Revista de Divulgação Científica**, Canoas: Ulbra, ano 11, n. 1, p. 13-23, maio 1999. Especial de História e Política.

HILTON, Stanley. **O Brasil e a crise internacional: 1930-1945**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977a.

HILTON, Stanley. **O Brasil e as grandes potências: 1930-1939** – os aspectos políticos da rivalidade comercial. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977b.

HILTON, Stanley. **Suástica sobre o Brasil**: a história da espionagem alemã no Brasil – 1939-1944. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977c. (Retratos do Brasil, 105).

MCCANN, Frank D. **A aliança Brasil-Estados Unidos, 1937-1945**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1995.

MCCANN, Frank D. **Soldados da Pátria**: História do Exército Brasileiro – 1889-1937. São Paulo: Companhia das Letras; Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2009.

MOURA, Gerson. **Autonomia na dependência**: a política externa brasileira de 1935 a 1942. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

OLIVEIRA, Dennison de. **Aliança Brasil-EUA**: Nova História do Brasil na Segunda Guerra Mundial. Curitiba: Juruá, 2015.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de discurso**. 6. ed. Campinas: Pontes, 2005.

PERAZZO, Priscila Ferreira. **O perigo alemão e a repressão policial no Estado Novo**. São Paulo: Arquivo do Estado, 1999.

PERAZZO, Priscila Ferreira. **Prisioneiros de guerra** – os cidadãos do Eixo nos campos de concentração brasileiros (1942-1945). Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

POMMERIN, Reine. **Das Dritte Reich und Lateinamerika**. Düsseldorf: Droste, 1977.

PRÜFER, Carl. **[Telegrama n.º 73, de 21 de janeiro de 1941]**. Destinatário: Auswärtiges Amt (AA). 21 jan. 1941. Arquivado dentro de Handakten Wiehl – Brasilien (10.1939 a 06.1942, Band 2), com o código de arquivamento: R-106111 do PAAA.

PRÜFER, Carl. **[Telegrama n.º 117, de 31 de janeiro de 1941]**. Destinatário: Auswärtiges Amt (AA). 31 jan. 1941. Arquivado dentro do Büro des Staatssekretärs – Brasilien (4.1938 a 2.1942, Band 1), com o código de arquivamento: R-29548 do PAAA.

PRÜFER, Carl. [**Telegrama n.º 1.169, de 26 de junho de 1941**]. Destinatário: Auswärtiges Amt (AA), porém reencaminhado e arquivado no Departamento Rechtsangelegenheiten. 26 jun. 1941. Arquivado no Departamento Rechtsangelegenheiten, pasta Neutralitätsrecht – Ausübung der Neutralität: Brasilien 1939-1942, com código de arquivamento: RM/7 – 1298 do BA MA.

PRÜFER, Carl. [**Telegrama n.º 1.565, de 16 de agosto de 1941**]. Destinatário: Auswärtiges Amt (AA). 16 ago. 1941. Arquivado dentro do Büro des Staatssekretärs, na pasta Brasilien (4.1938 a 2.1942, Band 1), com o código de arquivamento: R-29548 do PAAA.

PRÜFER, Carl. [**Telegrama n.º 1.721, de 4 de setembro de 1941**]. Destinatário: Auswärtiges Amt (AA). 4 set. 1941. Arquivado dentro do Büro des Staatssekretärs, na pasta Brasilien (4.1938 a 2.1942, Band 1), com o código de arquivamento: R-29548 do PAAA.

PRÜFER, Carl. [**Telegrama secreto n.º 1.309, de 17 de julho de 1941**]. Destinatário: Auswärtiges Amt (AA). 17 jul. 1941. Arquivado dentro de Handakten Wiehl – Brasilien (10.1939 a 06.1942, Band 2), com o código de arquivamento: R-106111 do PAAA.

RAHMEIER, Andrea Helena Petry. **Relações diplomáticas e militares entre a Alemanha e o Brasil**: da proximidade ao rompimento (1937-1942). 2009. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009. Disponível em: <http://tede2.pucrs.br/tede2/bitstream/tede/2299/1/411628.pdf>. Acesso em: 5 dez. 2019.

RELATÓRIO de 1.º a 21 de agosto de 1941. Arquivado no Rundfunkpolitische Abteilung, na pasta Deutsche Rundfunkpropaganda nach Portugal und Brasilien (Band 3, Länderberichte Brasilien, Portugal, 1941), com o código de arquivamento: R-67543 do PAAA.

RÉMOND, René. Do político. In: RÉMOND, René (org.). **Por uma História Política**. Rio de Janeiro: UFRJ/FGV, 1996. p. 441-450.

RIBEIRO, Elones Fernando. **A formação do piloto de linha aérea**: caso Varig – o ensino aeronáutico acompanhando a evolução tecnológica. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

SEGA, Rafael. História e política. **História: Questões e Debates**, Curitiba, n. 376, p. 183-195, 2002.

SEITENFUS, Ricardo Antônio Silva. **O Brasil de Getúlio Vargas e a formação dos blocos, 1930-1942**: o processo de envolvimento brasileiro na II Guerra Mundial. São Paulo: Editora Nacional; Brasília: INL/Fundação Nacional Pró-Memória, 1985.

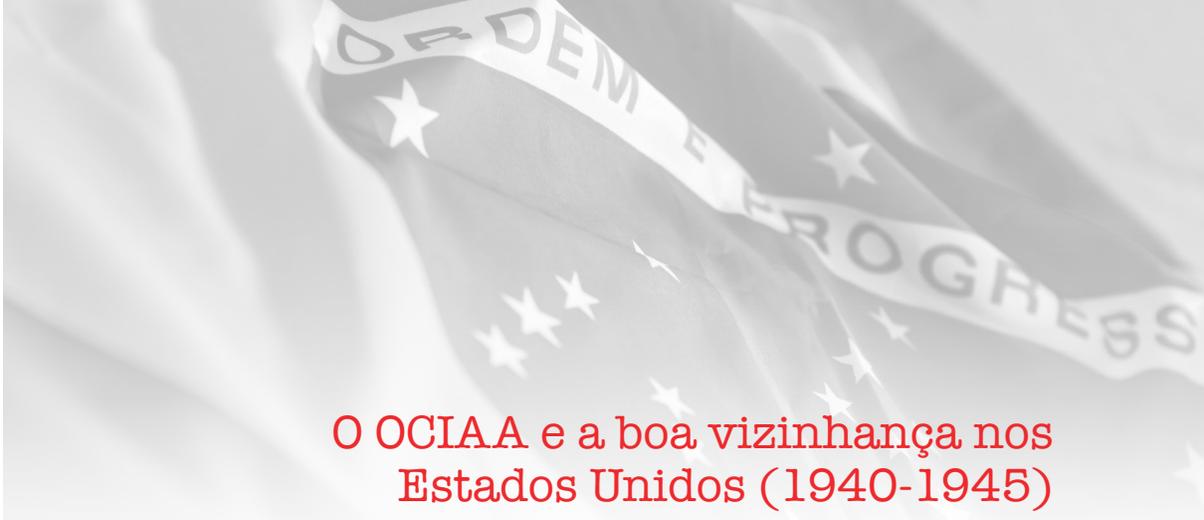
SEITENFUS, Ricardo Antônio Silva. O difícil aprendizado do nacionalismo: as relações brasileiras com a Itália e a Alemanha, 1930-1942. *In*: CPDOC (org.). **A revolução de 30**: seminário internacional. Brasília: Editora da UnB, 1983. p. 623-644.

SHIRER, William L. **Ascensão e queda do Terceiro Reich**: o começo do fim (1933-1939). Rio de Janeiro: Agir, 2008. v. II.

SILVA, Cristina Maria da. Vãos imaginários na (des)coberta da nação: teoria, comunicação e ideário nacional. *In*: ENCONTRO DA ANPUHES, 3., 2000, Espírito Santo. **Anais** [...]. Espírito Santo: ANPUH-ES, 2000. Disponível em: <http://www.anpuhes.cjb.net/>. Acesso em: 13 maio 2002.

THOMSEN, Hans. **[Telegrama n.º 2.560, de 3 de agosto de 1941]**. Destinatário: Auswärtiges Amt (AA). 3 ago. 1941. Arquivado dentro do Büro des Staatssekretärs, na pasta Brasilien (4.1938 a 2.1942, Band 1), com o código de arquivamento: R-29548 do PAAA.

VIAÇÃO AÉREA RIO-GRANDENSE – VARIG. **[Telegrama de 17 de janeiro de 1940]**. Destinatário: Cordeiro de Farias. 17 jan. 1940. Arquivado na Pasta: Documentação dos Governantes, no Fundo: Correspondência dos Governadores, n.º 135 [Telegramas Recebidos 1940 – Janeiro], no Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul – AHRGS.



O OCIAA e a boa vizinhança nos Estados Unidos (1940-1945)

Aline Vanessa Locastre¹

INTRODUÇÃO

Em agosto de 1940 a guerra já se instalava na Europa após a invasão da Polônia pela Alemanha e, no mundo, cada dia mais, cresciam as incertezas sobre o que estaria por vir. Do outro lado do Atlântico, os Estados Unidos da América ainda permaneciam longe do Teatro de Operações, uma vez que os ataques a Pearl Harbor, de dezembro de 1941, não haviam acontecido e ainda não os haviam levado ao *front* de guerra. Nesse momento, distante dos barulhos ensurdecedores das modernas armas usadas em solo europeu, outros *fronts* eram preparados. Um *soft power*, que se utilizava do cinema, de jornais, programas de rádios, histórias em quadrinhos, revistas e outros tantos materiais (impressos ou audiovisuais), visava difundir aos latino-americanos ideias sobre a superioridade estadunidense e a solidariedade hemisférica na luta contra o nazifascismo. A responsabilidade pela empreitada recaiu sobre o Office of the Coordinator of Inter-American Affairs (OCIAA), uma agência governamental com contribuições importantes advindas do setor privado estadunidense.

¹ Doutora em História pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), mestre em História Social pela Universidade Estadual de Londrina (UEL). Docente no curso de História da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS). *E-mail*: alinelocastre@hotmail.com.

O surgimento dessa agência deu-se porque ficaram claros ao governo Roosevelt alguns problemas a serem driblados na América Latina na década de 1940: vários governos latino-americanos mostravam, a cada dia, suas simpatias às políticas de ultradireita nazifascistas, ao mesmo tempo em que, por conta da grande imigração de alemães, italianos e japoneses para o Brasil, especialmente, colônias significativas desses povos estavam assentadas dentro do continente americano. Um dos maiores problemas advinha da extrema disparidade cultural, social e política que os latino-americanos viviam nos anos 1940 em relação aos Estados Unidos. Essa quase ausente identificação cultural, ao lado do pouco conhecimento sobre seus vizinhos, poderia colocar a perder os projetos com a região. Para reverter tal realidade, a propaganda foi utilizada maciçamente.

A propaganda desferida no programa de “boa vizinhança” teve como objetivo construir uma imagem positiva dos Estados Unidos no continente, elevando-o a um *status* de modelo de modernidade e progresso e, ao mesmo tempo, uma via para o futuro dessas nações. Houve também uma intensa mobilização dentro dos Estados Unidos, com uma propaganda voltada ao cidadão médio, que buscou contribuir para o esclarecimento e apoio da sociedade para que a denominada Política da Boa Vizinhança se tornasse viável. Este capítulo, assim, objetiva mostrar algumas das formas empregadas para levar informações referentes a esse programa governamental para o povo estadunidense durante a Segunda Guerra Mundial, focando sobretudo em fontes oriundas do National Archives – College Park e da Library of Congress.

A “BOA VIZINHANÇA” NO *FRONT* INTERNO

A aproximação cultural entre os Estados Unidos e a América Latina não ocorreu da noite para o dia, muito menos resultou de um programa oriundo apenas dos anseios de uma cúpula governamental em estreitar relações continentais. O desenvolvimento de projetos voltados ao interamericanismo não foi uma exclusividade da década de 1940, durante a chamada Política da Boa Vizinhança, entretanto foi nesse momento, quando o mundo vivia os percalços da Segunda Guerra Mundial, que o governo de Franklin Delano Roosevelt conseguiu

centralizar atividades e propagar no solo latino-americano os ideários de sua nação, buscando, para um momento posterior, manter uma hegemonia, especialmente econômica, na região (PECEQUILO, 2003; LOCASTRE, 2017; SCHOULTZ, 2000; PELLEGRINO; PRADO, 2014; TOTA, 2000).

Resultante de postulados da política externa, como a Doutrina Monroe e o Corolário Roosevelt², vigorou nos anos finais do século XIX e início do século XX uma política intervencionista, especialmente na região caribenha e na América Central. Um provérbio africano que em linhas gerais dizia “*Speak softly and carry a big stick*” (“Fale macio com um grande porrete na mão”) acabou por inspirar o nome das ações intervencionistas do governo estadunidense na região: nascia a famosa política do Big Stick. Tais intervenções refletiram não apenas uma tentativa de manter, a qualquer custo, sua hegemonia nesses territórios, mas também desnudou uma crença de a América Latina ser uma região vulnerável cultural, política e economicamente, necessitada de um direcionamento, mesmo que a contragosto, de seus habitantes (PECEQUILO, 2003; FERES JR., 2005).

Embora tais práticas governamentais tenham vigorado até dezembro de 1933 (quando foi anunciada publicamente a Política da Boa Vizinhança) entre muitos grupos civis, uma aproximação mais amena, voltada à compreensão mútua, já acontecia nas mais variadas instâncias, havia muitos anos. Em relatórios oficiais (NACP, 1939; 1943), catalogados a pedido do governo dos EUA no fim da década de 1930, constava que desde o século XIX mais de 400 agências culturais não governamentais se dedicavam a atividades visando ao estreitamento das relações entre Estados Unidos e América Latina. Palestras, artigos científicos, mostras de arte ou mesmo produção de filmes e tradução de livros incorporaram algumas das muitas atividades voltadas a essa união continental (LOCASTRE, 2017, p. 49-57).

² Anunciada pelo presidente estadunidense James Monroe em 1823, a Doutrina Monroe visou à manutenção de uma hegemonia dos Estados Unidos no continente americano. Como modo de evitar uma recolonização pelas potências europeias, lembrada pela máxima “América para os americanos”, tal política acabou marcada mais por discurso do que propriamente pela prática nesse primeiro momento. Sua intensificação ocorreu com o Corolário Roosevelt, em 1904, em que várias intervenções políticas e militares ocorreram, especialmente na região do Caribe (MOURA, 1991; PECEQUILO, 2003).

No entanto, no contexto da Segunda Guerra Mundial, uma “superagência” interamericana surgiu, com o intuito de levar adiante, em uma escala maior e mais racionalizada, algumas das ideias já realizadas. Embora estivesse subordinado ao Departamento de Estado dos Estados Unidos, o OCIAA³, criado em agosto de 1940, somente possuiu a abrangência que teve porque se valeu do auxílio econômico e também da liderança de grandes nomes do mundo empresarial. Para a instauração de coordenações regionais em praticamente todos os países latino-americanos, foi crucial o auxílio vindo de pessoas de influência, como o bilionário e herdeiro da Standard Oil Company, Nelson Rockefeller, que coordenou o OCIAA durante seus quatro primeiros anos (CRAMER; PRUTSCH, 2006; MONTEIRO, 2014).

Coube ao OCIAA toda a implementação dos projetos da Boa Vizinhança em solo latino-americano e a intermediação de diversas atividades voltadas a tal fim, para o povo estadunidense. Uma das premissas de seus dirigentes residia no fato de que fomentar o conhecimento sobre o “outro” e salientar os benefícios que esse intercâmbio cultural traria ao país seria crucial para reverter a opinião pública, que ainda se mostrava desfavorável aos gastos com a América Latina. Em uma pesquisa realizada pela American Social Surveys (da qual falaremos mais adiante) em 1940, apenas 36,3% dos entrevistados responderam que eram favoráveis à ajuda ao Brasil em caso de ameaça por alguma potência do Eixo (TOTA, 2000, p. 110). Estimular o apoio da população, pagadora dos impostos que financiavam esse projeto, tornava-se, assim, mais do que urgente (MONTEIRO, 2014).

Foi o cientista político Walter H. C. Laves, da Universidade de Chicago, que liderou a Divisão de Atividades Interamericanas nos Estados Unidos, surgida oficialmente em março de 1942. Embora tenha sido uma das primeiras ações desempenhadas na Boa Vizinhança, as atividades nos Estados Unidos voltadas a tal fim haviam ficado sob responsabilidade de várias divisões do OCIAA, antes de sua centralização. Suas principais atribuições foram:

³ Três foram os nomes dados a essa agência. O primeiro foi Office of Commercial and Cultural Relations between the American Republics (OCCCRBAR), vigente até 30 de julho de 1941. O segundo, Office of the Coordinator of Inter-American Affairs (OCIAA), existiu até 23 de maio de 1945, quando foi substituído por Office of Inter-American Affairs (OIAA) (VALIM, 2017, p. 24). Neste trabalho utilizaremos a segunda designação, pois foi a mais longa e a que está ligada aos tópicos levantados neste capítulo.

distribuição de materiais impressos ou audiovisuais que tivessem como tema as culturas latino-americanas e recepção dos estrangeiros que aportavam no país, organizando sua estadia com grupos ou associações civis envolvidas nesse propósito. Houve uma articulação com líderes comunitários e associações que já possuíam algum tipo de trabalho voltado à América Latina. Buscar apoio dessas lideranças era considerado eficaz para a viabilidade de tais trabalhos, em virtude de sua proximidade e legitimidade com os grupos aos quais pertenciam (ROWLAND, 1947, p. 107).

Nelson Rockefeller havia percebido, décadas atrás, que as hostilidades que os latino-americanos nutriam pelo seu país não apenas advinham das práticas polêmicas do Big Stick na região, mas também do desconhecimento sobre seu povo. Em reuniões planejadas em seu apartamento na 5th Avenue em Nova York, discussões sobre como promover um ambiente mais favorável para a interação entre tais povos estiveram em pauta (TOTA, 2014). De modo geral, antes mesmo de as pesquisas de opinião pública confirmarem o fato, já se sabia que uma das bases para a implementação da Política de Boa Vizinhança deveria estar assentada em projetos que estimulassem o conhecimento mútuo. Estadunidenses, desse modo, deveriam aprender sobre a América Latina. O entretenimento e a educação foram os dois grandes pilares da difusão sobre a cultura dos “outros” americanos. Não apenas o rádio e o cinema, mas panfletos, revistas, jornais, charges, palestras, fóruns ou conferências também foram utilizados para esse propósito (LOCASTRE, 2017, p. 69).

Muitas foram as ações ocorridas dentro do país voltadas a dar visibilidade à América Latina. Podemos citar algumas bastante conhecidas. A primeira e considerada um marco da Boa Vizinhança foi o espaço que as principais nações do continente tiveram na New York World's Fair em 1939-1940. O pavilhão brasileiro, por exemplo, projetado por Oscar Niemeyer e Lúcio Costa, exibiu desde produtos naturais, como castanhas, café, cacau, mate, algodão, até as apresentações musicais de Carmen Miranda e Bidu Sayão. O samba, as fotografias do Rio de Janeiro, a gastronomia e a crescente menção que o Brasil possuiu nas transmissões de rádio feitas no recinto fomentaram o interesse e despertaram a busca por um maior conhecimento, mesmo que estereotipado, do maior país da América do Sul (TOTA, 2000).

A Macy's, gigante loja de departamentos de Nova York, também abriu suas portas para a propagação da América Latina em seu espaço. Entre os dias 17 de janeiro e 7 de fevereiro de 1942, a Macy's Latin American Fair levou seus clientes a uma loja ambientalizada ao estilo mexicano e peruano, expondo fotografias, panfletos, livros, tapetes e músicas dos diversos países do continente. Segundo seu presidente, Jack Straus, os produtos não estavam apenas à venda, mas voltados a um propósito didático: promover um maior conhecimento cultural da região (NACP, 1941). Ao mesmo tempo, programas radiofônicos, como o *University of the Air*, da NBC, reproduzido na última meia hora do dia, supria o ouvinte de informações sobre a América Latina, especialmente sobre sua música. Para o complemento do aprendizado, o ouvinte poderia solicitar o catálogo "Music of the New World" por 25 centavos, e ele chegaria pelo correio (TOTA, 2000, p. 106).

Muitos materiais impressos também estiveram voltados à Boa Vizinhaça. Destacam-se entre eles os panfletos de temas variados, que ficaram conhecidos tanto nos Estados Unidos quanto na América Latina. Traduzidos para o português, o espanhol e o francês, além do original em inglês, mais de 60 tipos diferentes foram produzidos ou distribuídos pelo OCIAA. Em geral seu conteúdo buscava destacar a união entre as Américas no contexto bélico, especialmente na contribuição que os latino-americanos ofereciam à segurança do continente quando enviavam matéria-prima como látex, manganês ou outros minérios, cruciais para o desfecho favorável aos Aliados, no Teatro de Operações. Apesar de estar nítido o caráter assimétrico de tais contribuições, a propaganda salientava que, mesmo com colaborações de ordem distinta, toda as nações eram elementares para a defesa hemisférica. Distribuídas em bibliotecas, comitês do OCIAA, escolas, universidades e agências culturais, tanto na América Latina quanto nos Estados Unidos, as "boas-novas" da união continental chegavam aos lares do cidadão comum (LOCASTRE, 2017; SADLIER, 2012).

Para construir opiniões favoráveis ao programa, tanto dentro quanto fora dos Estados Unidos, vários curtas-metragens foram pensados e/ou chegaram às telas do cinema, de escolas, universidades ou agências culturais. Muitos deles abordavam de maneira didática a cultura das nações latino-americanas. O valor desses povos ou os aspectos de sua cultura deveriam ser conhecidos para que, posteriormente, fossem aceitos ou parcialmente integrados aos projetos políticos. Como

exemplo desses títulos, citamos a seguir a relação de alguns filmes que foram exibidos em escolas de Portland/Oregon em abril de 1944, conforme documento contido no National Archives/CP:

Americans all; Argentine primer; Brazil Fishing School; Cuernavaca; Good Neighbor Family; A line from Yucatan; Mexico built a democracy; Mexico City; Mexican moods; Montevideo Family; Orchids; Pan-American bazaar; Patzcuaro; People of two worlds; Roads South; South of the border; Sundays of the Valleys Mexico; Venezuela moves ahead (NACP, 1944).

Entre tais produções, podemos destacar o filme *Americans all*, de 1941, produzido por Julien Bryan. Seu título, bem como sua primeira mensagem, sinalizava uma proposta de “unidade do continente americano”, que até então nunca havia ocorrido. Em suas primeiras cenas aparecia a seguinte descrição: “Esta é uma história real sobre as vinte outras Américas... nossos vizinhos do Sul, sobre quem nós conhecemos muito pouco e que, como nós, são Todos Americanos⁴”. Essa referência, que considerava “todos americanos”, segundo Darlene Sadlier (2012) seria mencionada em “[...] um período único nas relações dos Estados Unidos com a América Latina⁵”. Para um povo que sempre utilizou a palavra “América” como sua própria denominação e “americano” para referir-se à sua população, abranger as outras repúblicas a essa América era definitivamente um marco na História desse país⁶.

Em meio à documentação do National Archives, encontramos o projeto para um filme com o título *The way of we learn* (O modo como

⁴ Apresentação inicial do filme *Americans all* (1941). Texto original: “It’s a true story about the twenty other Americas... our neighbors to the South, about whom we know so little, and who, like us, are Americans All”.

⁵ Texto original: “There were the ‘Good Neighbor’ years, a period unique in U.S. relations with Latin America and perhaps the only time in U. S. history when the terms ‘Americas’ and ‘Americans’ were regularly employed to convey an image of a North-South family of twenty-one united republics” (SADLIER, 2012, p. 2).

⁶ Ao analisar memorandos, relatórios e outros documentos veiculados entre os funcionários do OCIAA, vê-se a nomenclatura “Outras repúblicas americanas” e “América” como sinônimo de Estados Unidos.

aprendemos), datado de outubro de 1942. Esse *script* apresenta o modelo escolar de nível básico dos Estados Unidos, por meio da descrição do cotidiano da Evander Childs High School, em Nova York, apontado pelos roteiristas como instituição modelo para o ensino básico no país. Ele agregaria estudantes dos mais distintos níveis econômicos, bem como estimularia o intercâmbio com as culturas latino-americanas. Aulas de espanhol e a correspondência por cartas com alunos das “outras” américas serviam como estímulo para o interesse cada vez maior sobre tal região (NACP, 1942, p. 9-10).

A leitura desse roteiro possibilita resumir sua principal mensagem em três ideias: democracia, liberdade e progresso. Em um momento em que ocorria na Europa uma intensa perseguição ao diferente, na mais polêmica faceta do nacionalismo, mostrar que em um país como os Estados Unidos conviviam harmonicamente diversos povos que compartilhavam dos mesmos direitos era a prova da grandeza dessa nação que legitimava sua luta armada após Pearl Harbor. O foco da narrativa não era desprezioso: os colégios seriam o microcosmo de uma nação que investia na qualidade, tornando o progresso um fim natural. O demasiado enfoque que recaía sobre a estrutura do sistema público de educação e o zelo pela formação dos estudantes, apresentados com base em cenas persuasivas, demonstram o cuidado que seus roteiristas tiveram em expor seu país da melhor maneira possível. Ao mesmo tempo, apresentar a sociedade como um todo coeso e organizado em prol do progresso era uma boa maneira de salientar a superioridade de sua nação.

O projeto também enfatizava o papel dos docentes. Eles seriam peças fundamentais para a efetiva aplicação das políticas públicas que resultariam em programas escolares democráticos e progressistas. As metodologias adotadas espelhariam a busca pela eficácia, valor primaz para otimizar o tempo, torná-lo mais útil e agilizar, sem perda da qualidade, a aprendizagem (NACP, 1942, p. 6). Não há informações sobre a real produção desse roteiro, entretanto seu conteúdo está em consonância com o que vinha sendo produzido na época, buscando, entre outros objetivos, evidenciar uma mobilização bélica que deveria contar com os esforços de toda a população, assim como o fato de que a vida em um país democrático e garantidor das liberdades individuais valeria qualquer esforço.

Partindo da crença de que era preciso solidificar esse conhecimento para o cidadão, inúmeros livros didáticos foram produzidos, voltados a trazer a América Latina e sua cultura para o cotidiano escolar de milhares de jovens. Juntos, o OCIAA, o departamento de Educação dos

EUA e a divisão de relações culturais criaram materiais didáticos que dialogavam com a política externa de seu país. Foi proposto um currículo voltado ao interamericanismo no ensino público básico, pois para Joshua Hochstein (ex-presidente do Comitê de Relações Interamericanas) uma criança em idade escolar estaria mais apta a receber novas ideias e a desfazer estereótipos. Diante do pouco material existente que pudesse difundir “novas ideias”, editoras como a D.C. Heath and Company passaram a produzir livros didáticos mais fundamentados nos ideais da Política da Boa Vizinhança, destacando-se entre suas publicações a série *The New World Neighbors* (ROBERTSON, 2011, p. 72).

Tal coleção fomentou um efeito psicológico importante na guerra contra o fascismo europeu, ao fazer presentes, no cotidiano do ambiente escolar, ideias que reforçavam a superioridade estadunidense e a fragilidade do “inimigo”. Em seus capítulos, foram salientados a “História e o Espírito” das culturas latino-americanas, na tentativa de suprir todas as incompreensões que existiam sobre esses povos; nas entrelinhas, tal discurso poderia ser compreendido como um meio eficaz para naturalizar as novas relações exteriores e exaltar os feitos do governo Roosevelt na região, que parecia buscar o “bem” dessas nações (ROBERTSON, 2011).

Ao longo dos livros, valores como “criatividade” e “independência” foram atribuídos aos latino-americanos. Embora tais denominações fossem já compreendidas como típicas do estadunidense, a associação delas aos seus “vizinhos” auxiliava na dissipação das fronteiras que teimavam em permanecer (ROBERTSON, 2011, p. 75). Ainda que existisse um cuidado com o conteúdo do material, estereótipos não saíam de cena repentinamente. Imagens e textos, ao longo dos livros didáticos, transpareciam ainda esses preconceitos, já que menções como “pagãos” ou o “lado negro de Chichén Itzá” implicitamente mostravam o que ainda era pensado sobre a região. Assim, a real imagem que latino-americanos possuíam perante os “americanos” permanecia impregnada de juízos de valor, mesmo diante da busca da difusão de um conteúdo diferente (ROBERTSON, 2011, p. 76).

Além de livros didáticos, pessoas como Alfred Knopf e Samuel Putnam se dedicaram a publicar traduções de diversas obras latino-americanas para o público de seu país. A editora que levava o mesmo nome do primeiro, Alfred A. Knopf Inc., foi a mais importante nesse trabalho. Autores como Jorge Amado e Gilberto Freyre tiveram seus sucessos, *Terras do sem-fim* e *Casa-grande e senzala*, respectivamente

traduzidos e publicados na série Borzoi. Entretanto há de salientar que o interesse por efetuar tais publicações não pode ser retirado desse contexto em que a cultura latino-americana estava em voga. Com as mais distintas propagandas realizadas sobre esses povos, a ampliação do número de leitores aptos a adquirir tais obras estimulava editores como Knopf a suprir tal demanda de mercado (LIVINGSTONE, 2015).

Ao mesmo tempo em que se produziam materiais diversos para a propagação da solidariedade hemisférica, eram monitorados, por meio de pesquisas de opinião pública, os anseios e as expectativas dos americanos sobre a Política da Boa Vizinhança. A agência de pesquisas que mensurou tais opiniões foi a American Social Surveys, dirigida por George Gallup e Hadley Cantril, dois pioneiros nesse tipo de trabalho nos Estados Unidos. Suas pesquisas foram colhidas em todo o continente e seus dados colaboraram para a criação e a aplicação dos projetos de Roosevelt e Rockefeller para a América Latina no contexto bélico (LOCASTRE, 2017, p. 85; SADLER, 2012).

A aplicação de pesquisas para o cidadão comum, a fim de buscar em suas respostas caminhos a serem trilhados no cenário internacional ou mesmo para justificar as políticas já em vigência, também serviu para situar aquilo que era absorvido pela sociedade por meio do conteúdo divulgado. Em uma pesquisa de opinião pública que permitia respostas livres, datada de dezembro de 1942, (*Some specific suggestions about the Inter-American Programs* – LOC, 1942), algumas sugestões foram dadas pelos entrevistados sobre as atividades que poderiam ser desenvolvidas para fins da “boa vizinhança” e nos apontam quais eram os efeitos para a população dos trabalhos de propaganda realizados no *front* interno. Na primeira página de resultados da pesquisa, consta um texto que expressa, em linhas gerais, seus objetivos:

Como parte desse processo de trabalhar juntos, nós dos Estados Unidos buscamos conhecer mais sobre os nossos vizinhos do sul – suas vidas, a sua cultura, as suas aspirações e seu papel na guerra atual. É com o pensamento de incentivar uma participação **ativa** da comunidade em “Assuntos Interamericanos” que essa lista de sugestões foi compilada⁷ (LOC, 1942, p. 2, grifo do original, tradução livre da autora).

⁷ Texto original: “As a part of this process of working together, we in the United States must come to know more about our neighbors to the South – their lives, their culture, their aspirations, and their role in the present war. It is with the thought of encouraging an active community interest in Inter-American Affairs that this list of suggestions has been compiled”.

As ideias colhidas foram organizadas em 15 itens. Um deles ilustra como a ideia de “boa vizinhança” como uma troca cultural equivalente estava sendo difundida pelos materiais impressos e audiovisuais. Em um item inicial intitulado “Observações sobre o dia das independências latino-americanas e do dia interamericano” (LOC, 1942, p. 4), algumas sugestões interessantes foram dadas e ressaltavam o engajamento e as expectativas de alguns dos entrevistados nessa causa, que mobilizaria, de leste a oeste, o estadunidense.

As sugestões procuraram mostrar o respeito que seria dispensado aos países que comemorariam sua independência política, levando ao conhecimento de todos os “sobrinhos do Tio Sam” tais datas e aspectos da cultura latino-americana. Todas as independências deveriam ser celebradas nas cidades, expostas pelos agentes políticos, comerciantes, professores ou mesmo *chefs* de cozinha. Tudo porque, segundo as sugestões, nesses dias comemorativos todos deveriam mostrar seu grande interesse pelo evento, que depois de noticiado nas rádios locais chegaria aos ouvidos das autoridades latino-americanas e lhes mostraria o quão importante era para os norte-americanos (LOC, 1942, p. 5).

Em tais festividades, as prefeituras e os demais órgãos públicos poderiam hastear ao lado da bandeira nacional uma latino-americana. O prefeito e o governador teriam o papel de enviar suas pessoais felicitações e, nas escolas, os professores abordariam, ao lado da História de seu “moderno” país, a trajetória política de um “vizinho” pouco conhecido. Aqueles cidadãos que não estivessem em idade escolar ou que naquele dia passassem longe da prefeitura local poderiam mais tarde, em casa, ouvir pelo rádio, em programa especial, os comentários de diplomatas ou líderes do país homenageado (LOC, 1942, p. 5).

Outras sugestões apontavam a importância de divulgar esses dias de independência em jornais locais, que trariam artigos especiais com curiosidades sobre geografia, história ou música, e as crianças poderiam se deliciar com um *quiz* voltado especificamente para o tema. Mais tarde, à hora do jantar, a data voltaria a ser lembrada, uma vez que os restaurantes serviriam pratos diferentes, com a típica gastronomia latino-americana, e os comerciantes dos mais diferentes ramos ofereceriam aos seus clientes produtos vindos do exterior. Além das comemorações exaustivas a serem realizadas nos “Dias de Independência” e nas homenagens que delas decorreriam, outro dia memorável, em que o ideal de integração continental seria lembrado, ocorreria no dia 14

de abril, no “Dia Pan-americano”. A instauração de ambas as datas tinha por intuito reforçar (ou construir) um elo cultural entre esses caminhos notadamente díspares, ao mesmo tempo em que supunha que a recordação de tais independências evidenciaria o interesse e o respeito estadunidense por essas nações (LOC, 1942).

Mostras de músicas, desde as mais populares até as eruditas, também eram sugeridas. Escolas, estações de rádio, bibliotecas, universidades ou museus seriam os locais onde as diferentes culturas seriam apresentadas, estimulando uma gradual propagação de sua informação e da busca pelo seu conhecimento. Na prática, algumas dessas propostas realmente saíram do papel e tal intercâmbio cultural possibilitou a latino-americanos e estadunidenses que se “olhassem” de modo distinto. Dessa maneira, as mensagens de união hemisférica não apenas chegaram aos latino-americanos, por meio de produtos culturais carregados de intenções. A busca por uma mudança na opinião pública dentro dos Estados Unidos também aconteceu de maneira substancial, tentando apresentar, por diversas vias, novas informações sobre os “outros” americanos.

CONCLUSÃO

Assim, como uma nova faceta da política externa estadunidense, a Política da Boa Vizinhança surgiu em um contexto internacional que requeria dos Estados Unidos instaurar uma nova postura com relação à América Latina. Diante dos longos anos de hostilidades fomentadas pelos intervencionismos do Big Stick, foi preciso, para garantir uma hegemonia na região, tratar a vizinhança de um modo distinto. O primeiro passo foi buscar conhecer a cultura latino-americana, para evitar que estereótipos prevalecessem nos diversos materiais que foram distribuídos na região, além da difusão de conteúdos sobre a América Latina para a população estadunidense.

O que vigorava na década de 1940 entre ambos os povos aqui destacados era o desconhecimento. Pouco se sabia sobre os estadunidenses na América Latina, com uma recíproca também verdadeira. Por isso, levar informações sobre tais povos aos estadunidenses, pagadores de impostos e eleitores de Roosevelt, fora visto como o caminho mais eficaz para continuar os projetos de boa

vizinhança. Assim que as intenções desse estreitamento cultural fossem conhecidas e a complexidade de tais povos fosse compreendida, os projetos governamentais poderiam ser mais viáveis. Embora saibamos que décadas de preconceitos e hostilidades não pudessem ser apagadas da mentalidade de um povo tão facilmente, filmes educativos, materiais didáticos, panfletos, tradução de livros ou mesmo mostras de arte foram os caminhos trilhados para levar adiante os ideários da Política da Boa Vizinhança. Por meio dos resultados de pesquisas de opinião pública, mensurados à época, foi possível perceber que muitos estadunidenses pareciam entusiasmados com o programa, embora tenhamos a consciência de que, ainda hoje, um longo caminho precisa ser trilhado para que tais povos se aceitem e se conheçam de maneira mais efetiva.

REFERÊNCIAS

AMERICANS All. Direção de Julien Bryan. EUA: Office of the Coordinator of Inter-American Affairs, 1941. 24 min, son., 35 mm.

CRAMER, Gisela; PRUTSCH, Ursula. Nelson A. Rockefeller's Office of Inter-American Affairs (1940-1946) and Record Group 229. **Hispanic American Historical Review**, Duke University Press, nov. 2006.

FERES JR., João. **O conceito de *Latin America* nos Estados Unidos**. Bauru: Edusc, 2005.

JUNQUEIRA, Mary Anne. **Ao sul do Rio Grande** – imaginando a América Latina em seleções: oeste, *wilderness* e fronteira (1942-1970). Bragança Paulista: Edusf, 2000.

LIVINGSTONE, Victoria. Between the good neighbor policy and the latin american “boom”: brazilian literature in the United States. **Belas Infíéis**, v. 4, n. 2, p. 115-127, 2015.

LOCASTRE, Aline. **Projeção do Brasil para o pós-guerra**: a Boa Vizinhança estadunidense no Brasil segundo a revista *Em Guarda* (1941-1945). Dissertação (Mestrado) – Departamento de Pós-Graduação em História Social, Universidade Estadual de Londrina, 2012.

LOCASTRE, Aline. **Seduções impressas**: a veiculação do paradigma estadunidense no Brasil em tempo de Segunda Guerra Mundial. Curitiba: Editora CRV, 2017.

MONTEIRO, Erica G. Daniel. **Quando a guerra é um negócio**: F. D. Roosevelt, iniciativa privada e relações interamericanas durante a II Guerra Mundial. Curitiba: Editora Prismas, 2014.

MOURA, Gerson. **Estados Unidos e América Latina**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 1991.

PECEQUILO, Cristina Soreanu. **A política externa dos Estados Unidos**: continuidade ou mudança? Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

PELLEGRINO, Gabriela; PRADO, Maria Lígia. **História da América Latina**. São Paulo: Contexto, 2014.

ROBERTSON, Breanne. Textbook Diplomacy: The New World Neighbors Series and Inter-American Education during World War II. **Hemisphere: Visual Cultures of the Americas**, v. 4, n. 1, 2011.

ROWLAND, Donald W. (dir.). **History of the Office of the Coordinator of Inter-American Affairs**. Historical Reports on War Administration. Washington: Government Printing Office, 1947.

SADLER, Darlene J. **Good Neighbor Cultural Diplomacy in World War II**. Austin: University of Texas Press, 2012.

SCHOULTZ, Lars. **Estados Unidos: poder e submissão**. Uma história da política norte-americana em relação à América Latina. Bauru: Edusc, 2000.

TOTA, Antonio Pedro. **O amigo americano**: Nelson Rockefeller e o Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

TOTA, Antonio Pedro. **O imperialismo sedutor**: a americanização do Brasil na Segunda Guerra. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

VALIM, Alexandre. **O triunfo da persuasão**: Brasil, Estados Unidos e o cinema da Política da Boa Vizinhança durante a II Guerra Mundial. São Paulo: Alameda, 2017.

Arquivos e fontes

Library of Congress (USA)

LIBRARY OF CONGRESS – LOC. **Some specific suggestions for Inter-American Programs**. Washington/DC: Office of the Coordinator of Inter-American Affairs, dez. 1942. p. 2. LOC.F1418 U5267.

National Archives College Park (USA)

NATIONAL ARCHIVES COLLEGE PARK – NACP. **Evander Childs outline tentatively titled**: The way of we learn. Projeto de filme. 28 out. 1942. RG 229, box 395, 3.

NATIONAL ARCHIVES COLLEGE PARK – NACP. **Guide to the Inter-American cultural programs of non-government agencies in the United States**. Compilado para o Office of The Coordinator of Inter-American Affairs. Fev. 1943. RG 229, box 135, 2.

NATIONAL ARCHIVES COLLEGE PARK – NACP. **News from Macy's Latin American Fair**. Office of The Coordinator of Inter-American Affairs. New York, 14 out. 1941. RG 229, box 178.

NATIONAL ARCHIVES COLLEGE PARK – NACP. **Preliminary survey of Inter-American cultural activities in the United States**. Preparado por: Nina Collier. 25 set. 1939. RG 229, box 1471.

NATIONAL ARCHIVES COLLEGE PARK – NACP. **Report of CIAA films used in April 1944**. Department of audio-visual education, Portland Oregon. Abr. 1944. RG 229, box 395, 3.



Hollywood e as guerras: a influência do cinema-propaganda da década de 1940 no século XXI

Ângelo Otavio Garcia Rechi¹

“In Hollywood, no one knows anything” (William Goldman)

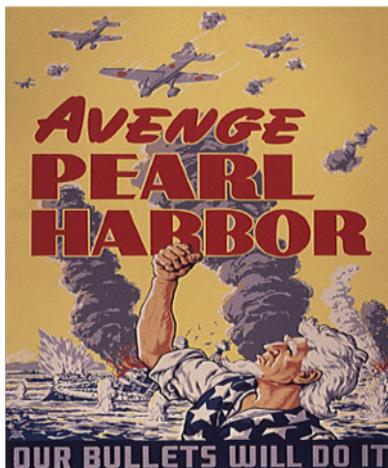
POLÍTICA E GUERRA: OS ESTADOS UNIDOS EM MEIO À GUERRA DE PROPAGANDA

Sete de dezembro de 1941, um dia marcante para a história dos Estados Unidos da América (EUA). Pela primeira vez, desde o início da Segunda Guerra Mundial, esse país é atacado diretamente pelo Japão. Iniciado em 1939, o conflito ainda aterrorizava milhões de pessoas pelo mundo. Os EUA, até aquele dia, não haviam participado diretamente da guerra, sendo apenas fornecedores dos Aliados. Entretanto, num mundo onde o cinema já havia fixado seu espaço, o conflito indireto é tão importante quanto o direto.

A Segunda Guerra Mundial ocorreu oficialmente entre os anos de 1939 e 1945 e deixou mais de 50 milhões de mortos. O conflito iniciou-se na Europa e expandiu-se para muitos lugares do mundo. De um lado havia uma Alemanha nazista, aliada com a Itália fascista e o Japão imperial; do outro, a União Soviética, a Inglaterra, a França e os EUA formando a denominada Aliança.

¹ Mestre em História pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). *E-mail:* angeloogrechi@gmail.com.

Figura 1 – Propaganda norte-americana



Franklin Delano Roosevelt era presidente dos EUA durante o conflito e sabia da importância das mídias para convencer a população da necessidade de lutar. As imagens, sejam elas em movimento ou não, foram de suma importância para mobilizar uma luta apoiando os EUA. Temos na figura 1 um exemplo de como as imagens foram utilizadas para “vingar” a nação norte-americana, desde o uso do famoso “Tio Sam”², para lembrar os antigos valores americanos, até a frase “nossas balas vão fazer isso”, incentivando ir à luta e à guerra.

Que diferença faria o cinema diante de tantas imagens e propagandas de efeito? O próprio Roosevelt respondeu a tal questão em um discurso dado no dia 4 de março de 1941: “Nosso cinema conquistou o primeiro lugar no mundo. Ele reflete a nossa civilização para o estrangeiro. As ideias, aspirações e os ideais de um povo livre e da própria liberdade” (ROOSEVELT *apud* PEREIRA, 2011, p. 1). Pereira (2012, p. 609) explica o desafio que o cinema norte-americano encontrou na época:

[...] A maioria das pessoas considerava o cinema uma distração contra a ameaça da guerra – um

² Tio Sam acabou ganhando fama nos EUA após seu uso em um cartaz na Primeira Guerra Mundial. Cartaz original disponível em: <https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/1/1d/Unclesamwantyou.jpg/250px-Unclesamwantyou.jpg>. Acesso em: 13 jun. 2017.

paliativo barato que as fazia esquecer de privações como o racionamento da gasolina. O cinema era uma poderosa arma de propaganda e os produtores deviam ao mesmo tempo agradar as inclinações escapistas do público e o amor ao país oferecendo-lhe filmes vistosos, patrióticos e inevitavelmente rentosos.

É interessante notar o desafio de Hollywood durante a Segunda Guerra Mundial. Utilizando o cinema como forma de propaganda, as pessoas, em prol do entretenimento, acabavam ignorando o racionamento pelo qual o país passava. Mesmo durante esse acontecimento, as distribuidoras e produtoras lucravam em suas obras relacionando-as às questões propagandísticas.

Um filme que exemplifica o cinema-propaganda é *Casablanca* (Michael Curtiz, 1942). A trama é sobre um americano amargurado que ajuda sua antiga paixão a fugir de nazistas que a estavam perseguindo. Durante a história, fica claro como o filme reforça a aliança dos EUA com a Inglaterra e a França. A receita gerada pelo filme arrecadou mais de 3,7 milhões de dólares³, e ele se tornou muito popular dentro e fora dos EUA. O maior trunfo que o cinema teve na Segunda Guerra Mundial foi o alcance de público por meio de suas propagandas cinematográficas. Michael Todd Bennett (2016, p. 155) reitera a importância de fortalecer alianças no cinema:

Filmes reforçando a dominante opinião pública favorável à Grã-Bretanha ajudaram a criar uma atmosfera – a área cinza – na qual essa aliança política poderia florescer. A contribuição do cinema para a “segunda aproximação”, a qual foi seguida pelas cordiais relações anglo-americanas até os dias atuais, sugere que a fusão política ficou marcada fortemente na cultura. Filmes exibidos na América de 1935 até 1940, então, reforçam e se baseiam na troca cultural transatlântica⁴.

³ Tal valor, se colocado no contexto histórico da década de 1940, é extremamente alto.

⁴ Texto original: “Films, by reinforcing the dominant public opinion favorable to Great Britain, helped to create an atmosphere – the grey area – in which this political alliance could flourish. The contribution of cinema to the “second rapprochement”, which has been followed by cordial Anglo-American relations up to the present day, suggests that the political fusion drew heavily upon culture. Films show in America from 1935 to 1941, then, both drew upon and strengthened the trans-Atlantic cultural exchange”.

Notamos que alguns filmes produzidos durante a Segunda Guerra Mundial possuíam algumas propagandas dentro de sua própria trama. Nesse caso, reiteramos a importância do cinema como um influenciador do imaginário social. Como o próprio autor deixa claro, o filme propicia uma troca cultural entre os EUA e a Inglaterra. Randy Roberts (2016, p. 157) faz uma análise do filme *Casablanca* e explica desde o começo que a meta era educar e influenciar os espectadores:

Os produtores de *Casablanca*, no entanto, acreditaram que seu filme poderia educar tão bem como entreter os espectadores. Desde o primeiro dia da produção, *Casablanca* foi oportunamente designado para ajudar nos esforços de guerra da América. Para ser claro, Warner Bros., o estúdio que fez *Casablanca*, planejou fazer dinheiro do filme, mas também queria mostrar dramaticamente a batalha entre o bem e o mal que tão recentemente havia engolido o mundo. Em resumo, o filme misturava propaganda com entretenimento, patriotismo com riso e romance, e começou a contar um tempo particular da América. Hoje, o espectador pode assistir passivamente a *Casablanca* completamente entretido, mas alguns espectadores podem também sujeitar o filme a uma análise mais crítica sobre o mundo nos meses anteriores à Segunda Guerra Mundial⁵.

Diante do conflito, o governo norte-americano foi obrigado a criar um código seguido pelos estúdios, produtores e diretores para formular seus filmes. O chamado *Government information manual for the motion picture industry* (*Manual governamental para a produção de filmes*) foi criado em 1942 e tinha apenas dois objetivos: 1.º) censurar determinados filmes; 2.º) definir regras para a produção cinematográfica no período de guerras. Segue um pequeno parágrafo do manual:

⁵ Texto original: “*The producers of Casablanca, however, hoped that their film would educate as well as entertain its viewers. From the first day of production, Casablanca was consciously designed to aid America’s war effort. To be sure, Warner Bros., the studio that made Casablanca, planned to make money from the film, but it also wanted it to dramatically show the battle between good and evil that had so recently engulfed the world. In short, the movie mixed propaganda with entertainment, patriotism with laughter and romance, and became a document for America at a particular time. Today, a viewer can passively watch Casablanca and be thoroughly entertained, but the same viewer can also subject the film to a more critical analysis and the world in the early months of World War II.*”

Se nós estamos aqui para ganhar esta guerra, americanos devem estar prontos para sacrificar alguns confortos, necessidades e a própria vida. Pesquisas de opinião pública indicam que algumas confusões ainda existem com os problemas pelos quais esta guerra está sendo travada. Ao menos que cada americano claramente entenda o quanto ele tem em jogo, a nação não pode engrenar sozinha, sem o esforço exterior necessário para a vitória.

O cinema deve ser o melhor meio para trazer vida à ideia democrática. Nós, americanos práticos, podemos facilmente fazer programas tangíveis, como processar açúcar ou polir carros para economizar borrachas. Esse é o desafio para a ingênua Hollywood fazer a real igualdade democrática de valores que nós concedemos⁶ (THE GOVERNMENT..., 1942, p. 1).

Nota-se a forma como o próprio governo norte-americano esclarece que o cinema é o principal meio para trazer a ideia democrática e a justificativa de luta na década de 1940. Assim, o *Government information manual for the motion picture industry* regeu a forma como Hollywood deveria trabalhar seus filmes e, nesse meio tempo, influenciou a questão criativa de diversos diretores e produtores e a memória coletiva popular acerca de determinados eventos.

Diversas seções foram criadas a fim de direcionar os produtores para como produzir seus filmes. Entre elas destacamos *Why we fight?* (Por que lutamos?), *Whom we fight?* (Contra quem lutamos?) e *What we must do?* (O que devemos fazer?)⁷. Entretanto, por mais que tenha funcionado durante a Segunda Guerra Mundial, ele não foi extinto com o fim do conflito. A Motion Picture Association of America (MPAA) pode ser considerada sua herdeira quando tratamos de censura no cinema norte-americano.

⁶ Texto original: “If we are to win this war, Americans must be ready to sacrifice comforts, necessities, and life itself. Public opinion polls indicate that some confusion still exists as to the issues for which this war is being fought. Unless every American clearly understands how much he has at stake, the nation cannot gear itself to the all-out effort necessary for victory. The motion picture should be the best medium for bringing to life the democratic idea. We practical-minded Americans can easily grasp such tangible programs as sugarrtioning or pooling of cars to save rubber. It is a challenge to the ingenuity of Hollywood to make equally real the democratic values witch we take for granted?”.

⁷ Todas as seções e o modelo completo do manual podem ser encontrados em: <https://libraries.indiana.edu/collection-digital-archive-gimmpi>. Acesso em: 28 jul. 2017.

Além de *Casablanca*, podemos citar o filme *Flying Tigers* (David Miller, 1942), baseado nos *Tigres Voadores*⁸, que lutaram ao lado da China em julho de 1941. A narrativa gira em torno de alguns pilotos norte-americanos que abandonaram suas vidas e seus amores para lutar a favor de sua pátria. O filme foi lançado em outubro de 1942, pouco depois do ataque à base de Pearl Harbor. A produção arrecadou 1,5 milhão para as bilheteiras norte-americanas e tornou-se um sucesso.

Figura 2 – Capitão Jim Gordon despedindo-se de Brooke Elliott (*Flying Tigers*, 1942)



Podemos notar, na cena anterior, que o Capitão Jim Gordon se despede de sua amante, a enfermeira Brooke Elliott. É visível o patriotismo, pois os pilotos abandonam suas vidas para lutar na guerra. Essa produção, de maneira indireta, motivou as pessoas a lutar na Segunda Guerra Mundial. Parece óbvio que as pessoas tivessem tal interesse, ainda mais após os ataques de Pearl Harbor, entretanto devemos lembrar que as propagandas (e as mídias) usufruíram de muito poder para motivar o alistamento, levando entre 12 e 15 milhões de voluntários poucos dias após o ataque. Dessa forma, podemos citar Peter C. Rollins e John E. O'Connor (2008), que em seu livro *Why we fought: America's war in film and history* dissertam sobre como a guerra e os filmes dessa época influenciaram a cultura norte-americana.

⁸ O nome original dos pilotos era Grupo Voluntário Americano.

Conflitos militares têm influenciado a sociedade americana e remodelado a vida dos americanos em maneiras complexas e subversivas. Entretanto documentos públicos, debates legais e estatísticas do campo de batalha podem ser as melhores fontes para entender um pouco mais os tradicionais problemas históricos, como os objetivos de guerra, suas estratégias e seu sucesso e falhas logísticas. Evidências da cultura popular mostram mais claramente como a guerra pode libertar e também corromper nações moralmente, da mesma forma que as falir financeiramente⁹ (ROLLINS; O'CONNOR, 2008, p. 1).

Os autores explicam como os conflitos militares influenciaram a vida dos norte-americanos de diversas maneiras. Tanto na questão das mídias quanto nas formas de propaganda, o cinema vem criando seu lugar fixo no imaginário estadunidense. Ao analisarmos os filmes sobre a Segunda Guerra Mundial, talvez não notemos seu real impacto, enquanto alguns documentos públicos nos dão uma noção melhor sobre as questões beligerantes da época.

HOLLYWOOD E SUA POPULARIZAÇÃO NO DECORRER DOS ANOS

O cinema foi um grande aliado dos Estados Unidos, auxiliando-os na forma de propaganda política durante muitos anos. Chaplin, Brahm e Curtiz são apenas alguns exemplos de diretores que contribuíram para a construção dessa imagem cinematográfica que Hollywood fez sobre o americano.

Não sabemos a data exata de criação de Hollywood, mas no início do século XX começou a surgir nos Estados Unidos um local onde muitos estúdios se estabilizaram, que posteriormente receberia tal denominação. A popularidade da região aumentou com o incentivo

⁹ Texto original: “*Military conflicts have influenced American society and reshaped the lives of Americans in complex and subtle ways. Although public documents, legislative debates, and battlefield statistics may be the best sources for understanding some of the more traditional historical issues such as war aims, strategies, and logistical successes and failures, evidence from popular culture may show more clearly how wars can liberate and also corrupt nations morally, just as they can bankrupt them financially*”.

financeiro público e privado. O resultado foi o surgimento e a ascensão de um gigante e complexo polo cinematográfico (PEREIRA, 2012).

Hollywood é conhecida mundialmente, e os filmes ali produzidos estampam as telas dos cinemas pelo mundo. Como a indústria cinematográfica dos Estados Unidos se tornou tão popular?

A década de 1940 foi um período essencial para o crescimento da indústria cinematográfica, especialmente de Hollywood. Os filmes, de maneira geral, não demoraram a alcançar outros países. Enquanto algumas produtoras buscavam produzir filmes, os Estados Unidos investiram na tecnologia cinematográfica para garantir sua força no mercado e patentear suas inovações (PEREIRA, 2012).

Com o auxílio financeiro e político que Hollywood recebeu na Segunda Guerra Mundial somado à construção de um “inimigo em comum” da nação norte-americana, os Estados Unidos investiram em distribuidoras cinematográficas. Durante o século XX houve algumas mudanças em relação às chamadas *majors*¹⁰, e atualmente há seis grandes distribuidoras: Walt Disney, Warner Bros, Paramount, Sony Pictures, Universal e 20th Century Fox¹¹. Portanto, o início desse poder na distribuição dos filmes, na forma propagandística, começou na década de 1940 (MINTZ; ROBERTS; WELKY, 2016).

O fim da Segunda Guerra Mundial poderia ter significado o término dos filmes como forma de propaganda, entretanto, mesmo após a década de 1940, o interesse no cinema de guerra continuou. Apesar do fim da guerra, Hollywood seguiu fazendo filmes sobre a temática. Isso nos leva a dois questionamentos: qual o interesse dos EUA em continuar produzindo conteúdo midiático sobre a guerra? O que esses filmes ainda têm a dizer?

Especificamente entre os anos de 1950 e 1959, mais de 40 filmes feitos por Hollywood abordaram a Segunda Guerra Mundial. Nas décadas seguintes, o número de filmes produzidos não se alterou muito. Esse contingente de produção está mais relacionado aos lucros obtidos com o gênero do que ao teor patriótico ou propagandista. Um exemplo recente disso é o próprio filme *Bastardos inglórios*, que lucrou mais de 200 milhões de dólares (IMDB, 2017).

¹⁰ Termo utilizado para identificar as maiores corporações.

¹¹ Até o momento desta pesquisa a 20th Century Fox estava em processo de compra pela Walt Disney.

Nos anos finais da Segunda Guerra Mundial, as tropas responsáveis por entrar em Berlim e finalizar o domínio nazista foram de soldados russos pertencentes às forças armadas da União Soviética. Logo após o fim da guerra, as duas maiores potências restantes¹² iniciaram um novo conflito, popularmente chamado de Guerra Fria. Na tentativa de se sobrepor aos soviéticos, o cinema pós-Segunda Guerra Mundial também serviu de base para influenciar a opinião popular sobre os vitoriosos do conflito.

O cinema estadunidense da época passou a produzir longas-metragens que manipulavam o espectador acerca do papel libertador dos norte-americanos no término do conflito. De 2000 a 2009 foram produzidos 86 títulos (IMDB, 2011), entre filmes e séries, que abordavam o tema da Segunda Guerra.

Na década de 1990 foram produzidos 87 títulos sobre o tema (IMDB, 2014). Com a popularização do cinema, é provável que o século XXI vai apresentar ainda mais produções. No entanto esses dados não explicam os motivos de tantas produções sobre um contexto histórico específico. Uma das hipóteses mais plausíveis é a facilidade que a Segunda Guerra Mundial tem ao formar heróis e vilões, pois o regime nazista de Adolf Hitler conseguiu ambientar um clima de terror e vilania nas telas do cinema sem o auxílio de um roteiro original.

As produções do século XXI trazem um olhar contemporâneo para os conflitos do passado. Apesar de ser complicado para as produtoras e distribuidoras ambientarem a década de 1940, as novas tecnologias permitem transmitir ao espectador um realismo mais próximo. Novas câmeras, efeitos visuais atualizados e uma coloração mais nítida fornecem experiências melhores a uma nova geração 70 anos distante do fim da guerra.

Outra questão é a violência explícita que o século XXI demonstra em suas produções. Com o passar das décadas, a MPAA – órgão fiscalizador e controlador dos conteúdos cinematográficos nos EUA – tornou-se menos rígida em relação à exibição de cenas violentas. Essa tolerância só foi possível pela receptividade do público norte-americano, que permite e aceita tal agressividade com normalidade. É interessante notar que essa permissividade não se estende às questões relativas à moral sexual, proibindo filmes que abordem a temática para menores de 18 anos (FEDERMAN, 1996).

¹² EUA e União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS).

Band of Brothers (2001) é uma série de dez episódios produzida por Steven Spielberg, Tom Hanks, Preston Smith, Erik Jendresen e Stephen E. Ambrose. Ela conta a história da Easy Company (uma companhia de paraquedistas dos EUA) que se tornou famosa por participar das missões mais complexas dentro da guerra. Um dos pontos mais citados por muitos críticos é sua veracidade e realismo com relação ao contexto da década de 1940.

Pearl Harbor (Michael Bay, 2001) é um filme do gênero drama que conta a história de Rafe McCawley (Ben Affleck) e Danny Walker (Josh Hartnett), amigos de infância e pilotos de caça. Rafe vive um romance com Evelyn (Kate Beckinsale) e durante uma missão tem seu avião abatido e é considerado morto. Tempos depois, Rafe aparece e descobre que Danny está com Evelyn, o que gera uma briga entre os dois.

A trama desenrola-se paralelamente ao ataque a Pearl Harbor, e as personagens, que antes estavam em conflito, se unem para defender seu país dos japoneses. O filme foi elogiado pela forma como representou os eventos de Pearl Harbor. Notamos uma similaridade entre as duas produções citadas, pois compõem o *mainstream* do cinema de guerra.

É interessante notar que ambas as produções têm a classificação indicativa como PG¹³ 13, considerada a mais abrangente de público nos cinemas. Tino Balio disserta em seu livro sobre como a MPAA modificou após a década de 1960 as classificações indicativas dos filmes nos EUA, tornando-as menos rígidas durante os anos subsequentes:

A classificação mais indicada para atrair o grupo abaixo de 24 anos de idade é a PG-13. Houve uma queda nas classificações nos últimos anos, quando filmes classificados como R, uma vez os filmes mais populares dos estúdios, entraram em declínio. Filmes PG-13 substituíram os R como o maior setor do mercado. “Você está deixando dezenas de milhões de dólares para trás com uma classificação R”, disse um chefe de *marketing* de estúdio. “Somente pessoas com 17 anos ou mais podem comprar ingressos para filmes classificados R”. Enquanto a descrição da MPAA de cada classificação ficou a mesma, “é claro que filmes PG-13 de hoje são mais parecidos com os R do passado”, ele adiciona. “No último verão, um estudo

¹³ *Parents guide* (PG): Guia dos pais.

de Harvard mostrou que filmes PG-13 ou abaixo de hoje possuem mais violência, sexo e xingamentos que filmes da mesma classificação da década anterior” (Snyder, 2005). O desafio de produtores de filmes de alto faturamento é descobrir como empurrar as barreiras dos principais ingredientes do gênero enquanto se mantêm dentro da interpretação em evolução da PG-13 da CARA¹⁴ (BALIO, 2013, p. 71)¹⁵.

O autor deixa claro que a pressão dos estúdios se deve ao aumento na rentabilidade dos filmes com classificações indicativas menores. Isso fez com que a MPAA modificasse seus padrões classificativos, diminuindo assim o chamado *parental guide*. O reflexo disso é a acessibilidade dos menores de idade a temas como violência, guerra e conflitos. Isso contribuiu com outra hipótese: a da afeição do século XXI pelas guerras do passado e o aumento da produção de filmes com esse tema em Hollywood.

O que sabemos ao certo é que a produção cinematográfica abordando a temática da Segunda Guerra Mundial aumentou nos primeiros anos do século XXI. Foram elaboradas algumas hipóteses para compreender o interesse do público pelo cinema de guerra, pois respostas mais concretas só seriam possíveis por meio de uma pesquisa profunda sobre a recepção desses filmes e de que forma o governo norte-americano influenciou em tal questão. Podemos considerar a utilização de dicotomias entre as personagens para o funcionamento da trama, bastante presente nas produções de Hollywood.

Conforme Christopher Vloger (2006, p. 26), “todas as histórias consistem em alguns elementos estruturais comuns encontrados

¹⁴ CARA significa Classification and Rating Administration – Classificação e Administração da Avaliação.

¹⁵ Texto original: “*The preferred film rating to attract the twenty-four-and-under group is PG-13. There has been a ratings creep in recent years as the R rating, once the studios’ mainstay, went into decline. PG-13 films replaced Rs as the largest sector of the market. ‘You’re leaving tens of millions of dollars on the table with an R rating’, said one studio marketing head. ‘Only people 17 and older can buy tickets to R-rated films’. While the MPAA’s descriptions of each rating have remained fixed, ‘there is evident that today’s PG-13 is more like yesterday’s R’ he added. ‘Last summer, a Harvard study found that current films with PG-13 ratings and below had more violence, sex and profanity than films for the same ratings 10 years prior’ (Snyder, 2005). The challenge facing any tentpole producer is to figure out how to push the boundaries of the genre’s mainstay ingredients while staying CARA’s evolving understanding of PG-13”.*

universalmente em mitos, contos de fadas, sonhos e filmes”. Essa citação demonstra que histórias têm suas similaridades, e as tramas cinematográficas não são exceções. Um dos elementos estruturais mais claros representados no cinema é a dicotomia de bem *versus* mal. De um lado, uma personagem heroica e que luta contra diversas barreiras para vencer, e do outro lado o mal, apático em relação ao próximo. A fórmula para o sucesso desses filmes foi a soma dessa dicotomia inserida num cenário de guerra.

Em tempos de guerra os seres humanos perdem muito de sua empatia e nenhum país está absolvido de atos violentos e maldosos contra o próximo. Adolf Hitler foi responsável por dominar e destruir grande parte da Europa, gerando campos de extermínio para milhões de judeus e membros de etnias consideradas racialmente inferiores. Joseph Stalin também criou campos de concentração (*gulags*) onde milhões – em números expressivamente maiores do que os do nazismo – morreram. Sabendo disso, é pertinente perguntar: por que, afinal, o cinema se lembra apenas de Hitler?

A resposta está na própria fórmula de sucesso de Hollywood: criar uma dicotomia e separar vilões de heróis. A Segunda Guerra Mundial era repleta de conflitos: Aliados *versus* Eixo, judeus *versus* nazistas ou Estados Unidos *versus* Alemanha. Aproveitando essas diferenças, Hollywood utilizou-as para fixar na mentalidade de uma nova geração tal dicotomia. É indiscutível posicionar-se contra os atos violentos que Hitler cometeu durante as décadas de 1930 e 1940, mas os filmes, em sua maioria, demonstram o antigo líder nazista como algo além do humano, um ser de pura maldade. Dessa maneira, a indústria cinematográfica norte-americana utiliza Hitler e os nazistas, por sua proximidade com o público e para reforçar a argumentação em torno da vitória dos Estados Unidos (DOHERTY, 2013).

Conforme Imke Meyer (2012, p. 18), “a desestabilização da dicotomia entre o que se tornou forma de realização arquetípica do Bem e do Mal – nomeados de vítimas do Holocausto Judeu e assassinos sádicos nazistas – não faz nenhum favor para Hollywood”¹⁶. O autor explica

¹⁶ Texto original: “*The destabilization of the dichotomy between what have become archetypal embodiments of Good and Evil – namely Jewish Holocaust victims and sadistic Nazi Killers – does Hollywood no Favors*”.

que essas divisões feitas por Hollywood não são positivas para a indústria cinematográfica norte-americana, já que podem ser comparadas ao mesmo formato utilizado por Goebbels¹⁷ nas propagandas antisemitas do cinema alemão da década de 1940. Entretanto a comparação com o cinema de Goebbels não é um aspecto tão determinante, já que a representatividade de bem *versus* mal é um fator importante para atrair público para as salas de cinema e garantir que o espectador saiba quem está do lado “certo” da História.

Notamos que esse formato já usado por diversas indústrias cinematográficas influencia o espectador de múltiplas maneiras. Sendo assim, consideramos três principais razões para o interesse do século XXI em filmes sobre a Segunda Guerra Mundial: 1.º) o rendimento financeiro positivo dos filmes; 2.º) as novas tecnologias que permitem o realismo da guerra; 3.º) a fácil dicotomia criada entre bem *versus* mal. Essas são apenas algumas hipóteses levantadas. Para dados mais concretos, reforçamos que é necessário haver uma pesquisa de público e não se limitar à análise de alguns filmes em si.

O SÉCULO XXI E AS GRANDES DISTRIBUIDORAS: A HERANÇA DA SEGUNDA GUERRA

A construção de um filme não é feita de forma singular e depende de diversos fatores para uma boa conclusão de seu produto. Hollywood é, atualmente, a indústria cinematográfica mais forte do mundo, entretanto existem alguns elementos que ela não possui, por exemplo os cenários, pois criar um ambiente artificial, por maior que seja o avanço tecnológico, é diferente de filmar na localidade real, onde a história realmente aconteceu.

Quando pensamos em filmes, imaginamos, na maioria das vezes, os *blockbusters*¹⁸, mas o que acaba escapando de diversas análises e pesquisas é a forma como o filme alcança o público. É nesse trabalho

¹⁷ Joseph Goebbels foi o ministro da Propaganda durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Era responsável por todo o setor relacionado a propaganda, incluindo cinema, cartazes, rádio e afins.

¹⁸ Filmes de grande apelo popular e com grande arrecadação financeira.

de levar o filme ao público que Hollywood ganha seu destaque sobre outras indústrias.

O custo médio para a criação de um filme nos EUA é de 100 milhões, incluindo seu *marketing*. Os valores são altos se comparados aos de outros países, como no caso do Brasil, cujo custo médio é de 1,5 a 3 milhões de reais. Por mais elevada que seja a despesa de uma produção norte-americana, seu retorno financeiro é muito alto. Dessa forma, para que esse retorno seja feito às grandes distribuidoras, o mercado impede o crescimento das pequenas indústrias. Temos um problema para muitos produtores de filmes: influenciar o público acerca de um filme sem se utilizar, ou depender, de grandes distribuidoras norte-americanas.

Os EUA, desde a criação do cinema, começaram a investir muito em tecnologia de produção e nas patentes. Isso deixou o cinema americano com uma vantagem tecnológica superior à de outros países. Alcançando uma produção forte e avançada, os EUA investiram na indústria de distribuição de filmes, criando assim as companhias distribuidoras. O controle da indústria cinematográfica mundial pelas grandes distribuidoras deu-se após a Segunda Guerra Mundial, pois, logo após a década de 1950, o cinema e outros setores midiáticos foram dominados pelas grandes corporações. As mais conhecidas são: 20th Century Fox, Universal Studios, Warner, Disney, Columbia, MGM e New Line, que monopolizam a distribuição mundial (WASKO, 2003).

Após a produção de um roteiro, a primeira coisa que um diretor e o roteirista fazem é apresentá-lo a uma distribuidora. Se esta concluir que terá um ganho monetário razoável e que o filme não afrontará as ideologias norte-americanas, o roteiro é aceito, o empréstimo é realizado e a produção iniciada. É exatamente por isso que diversos filmes são feitos com produtoras e distribuidoras independentes, pois os dois motivos citados anteriormente são aplicados em praticamente todas as obras cinematográficas dos EUA:

Um filme de Hollywood já não é somente um filme, mas também um item da programação de televisão ou um disco óptico digital. Ele também pode se tornar um álbum com trilha sonora original ou um videogame, enquanto seus personagens ou logotipos podem ser licenciados para usos em merchandise e parcerias promocionais, por exemplo, em brinquedos e itens de vestuário e alimentícios. Tudo isso sugere

que o filme de Hollywood é hoje um produto disperso e fragmentado, assumindo tantas formas que o filme em si desaparece (WASKO, 2003, p. 5).

O filme apresentado no cinema é apenas uma pequena parcela de toda a questão financeira que é gerada. As obras acabam originando um alto lucro para a indústria hollywoodiana, não em salas de cinema, mas sim em DVDs, trilhas sonoras e produtos à parte. Podemos citar como exemplo a franquia Star Wars, que fatura milhões de dólares fora das salas de cinema, principalmente quando pensamos na distribuição externa ao território estadunidense.

Aqui entramos nas questões de coprodução e nas relações internacionais que a indústria cinematográfica norte-americana estabelece com outros países. A influência que Hollywood exerce nas indústrias cinematográficas do mundo é desproporcional à das outras, mantendo sua produção até mesmo em terras estrangeiras. Um problema recorrente em diversas produções é o controle absoluto dos distribuidores sobre um único filme, deixando de fora a questão criativa dos diretores, atores e roteiristas e focando apenas na questão rentável (MELEIRO, 2007b). No início do século XX, Hollywood começou a patentear as diversas tecnologias para produção de filmes; entre as décadas de 1930 e 1950 ampliou sua capacidade produtiva, deixando os estúdios cada vez mais fortalecidos (PEREIRA, 2012).

Com o surgimento de outras produtoras e o crescimento do mercado, Hollywood mudou seu direcionamento para a distribuição e, desde então, o mercado mundial submeteu-se à indústria norte-americana. A fórmula para um filme gerar lucro tornou-se a acessibilidade ao grande público; sendo assim, quanto maior sua distribuição, maior sua arrecadação. Alessandra Meleiro (2007b, p. 19) discorre sobre uma falsa disputa dentro do mercado cinematográfico de distribuição:

As grandes companhias de cinema (*majors*) alegam que enfrentam uma competição intensa dentro da indústria cinematográfica, como também em outras atividades. Entretanto, ao longo dos anos, muitas companhias tentaram entrar no ramo de distribuição e fracassaram. Em outras palavras, as grandes distribuidoras ainda dominam, como indica o fato de

que as seis *majors* arrecadam, regularmente, cerca de 90% da receita anual de bilheteria nos EUA.

A distribuição de filmes é monopolizada pelas *majors*, refletindo no pouco acesso que temos a filmes nacionais, europeus e indianos, por exemplo. Majoritariamente falando, se um filme tem disponibilidade para ser distribuído por uma das grandes empresas do meio, ele também é acessível ao público. Não podemos deixar de destacar que isso não é uma regra, pois há exceções que ganham destaque.

A indústria cinematográfica norte-americana distribui antes em seu próprio país para depois pensar no mercado global. Nos EUA, o consumo de filmes na língua materna é muito maior do que o de legendados. O uso excessivo do inglês no cinema é chamado por Wasko (2003, p. 33) de *cultural discount*:

[...] a noção de que, em virtude da língua e especificidade cultural, um filme (ou algum outro produto) pode não se tornar popular fora do seu próprio país. Assim, por seu “apelo universal” e o uso generalizado do inglês em todo o mundo, os filmes americanos têm um *cultural discount* mínimo em mercados estrangeiros.

O uso do inglês é uma forma de a indústria cinematográfica norte-americana ser aceita pela população. Temos uma diversificação de nacionalidades no filme, mas mantém-se o *cultural discount* nas bases principais de sua trama. Os pontos destacados aqui, desde as patentes até o crescimento da distribuição e o *cultural discount*, surgem na primeira metade do século XX e são mantidos como referências do “fazer cinema” até os dias atuais.

A INFLUÊNCIA DO FILME-PROPAGANDA NO SÉCULO XXI

Pensando nas questões discorridas até o momento, chegamos então a outro questionamento: qual a relação do filme-propaganda da Segunda Guerra Mundial com o cinema de guerra atual? Utilizaremos como base o longa *Bastardos inglórios* (2009), produzido e dirigido por Quentin

Tarantino, para exemplificar como os moldes criados pela indústria hollywoodiana se mantiveram no cinema sobre guerra do século XXI.

Além de retratar uma guerra, vale lembrar que Tarantino teve algumas inspirações para criar sua obra, por exemplo o filme *Tonight we raid Calais* (John Brahm, 1943), já citado por ele em uma entrevista. Apesar de ser um filme de baixo orçamento e sem muita visibilidade, trata-se de um longa-metragem criado no decorrer da Segunda Guerra Mundial. A trama é extremamente parecida com a de *Bastardos Inglórios*, pois conta a história de um infiltrado inglês que pretende destruir os planos nazistas. Podemos notar diversas similaridades entre as obras, como demonstrado a seguir.

Figura 3 – Jogo de cartas entre o espião e soldados nazistas (*Tonight we raid Calais*, 1943)



Nessa cena do filme *Tonight we raid Calais* vemos o protagonista Geoffrey Carter, com um lenço no pescoço, ao lado de líderes nazistas, que estão conversando e jogando cartas. É notável que os nazistas já confiam em Geoffrey e criaram uma relação de amizade com ele, sem desconfiar de sua infiltração. A cena enquadra todas as quatro pessoas em tela tentando não dar um protagonismo para nenhuma das personagens na mesa, passando a impressão de igualdade.

Já na cena de *Bastardos inglórios* notamos algumas similaridades e diferenças. Em uma reunião feita num bar alemão, alguns “bastardos”¹⁹ e Bridget von Hammersmark (Diane Kruger) estão discutindo sobre o andamento de um plano. Após uma discussão com um dos nazistas, um oficial aparece e tenta socializar-se com os bastardos, criando um clima de tensão. Para quebrar o sentimento gerado na cena, eles começam um jogo.

Figura 4 – Jogo de cartas entre bastardos, Bridget von Hammersmark e Major August Diehl (*Bastardos inglórios*, 2009)



Nessa cena há apenas um nazista, diferentemente do filme que inspirou Tarantino, em que apareciam quatro. Da mesma forma que o primeiro filme, aqui eles também estão em um momento de descontração, porém desconfiados. Apesar dos indícios, não podemos afirmar com certeza se Tarantino se baseou no filme *Tonight we raid Calais* para criar tal cena. Algumas semelhanças são notáveis, por exemplo a descontração da cena, o jogo, o fato de estarem sentados a uma mesa de forma circular e as bebidas. Por mais que *Bastardos inglórios* seja um filme contemporâneo, muitas de suas referências vêm de produções criadas

¹⁹ No filme, os chamados “bastardos” são homens, estadunidenses e judeus, que vão para Alemanha com o objetivo de matar soldados nazistas e obter seu escalpo. Seu líder é o Tenente Aldo Raine, que se denomina um descendente de apaches. O grupo serve como um dos eixos principais do filme.

durante a Segunda Guerra Mundial. Muitos filmes contemporâneos sobre a guerra buscam referências no passado; o que muda são as maneiras de atingir o público.

Os filmes produzidos durante a Segunda Guerra teriam uma motivação diferente das produções do século XXI, pois o âmbito social sofreu mudanças de acordo com o tempo. Essas divergências são formadas pelo contexto em que o país se encontra, logo, se a nação precisa de um contingente populacional para formar exércitos, ela produzirá obras cinematográficas que motivem o público ao alistamento. Na mesma linha de pensamento, é necessário criar um inimigo que justifique tal alistamento. Peter C. Rollins e John E. O'Connor (2008, p. 13) explicam essa motivação:

[...] a promoção de filmes relacionados com a guerra “transmitia significados culturais de patriotismo e identidade nacional, assim como as motivações do porquê o país estava em guerra e por que o público deveria participar”. Reforçando as mensagens dos filmes, “propagandas funcionavam no sentido de aumentar o apoio aos esforços de guerra” e demonstravam “como filmes poderiam retratar os líderes, heróis, vilões e vítimas da guerra de maneira que favorecessem interesses nacionais”. O capítulo de Latham deveria lembrar os acadêmicos que estudos sobre filmes precisam considerar mais do que apenas a experiência dos espectadores²⁰.

O autor demonstra que os filmes de guerra, na maioria dos casos, contêm diversos significados culturais, como o patriotismo e a identidade nacional. Essas mensagens, quando conectadas às propagandas, reforçam a noção de filme-propaganda. Quando o governo norte-americano precisa do apoio populacional, ele utiliza Hollywood como uma ponte para levar as ideias do governo ao âmbito popular.

²⁰ Texto original: “[...] the promotion of war-related films ‘conveyed cultural meanings of patriotism and national identity, as well as reasons why the country was at war and why the public should participate’. Reinforcing the messages of the films, ‘advertisements functioned to rally support for the war effort’ and showed ‘how film could portray the leaders, heroes, villains, and victims of the war in ways that furthered national interests’. Latham’s chapter should remind scholars that film studies need to consider more than just the viewing experience”.

Os filmes-propaganda tiveram variadas formas durante os anos. Na Segunda Guerra Mundial, o cinema sobre guerra norte-americano foi usado como meio de propaganda militar. No decorrer dos anos, o número de filmes sobre conflitos armados cresceu. A cada ano, tanto o cinema quanto suas propostas buscam atingir públicos diferentes por meio de mensagens diversas.

Quando falamos de *Bastardos inglórios*, pensamos em uma obra com o tema da vingança, mas não podemos esquecer suas referências e principalmente o elemento central de sua trama. O cinema da década de 1940 e o filme-propaganda serviram de inspiração para o cinema contemporâneo, que busca inspiração no século passado para elaborar um modelo cinematográfico de fácil acesso e construtivo para o cotidiano do século XXI.

REFERÊNCIAS

BALIO, Tino. **Hollywood in the new Millennium**. United Kingdom: University of Nottingham, 2013.

BENNETT, Michael Todd. Movies and Great Britain. *In*: MINTZ, Steven; ROBERTS, Randy; WELKY, David. **Hollywood's America: understanding History through film**. 5. ed. Chichester: Brandywine Press, 2016.

DOHERTY, Thomas. **Hollywood and Hitler – 1933-1939**. Nova York: Columbia University Press, 2013.

FEDERMAN, Joel. **Media ratings: design, use and consequences**. Califórnia: Mediascope, 1996.

INTERNET MOVIE DATABASE – IMDB. **Bastardos inglórios**. Disponível em: http://www.imdb.com/title/tt0361748/business?ref_=tt_dt_bus. Acesso em: 18 jun. 2017.

INTERNET MOVIE DATABASE – IMDB. **List of World War II films made between 2000-2009**. 13 ago. 2011. Disponível em: <http://www.imdb.com/list/ls001816106/>. Acesso em: 18 jun. 2017.

INTERNET MOVIE DATABASE – IMDB. **90's WWII movies**. 22 jan. 2014. Disponível em: <http://www.imdb.com/list/ls059115790/>. Acesso em: 18 jun. 2017.

MELEIRO, Alessandra (org.). **Cinema no mundo**: indústria, política e mercado – América Latina. São Paulo: Escrituras Editora, 2007a. (Coleção Cinema no Mundo, v. 4).

MELEIRO, Alessandra (org.). **Cinema no mundo**: indústria, política e mercado – Estados Unidos. São Paulo: Escrituras Editora, 2007b. (Coleção Cinema no Mundo, v. 4).

MEYER, Imke. Exploding cinema, exploding Hollywood: Inglorious Basterds and the limits of cinema. *In*: DASSANOWSKY, Robert V. **Quentin Tarantino's Inglorious Basterds**: a manipulation of metacinema. Londres: A Bloomsbury Company, 2012.

MINTZ, Steven; ROBERTS, Randy; WELKY, David. **Hollywood's America**: understanding History through film. 5. ed. Chichester: Brandywine Press, 2016.

OLSON, S. **Hollywood Planet**: global media and competitive advantage of narrative transparency. Mahwah: Lawrence Erlbaum, 1999.

PEREIRA, Wagner P. Cinema e política na era Roosevelt: o “American Dream” nos filmes de Frank Capra (1933-1945). *In*: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 26., ANPUH, julho 2011, São Paulo. **Anais** [...]. São Paulo, 2011. p. 1-17.

PEREIRA, Wagner P. **O poder das imagens**: cinema e política nos governos de Adolf Hitler e de Franklin D. Roosevelt (1933-1945). São Paulo: Alameda, 2012.

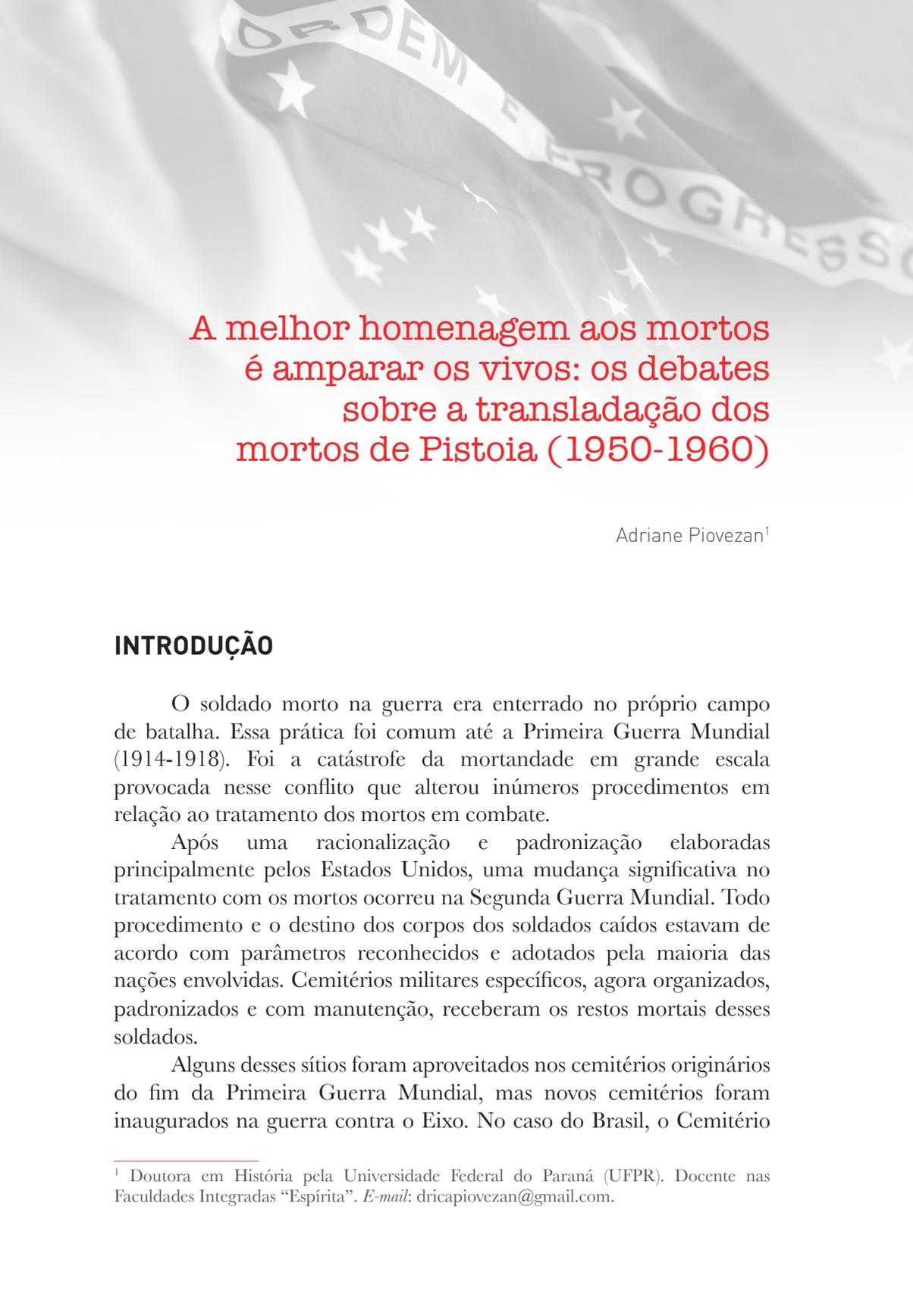
ROBERTS, Randy. Blockbuster as propaganda. *In*: MINTZ, Steven; ROBERTS, Randy; WELKY, David. **Hollywood's America: understanding History through film**. 5. ed. Chichester: Brandywine Press, 2016.

ROLLINS, Peter C.; O'CONNOR, John E. (org.). **Why we fought: America's wars in film and history**. Critical Studies in Media Communication, 2008.

THE GOVERNMENT Information Manual for the Motion Picture Industry. The issues. 1942. Disponível em: <http://bl-libg-doghill.ads.iu.edu/gpd-web/historical/gimmpi/gimmpii.pdf>. Acesso em: 28 jul. 2017.

VLOGGER, Christopher. **A jornada do escritor: estruturas míticas para escritores**. Tradução de Ana Maria Machado. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006.

WASKO, J. **How Hollywood works**. Londres: Sage, 2003.



A melhor homenagem aos mortos é amparar os vivos: os debates sobre a transladação dos mortos de Pistoia (1950-1960)

Adriane Piovezan¹

INTRODUÇÃO

O soldado morto na guerra era enterrado no próprio campo de batalha. Essa prática foi comum até a Primeira Guerra Mundial (1914-1918). Foi a catástrofe da mortandade em grande escala provocada nesse conflito que alterou inúmeros procedimentos em relação ao tratamento dos mortos em combate.

Após uma racionalização e padronização elaboradas principalmente pelos Estados Unidos, uma mudança significativa no tratamento com os mortos ocorreu na Segunda Guerra Mundial. Todo procedimento e o destino dos corpos dos soldados caídos estavam de acordo com parâmetros reconhecidos e adotados pela maioria das nações envolvidas. Cemitérios militares específicos, agora organizados, padronizados e com manutenção, receberam os restos mortais desses soldados.

Alguns desses sítios foram aproveitados nos cemitérios originários do fim da Primeira Guerra Mundial, mas novos cemitérios foram inaugurados na guerra contra o Eixo. No caso do Brasil, o Cemitério

¹ Doutora em História pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Docente nas Faculdades Integradas “Espírita”. *E-mail*: dricapiovezan@gmail.com.

Militar Brasileiro em Pistoia, criado em 1944 na Itália, foi o destino dos 468 mortos no conflito na Europa. Pistoia configurava-se como o único cemitério militar brasileiro no estrangeiro.

No caso da participação brasileira na Primeira Guerra Mundial (1914-1918), os 156 mortos da Divisão Naval de Operações de Guerra (DNOG) foram sepultados no Cemitério de Bel Air, em Dacar, em 1918 e transladados em 1928 para o Mausoléu dos Mortos do DNOG no Cemitério São João Batista, no Rio de Janeiro (PIOVEZAN; GRASSI, 2014). A mobilização para esse conflito foi bem menor do que a participação brasileira na Segunda Guerra Mundial, por isso o impacto da Primeira Guerra na rememoração dos mortos também foi muito menor.

Quando da criação da Força Expedicionária Brasileira (FEB) em 1943, a intenção de se efetivar de fato um traslado dos possíveis mortos na ação já estava registrada na documentação. O comandante da FEB, Marechal Mascarenhas de Moraes, já havia escrito em suas memórias que os havia levado, então era sua responsabilidade trazê-los (MORAES, 1969).

A guerra acabou em 1945, e as notícias sobre o repatriamento já aparecem nos periódicos nacionais em 1948. Mas entre os boatos e a decisão oficial para fazer essa mudança foram necessários sete anos. Durante esse intervalo, discussões sobre como seria feito o repatriamento, sobre o local onde as urnas seriam sepultadas etc. pautaram as narrativas dos ex-combatentes e dos oficiais do Exército.

Finalmente, a Comissão de Repatriamento dos Mortos do Cemitério de Pistoia foi criada em 1952 (COMISSÃO DE REPATRIAMENTO DOS MORTOS DO CEMITÉRIO DE PISTOIA, 1952). Tinha como objetivo, em primeiro lugar, decidir onde ficariam os restos mortais dos combatentes sepultados no Cemitério Militar de Pistoia na Itália e, em segundo lugar, estabelecer se o monumento seria coletivo ou se seria permitido que cada família escolhesse o destino para seu familiar.

Decidido que o Rio de Janeiro, então capital federal, construiria um Monumento Nacional aos Mortos do Brasil na Segunda Guerra Mundial, ainda não estava claro se todos os mortos de Pistoia seriam trazidos para o local ou não.

Nas amostras pesquisadas na documentação da comissão fica evidente que nem todas as famílias foram consultadas. Os registros com informações sobre quem deveria ser avisado em caso de emergência nos

relatórios individuais do Pelotão de Sepultamento da FEB, já analisados em outra pesquisa (PIOVEZAN, 2017), eram preenchidos regularmente, porém mais de dez anos depois do fim da guerra muitos familiares tinham mudado de residência ou mesmo falecido. Encontram-se cerca de 300 fichas com informações sobre o desejo dos familiares em relação ao destino dos corpos.

Em um questionário padrão enviado pela comissão para os parentes ou responsáveis é possível perceber elementos que extrapolam a indagação burocrática se a opção era por sepultar o ex-combatente no Monumento Nacional ou em outro lugar. A análise dessas mensagens que fugiam ao padrão problematiza as relações desses grupos com a morte e a relação com a memória e a instituição militar que era detentora do corpo desses mortos até então.

Nesse ponto, um dos inúmeros aspectos que podem evidenciar tal relação é a tentativa, nessas consultas formais realizadas pelo Estado, de resolver questões referentes aos vivos. Com base na documentação pesquisada, percebe-se como, por meio das solicitações nas respostas dos formulários, a morte dos combatentes ainda permitiu o amparo aos seus familiares. Afinal, a consulta configurava-se em uma correspondência oficial direcionada à parcela da população que não tinha recebido de fato justificativas e decisões sobre as ações do governo quanto ao destino desses soldados. Muitos familiares perceberam nessa correspondência com o governo a possibilidade de terem suas solicitações e necessidades respondidas, porque era a primeira vez que estavam sendo procurados para responder sobre o destino dos soldados mortos em guerra. Era a “presença” de um Estado ausente para essa parcela da sociedade.

É nesse contexto que se enfatiza a ação decisiva das associações de veteranos de guerra. Logo após o retorno dos soldados da Itália, as associações de veteranos espalharam-se pelo Brasil com uma atuação ampla de portadoras da missão de rememorar o evento e seus envolvidos, além de fornecer amparo aos ex-combatentes e suas respectivas famílias.

ASSOCIAÇÕES DE VETERANOS DE GUERRA: O NÃO ESQUECIMENTO DE VIVOS E MORTOS

No pós-guerra associações de veteranos foram criadas no Brasil, a maioria delas por oficiais da ativa e da reserva do Exército (OLIVEIRA,

2011). O objetivo delas era prestar assistência aos veteranos brasileiros da FEB, abandonados e esquecidos pelo governo federal, conforme demonstra a definitiva pesquisa de Francisco Ferraz (2012) sobre o tema.

O estudo de Francisco Ferraz evidenciou que o processo de desmobilização da FEB no Rio de Janeiro, o abandono dos ex-combatentes e até a proibição em determinados momentos de invocar sua memória configuraram-se como algo perverso para essas pessoas. Sua experiência não foi devidamente aproveitada e seus esforços não foram recompensados adequadamente nos anos posteriores ao fim da guerra.

Diante de tal cenário, as associações tinham papel fundamental em amparar os vivos e relembrar os mortos. A desmobilização da FEB mostrou-se catastrófica para os veteranos, e a possibilidade de que os mortos também fossem esquecidos incentivou as associações a debater o repatriamento, que deveria ser realizado para perpetuar a memória da guerra e não para seu apagamento.

Uma das primeiras associações foi a Legião Paranaense do Expedicionário (LPE), fundada em Curitiba em 1946. No estatuto da LPE constava o dever de propagar a memória da FEB e difundir sua história e atuação por meio de ações que contribuíssem para essa homenagem (LPE, 1946). Entre tais ações, monumentos locais que celebrassem os eventos e os mortos deveriam ser incentivados. Toda cidade que possuísse um ex-combatente morto na guerra deveria erguer um monumento em homenagem a ele, para didaticamente fortalecer a memória da participação brasileira na Segunda Guerra Mundial.

Nos anos 1950, quando de fato foi criada a Comissão de Repatriamento dos Mortos do Cemitério de Pistoia, a LPE e outras associações estaduais e municipais promoveram campanhas para a construção de monumentos e mausoléus que receberiam esses mortos em suas cidades de origem como forma de relembrar o evento e homenagear os caídos em combate.

O processo de estruturação dessas associações está repleto de desafios. No caso da LPE a não existência de uma sede própria até 1951 representava apenas uma das frentes de luta da instituição. Atuando no sentido de auxiliar na reintegração dos ex-combatentes veteranos, tais associações buscavam o cumprimento dos direitos garantidos, da ampliação desses benefícios e da assistência aos que precisavam de apoio nesse processo.

O objetivo principal de cuidar dos vivos, entretanto, não representou o abandono dos mortos. Pelo contrário, encontram-se na documentação da LPE atas de reuniões com projetos de construção de um mausoléu para os mortos da FEB do Paraná. A justificativa da iniciativa, que teve como principal defensor o ex-combatente e então deputado federal Thadeo Sobocinski (COMISSÃO DE REPATRIAMENTO DOS MORTOS DO CEMITÉRIO DE PISTOIA, 13 jun. 1960), já previa a construção desse monumento como forma de homenagem e reforço ao não esquecimento da participação brasileira na guerra. Diante do cenário de injustiças e repressão que os ex-combatentes enfrentavam naquele contexto (FERRAZ, 2012), os mortos serviriam de amparo aos vivos.

O papel desempenhado pela então Casa do Expedicionário em Curitiba foi marcante no período. A LPE, depois de conseguir sua sede própria em 1951, passou a oferecer serviços variados que iam de atendimentos médicos e dentários ao auxílio jurídico e profissional. O seu trabalho de atendimento, no entanto, já era reconhecido por todos os ex-combatentes e seus familiares desde a implementação da instituição em 1946; mesmo em endereços cedidos ou alugados a legião sempre auxiliou os ex-combatentes abandonados após a desmobilização da FEB.

Quando houve a possibilidade de transladar os restos mortais dos soldados para o Brasil, as associações de ex-combatentes foram as defensoras de mausoléus locais como forma de reforçar o não esquecimento da participação brasileira na guerra.

Com tantos esforços, os familiares enviavam à Comissão de Repatriamento o modo como preferiam que seus filhos retornassem ao local de origem. Por isso, quando os familiares dos mortos paranaenses recebiam o questionário enviado pela Comissão de Repatriamento, já encontravam a proposta da LPE e aderiam a ela. É o caso do pai de Bruno Estrifica. Na correspondência da comissão enviada por ele, explícita a vontade de que seu filho volte para o local onde nasceu e que a então Casa do Expedicionário de Curitiba seria o lugar escolhido (COMISSÃO DE REPATRIAMENTO DOS MORTOS DO CEMITÉRIO DE PISTOIA, 1.º fev. 1960).

Também o irmão de Ermínio Cardoso, de Tijucas do Sul, Paraná, solicitou que os restos mortais de seu irmão fossem levados para Curitiba. O questionário dele destaca que a decisão foi tomada com a mãe, morta

quatro anos antes. Outro ponto ressaltado nessa correspondência pelo irmão do combatente é que o “Distrito Federal não será mais capital da República”² (COMISSÃO DE REPATRIAMENTO DOS MORTOS DO CEMITÉRIO DE PISTOIA, 7 dez. 1959). O irmão de Ermínio Cardoso também escreveu que o mausoléu seria construído na frente da Casa do Expedicionário, em Curitiba.

O papel da então Casa do Expedicionário como instituição formadora de opinião sobre esse tema acentuou-se no exemplo da carta enviada para a comissão pelo pai de João Maria Batista. Nela consta que num primeiro momento teria respondido o questionário solicitando que os restos mortais do filho retornassem para Laranjeiras do Sul, entretanto, ao tomar conhecimento do projeto do deputado Thadeo Sobocinski de um mausoléu construído na frente da Casa do Expedicionário em Curitiba, mudou de ideia e desejou que o corpo do filho ficasse nesse monumento (COMISSÃO DE REPATRIAMENTO DOS MORTOS DO CEMITÉRIO DE PISTOIA, 13 mar. 1960). Também se pode frisar que o familiar cita o 1.º Congresso Nacional dos Ex-combatentes, realizado em 1953, no qual essa proposta tinha sido aprovada por unanimidade.

O pai do expedicionário José Wsoek também quis que seu filho fosse sepultado no mausoléu que seria construído em frente à Casa do Expedicionário em Curitiba. Até mesmo datilografa com fita vermelha a informação de que o deputado Thadeo Sobocinski teria feito a proposta de que cada combatente retornasse para seu estado de origem, “para manter acesa viva a chama de patriotismo e brasilidade, em todos os recantos da Pátria, para perpetuar a tradição histórica” (COMISSÃO DE REPATRIAMENTO DOS MORTOS DO CEMITÉRIO DE PISTOIA, 18 nov. 1959).

Outras instituições de ex-combatentes também decidiram que o melhor para a memória da FEB era a presença física dos restos mortais de seus soldados nas cidades de origem. É o caso da mãe do soldado Alfredo Estevão da Silva, que menciona já ter contactado o Comandante do 13.º Batalhão de Caçadores (13.º BC) e presidente da Associação de Ex-Combatentes seção Joinville e que os restos mortais de seu filho deveriam ser remetidos para “o jazigo dos mortos em ação

² A fala indica que a pessoa já sabia da transferência da capital federal do Rio de Janeiro para Brasília.

localizados em Joinville” (COMISSÃO DE REPATRIAMENTO DOS MORTOS DO CEMITÉRIO DE PISTOIA, 5 nov. 1959).

Indecisão e falta de informações detalhadas estimularam o pai de Sebastião Cerrato a procurar a Associação dos Ex-Combatentes do Brasil em São Paulo. Segundo o presidente da associação, a família gostaria de ter o filho próximo, em São Paulo, e conseguiram até um terreno no cemitério doado pelo prefeito, entretanto temiam os custos desse traslado e precisavam de um documento oficial do Ministério da Guerra por exigência da prefeitura. O presidente da associação ainda informou que a família era pobre e não teria condições de arcar com os “custos de traslado do Rio de Janeiro para São Paulo” (COMISSÃO DE REPATRIAMENTO DOS MORTOS DO CEMITÉRIO DE PISTOIA, 17 fev. 1960). Mais do que qualquer manifestação de afeto, o significativo na escolha do destino dos corpos era a questão financeira.

Julieta Candida, irmã de soldado morto, especifica tal situação. Escreve em um bilhete manuscrito que não tem condições financeiras de “receber os ossos do irmão” (COMISSÃO DE REPATRIAMENTO DOS MORTOS DO CEMITÉRIO DE PISTOIA, 14 out. 1959). Uma sepultura custaria 15 mil cruzeiros em Barão de Vassouras, quantia de que a família não dispunha.

Na ausência de uma associação, o Exército e sua organização apareciam como futuros depositários desses heróis. É o caso de João Soares de Faria, cujo pai solicita o envio dos restos mortais do filho para o Regimento Itororó (5.^a Região) (COMISSÃO DE REPATRIAMENTO DOS MORTOS DO CEMITÉRIO DE PISTOIA, 8 out. 1959).

A TERRA NATAL E A DISPUTA PELA HOMENAGEM AO MORTO DE GUERRA

Não apenas associações de veteranos, mas prefeituras também interferiram na consulta do destino dos despojos dos fepianos mortos. É o caso de Antonio Alves de Lins, de São Paulo. Uma carta foi enviada à comissão tentando revogar a resposta da mãe de Antonio. O prefeito escreveu para dizer que, quando foi informada do desejo da prefeitura em construir um mausoléu em praça pública para o filho, a mãe de Antonio voltou atrás na sua resposta. Até a localização do monumento

já estava decidida: ficaria na Praça da Bandeira (COMISSÃO DE REPATRIAMENTO DOS MORTOS DO CEMITÉRIO DE PISTOIA, 3 nov. 1959). O espírito patriótico é mencionado como justificativa para a comissão revogar a decisão dada anteriormente pela mãe de que o filho permanecesse com seus companheiros no Monumento Nacional. Tal desejo gerou mais uma carta, por parte de um procurador da mãe (a qual aparece como analfabeta ao final do texto), procurando reforçar que a mudança de opinião se deveu aos anseios do povo. Assim como ocorreu com frei Orlando, cujo caso veremos mais adiante, o povo aqui aparece como entidade que reforça o sentimento patriótico e de rememoração dos caídos em combate. Uma terceira correspondência, ainda sobre o mesmo soldado Antonio Alves, foi gerada, procurando detalhar as circunstâncias em que a mãe precipitadamente teria escolhido deixar o filho no Monumento Nacional. Na correspondência o autor diz que essa senhora não teria recursos para pagar uma sepultura para seu filho e por isso teria preferido que esta fosse no monumento. É enfatizado que o local onde seria construído o mausoléu na cidade se chamava Praça da Bandeira, que reforçaria a “disseminação do civismo, no sentido de que, plantando-os, condignamente, em lugar que possam ser venerados” (COMISSÃO DE REPATRIAMENTO DOS MORTOS DO CEMITÉRIO DE PISTOIA, 1.º dez. 1959).

Outros simplesmente queriam levar os restos mortais de seus familiares para sepulturas pertencentes à família. É o caso da mãe de Eurípedes Rodrigues de Lima. Ela solicitou à comissão que providenciasse o transporte da urna de seu filho morto para o “cemitério de Ribeirão Preto” (COMISSÃO DE REPATRIAMENTO DOS MORTOS DO CEMITÉRIO DE PISTOIA, 26 out. 1959).

Ao trabalhar com a questão das relações entre vivos e mortos na sociedade brasileira, o antropólogo Roberto DaMatta enfatiza a necessidade da sociedade em homenagear, cuidar e manter os túmulos dos seus familiares mortos para que não se destruam e não sejam esquecidos. Nesse sentido, os mortos teriam o poder de manter as relações sociais entre seus membros e agregá-los (DAMATTA, 1997). Ter o túmulo do filho próximo ou integrante de uma sepultura familiar teria esse intuito de harmonizar a família.

A mãe de Luiz Gomes de Quevedo reclamou que a correspondência chegara com atraso. Ela solicitou que os despojos fossem entregues na cidade onde residia porque não tinha condições de “ir até o Rio de Janeiro prestar as homenagens lá” (COMISSÃO DE REPATRIAMENTO DOS MORTOS DO CEMITÉRIO DE PISTOIA, 6 out. 1959b). A falta de informações concretas por parte da comissão reflete-se na dúvida dessa mãe, não sabendo quando seria o traslado. Também deixou seu endereço, no trecho da correspondência em que escreve: “Embora sem saber por que meio me serão remetidos os citados restos, me antecipo a informar que o endereço deve ser...” (COMISSÃO DE REPATRIAMENTO DOS MORTOS DO CEMITÉRIO DE PISTOIA, 6 out. 1959b). A preocupação em se adiantar sobre tal questão demonstra a desconfiança por parte dessa parcela da população para com o governo.

Fatos consumados, como a construção de um monumento, pronto e com espaço para o caixão, foram informados pela mãe de Miguel Marotti Cabral. Ela solicitou que os restos mortais do filho fossem entregues em Cordeiro, Rio de Janeiro, município onde ele nasceu e onde já existia esse “monumento esperando seu corpo” (COMISSÃO DE REPATRIAMENTO DOS MORTOS DO CEMITÉRIO DE PISTOIA, 18 out. 1959).

O próprio prefeito de Penápolis, no estado de São Paulo, escreveu respondendo pelos pais de Diogo Garcia Martins. O representante do município esclareceu que havia um estudo com o Legislativo para a construção de um mausoléu para o ilustre combatente. Como ainda teria de fazer a consulta a outros órgãos do município, o prefeito questionou se era possível manter em aberto a decisão, já que na negativa os pais poderiam optar por deixar os restos mortais no Monumento Nacional, no Distrito Federal, ou mesmo levá-lo para uma sepultura familiar na cidade (COMISSÃO DE REPATRIAMENTO DOS MORTOS DO CEMITÉRIO DE PISTOIA, 1.º nov. 1959).

Catroga (2010), ao analisar os signos presentes nos cemitérios oitocentistas, diz que, diante da incógnita que é a morte, a memória surge como protesto compensatório. Ter próximo de si a sepultura do filho ou parente seria uma contrapartida para os vivos.

DIFICULDADES FINANCEIRAS E O DESTINO DOS MORTOS

A principal razão para optar pela permanência dos restos mortais de familiares no Monumento Nacional era a questão financeira. Na maioria dos questionários em que essa opção foi assinalada, justificativas como falta de condições financeiras, pobreza, ausência de local são frequentes.

A irmã de José Guilherme da Silva pediu que os restos mortais de seu irmão permanecessem no Monumento Nacional, pois não pode “fazer catacumba, sou pobre e nunca recebi dinheiro dele” (COMISSÃO DE REPATRIAMENTO DOS MORTOS DO CEMITÉRIO DE PISTOIA, 6 out. 1959a).

Entre os que desejavam que os despojos ficassem no Monumento Nacional, grande parte solicitou alguma facilidade para visitação. Esse aspecto específico permite-nos compará-lo com o que foi feito por outros países envolvidos nos conflitos mundiais. Com o fim da Primeira Guerra Mundial (1918), o governo estadunidense admitiu a impossibilidade de repatriar todos os mais de 300 mil mortos nas diversas frentes em que o Exército participou. A partir de 1920 e mais frequentemente nos anos 30, foram realizadas excursões de mães e esposas dos mortos aos campos de batalha e cemitérios em que seus familiares se encontravam sepultados. Como forma de aproximar essas famílias dos mortos, tais peregrinações foram patrocinadas pelo governo dos EUA (DICKON, 2011). Não existiu nada parecido em rela o ao caso brasileiro. Ao contrário, o desejo era que existisse alguma ajuda ou “facilidade” para prestar alguma homenagem no Rio de Janeiro, nem se cogitando a possibilidade de bancar qualquer viagem à Europa.

Em 19 de outubro de 1959, J. P. S. (COMISSÃO DE REPATRIAMENTO DOS MORTOS DO CEMITÉRIO DE PISTOIA, 19 out. 1959) escreveu uma carta de próprio punho perguntando se existiria a possibilidade de custear passagem e estadia para que o pai de um expedicionário comparecesse   cerim nia de sepultamento no Monumento aos Mortos. O pai do combatente morava nesse período em Itaverava, Minas Gerais. O desejo de assistir a essa solenidade e homenagear filhos e parentes era comum, entretanto na documenta o pesquisada não foi encontrado nenhum documento que

incluísse esse item nas despesas com a solenidade de transladação dos restos mortais.

Expressões mais sutis de homenagem ou individualização dos mortos da FEB também podem ser verificadas nos termos utilizados pelos familiares ao preencher o questionário. A mãe do soldado Sérgio Bernardino escreveu que desejava que os despojos do seu “inesquecível e querido filho” (COMISSÃO DE REPATRIAMENTO DOS MORTOS DO CEMITÉRIO DE PISTOIA, 13 out. 1959) permanecessem no Monumento Nacional. Os adjetivos inesquecível e querido reforçam a tentativa de personalizar o morto num documento padronizado.

A questão financeira é salientada mesmo por aqueles que estavam convictos de querer que seus entes queridos retornassem às suas cidades de origem. Como o formulário não continha nenhuma informação adicional, as indagações sobre os custos eram constantes na documentação.

No caso de Aleixo Venturi, seu irmão confessou que as crianças (seus filhos) perderam o questionário enviado. Mesmo assim ele esperava que a comissão compreendesse e que levasse em consideração o desejo da família de que fossem remetidos para Timbó os restos mortais do soldado (COMISSÃO DE REPATRIAMENTO DOS MORTOS DO CEMITÉRIO DE PISTOIA, 25 nov. 1959).

Problemas de comunicação e a distância das residências dos familiares também foram mencionados na documentação. A mãe do soldado Queiroga explicou que queria receber os despojos, mas que sua residência ficava em local de difícil acesso. Por essa razão, solicitou que a documentação e informações fossem enviadas para o endereço de seu procurador em Cuiabá, inclusive a data de chegada dos despojos, para que ela estivesse presente para recebê-los. Por esse documento, percebe-se que a interpretação dos familiares era de que, se a consulta estava sendo realizada, seria cumprida a vontade de cada envolvido. A mãe de Queiroga queria saber com antecedência a data de envio dos despojos para poder se preparar (COMISSÃO DE REPATRIAMENTO DOS MORTOS DO CEMITÉRIO DE PISTOIA, 6 nov. 1959). Não é explicitado para as famílias que a consulta era uma possibilidade. A maioria tinha certeza de que tal atitude seria de fato seguida pelo governo.

O soldado Holtz também teve essa solicitação por parte de seu pai. A única exigência deste é que informassem com antecedência

a chegada dos restos mortais até Joinville, “para que possamos nos preparar” (COMISSÃO DE REPATRIAMENTO DOS MORTOS DO CEMITÉRIO DE PISTOIA, 16 jan. 1960).

No caso do soldado José Domingues Pereira a carta foi escrita apenas para reafirmar o desejo de que seus restos mortais fossem levados para a sepultura familiar na localidade de Bateias, município de Campo Largo. É salientado o fato de que a localidade ficava a 30 quilômetros de Curitiba (COMISSÃO DE REPATRIAMENTO DOS MORTOS DO CEMITÉRIO DE PISTOIA, 28 out. 1959).

Também aparecem na documentação familiares que mudam de ideia em relação ao destino dos restos mortais de seus entes queridos, muitos sem apresentar motivos, como no exemplo do pai do soldado Dirceu de Almeida. Da cidade de São Paulo, ainda no início de 1960, a família tinha solicitado os restos mortais do filho, mas outra correspondência no início de dezembro de 1960 retificou tal decisão e pediu que o filho permanecesse com seus colegas de armas no Monumento Nacional (COMISSÃO DE REPATRIAMENTO DOS MORTOS DO CEMITÉRIO DE PISTOIA, 1.º dez. 1960).

O monumento funerário coletivo é um fenômeno marcante no período pós-guerra. Para Vovelle (1987), nesse tipo de monumento ocorre a total substituição do caráter religioso ou expiatório, e o que é destacado é a transmissão de uma mensagem política funcional.

MORTOS ILUSTRES: O CASO DE FREI ORLANDO

Como único oficial morto na Itália, Frei Orlando também teve sua família consultada sobre o destino de seus restos mortais. Uma carta datilografada acompanha a ficha individual de Frei Orlando. Uma justificativa inicia o texto, explicando que a demora em responder ocorreu pelo fato de que foram consultados familiares que moravam em outros municípios, a Igreja e até a população de São João del-Rei.

A irmã de Frei Orlando explicou que, depois de todas as pessoas consultadas, a conclusão foi de que os despojos do sacerdote deveriam ser remetidos à cidade de São João del-Rei. Destaque nesse documento é a referência de que o “povo está firme nesse propósito” (COMISSÃO DE REPATRIAMENTO DOS MORTOS DO CEMITÉRIO DE PISTOIA, 13 fev. 1960).

A popularidade de Frei Orlando e seu carisma já foram abordados em inúmeras publicações. O destino de seus restos mortais, no entanto, possui uma peculiaridade até agora não encontrada com relação a outros ex-combatentes.

Enviados ao *front* italiano 25 capelães católicos e dois protestantes, os religiosos tinham a função de prestar assistência religiosa. Na prática, missas eram rezadas diariamente, se assim a situação militar o permitisse, confissões eram ouvidas, alguns sacramentos ministrados. Os padres e pastores esforçaram-se por estar junto dos feridos e moribundos, tanto na linha de frente quanto nos hospitais à retaguarda.

Na Primeira Guerra Mundial a atuação da capelania militar entre os britânicos foi controversa. Muitos criticaram no período entreguerras a distância entre capelães e o *front*, a questão de sermões que exortavam o seguimento das doutrinas religiosas comuns na vida civil e a falta de companheirismo desses oficiais com os soldados.

Com a Segunda Guerra Mundial o papel da capelania foi revisto. A luta contra o mal comum, no caso cristãos combatendo o ateísmo e o paganismo atribuído aos nazistas, era evidente. O capelão era mais próximo do soldado, realizando um suporte coletivo (ainda com missas, comunhão etc.) ou individual, acompanhando os homens ao *front*, ouvindo confissões em diversas ocasiões e simplesmente “ouvindo” os problemas dos soldados. Outro fator de adaptação dessa atuação da capelania no conflito de 1939-45 foi a habilidade em perceber e aceitar os comportamentos derivados de uma religião emergencial nas trincheiras, ou seja, a aceitação de usos variados de artefatos religiosos, a compreensão de que naquelas condições as crenças heterodoxas dos soldados eram comuns etc.

Com base nesse panorama, qual foi o diferencial de Frei Orlando na sua atuação como capelão? Seu nome era Antonio Alvarez da Silva, mineiro, franciscano, e uma de suas obras marcantes no Brasil era a sopa dos pobres. A prática de preparar comida para pessoas humildes foi levada pelo franciscano à Itália, no caso, para alimentar a população italiana atingida pelas mazelas da guerra.

Em diversas memórias de ex-combatentes e de outros sacerdotes, tanto católicos como protestantes, Frei Orlando é sempre elogiado como figura notável. Uma das passagens mais comentadas é a de que, mesmo estando sujeito a ser atingido pelo inimigo, Frei Orlando buscava

identificar e remover os corpos insepultos dos soldados mortos em um dos ataques de Monte Castelo.

Sua camaradagem também é uma característica descrita por inúmeras fontes. Frei Orlando era amigo dos soldados, escrevia cartas e lia correspondências para os que não eram alfabetizados e, principalmente, tentava sempre estar junto com a tropa.

Com a patente de capitão, Frei Orlando foi o único oficial morto durante o conflito. As condições de sua morte comprovam seu empenho como sacerdote em levar a mensagem religiosa a uma tropa no *front* um dia antes de ela entrar em ação. Para alcançar essa tropa, localizada em Bombiana, Frei Orlando aceitou a carona em um jipe que teve problemas mecânicos. Na tentativa de desencilhar o veículo, um *partisan* italiano, que seguia com eles, disparou sua arma acidentalmente. O tiro feriu Frei Orlando, que, percebendo a gravidade do ferimento, teria tirado o rosário do bolso e iniciado uma oração, seguindo as formas descritas do bem morrer católico. Sua morte comoveu a todos que tiveram contato com o sacerdote (PALHARES, 1982). Seu corpo permaneceu no cemitério de Pistoia até 1960, quando veio transladado com os demais para o Monumento aos Mortos da Segunda Guerra Mundial no Rio de Janeiro.

Como patrono do Serviço de Assistência Religiosa do Exército (Sarex) desde 1949, Frei Orlando e sua passagem pela Segunda Guerra Mundial passaram a ser reconfigurados em uma tentativa institucional de promover a figura desse soldado-sacerdote a beato.

A partir de 2003 se iniciou o processo para beatificação de Frei Orlando por parte de membros do Exército e da Igreja de São Francisco, em São João del-Rei, Minas Gerais, local onde o frei exerceu a maior parte de seu sacerdócio. Como parte de exigências desse processo, em 2009 os restos mortais de Frei Orlando foram exumados do Mausoléu do Monumento aos Mortos do Brasil na Segunda Guerra Mundial, no Aterro do Flamengo no Rio de Janeiro, e transladados para a paróquia. Em 2013, nas comemorações pelo centenário de Frei Orlando, diversas atividades celebrativas foram promovidas, tanto pela instituição do Exército como pela instituição religiosa. Nessa ocasião os ossos do braço direito de Frei Orlando ficaram na Igreja de São João del-Rei. A escolha por essa parte dos seus restos mortais ocorreu porque seria com o braço direito que o frei “abençoava” os soldados nos rituais do *front*.

Em diversas cerimônias e nas publicações alusivas aos desdobramentos dessa tentativa de iniciar o processo de beatificação, não fica evidente quais “milagres” seriam atribuídos para a beatificação de Frei Orlando. Padres, historiadores do Exército e familiares destacam a alegria, o bom humor, a serenidade no trabalho do sacerdote na guerra como um “milagre”. Também em alguns textos dos franciscanos sobre o caso, tais adjetivos são considerados suficientes para iniciar o processo.

São quatro as etapas de canonização de um santo pela Igreja Católica. O primeiro nível é o de “servo de Deus”, em que se podem dirigir orações ao indivíduo. Frei Orlando já foi considerado servo de Deus e possui uma oração em que ele é o intercessor. Os outros níveis são de venerável e beato; só com a comprovação de milagres se chega ao grau de santo.

Percebe-se no processo de beatificação de Frei Orlando a simplificação do método de devoção popular no Brasil. Se no estudo clássico de Carlos Rodrigues Brandão (1986) essa relação entre o devoto e o santo era composta pela troca de fidelidades mútuas entre ambos, na atualidade o “exemplo” de otimismo no cotidiano já basta como efeito “extraordinário” para o indivíduo ter destaque entre os demais cristãos. Por parte da instituição do Exército brasileiro, essa tentativa também invoca o destaque da promoção não de feitos extraordinários, mas de cumprimento do dever, como exemplo a ser seguido e memória a ser celebrada.

O curioso nesse caso específico é que depois de 53 anos alguns despojos de Frei Orlando, no caso os ossos do braço direito, finalmente estejam presentes na cidade que ele escolheu para viver e que gostaria, desde 1953, que fosse o destino de seus restos mortais.

AMPARO AOS VIVOS: SOLICITAÇÕES APÓS O CONTATO PARA O DESTINO DOS DESPOJÓS

Além de amparar os vivos com a sua forçada rememoração após o repatriamento, os mortos da FEB também literalmente contribuíram para solucionar outras questões materiais nessa consulta realizada pela comissão.

São variados os exemplos presentes nas correspondências. A maioria solicitava ajuda para sustento de irmãos, pais, filhos de ex-combatentes que nunca tinham recebido nenhum benefício por parte do Estado. Alguns exemplos falam em resolver problemas de irmãos, que os descendentes nunca receberam nada etc. A comunicação da comissão serviu também para estabelecer algum vínculo com essa parcela de familiares esquecidos até então. O auxílio aos vivos foi uma das consequências de tal atitude.

Encontram-se nesses documentos diversos pedidos de solução para mães, irmãos, filhos de ex-combatentes que estavam passando necessidade e ainda não tinham recebido nenhum auxílio do governo. Depois de mais de dez anos, essa era uma oportunidade de obter informação ou, mais ainda, direitos não recebidos.

Nem sempre o amparo solicitado dizia respeito a pensões e ajuda financeira. A. P. aproveita a correspondência para responder ao questionário e datilografa um pedido para conseguir uma certidão por tempo de serviço. As datas que esse familiar teria prestado serviço ao Exército Nacional referem-se ao período de 1911 até 1915. Ainda em 1959 ele solicita esse documento e identifica todas as suas participações como membro do Exército. Apresentando-se em Natal, teria servido também na Bahia e participado na Campanha do Contestado de 1914 até 1915, onde deu baixa (COMISSÃO DE REPATRIAMENTO DOS MORTOS DO CEMITÉRIO DE PISTOIA, 4 nov. 1959). Ao final do relato, A. P. pergunta como deve proceder para dar continuidade a tal solicitação. Esse pedido exemplifica como os mortos da FEB de uma forma ou outra serviram como contato ou possibilidade de aproximação dos cidadãos aos órgãos do Estado.

O irmão do combatente Elizio da Rocha Passos escreveu uma carta dizendo que estudava na época em que seu irmão foi convocado em Salvador. Com a partida deste para a Itália, teve dificuldades, por ter que trabalhar e estudar. Solicitou na correspondência enviada um emprego federal em Salvador, já que sua família dependia dele agora e estava passando por dificuldades financeiras (COMISSÃO DE REPATRIAMENTO DOS MORTOS DO CEMITÉRIO DE PISTOIA, s.d.).

O irmão mais velho de Pedro Graciano Moreira também escreveu uma carta à mão e pediu ajuda, porque seus irmãos menores

ficaram desamparados depois da morte do combatente (COMISSÃO DE REPATRIAMENTO DOS MORTOS DO CEMITÉRIO DE PISTOIA, 8 nov. 1959).

Esses e outros casos permitem contextualizar e reafirmar aspectos já apontados no trabalho de Ferraz (2012) sobre as dificuldades de reintegração do ex-combatente e das injustiças a que foram submetidos no período imediato ao pós-guerra.

NÃO DESMOBILIZADOS: A ESCOLHA PELO SEPULTAMENTO COLETIVO

A consulta realizada entre os parentes dos soldados mortos acabou não sendo de fato utilizada pela Comissão de Repatriamento. Por fim, a comissão decidiu não atender aos pedidos dos familiares e foi estipulado que todos os restos mortais dos ex-combatentes seriam transladados em uma mesma data e sepultados todos no Monumento aos Mortos do Brasil na Segunda Guerra Mundial. Isso aconteceu de fato no dia 15 de dezembro de 1960.

Segundo Ferraz (2012), a catástrofe da desmobilização da FEB assim que as tropas chegaram ao Brasil pode ter sido um fator que incentivou a comissão a não cometer o mesmo equívoco com os mortos.

A não desmobilização dos mortos representou também a coesão do discurso das Forças Armadas em relação ao episódio. No monumento as três Forças Armadas aparecem homenageadas, já que todas contribuíram para o sucesso da atuação brasileira no conflito.

A memória presente nessa narrativa do monumento refere-se mais à própria instituição do que aos indivíduos que participaram do episódio e nele pereceram. Diante de tal interpretação, o desmembramento dos sepultamentos poderia enfraquecer essa narrativa institucional.

As dificuldades de encontrar os familiares dos ex-combatentes, passados 15 anos do término da guerra, também indicam o desprestígio e as dificuldades enfrentadas pelos sobreviventes dessa participação brasileira com a FEB. As fichas com a remessa de bandeira, terra da sepultura em Pistoia, medalhas entregues etc. mostram que até 1963, ou seja, três anos após a inauguração do monumento, ainda estavam sendo remetidos aos familiares elementos que deveriam ter sido dirigidos a eles assim que a inauguração tivesse acontecido.

Os pais de Djalma Correa formam o conjunto de familiares que não estavam mais vivos para receber medalhas, terra, bandeira ou outra relíquia do filho morto. Conforme mostra o documento da comissão, com os pais mortos e a correspondência retornando, tudo foi arquivado (COMISSÃO DE REPATRIAMENTO DOS MORTOS DO CEMITÉRIO DE PISTOIA, 22 ago. 1961) e permaneceu no armário. Não havia nenhum familiar para herdar essas lembranças.

Outros familiares não foram alcançados por conta da mudança de endereço. Muitas das fichas apresentam informações de retorno da correspondência ou de ausência de destinatário no endereço arrolado. Esse foi o caso do soldado Eiduarte da Silva Pontes, do Rio de Janeiro. Na sua ficha consta que as correspondências retornavam porque não existia destinatário (COMISSÃO DE REPATRIAMENTO DOS MORTOS DO CEMITÉRIO DE PISTOIA, 1.º fev. 1959).

Ainda que na amostra analisada sobre essa consulta da Comissão de Repatriamento dos Mortos do Cemitério de Pistoia a maioria escolhesse a permanência dos restos mortais no Monumento Nacional, a opção de transladar para locais próximos merece destaque.

Gilberto Freyre, no clássico *Casa-grande & senzala*, já apontava o costume dos brasileiros de privilegiar a proximidade entre vivos e mortos da família. Geralmente, na intimidade daquele espaço da casa-grande, a sepultura dos familiares era comum como reforço dessa relação (FREYRE, 1980).

A opção pela reunião de todos os restos mortais num único local, o chamado “Altar da Pátria”, tinha a função de constituir um lugar de memória nacional (FERRAZ, 2012). Na prática essa solução confirmou o esquecimento desse evento e desses indivíduos e sequestrou-os dessa tradição doméstica.

Retirá-los do Cemitério de Pistoia, onde foram sepultados depois que tombaram, implicou na recusa de participar da comemoração de um evento significativo no século XX. A “aura” desse local de memória ficou comprometida com essa transferência, ainda que em 1967 os restos mortais de um soldado desconhecido tenham sido levados para lá. O Monumento Votivo de Pistoia ainda é chamado de cemitério por alguns visitantes, e a realização de um culto cívico dos mortos lá é uma realidade.

A negação de mausoléus nas associações de ex-combatentes ou mesmo em espaços públicos nas cidades de origem deles também

privou a sociedade desses locais de reconhecimento e homenagens a tais indivíduos de forma mais sistemática, algo que poderia ser compartilhado com a materialidade de um túmulo.

O Altar da Pátria no Aterro do Flamengo não correspondeu a essas expectativas. O local não foi de fato integrado à comunidade como espaço de memória. Os túmulos das criptas não recebem homenagens ou demonstração de respeito pela população em geral. As Forças Armadas encarregam-se dos rituais e celebrações nesse espaço, e a relação dos mortos com essa instituição ficou mais evidente do que uma articulação deles com o povo brasileiro.

Ainda assim, todo esse processo e consulta teve um significado importante para os familiares mais próximos dos soldados mortos no período. Foi a oportunidade de rememorar o evento, a contribuição brasileira na guerra e tentar reivindicar direitos ou benefícios que foram ignorados ou mesmo desrespeitados pelo governo brasileiro na época. Os mortos, de alguma forma, ampararam os vivos, ou pelo menos a questão de seu destino provocou debates sobre a Segunda Guerra Mundial novamente.

REFERÊNCIAS

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Os deuses do povo**. Um estudo sobre a religião popular. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.

BRAYNER, Lima F. de. **Luzes sobre memórias**. Rio de Janeiro: Editora São José, 1973.

CATROGA, Fernando. O culto dos mortos como uma poética da ausência. **ArtCultura**, Uberlândia, v. 12, n. 20, p. 163-182, jan.-jun. 2010.

COMISSÃO DE REPATRIAMENTO DOS MORTOS DO CEMITÉRIO DE PISTOIA. [10 caixas sem numeração]. Acervo do Arquivo Histórico do Exército – AHEx. Rio de Janeiro.

A melhor homenagem aos mortos é amparar os vivos: os debates sobre a transladação dos mortos de Pistoia (1950-1960)

COMISSÃO DE REPATRIAMENTO DOS MORTOS DO CEMITÉRIO DE PISTOIA. **Ata da 1.ª sessão realizada no salão nobre do departamento técnico e de produção do Exército.** Rio de Janeiro, 27 nov. 1952, p. 1. Caixa sem numeração: ATAS DA COMISSÃO DE REPATRIAMENTO..., 1952-1960.

COMISSÃO DE REPATRIAMENTO DOS MORTOS DO CEMITÉRIO DE PISTOIA. **Ata da reunião da LPE.** Ata 3. Rio de Janeiro, 13 jun. 1960.

COMISSÃO DE REPATRIAMENTO DOS MORTOS DO CEMITÉRIO DE PISTOIA. **Carta a respeito de Antonio Alves de Lins.** 1.º dez. 1959. Acervo do Arquivo Histórico do Exército – AHEX, Rio de Janeiro. Caixa sem numeração.

COMISSÃO DE REPATRIAMENTO DOS MORTOS DO CEMITÉRIO DE PISTOIA. **Carta a respeito do soldado José Domingues Pereira.** 28 out. 1959. Acervo do Arquivo Histórico do Exército – AHEX. Rio de Janeiro. Caixa sem numeração.

COMISSÃO DE REPATRIAMENTO DOS MORTOS DO CEMITÉRIO DE PISTOIA. **Carta da irmã de José Guilherme da Silva.** 6 out. 1959a. Acervo do Arquivo Histórico do Exército – AHEX. Rio de Janeiro. Caixa sem numeração, ficha individual.

COMISSÃO DE REPATRIAMENTO DOS MORTOS DO CEMITÉRIO DE PISTOIA. **Carta da mãe de Eurípedes Rodrigues de Lima.** 26 out. 1959. Acervo do Arquivo Histórico do Exército – AHEX. Rio de Janeiro. Caixa sem numeração.

COMISSÃO DE REPATRIAMENTO DOS MORTOS DO CEMITÉRIO DE PISTOIA. **Carta da mãe de Miguel Marotti Cabral.** 18 out. 1959. Acervo do Arquivo Histórico do Exército – AHEX. Rio de Janeiro. Caixa sem numeração.

COMISSÃO DE REPATRIAMENTO DOS MORTOS DO CEMITÉRIO DE PISTOIA. **Carta da mãe de Sérgio Bernardino.** 13 out. 1959. Acervo do Arquivo Histórico do Exército – AHEX. Rio de Janeiro. Caixa sem numeração.

COMISSÃO DE REPATRIAMENTO DOS MORTOS DO CEMITÉRIO DE PISTOIA. **Carta datilografada da irmã de Frei Orlando.** 13 fev. 1960. Acervo do Arquivo Histórico do Exército – AHEx. Rio de Janeiro. Caixa sem numeração.

COMISSÃO DE REPATRIAMENTO DOS MORTOS DO CEMITÉRIO DE PISTOIA. **Carta datilografada da mãe do soldado Queiroga.** 6 nov. 1959. Acervo do Arquivo Histórico do Exército – AHEx. Rio de Janeiro. Caixa sem numeração.

COMISSÃO DE REPATRIAMENTO DOS MORTOS DO CEMITÉRIO DE PISTOIA. **Carta datilografada do irmão de Aleixo Venturi.** 25 nov. 1959. Acervo do Arquivo Histórico do Exército – AHEx. Rio de Janeiro. Caixa sem numeração.

COMISSÃO DE REPATRIAMENTO DOS MORTOS DO CEMITÉRIO DE PISTOIA. **Carta datilografada do irmão de Elizio da Rocha Passos.** S.d. Acervo do Arquivo Histórico do Exército – AHEx. Rio de Janeiro. Caixa sem numeração.

COMISSÃO DE REPATRIAMENTO DOS MORTOS DO CEMITÉRIO DE PISTOIA. **Carta datilografada do irmão de Pedro Graciano Moreira.** 8 nov. 1959. Acervo do Arquivo Histórico do Exército – AHEx. Rio de Janeiro. Caixa sem numeração.

COMISSÃO DE REPATRIAMENTO DOS MORTOS DO CEMITÉRIO DE PISTOIA. **Carta datilografada do pai de João Maria Batista.** 13 mar. 1960. Acervo do Arquivo Histórico do Exército – AHEx. Rio de Janeiro. Caixa sem numeração.

COMISSÃO DE REPATRIAMENTO DOS MORTOS DO CEMITÉRIO DE PISTOIA. **Carta datilografada do pai de José Wsoek.** 18 nov. 1959. Acervo do Arquivo Histórico do Exército – AHEx. Rio de Janeiro. Caixa sem numeração.

COMISSÃO DE REPATRIAMENTO DOS MORTOS DO CEMITÉRIO DE PISTOIA. **Carta datilografada do prefeito de Penápolis a respeito de Diogo Garcia Martins.** 1.º nov. 1959. Acervo do Arquivo Histórico do Exército – AHEx. Rio de Janeiro. Caixa sem numeração.

A melhor homenagem aos mortos é amparar os vivos: os debates sobre a transladação dos mortos de Pistoia (1950-1960)

COMISSÃO DE REPATRIAMENTO DOS MORTOS DO CEMITÉRIO DE PISTOIA. **Carta datilografada do prefeito de São Paulo a respeito de Antonio Alves de Lins.** 3 nov. 1959. Acervo do Arquivo Histórico do Exército – AHEx. Rio de Janeiro. Caixa sem numeração.

COMISSÃO DE REPATRIAMENTO DOS MORTOS DO CEMITÉRIO DE PISTOIA. **Carta datilografada do presidente da Associação dos Ex-Combatentes do Brasil em São Paulo, a respeito de solicitação do pai de Sebastião Cerrato.** 17 fev. 1960. Acervo do Arquivo Histórico do Exército – AHEx. Rio de Janeiro. Caixa sem numeração.

COMISSÃO DE REPATRIAMENTO DOS MORTOS DO CEMITÉRIO DE PISTOIA. **Carta de A. P. ao Exército.** 4 nov. 1959. Acervo do Arquivo Histórico do Exército – AHEx. Rio de Janeiro. Caixa sem numeração. Carta anexada ao relatório individual.

COMISSÃO DE REPATRIAMENTO DOS MORTOS DO CEMITÉRIO DE PISTOIA. **Carta de Eldemira Gomes de Quevedo.** 6 out. 1959b. Acervo do Arquivo Histórico do Exército – AHEx. Rio de Janeiro. Caixa sem numeração.

COMISSÃO DE REPATRIAMENTO DOS MORTOS DO CEMITÉRIO DE PISTOIA. **Carta de J. P. S. solicitando recursos para pai de expedicionário.** 19 out. 1959. Acervo do Arquivo Histórico do Exército – AHEx. Rio de Janeiro. Caixa sem numeração. Carta anexada ao relatório individual.

COMISSÃO DE REPATRIAMENTO DOS MORTOS DO CEMITÉRIO DE PISTOIA. **Carta do irmão de Ermínio Cardoso.** 7 dez. 1959. Acervo do Arquivo Histórico do Exército – AHEx. Rio de Janeiro. Caixa sem numeração.

COMISSÃO DE REPATRIAMENTO DOS MORTOS DO CEMITÉRIO DE PISTOIA. **Carta do pai de João Soares de Faria.** 8 out. 1959. Acervo do Arquivo Histórico do Exército – AHEx. Rio de Janeiro. Caixa sem numeração.

COMISSÃO DE REPATRIAMENTO DOS MORTOS DO CEMITÉRIO DE PISTOIA. **Carta do pai do soldado Dirceu de Almeida**. 1.º dez. 1960. Acervo do Arquivo Histórico do Exército – AHEx. Rio de Janeiro. Caixa sem numeração.

COMISSÃO DE REPATRIAMENTO DOS MORTOS DO CEMITÉRIO DE PISTOIA. **Carta do pai do soldado Holtz**. 16 jan. 1960. Acervo do Arquivo Histórico do Exército – AHEx. Rio de Janeiro. Caixa sem numeração.

COMISSÃO DE REPATRIAMENTO DOS MORTOS DO CEMITÉRIO DE PISTOIA. **Carta manuscrita de Julieta Candida**. 14 out. 1959. Acervo do Arquivo Histórico do Exército – AHEx. Rio de Janeiro. Caixa sem numeração.

COMISSÃO DE REPATRIAMENTO DOS MORTOS DO CEMITÉRIO DE PISTOIA. **Carta manuscrita da mãe de Alfredo Estevão da Silva**. 5 nov. 1959. Acervo do Arquivo Histórico do Exército – AHEx. Rio de Janeiro. Caixa sem numeração.

COMISSÃO DE REPATRIAMENTO DOS MORTOS DO CEMITÉRIO DE PISTOIA. **Carta manuscrita do pai de Bruno Estrifica**. 1.º fev. 1960. Acervo do Arquivo do Exército (AHEx). Rio de Janeiro. Caixa sem numeração.

COMISSÃO DE REPATRIAMENTO DOS MORTOS DO CEMITÉRIO DE PISTOIA. **Ficha de solicitação de informações dos parentes de Djalma Correa**. 22 ago. 1961. Acervo do Arquivo Histórico do Exército – AHEx. Rio de Janeiro. Caixa sem numeração.

COMISSÃO DE REPATRIAMENTO DOS MORTOS DO CEMITÉRIO DE PISTOIA. **Ficha de solicitação de informações dos parentes de Eiduarte da Silva Pontes**. 1.º fev. 1959. Acervo do Arquivo Histórico do Exército – AHEx. Rio de Janeiro. Caixa sem numeração.

DAMATTA, Roberto. **A casa e a rua**. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

A melhor homenagem aos mortos é amparar os vivos: os debates sobre a transladação dos mortos de Pistoia (1950-1960)

DICKON, Chris. **The Foreign Burial of American War Dead: a History**. Carolina do Norte: McFarlane & Company Inc, 2011.

FERRAZ, Francisco Cesar Alves. **A guerra que não acabou: a reintegração social dos veteranos da Força Expedicionária Brasileira (1945-2000)**. Londrina: Eduel, 2012.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1980.

LEGIÃO PARANAENSE DO EXPEDICIONÁRIO – LPE. **Estatuto da LPE**. Curitiba, 1946.

MORAES, João Batista Mascarenhas de. **Memórias**. Rio de Janeiro: Bibliex, 1969.

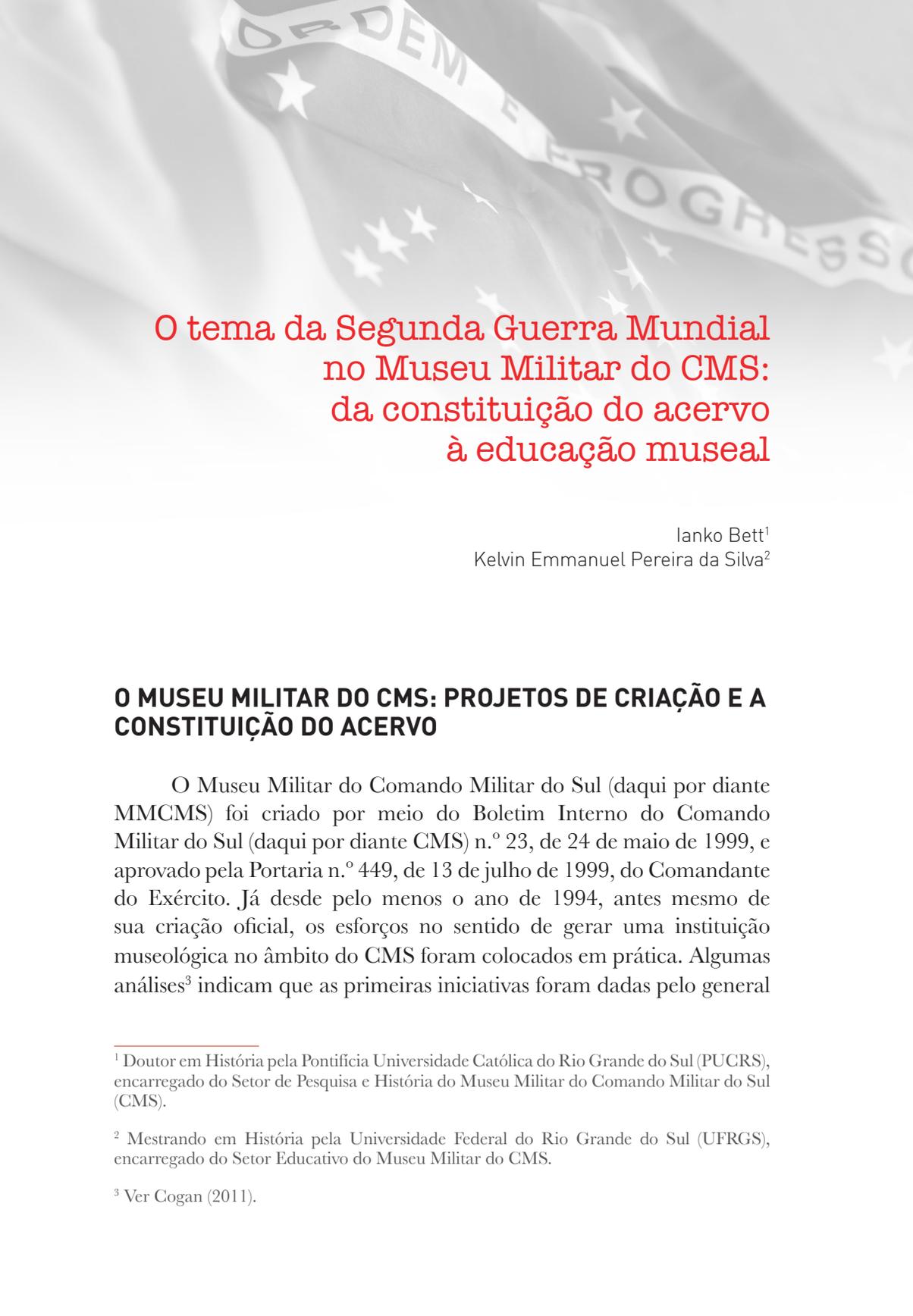
OLIVEIRA, Dennison de. **Guia do Museu do Expedicionário**. Curitiba, 2011.

PALHARES, Gentil. **Frei Orlando, o capelão que não voltou**. Rio de Janeiro: Bibliex, 1982.

PIOVEZAN, Adriane. **Morrer na guerra: a sociedade diante da morte em combate**. Curitiba: CRV, 2017.

PIOVEZAN, Adriane; GRASSI, Clarissa. Morte e guerra: o mausoléu dos mortos do Brasil na Primeira Guerra Mundial – Cemitério São João Batista (1928). **Revista do Arquivo Municipal do Rio de Janeiro**, n. 8, 2014.

VOVELLE, Michel. **Ideologias e mentalidades**. São Paulo: Brasiliense, 1987.



O tema da Segunda Guerra Mundial no Museu Militar do CMS: da constituição do acervo à educação museal

Ianko Bett¹
Kelvin Emmanuel Pereira da Silva²

O MUSEU MILITAR DO CMS: PROJETOS DE CRIAÇÃO E A CONSTITUIÇÃO DO ACERVO

O Museu Militar do Comando Militar do Sul (daqui por diante MMCMS) foi criado por meio do Boletim Interno do Comando Militar do Sul (daqui por diante CMS) n.º 23, de 24 de maio de 1999, e aprovado pela Portaria n.º 449, de 13 de julho de 1999, do Comandante do Exército. Já desde pelo menos o ano de 1994, antes mesmo de sua criação oficial, os esforços no sentido de gerar uma instituição museológica no âmbito do CMS foram colocados em prática. Algumas análises³ indicam que as primeiras iniciativas foram dadas pelo general

¹ Doutor em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), encarregado do Setor de Pesquisa e História do Museu Militar do Comando Militar do Sul (CMS).

² Mestrando em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), encarregado do Setor Educativo do Museu Militar do CMS.

³ Ver Cogan (2011).

de divisão João Carlos Rotta quando comandava a 3.^a Região Militar⁴. Consta que foi no seu comando que os primeiros carros de combate e outras peças do acervo foram trazidos para a capital do estado com a finalidade de expor, especialmente para o público civil, objetos que remetiam à história militar. Não foi possível encontrar, até o momento, uma base de fontes documental que sustente efetivamente essa narrativa, a qual, cabe destacar, também faz parte do imaginário daqueles que permeiam o âmbito da história e cultura militar na região do Quartel General de Porto Alegre. Entretanto um dos componentes da sua possível veracidade pode ser atestado, de forma material, pela presença de uma placa que dá o nome do general para o saguão de entrada do museu, a qual menciona esse militar como o “grande incentivador do Museu Militar”.

Levando-se em conta o que essas narrativas sinalizam, em conjunto com o estabelecimento de um imaginário acerca das intenções e ações de criação do Museu Militar (aspecto muito presente no âmbito do CMS), a iniciativa do General Rotta marcou um ponto de inflexão e criou as bases para a instalação definitiva de um museu militar em Porto Alegre, até porque o seu poder de influência (como comandante de um Grande Comando) na transferência de materiais bélicos, na primeira década dos anos 1990, pode ter sido decisiva.

Já foi escrito em outro lugar (BETT; COSTA, 2015) que, entre fins de 1997 e início de 1998, o projeto de desenvolvimento de um espaço cultural que fosse apropriado para visitação, pesquisa e lazer e que fizesse parte do roteiro turístico da cidade de Porto Alegre, autoria de entusiastas e colecionadores de artigos militares, foi encaminhado ao CMS. Ainda que de forma parcial, é possível, via fonte de pesquisa documental⁵, intuir que esse projeto exerceu considerável influência para a futura criação do museu. O que se pode perceber, de maneira contundente, é que o projeto foi mais um dos fatores a mobilizar os esforços (institucionais e econômicos) necessários. Obviamente que, somente com o olhar privilegiado do futuro com relação àquele passado

⁴ Grande comando administrativo e territorial responsável pelas organizações militares localizadas no Rio Grande do Sul.

⁵ Trata-se de um conjunto de documentos disponíveis nos arquivos do MMCMS e da Diretoria de Patrimônio Histórico do Exército – DPHCEX.

em que o projeto foi pensado e construído, é possível identificar inúmeras questões previstas que acabaram não se concretizando efetivamente. No entanto o projeto circulou no âmbito do CMS, foi apresentado em data oportuna para oficiais responsáveis pelos assuntos culturais do Exército e, de forma decisiva, ajudou no processo de convencimento daqueles que ocupavam funções diretivas sobre a importância de criar um museu militar na Região Sul do país.

Com a criação efetiva do museu em maio de 1999, as ações relativas à composição do acervo tornaram-se fundamentais. Não havia, entretanto, até o ano de 2004 nenhuma diretriz balizadora acerca de quais objetos (tipologias específicas) deveriam fazer parte da coleção. Dessa forma, os responsáveis e a equipe que formava os quadros da instituição, nesse interregno, incorporaram diversos objetos antigos que, de alguma forma, estariam em consonância com o tema “militar”.

No livro de registro de acervo (livro tombo) do MMCMS, que começou a ser confeccionado somente no ano de 2004, constam diversos objetos que passaram a fazer parte do acervo com datação anterior. Por exemplo, o primeiro objeto descrito é um carro de combate M4 Sherman, com data de incorporação do ano de 1994 (certamente a vinda desse objeto se deu em função dos esforços realizados pelo General Rotta, mencionados anteriormente). Por outro lado, a data que impulsionou a doação de grande parte do acervo existente coincide com a data em que o MMCMS ocupou as atuais (e definitivas) instalações (em fevereiro de 2001), outrora sede do Arsenal de Guerra da Província⁶.

Desse período em diante, pelo menos até o ano de 2004, inúmeros objetos, das mais diversas tipologias, passaram a compor o acervo do MMCMS sem estar sob a regulação de uma clara política de aquisição. Por isso, para entender como se deu o direcionamento e o andamento

⁶ O prédio que hoje abriga o MMCMS foi construído entre os anos de 1864-1867, em meio à Guerra da Tríplice Aliança, e objetivava, entre outras questões, ampliar a capacidade logística do Arsenal de Guerra, cujo prédio principal (localizado em frente da nova construção) apresentava, desde o fim dos anos 1850, sinais de esgotamento produtivo em função das modestas e precárias instalações. Essas edificações foram a sede do arsenal até meados dos anos 1930, quando essa organização militar foi transferida de Porto Alegre para General Câmara (RS). Desse período até o ano 2000, o prédio serviu de aquartelamento para diversas organizações militares, até que em 2001 passou a sediar o MMCMS. Trata-se, portanto, de um local de memória por excelência e que pode ser considerado, de forma simbólica, o primeiro objeto do acervo do museu.

desse processo, é preciso recuperar e analisar o conteúdo de dois documentos, disponíveis no arquivo do MMCMS, os quais colocam em evidência as intenções iniciais sobre a criação e a constituição do futuro museu.

O primeiro deles consiste no Ofício n.º 082, de 2 de junho de 1998, do secretário-geral do Exército, endereçado ao chefe de gabinete do ministro do Exército. Esse documento tratava sobre a “implantação do Museu Militar do CMS”. Anexo a esse ofício, encontra-se o outro documento mencionado, qual seja, o “parecer” da Diretoria de Assuntos Culturais (adiante DAC)⁷ sobre a proposta de criação do museu. O Ofício n.º 082 tem sua importância por se tratar de um documento que encaminhou o “parecer” favorável da DAC, sobre a criação do museu, ao então Ministério do Exército. O “parecer” da diretoria, por seu turno, datado do dia 17 de maio de 1998, traz importantes informações sobre o processo de criação do MMCMS. É no tópico “Acervo” em que se pode encontrar parte das explicações de como o MMCMS foi constituindo sua coleção. Mesmo que o documento indique a necessidade da criação de um “plano de coleta”, isso acabou não sendo especificado em termos de tipologias:

A maior dificuldade para a instalação do museu será a obtenção do acervo. Será necessária uma ação específica e decisiva do CMS no sentido de coletar peças junto aos museus existentes nas OM [...]. Para atender esse objetivo, os organizadores terão que elaborar um Plano de Coleta, baseado na proposta da exposição e o CMS poderá determinar que as OM forneçam os objetos necessários (MORGADO, 1998).

Não foi possível encontrar, no arquivo da instituição, nenhum documento que formalizasse a operacionalidade desse “plano de coleta”, entretanto o texto anterior indica a realização de um procedimento que efetivamente foi colocado em prática, ou seja, o fornecimento, por meio de doação ou comodato, de objetos por parte de organizações militares. Foram diversos os quartéis que, de alguma forma, realizaram doações.

⁷ Órgão do Exército Brasileiro que era responsável pela aprovação, organização e gestão de espaços culturais da força terrestre. Em 2008 passou a chamar-se Diretoria do Patrimônio Histórico Cultural do Exército – DPHCEX.

Assim, em que pese a constituição do acervo não ter sido efetivada sob uma clara política de aquisição, entende-se que a forma com que isso foi colocado em prática acabou influenciando no *modus operandi* do museu, inclusive na formatação dos primeiros documentos norteadores das suas ações.

O primeiro regimento interno do MMCMS, por exemplo, criado em fevereiro de 2004, estipulava que seus objetivos eram de, entre outros, “recolher, coletar, catalogar, pesquisar, conservar, preservar e expor objetos [...] que tenham referência com [...] a memória da Força Terrestre e que façam parte do Patrimônio histórico-cultural do Exército Brasileiro, em especial na área do CMS” (MMCMS, 2004). No artigo 8.º desse regimento estavam estabelecidas as competências do “Setor Educacional”, das quais é possível destacar: “Colaborar com a Direção no que se refere às atividades pedagógicas e educacionais do Museu” e “propor e executar medidas de integração museu-escolas e demais entidades da sociedade” (MMCMS, 2004).

Desde 2017, com a publicação de um novo regimento interno, ficou estabelecido que a sua “Missão” consiste em “pesquisar, preservar, conservar e difundir o acervo referente à atuação do Exército Brasileiro, com ênfase na Região de abrangência do Comando Militar do Sul (CMS)” (MMCMS, 2017). Além disso, a “Visão” norteadora dessa “Missão” consiste em, entre outros aspectos, “atuar por meio das mais diferentes ações museológicas, como agente de inclusão e transformação social”, e “atuar ativamente como meio de educação formal e não-formal”. Em relação aos “Objetivos”, pode-se destacar “empreender e estimular atividades de extensão cultural e educativa junto às Instituições Culturais e Educativas e ao público em geral” e “disponibilizar as informações sobre seus acervos e pesquisas aos públicos interessados” (MMCMS, 2017).

O propósito de recuperar essas normativas regimentais é colocar em questão algumas das premissas básicas que nortearam (e que vêm nortear) as ações do MMCMS, especificamente nos aspectos da coleta e conservação do acervo, na pesquisa e na educação museal. Além disso, é pertinente constatar que as diretrizes de sua atuação, nos aspectos já mencionados, acabaram sendo resultado de um conjunto de tipologias de objetos que já compunham o acervo coletado, principalmente entre os anos de 2001 e 2004. Isso é um indicativo de que a relação

acervo/missão/ações/objetivos do MMCMS não era um dado *a priori*, mas foi e vem se organizando conforme a influência de diversos vetores, cuja incorporação de novos objetos no acervo foi fundamental, além da composição e renovação da equipe técnica, novas formas de conceber e colocar em prática as responsabilidades sociais de um museu, renovação dos arcabouços técnico/teórico/historiográfico no âmbito da história militar, desenvolvimento de projetos que primam pelo fortalecimento de vínculos entre comunidade e o seu patrimônio cultural, incentivo à participação do público nas etapas de preservação e conservação dos objetos, assim como na própria construção do conhecimento histórico.

Levando em conta o exposto até aqui, especialmente no que diz respeito à atual missão do MMCMS estar relacionada com uma ênfase espacial (área de abrangência do CMS⁸), somado às especificidades de constituição do acervo ao longo de 19 anos de existência, os objetivos que a instituição se propõe atingir e as compreensões teóricas das ações educativas que vêm sendo desenvolvidas, cabe questionar e analisar qual lugar o tema “Segunda Guerra Mundial” vem ocupando nos processos de coleta de acervo, quais seus usos nas exposições, como o assunto repercute no desenvolvimento das pesquisas, além de verificar até que ponto essa temática corrobora, de alguma forma, para criar outros traços identitários do MMCMS além das determinações do espaço territorial.

O ACERVO DO MMCMS E A SEGUNDA GUERRA MUNDIAL

Uma rápida análise (quantitativa) no Livro de Registro de Acervo do MMCMS permite atestar que objetos com vinculação (direta) com o tema da Segunda Guerra Mundial ocupam um patamar de importância bastante considerável. Se a quantidade total de objetos existentes no acervo (girando em torno de aproximadamente 6 mil peças) fosse separada em categorias temáticas, a da Segunda Guerra Mundial concentraria, sem sombra de dúvidas, um maior número de objetos.

De forma mais precisa, pode-se separar esse conjunto de acervo temático em ao menos 20 tipologias, distribuídas entre equipamentos

⁸ Que compreende os estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná.

individuais (capacetes, cantis, máscaras contra gases, *kits* de primeiros socorros, por exemplo), armamentos (que vão desde carros de combate até granadas, metralhadoras, pistolas etc.), bandeiras, insígnias, símbolos, cédulas, selos comemorativos, reportagens de jornal, álbuns, fotografias, cartões-postais, diplomas, diários de guerra, condecorações etc. É possível verificar, com base nesse levantamento, e considerando o fato de o MMCMS não possuir uma política de aquisição de acervo que faça referência específica ao tema da Segunda Guerra Mundial, que tal temática acaba sendo muito presente na própria história da instituição Exército Brasileiro, na sua configuração operacional, no seu imaginário e na sua memória, aspectos que influenciam diretamente, por suposto, as próprias ações do MMCMS.

Já uma análise mais objetiva (quantitativa e qualitativa) desse aspecto pode ser realizada com base no acervo exposto no MMCMS. Atualmente as áreas expositivas do museu concentram um total de 58 objetos, distribuídos em exposições (média e longa duração) temáticas (“As Armas da FEB”, “Artilharia do MMCMS: 4 Séculos de História”), nos dioramas (das armas de infantaria, artilharia, cavalaria e engenharia), no pátio dos blindados e canhões e na ala das viaturas. Desse conjunto, 27 objetos, portanto quase 50%, fazem referência direta ao tema da Segunda Guerra Mundial⁹. E, desse montante, 19 objetos fazem parte do acervo que está nas exposições de longa duração. Trata-se de objetos (blindados, viaturas, equipamentos e canhões) que, pelas suas especificidades (peso e dimensões), aliadas com a característica das instalações do museu (não possui uma reserva técnica que comporte esse tipo de objeto), dificilmente serão retirados dos setores em que se encontram.

Na prática, isso significa que a temática da Segunda Guerra Mundial não está sendo somente proeminente na constituição do acervo como um todo¹⁰ (em que a grande maioria dos objetos está em reserva técnica), mas também, e principalmente, nas exposições. Se, no conjunto geral de acervo, o tema da Segunda Guerra Mundial acaba concentrando um maior número de objetos, nas áreas expositivas esse

⁹ É preciso considerar que todos os objetos em exposição no museu possuem uma placa contendo pequenos textos com informações históricas.

¹⁰ Para corroborar essa argumentação, cabe mencionar que as últimas doações, com um número expressivo de materiais (fotografias, cartas, insígnias, medalhas, diários de guerra etc.), foram realizadas por herdeiros de ex-combatentes da FEB.

aspecto toma proporções ainda maiores e muito mais significativas, pois é nesses locais que se dá o principal contato dos visitantes com o acervo, não só por ocasião das visitas espontâneas, mas sobretudo quando grupos participam das ações educativas.

Para efeito de análise, os 27 objetos expostos que fazem referência direta ao tema da Segunda Guerra Mundial podem ser separados em algumas categorias. Uma delas diz respeito às tipologias. Nesse aspecto, o MMCMS possui quatro diferentes modelos de carros de combate (carro blindado de reconhecimento M8, carro de combate médio M4 Sherman, carro de combate leve M3 A1 Stuart, carro blindado de reconhecimento 6 X 6 T 17), seis peças de artilharia (reparo múltiplo M55, obuseiro leve aerotransportado 75 Pack Howitzer, canhão 57 C/48,2 M1 AC, canhão 37 C/57 M3 AC, canhão 7,5 CM Gebirgeschutz 36 L/19.3, canhão de campanha Krupp 75 C/34 TR M939), dois carros blindados de transporte de pessoal (M5 Hakf Track- Meia-Lagarta, M3 A1 4x4 Scout Car), duas viaturas (viatura comando $\frac{3}{4}$ TON 4X4 WC 57, Jeep Willys 4X4 M942), quatro armas pesadas (lança-rojão 2,36 C (Bazuca), metralhadora Browning M919 .30, metralhadora Browning M2 .50, fuzil automático Browning), dois fuzis (Springfield e Garand), quatro armas leves (submetralhadora M3, submetralhadora Thompson M1 A1, carabina .30 M1, pistola Colt), além de outros três equipamentos (projektor Sperry M1941 B, trator M5 A1, sessão de Ponte Bailey).

Outra categoria que pode ser mencionada diz respeito a temáticas específicas. Com relação ao tema da Força Expedicionária Brasileira (daqui por diante FEB), por exemplo, o MMCMS dispõe de 17 modelos de objetos comprovadamente utilizados (em treinamentos ou em combates) pelos militares brasileiros na Segunda Guerra Mundial. Além dos blindados M8, Hakf Track, Scout Car, trator M5 e dos canhões antitanques 57 mm e 37 mm, dispostos em diferentes áreas expositivas do museu, há um conjunto de armamentos (bazuca, metralhadoras .30 e .50, fuzil automático Browning, submetralhadora M3, submetralhadora Thompson M1 A 1, carabina .30 M1, pistola Colt) que está mobiliando o espaço expositivo permanente denominado “Espaço FEB”, cuja exposição atual está intitulada “As armas da FEB”.

Essa exposição foi montada com a intenção de explorar diversos aspectos da história da FEB, tendo como ponto de partida os tipos de armamentos utilizados pelos combatentes brasileiros durante a sua atuação na Segunda Guerra Mundial. Nesse sentido, os objetivos foram

destacados a fim de demonstrar qual era o poder de fogo das tropas brasileiras, como se deram os acordos entre Brasil e Estados Unidos no tocante ao fornecimento de armamentos e qual foi o impacto dessas relações nas ações de combate da FEB.

O exemplo que mais chama atenção do não cumprimento das resoluções previstas foi o bloqueio do fuzil Garand, a gás, semiautomático com pente de oito tiros, adotado como padrão para as tropas estadunidenses desde 1936. Nessa parte, coube à FEB receber os velhos fuzis Springfield, anteriores à Primeira Guerra Mundial (1903), que funcionavam com ação manual de ferrolho, cujo carregador portava apenas cinco tiros. O detalhe é que o recebimento do fuzil Springfield somente foi efetivado às tropas brasileiras na Itália, quando aconteceram os últimos treinamentos que antecederam os primeiros combates. No Brasil, contrariando os acordos militares, a FEB treinou com os armamentos disponíveis em seu próprio estoque (OLIVEIRA, 2015)¹¹. Esses novos problemas de pesquisa evidenciaram a importância e a emergência de conhecer e difundir complexas questões que estiveram circunscritas às intensas relações entre Brasil e Estados Unidos e, sobretudo, o quanto estas repercutiram diretamente nas ações de combate, atingindo de forma direta cada soldado brasileiro. Conforme já referido em outro lugar (BETT, 2017, p. 16-17):

Mais do que simplesmente apresentar quais foram os tipos de armamentos utilizados pela FEB e muito mais do que criar condições para que o objeto principal da exposição (armamento) seja interpelado exclusivamente pela sua própria materialidade e de seus usos “originais” (fetiche pelo objeto), a exposição permite fornecer novos subsídios para a construção do conhecimento histórico, no recorte temático relativo às “Armas da FEB”, visando ao estabelecimento de outras bases de compreensão de um passado ainda pouco privilegiado pelos estudos históricos e quase desconhecido pelo imaginário social brasileiro.

¹¹ No desfile de 31 de março de 1944 no Rio de Janeiro, por exemplo, a tropa brasileira desfilou com o fuzil Mauser, armamento comprado da Alemanha em sucessivos lotes, já desde antes da Primeira Grande Guerra. Isso também ocorreu com os canhões antitanques, cujo treinamento, com base no canhão 37 mm, precisou ser repetido com o recebimento (também na Itália) dos canhões 57 mm.

Se outro tipo de recorte analítico for levado a cabo, como, por exemplo, uma tentativa de relacionar questões históricas mais amplas com a própria constituição do acervo do MMCMS referente à Segunda Guerra Mundial, alguns objetos podem fornecer um arcabouço de proposições bastante produtivo. Tanto os exemplares de carros de combate quanto alguns modelos de canhões permitem, nesse sentido, construir ponte de inteligibilidade essencial para um museu de tipologia histórica, qual seja, aquela que liga e relaciona o objeto ao conhecimento.

Começando com o caso dos carros de combate, sua presença no acervo é um demonstrativo bem específico das formas com que é articulada a identidade operacional do Grande Comando (CMS) com a identidade funcional do Museu Militar, consubstanciada na questão blindada¹². Dito de outra forma, os motivos pelos quais esse tipo de objeto compõe a coleção do museu também podem ter uma explicação histórica. Durante a Segunda Guerra Mundial, o entendimento de que havia uma possível ameaça da integridade das fronteiras na Região Sul do país entrou em pauta nas decisões estratégicas das autoridades políticas e militares. O temor de que as colônias alemãs no sul poderiam desencadear movimentos separatistas ganhou representatividade. Conforme Dennison de Oliveira (2015, p. 288), o não alinhamento argentino aos Aliados “potencializou a desconfiança de que poderia ocorrer um levante separatista de inspiração nazista no sul do Brasil, conjugado com uma invasão argentina e um desembarque de forças hostis, isto é, do Eixo, no litoral daquela região”. Sob a rubrica do “Projeto Sul” e especialmente com o pleno desenvolvimento da lei Lend Lease¹³, os carros de combate M3 Stuart, M4 Sherman, bem como os blindados M8 e T 17 (reconhecimento), passaram a equipar os quartéis da região, sendo a ponta de lança no processo de experimentos e efetivação da doutrina inerente às tropas blindadas e mecanizadas.

¹² Conforme Bett (2017, p. 193), o acervo de blindados do MMCMS “está diretamente relacionado com a própria historicidade e identidade de uma das formas possíveis de ‘se fazer a guerra’ na região do sul do país. Para além de seus usos utilitários (manobras e treinamentos) por mais de 30 anos, em alguns casos, no próprio momento de sua aquisição e incorporação nas Organizações Militares, foi necessário todo um processo de atualização técnica e doutrinária”.

¹³ Em 1940, após contínuas vitórias nazistas, o Presidente Roosevelt propôs uma lei que regularia o financiamento e a aquisição de material bélico por parte dos Aliados em luta com o Eixo. Denominada Lend Lease, essa lei foi a principal via que possibilitou o reaparelhamento do Exército brasileiro após o rompimento das relações diplomáticas do Brasil com os países do Eixo (1942).

Ainda no espectro “carros de combate”, o blindado T 17 possui uma especificidade que precisa ser mencionada. Diferentemente dos outros blindados citados no presente artigo, o T 17 não foi utilizado na Segunda Guerra Mundial. Sua vinculação com a temática diz respeito não somente ao fato de ter sido um blindado que o Brasil recebeu durante o conflito, mas muito especialmente pela forma de recebimento, entrando em consonância com a possibilidade de conhecer alguns meandros das relações Brasil-Estados Unidos nos anos 1940 e sua ligação direta com a Segunda Guerra Mundial. O Exército brasileiro recebeu, em 1943, aproximadamente 54 unidades desse modelo, por meio da Lend Lease, mediante uma manobra dos Estados Unidos em se livrar desse blindado¹⁴, incluindo-os de forma deliberada – e sem consentimento das autoridades brasileiras – nas encomendas dos M8. De acordo com Mees (2017, p. 234),

[...] o M8 já havia sido aceito pelo exército norte-americano e por diversas outras forças aliadas, causando uma grande demanda em sua produção. Pressionado a responder à requisição brasileira, fica evidente que o governo norte-americano decidiu atendê-la, ainda que em parte, “escoando” parte de seus T17 “excedentes” – livrando-se assim, simultaneamente, de um equipamento que nunca havia desejado.

No caso dos canhões, no conjunto do acervo que faz ligação direta com o tema da Segunda Guerra Mundial, dois modelos chamam atenção pela singularidade. Trata-se do canhão 7,5 CM Gebirgschutz 36 L/19.3 e do canhão de campanha Krupp 75 C/34 TR M939. O fato de serem canhões fabricados na Alemanha encerra a semelhança entre eles. Os motivos pelos quais se tornam parte singular do acervo do museu, no entanto, são distintos e muito significativos.

O primeiro foi projetado por Rheinmetall para atender a um requisito do Exército alemão para servir nas divisões de montanha e

¹⁴ A avaliação era de que o T 17 era simplesmente grande e pesado demais, não se adequando a nenhuma função dentro de sua doutrina operacional vigente. Com isso, a maioria desses veículos, após ter seu armamento retirado, foi entregue a unidades da Military Police (Polícia do Exército) para funções de patrulha, dentro do território dos Estados Unidos (MEES, 2017).

substituir as armas da Primeira Guerra Mundial que ainda estavam em serviço. A produção começou em 1938, e cerca de 1.190 foram construídos entre os anos de 1939 e 1945. Com essa descrição inicial já é possível perceber que esse armamento jamais foi utilizado pelo Exército brasileiro. Trata-se de um legítimo troféu de guerra, tendo sido capturado pela FEB na Itália e trazido ao Brasil em 1945. Esse objeto, por sua característica, permite que se coloque em evidência (aos visitantes) o tema da FEB, especialmente o feito de ela ter aprisionado toda uma divisão alemã com aproximadamente 14 mil militares.

Os canhões Krupp, por seu turno, foram comprados da Alemanha no fim dos anos 1930 para equipar os Regimentos de Artilharia Montada (RAM). A vinda desses canhões foi muito dificultada pelo início da Segunda Guerra Mundial. Os navios que os transportavam foram apresados pelos ingleses e só liberados por meios diplomáticos¹⁵. O “acontecimento” do aprisionamento dos canhões Krupp permite evocar todo um conjunto de fatores a ser explorado quanto à cambiante política externa do governo do Presidente Getúlio Vargas durante os primeiros anos do desenvolvimento da contenda mundial.

Portanto, os carros de combate, os canhões e os armamentos em geral (além de um conjunto de outros objetos já mencionados) tornam-se, quando analisados por uma série de tipologias ou individualmente, importantes bases documentais para a produção do conhecimento histórico, no recorte temático da Segunda Guerra Mundial.

É nesse acervo, em suas especificidades materiais e imateriais, que sobressai um conjunto de possibilidades para que o MMCMS exerça uma de suas funções primordiais no âmbito de sua tipologia, qual seja, delinear, por meio de problemáticas históricas fundamentadas, novos territórios do conhecimento a serem explorados e problematizados. Dessa forma, o tema da Segunda Guerra Mundial, além de ser evocado pela contínua exposição desses objetos (em exposições temáticas ou não), também é colocado em perspectiva em diversas ações inerentes

¹⁵ Chegaram ao Brasil, no total, 67 peças do C 34, com rodado carreta. O canhão em exposição no MMCMS foi fabricado em 1940 e é, possivelmente, um dos últimos que chegaram ao Brasil. Esse material foi utilizado no Exército brasileiro até o início dos anos 1970.

aos museus, sobretudo aspectos relacionados com a pesquisa¹⁶. Um recente levantamento¹⁷ demonstra que no período compreendido entre os anos de 2013 e 2016 foram desenvolvidas, com base no acervo e nas ações do MMCMS, ao menos 19 pesquisas sobre história militar, das quais cinco foram projetos que tinham como foco questões sobre a Segunda Guerra Mundial.

Cabe ressaltar que, além de esse acervo ser utilizado como fonte/objeto para pesquisas, ele também é inserido no âmbito educativo. Nesse caso, a potencialidade educacional refere-se ao uso do acervo como fonte provocadora das dinâmicas de mediação, que ocorrem nas ações educativas. Portanto, o objetivo nesse processo relacional é o questionamento do acervo no discurso museológico. Assim, torna-se imprescindível analisar a relação entre o acervo, entendido aqui como o patrimônio dentro de um museu, e a perspectiva educacional adotada para a construção da mediação. Esses e outros aspectos serão o assunto desenvolvido nos próximos tópicos do artigo.

O PATRIMÔNIO SOB A PERSPECTIVA EDUCACIONAL: ALGUMAS NOÇÕES TEÓRICAS

Durante o 7.º Fórum Nacional de Museus, realizado em Porto Alegre no ano de 2017, foi aprovada a Política Nacional de Educação Museal (adiante PNEM)¹⁸. Esse documento tornou-se um norte no que tange à construção de uma política educacional para os museus. Isso porque suas diretrizes e proposições não só estimulam a discussão conceitual sobre educação, pertinente aos espaços museológicos, como também cobram desses espaços a aplicabilidade da discussão. Assim, o documento pode ser entendido como uma preocupação prática do desenvolvimento da educação em museus, além de ser colocado, ao menos teoricamente, como uma política pública de Estado.

¹⁶ Na opinião de Sofka (2009), a pesquisa assume papel principal na prática museológica, pois propicia condições para que as funções de preservação e comunicação sejam plenamente desenvolvidas.

¹⁷ Ver em Bett (2016).

¹⁸ POLÍTICA Nacional de Educação Museal. Disponível em: <https://pnem.museus.gov.br/>. Acesso em: 17 set. 2019.

Partindo do pressuposto de que a educação tem sido vista como um dos eixos principais do discurso museológico, faz-se necessário apontar para a forma como os objetos podem ser tratados nessa perspectiva. Todavia esse modelo não precisa, necessariamente, partir dos mesmos referenciais teóricos e metodológicos, já que existem diversas perspectivas que podem tratar do objeto museológico em diferentes interfaces educacionais. A única demanda necessária, nesse sentido, é que sejam explicitados os referenciais que fundamentam e norteiam o setor educativo, responsável por promover as ações educativas nos museus. A mesma PNEM sugere que tais referenciais estejam próximos das características particulares de cada instituição, bem como ao universo plural do público visitante. Ou seja, há uma preocupação não só com a heterogeneidade institucional museológica do país, mas também com a diversidade do público visitante.

Embora não haja uma determinação teórica e metodológica, depreende-se da PNEM que esse fundamento deve, ao menos, horizontalizar a relação museu-público, tendo em vista que as recentes discussões sobre o patrimônio levam em consideração que as exposições não só comunicam, conforme colocado no Estatuto de Museus, como também se tornam potenciais para a construção de conhecimento (BRASIL, 2009). Sendo o museu um espaço para a construção de conhecimento, qualquer referencial teórico e metodológico deve evitar que ele seja engessado, libertando-o de qualquer amarração que não permita ao público questionar o discurso museológico apresentado.

Nesse sentido, uma das possibilidades teóricas e metodológicas a serem inseridas na perspectiva educacional dos museus, ao menos aqueles de caráter histórico, é a do historiador Jörn Rüsen. Esse autor tem sido a base de muitas discussões no âmbito do ensino de história, isso porque tem desenvolvido estudos na área da didática da história, reconhecida na Alemanha como uma disciplina independente, ou seja, não subvinculada nem à didática geral nem à história, embora incorpore discussões de ambas as áreas. Ao mesmo tempo, a didática da história não se refere apenas ao espaço escolar, mas a tantos outros, incluindo o espaço museológico¹⁹.

¹⁹ No Brasil, o Laboratório de Pesquisa em Educação Histórica (LAPEDUH), vinculado à Universidade Federal do Paraná, tem desenvolvido algumas pesquisas na área da didática da história aplicada a museus. Por exemplo: Compagnoni (2009).

Além do aspecto espacial, que permite a empregabilidade da didática da história em museus, ela também se torna possível se esse museu é de tipologia histórica, quer dizer, se uma de suas principais preocupações é a problematização do acervo em uma perspectiva temporal. Por incorporar elementos da teoria da história, a didática da história produz conceitos como narrativa histórica, consciência histórica, aprendizado histórico, formação histórica (RÜSEN, 2006; MARRERA; SOUZA, 2013).

De forma geral, esses conceitos são usados para analisar a relação do indivíduo com o espaço-tempo; a base para a compreensão da história parte principalmente do entendimento de que a história é o estudo dos indivíduos no tempo²⁰. Portanto, as dimensões espacial e temporal do museu de caráter histórico podem encontrar em Rüsen possibilidades de análise condizentes com as especificidades ressaltadas pela PNEM.

Além de importantes delimitações teóricas sobre espaço e tempo, algumas outras perspectivas auxiliam no uso, em uma ação educativa, daquele que parece ser um dos principais pontos na relação museu-público: o objeto. Aqui trataremos desse objeto enquanto um patrimônio, pois ele está inserido no museu, sendo dessa forma preservado enquanto tal, e, quando inserido na exposição, potencializado para a comunicação. Dessa forma, é preciso indagar sob quais perspectivas esse patrimônio é tratado.

Levando em conta a necessidade da horizontalidade da relação museu-público, em que a diversidade social precisa ser considerada numa ação educativa, liberando o objeto para indagações, construções e desconstruções, o patrimônio passa a ser colocado como algo que se encontra em um constante processo de significações. Ou seja, o que hoje é patrimônio pode não ser daqui a alguns anos, e o que não era um patrimônio pode vir a ser. Esse mecanismo de legitimação do objeto enquanto patrimônio depende das relações sociais vigentes, sendo assim o próprio processo de *patrimonialização* uma relação temporal entre passado, presente e futuro. Um dos exemplos é justamente a desconstrução do patrimônio apenas como objeto material, inserindo os bens culturais de natureza imaterial nos livros de registro do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN)²¹.

²⁰ Esse entendimento foi difundido a partir da primeira geração dos *Annales*, especialmente no trabalho de Marc Bloch (2002), publicado no livro *Ofício do historiador*.

²¹ O sítio eletrônico do IPHAN traz todos os bens culturais registrados, bem como os processos (dossiês) que levaram esses bens a se tornar patrimônio imaterial do IPHAN. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/234>. Acesso em: 17 set. 2019.

De qualquer forma, neste capítulo trataremos apenas do patrimônio material, sendo o tipo de acervo pertencente ao MMCMS. Mesmo assim, a perspectiva do questionamento a esses objetos, no que se refere ao processo de *patrimonialização*, também pode ser aplicada ao patrimônio imaterial, tendo em vista que este também é construído enquanto tal com base em justificativas do seu tempo, que alicercem a necessidade da preservação. Nesse sentido, as perguntas que circundam tanto o patrimônio material quanto o imaterial são: *Por que preservar? Basta preservar? Para que(m) preservar?* Tais perguntas podem ser feitas se levarmos em conta que esse patrimônio é uma construção social, como escreveu Llorenç Prats (2004). Ou seja, a patrimonialização é um processo que envolve disputas e interesses, cujo fim depende muito do lugar, nas relações de poder, daqueles sujeitos que atribuem o grau de patrimônio a dado bem cultural.

Neste capítulo, as relações de poder são entendidas com base na perspectiva de Foucault e Bourdieu. Para o primeiro autor, há na sociedade relações sociais de dominação, em que se fabricam sujeitos de determinadas normativas, com base nos discursos. Nessas relações, embora alguns dominem outros, a dominação não se dá pela imposição do poder, pois este não está localizado em determinada instituição. A dominação, nessa perspectiva, ocorre pela positivação de discursos, cujo alcance e cuja efetividade dependem dos mecanismos de cada contexto. Dessa forma, qualquer prática que busque a libertação da normatividade não pode se constituir com base nos dispositivos construídos por aqueles grupos sociais que detêm os mecanismos de positivação discursiva (FOUCAULT, 1999). Para o segundo autor, essas relações de poder ocorrem em determinados “campos”, e a disposição de algumas pessoas, nesse espaço, implica o alcance e a efetividade dos discursos (BOURDIEU, 2004, 2009).

Portanto, se para Foucault a possibilidade da existência das relações de poder está relacionada aos diferentes mecanismos de exercício dos discursos, para Bourdieu isso afeta diretamente a construção de hierarquias sociais, as quais são determinadas conforme a disponibilidade do capital simbólico. Essas pessoas, em situação de decisão acerca de medidas de alcance social, mais amplo, podem instituir discursos que outras pessoas internalizam. Para ambos, as relações de poder tratam da possibilidade de algumas pessoas poderem,

mais efetivamente se comparadas com outras, influenciar mecanismos sociais de normatividade.

Enquanto Prats vê o patrimônio como construção social, e, dessa forma, inserido em um conjunto de normatividades simbólicas que contribuem para a legitimação de “visões de mundo” específicas, com base em Foucault e Bourdieu se pode entender em que situações, quais pessoas e por quais razões essas normatividades são instituídas. Dessa forma, o processo de patrimonialização envolve lugares, no campo decisório de poder, sobre o que será preservado e o que não será preservado.

Entender que um bem cultural se torna patrimônio com base em disputas e interesses não significa desqualificá-lo enquanto tal; muito pelo contrário, o julgamento se determinado bem deve ou não ser patrimônio depende do contexto em que tal bem se insere, além da capacidade de determinadas pessoas poderem atribuir esse valor patrimonial. Um bom exemplo disso foi o processo de construção de identidades nacionais, principalmente a partir do século XIX, em que as representações usadas para tais legitimações surgiam, em grande parte, do patrimônio material. Nessa questão, Anne-Marie Thiesse (2001/2002) fez a seguinte observação:

O culto da tradição, a celebração do patrimônio ancestral foram, certamente, um contrapeso eficaz que permitiu às sociedades ocidentais efetuarem, durante os dois últimos séculos, transformações radicais sem cair na anomia. Mas, doravante, esta disjunção entre representações e realidade constitui, certamente, uma das grandes fragilidades das sociedades contemporâneas, confrontadas com uma nova mutação tecnológica e econômica. A construção de novas identidades coletivas, articuladas a partir de projetos políticos à altura das transformações em curso, implica a tomada de consciência da historicidade do modelo nacional e de suas representações.

Assim, conforme a historiadora, o patrimônio que é usado como um recurso de legitimação de identidades não pode ser tomado como algo naturalizado, pois suas definições possuem historicidade, bem como as representações criadas com base nisso se inserem em

interesses daqueles grupos que buscam sua inserção nacional. Não seria contraditório se as definições do bem cultural imaterial também fossem associadas a interesses e disputas, e isso não desqualifica o processo de patrimonialização, apenas o coloca no centro das discussões desse bem como construção social.

Além do aspecto temporal/espacial do discurso museológico e do aspecto patrimonial do objeto exposto, há, por fim, mas não menos importante, o aspecto educacional, ou seja, a forma como é feita a mediação entre o museu e o público. Talvez resida no aspecto educacional um dos ambientes mais flexíveis para o trato com o bem cultural, pois é com base nesse prisma que o/a educador/a pode se sentir livre para indagar sobre quaisquer intencionalidades presentes na narrativa sobre o bem cultural, incluindo o próprio discurso museológico que apresenta tal bem. Ou seja, na perspectiva educacional, pode-se questionar: *Por que esse objeto foi preservado? O que ele pode representar? Que grupos sociais estão presentes na narrativa e quais estão ausentes? Por quais razões essas presenças/ausências? Etc.*

São infinitas as perguntas por meio das quais o trabalho educacional pode ser desenvolvido. O trabalho educacional circunscrito ao patrimônio recebe o nome de educação patrimonial. Tal conceito passou a ser instrumentalizado principalmente a partir dos anos 1990, com o *Guia básico de educação patrimonial* (HORTA *et al.*, 1999). Recentemente o texto de Átila Tolentino (2016) apontou diversas problemáticas conceituais nesse guia, fazendo críticas à concepção de educação patrimonial, sendo a principal delas a redundância do termo, já que não haveria patrimônio sem educação.

Ora, o termo educação patrimonial nada mais faz do que inserir na prática educacional o patrimônio, não sendo redundante, até porque nem todo patrimônio é tratado educacionalmente. Parece que há uma grande confusão em duas perspectivas, tal como levantado por Janice Gonçalves (2014): a educação para o patrimônio e a educação com o patrimônio.

A ideia de que o patrimônio, por si só, é “educativo” advém de uma perspectiva recente de reflexões críticas acerca do processo de patrimonialização. Antes disso, o patrimônio, como apontado por Thiesse (2001/2002), possuía um caráter acentuado de busca de legitimação para os projetos políticos vigentes. Não que as mais recentes

patrimonializações também não possam fazer parte de um novo projeto político, mas seu caráter é bem menos engessado que outrora. A pluralidade cultural e social, por exemplo, ausente no período de constituição do SPHAN²², é percebida nos bens culturais materiais e imateriais patrimonializados mais recentemente pelo IPHAN. A pluralidade significa que houve, de alguma forma, modificações na noção do que pode vir a ser um patrimônio, bem como os usos que dele podem ser feitos.

Assim, exemplifica-se que uma educação para o patrimônio, conforme Janice Gonçalves (2014), leva-nos a ideias de preservação e respeito a esses bens; por outro lado, a educação com o patrimônio leva-nos a conceber ações de educação que valorizem e empoderem grupos sociais por meio desse bem que se associa a tais pessoas. Dessa forma, não é consenso que o patrimônio seja autoeducativo; pelo contrário, ele deve, sempre, ser tensionado como uma construção, e é nesse tensionamento que a educação se insere.

Ao mesmo tempo em que a educação é capaz de questionar o patrimônio, ela também pode, por meio dessa indagação, construir argumentos para a preservação. Quer dizer, o patrimônio não é por si só justificável para a preservação, afinal, o que é patrimônio para alguns pode não ser para outros. O espaço decisório da patrimonialização depende do lugar de certas pessoas em determinadas relações sociais. No caso do Brasil, o IPHAN ocupa um papel importante, em âmbito nacional, nesse espaço de decisão. Além disso, a patrimonialização torna-se plural se as discussões sobre o patrimônio estiverem, de alguma forma, alicerçadas na concepção de democracia de um determinado país. Assim, não adianta afirmar que é necessário preservar sem apresentar as justificativas, até porque não dá para preservar tudo, e aquilo que é preservado é escolhido. Portanto, a preservação é sujeita ao contexto em que determinado bem cultural está inserido.

Nesse prisma, uma ação educativa que esteja tangenciando as novas demandas deve levar em conta a problematização da necessidade de preservação, cujo processo de indagação conduz às análises de valorização do bem cultural nas relações sociais vigentes. Ademais, tal

²² O Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) foi criado em 13 de janeiro de 1937, sendo a gênese do atual Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

processo só ocorre quando questionamos o patrimônio, não sendo nada redundante o conceito de educação patrimonial, pois é esse o processo que nos leva a indagar por qual razão grupos sociais reivindicam seu espaço de memória. O patrimônio não é por si só educativo; ele é, antes de tudo, representativo, e o questionamento da representação pode ocorrer por meio da educação.

Outro conceito que tem surgido é o de *educação museal*, o que parece ser uma solução para as discussões de educação patrimonial quando se fala no espaço museológico. Se a decisão de patrimonializar qualquer bem depende das relações de poder na sociedade, a decisão de inserir um objeto em uma exposição também depende. Disso o conceito de educação museal parece dar conta, pois abrange o questionamento do discurso museológico: *Por que expor? Para que e para quem?*

A educação museal, segundo Magaly Cabral (2012), é a ação educativa que se dá no museu. Partindo desse pressuposto, Isla de Matos (2014) diz que não é adequado conceituar o museu enquanto espaço de educação não formal, porque tal perspectiva hierarquiza espaços de educação, tornando o museu algo inferior se comparado à escola. A autora ainda observa a problemática da construção do argumento que caracteriza o museu como espaço de educação não formal.

[...] o equívoco se estabelece a partir do agrupamento de atividades educativas tão diferentes, com propostas tão diversas, encarando-as como se todas partilhassem de uma característica comum, qual seja a falta de estruturação e sistematização. Dado o seu grau de complexidade educativa, o museu não figura nessa lista de atividades não-formais, e, talvez, por isso mesmo, e pela escassez de pessoal qualificado, como os educadores de museus, difunde-se a ideia de que a educação que lá se desenvolve tem um grau mais baixo de organização e elaboração do que a escola, por exemplo (MATOS, 2014, p. 100).

De fato, o espaço de educação não formal tende a definir quais lugares são mais formais que outros, produzindo uma simbologia que não ajuda a potencializar a educação em museus. Ao mesmo tempo, mesmo alguns museus sendo espaços de memória, é sua preposição de abertura ao diálogo e questionamento que os tornará potencialmente

educativos. Ou seja, não é só na proposta do discurso museológico que a educação se apresenta, mas também na *desconstrução* desse discurso, nas indagações, por exemplo, sobre por que se escolheram aquela exposição e aqueles objetos.

Mário Chagas (2006) afirma que o campo museal contém o campo patrimonial. É por essa razão, também, que o conceito de educação patrimonial ainda é válido, pois, da mesma forma que um museu pode ser fechado a indagações e, portanto, não ser potencializador da educação, pode ainda conter patrimônios. Nesse sentido, a educação patrimonial e a educação museal podem provocar esse espaço “fechado”. Assim, não há educação museal sem educação patrimonial, porém pode haver educação patrimonial sem educação museal.

O ACERVO DA SEGUNDA GUERRA MUNDIAL SOB O OLHAR DA EDUCAÇÃO MUSEAL

Partindo das concepções mencionadas, a questão a ser problematizada seria: como abordar o acervo da Segunda Guerra Mundial, presente no MMCMS, sob uma perspectiva educacional? Leva-se em conta, nesse sentido, a perspectiva histórica do museu, bem como o espaço museológico, para considerar o conceito de educação museal como o caminho de apropriação desse acervo.

Assim, a pergunta inicial possível para provocar esse acervo poderia ser: por que um acervo da Segunda Guerra Mundial em um museu militar brasileiro? A participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial não parece ser uma lembrança tão consolidada, entre a sociedade civil, como em outros países que também participaram do conflito, ao mesmo tempo em que, talvez, essa participação tenha sido o evento mais significativo para o Exército brasileiro em termos de experiência bélica e, com isso, aprendizado e desenvolvimento de doutrinas e estratégias (McCANN, 1995; FERRAZ, 2005).

Um olhar sob a perspectiva da educação museal pode levantar indagações acerca do longo período, se comparado com outros países, de profissionalização e modernização do Exército brasileiro. Aliás, muitos estudos indicam que tais processos de aperfeiçoamento técnico e bélico realmente se tornaram uma preocupação, quando foram enviados militares à Alemanha no início do século XX, para que eles

realizassem um estágio naquele país (MORAIS, 2009; NASCIMENTO, 2010). Vindos de lá, esses militares, conhecidos como “jovens turcos”, protagonizaram momentos importantes no que se refere às modificações estruturais e simbólicas do Exército: a fundação da *Revista Defesa Nacional*, tida como uma propulsora de novos pensamentos estratégicos, e a influência dessas ideias nos levantes tenentistas, culminando numa articulação com os setores ligados a Getúlio Vargas, que em 1930 construíram o golpe que sustentaria um novo lugar na política para os militares (LOVE, 1975; FERREIRA; PINTO, 2008; PANDOLFI, 2003).

Tais processos de profissionalização e modernização, mesmo assim, não indicariam uma experiência bélica tão efetiva, se comparada com a ocorrida na Segunda Guerra Mundial. Mesmo com um importante espaço concedido aos militares na política brasileira, isso não implicou mudanças significativas no tocante ao aperfeiçoamento tecnológico de guerra, tanto é que às vésperas da entrada do Brasil nessa guerra ainda pairava a dúvida sobre a capacidade do Exército de enfrentar outras forças. O acordo feito com os Estados Unidos para o recebimento de novos armamentos seria o fio condutor de mudanças importantes na renovação armística brasileira. Porém tal acordo não ocorrera como o esperado, fazendo com que os pracinhas tivessem que, aos poucos, ir se acostumando com os armamentos tardiamente entregues.

Ou seja, além de ser um marco no que tange a uma efetiva experiência de guerra, com tantas problemáticas estruturais possíveis a Segunda Guerra Mundial demarcou um novo lugar para o pensamento bélico no Exército, influenciando muito os militares que atuaram naquela guerra a pensar sobre novas formas de desenvolvimento tático e estratégico (SVARTMAN, 2006). Assim, as razões para preservar objetos da Segunda Guerra Mundial parecem ir muito além do fato de simplesmente “terem feito parte da história”. A simbologia desse acervo para a construção de representações acerca do período e o uso desse mesmo acervo como fonte para a construção de conhecimento são possibilidades de interpretação para as indagações sobre os motivos que levaram a tal preservação. A construção de representações costuma ser um mecanismo importante nas relações de poder. Isto é, o que para alguns pode parecer “natural”, como estruturas colocadas na sociedade, para o historiador Roger Chartier são construções intermediadas pelas lutas de representações. Assim, dependendo do lugar no campo, alguns

grupos sociais possuem maior efetividade nas intenções simbólicas, isso porque os mecanismos de poder dispostos possibilitam as decisões das práticas discursivas (CHARTIER, 1990, 2002; BOURDIEU; CHARTIER, 2011).

A inserção desse acervo em um espaço museológico pode, então, ser tensionada da seguinte forma: por que precisamos preservar o patrimônio bélico do Brasil e por que expô-lo? Possíveis respostas podem ser desenhadas com base nas discussões colocadas sobre educação museal. Não há, nessa perspectiva, possibilidade de naturalizar e sacralizar esses objetos por serem “antigos”. Os questionamentos surgem no sentido de indagar sobre o processo que levou os objetos a se tornarem patrimônios. Nessa indagação, constroem-se argumentos sobre o lugar da Segunda Guerra Mundial nas lutas de representações do Exército brasileiro. Em outras palavras, tal como muitas instituições, há a necessidade de legitimar símbolos para a atribuição de sentido ao *modus operandi* de existência (CASTRO, 2000; SOUZA, 2001a, 2001b, 2006; PARENTE, 2007). Dificilmente alguma instituição consegue se legitimar se ela não buscar, em sua história, significados para isso, fazendo com que haja um passado, presente e futuro constante nos usos dessa história.

Com base nos escritos do historiador Jörn Rüsen, torna-se possível indagar sobre tais usos. Para ele, a história tem uma função estratégica na orientação prática da vida, a partir da cultura histórica: embora a pesquisa histórica seja o lugar para historiadoras e historiadores, elas e eles não possuem controle e domínio sobre as experimentações com a temporalidade que as pessoas desenvolvem a todo o momento. Ou seja, todas as pessoas desenvolvem narrativas históricas, manifestando, com base na consciência histórica, ideias sobre o passado, presente e futuro. Tais narrativas podem ser expressas em forma de filmes, desenhos, conversas, memórias, textos, ensaios, jogos eletrônicos etc. Esses meios de manifestação tornam-se fontes para analisar a forma como a sociedade enxerga certas relações sociais no tempo (CARDOSO, 2008; RÜSEN, 2010a, 2010b, 2016).

Carros de combate, armamentos e fardas, por exemplo, podem ser a base para a constituição de consciência histórica acerca da Segunda Guerra Mundial. Diversas narrativas surgem com base nessa consciência, incluindo aquelas que buscam preservar os objetos para

que haja uma continuidade da memória na sociedade. Quando se busca a patrimonialização, quer dizer, quando há interesse na preservação efetiva desses objetos, com cuidados técnicos, as justificativas para isso podem surgir de narrativas históricas, presentes na cultura histórica de algumas pessoas. A educação patrimonial é capaz de desvendar esse processo de construção social que, ao mesmo tempo, auxilia a justificar a necessidade de preservação, respondendo ao questionamento do porquê preservar o patrimônio bélico.

Por outro lado, quando tal patrimônio é exposto, a educação museal surge como potencial de questionamento acerca das decisões de comunicá-lo, enquanto objeto pertencente ao grupo social que o utilizou. Nesse caso, a narrativa histórica alcança grau de estudo histórico (ou ciência da História). O papel da ação educativa, isto é, a ação de mediação entre o público e o museu, é levar em consideração o patrimônio e o discurso museológico e da pesquisa como construções sociais. Assim, não haveria naturalização nem do objeto, nem da narrativa exposta. Portanto, a educação museal emerge como mecanismo de intervenção, fundamentado em uma horizontalidade relacional.

É importante frisar que esses questionamentos precisam ser mediados conforme o público. Ou seja, as variações de idade entre os/as visitantes são pontos básicos no momento de pôr em prática a educação museal. Isso não significa considerar que algumas discussões são mais complexas que outras, mas sim que a linguagem precisa se adequar a determinados públicos. É possível, por exemplo, tratar todo o acervo sob uma perspectiva histórica, independentemente da faixa etária. Palavras como “antes” e “depois” são base para uma discussão histórica para idades menores. Localizar-se no tempo e no espaço é a espinha dorsal da ação educativa em um museu de tipologia histórica.

Há ainda o fator da relação horizontal museu-educador-público: como bem aponta Janice Gonçalves (2014, p. 92), precisamos “pôr em suspeição uma perspectiva do processo educativo que oponha educadores e educandos como esclarecidos e não-esclarecidos”. Isso significa que a educação museal, tendo como centro de discussão o patrimônio e sendo a base argumentativa de tensionamento da problematização do bem cultural, deve levar em conta que o/a educador/a está no mesmo nível que o público, não havendo hierarquia em tal relação.

Nessa perspectiva, voltamos ao historiador Jörn Rüsen (2010a, 2010b) com o conceito de consciência histórica. Para o autor, todas as pessoas possuem consciência histórica, isto é, têm habilidades de cognição para localização temporal. O que se modifica, entre as pessoas, é a narrativa histórica e o aprendizado histórico. Ou seja, uma pessoa que assiste a um filme sobre a Segunda Guerra Mundial vai, de alguma forma, apreender narrativas presentes no discurso filmográfico. Esse discurso, por sua vez, pode ou não ter compromisso com a realidade do acontecido. O processo de verificação da realidade passada depende da pesquisa histórica, campo em que historiadores/as atuam. Um museu de tipologia histórica deveria, em tese, ter o compromisso com a pesquisa histórica, em termos teóricos e metodológicos. Por sua vez o/a educador/a se colocaria na mediação entre a exposição, a pesquisa e o público, propondo questionamentos tanto em relação à narrativa histórica quanto aos objetos e às decisões que levaram à construção da exposição.

Nessa mediação, a pessoa que assistiu ao filme sobre a Segunda Guerra Mundial pode levantar dúvidas sobre suas apreensões e a exposição. A mediação no museu ocorre de modo tanto a registrar se há discrepâncias entre a narrativa do filme e a exposição como também a questionar a segunda. É nesse sentido que educadores/as de museus de tipologia histórica precisam, necessariamente, de aperfeiçoamento na área de história.

Da mesma forma, essa mesma narrativa da pessoa que assistiu a qualquer filme pode ocorrer fundamentada no ensino escolar. Talvez seja com base nesse ambiente que pode haver um ponto de erupção de construção de conhecimento, quando um museu passa a ser usado como espaço também de conhecimento.

A relação escola-museu insere-se nos atuais momentos como um caminho oportuno para o desenvolvimento da educação museal. Mas, para isso, é necessário haver tanto educação *com* o patrimônio quanto *para* o patrimônio e, nesses casos, faz-se necessário apontar que esses bens não são “naturalizados”, pois eles advêm de processos históricos, de decisões e intenções de certas pessoas e determinados espaços sociais, conforme visto no primeiro tópico do artigo.

São inúmeros os caminhos possíveis para o desenvolvimento da educação museal, porém é sempre necessário frisar o contexto

em que emergem outras concepções, tanto de educação quanto de patrimônio e museu. No atual momento, o questionamento sobre o processo de patrimonialização converge com as diversas discussões, de nível internacional, como em reuniões de entidades que abarcam os processos institucionais referentes aos bens culturais. Em suma, os objetos ligados ao tema da Segunda Guerra Mundial, no MMCMS, possuem uma historicidade e, por essa razão, não estão “congelados”. Cabe àquelas pessoas que se dedicam à pesquisa e à educação museal a atualização constante das perspectivas dialógicas.

REFERÊNCIAS

BETT, Ianko. A “cultura de defesa” em defesa da cultura: patrimônio cultural do Exército brasileiro e as instituições de memória como *locus* de análise. In: ENCONTRO DE HISTÓRIA MILITAR, 2.; COLÓQUIO DE PESQUISAS DO GRUPO DE ESTUDOS EM HISTÓRIA MILITAR DO MMCMS (GEHM-MMCMS), 1., 2017, Porto Alegre. **Anais** [...]. Porto Alegre: Memorial do Ministério Público do Rio Grande do Sul, 2017.

BETT, Ianko. Instituições de memória e a historiografia militar: o caso do Museu Militar do Comando Militar do Sul – MMCMS. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA MILITAR, 1., 2016, Rio de Janeiro. **Anais** [...]. Londrina: UEL, 2016.

BETT, Ianko; COSTA, Nathalia Santos da. Oficinas em práticas museológicas: uma experiência de educação patrimonial no Museu Militar do Comando Militar do Sul (MMCMS). In: FRAGA, Hilda Jaqueline de *et al.* (org.). **Experimentações em lugares de memória**: ações educativas e patrimônios. 1. ed. Porto Alegre: Selbach e Autores Associados, 2015.

BLOCH, Marc. **Apologia da história ou o ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

BOURDIEU, Pierre. **O senso prático**. Tradução de Maria Ferreira. Petrópolis: Vozes, 2009.

BOURDIEU, Pierre. **Os usos sociais da ciência**: por uma sociologia clínica do campo científico. São Paulo: Unesp, 2004.

BOURDIEU, Pierre; CHARTIER, Roger. **O sociólogo e o historiador**. Tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

BRASIL. **Lei n.º 11.904, de 14 de janeiro de 2009**. Institui o Estatuto de Museus e dá outras providências. Brasília, DF, 2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11904.htm. Acesso em: 17 set. 2019.

CABRAL, Magaly. Educação patrimonial x educação museal? *In*: TOLENTINO, Átila Bezerra (org.). **Educação patrimonial**: reflexões e práticas. João Pessoa: Superintendência do IPHAN na Paraíba, 2012.

CARDOSO, Oldimar. Para uma definição de Didática da História. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 28, n. 55, p. 153-170, 2008.

CASTRO, Celso Corrêa Pinto de. Entre Caxias e Osório – a criação do culto ao Patrono do Exército Brasileiro. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 25, p. 103-117, 2000.

CHAGAS, Mário. Educação, museu e patrimônio: tensão, devoração e adjetivação. **Patrimônio – Revista Eletrônica do IPHAN**, n. 3, jan.-fev. 2006. Disponível em: <http://www.labjor.unicamp.br/patrimonio/materia.php?id=145>.

CHARTIER, Roger. **À beira da falésia** – a história entre incertezas e inquietudes. Tradução de Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002.

CHARTIER, Roger. **A história cultural entre práticas e representações**. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

COGAN, Andrea. Pesquisa de público no Museu Militar do Comando Militar do Sul: quem são seus visitantes? **Mouseion**, n. 10, p. 187-196, jul.-dez. 2011.

COMPAGNONI, Almir Muncio. **“Em cada museu que a gente for carrega um pedaço dele”**: compreensão do pensamento histórico de crianças em ambiente de museu. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2009.

FERRAZ, Francisco César Alves. **Os brasileiros e a 2.^a Guerra Mundial**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

FERREIRA, Marieta de Moraes; PINTO, Sumara Conde Sá. A crise dos anos 1920 e a Revolução de 1930. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de A. N. (org.). **O Brasil republicano**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. p. 387-415. v. 1.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade** – curso no Collège de France (1975-1976). Tradução de Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

GONÇALVES, Janice. Da educação do público à participação cidadã: sobre ações educativas e patrimônio cultural. **Mouseion**, Canoas, n. 18, p. 83-97, dez. 2014.

HORTA, Maria de Lourdes *et al.* **Guia básico de educação patrimonial**. Brasília: Museu Imperial/IPHAN/MinC, 1999. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/temp/guia_educacao_patrimonial.pdf.pdf. Acesso em: 17 set. 2019.

LOVE, Joseph. **O regionalismo gaúcho e as origens da Revolução de 1930**. São Paulo: Perspectiva, 1975.

MARRERA, Fernando Milani; SOUZA, Uirys Alves de. A tipologia da consciência histórica em Rügen. **Revista Latino Americana de História**, v. 2, n. 6, p. 1.069-1.078, ago. 2013. Edição especial. Disponível em: <http://projeto.unisinos.br/rla/index.php/rla/article/viewFile/256/209>. Acesso em: 17 set. 2019.

MATOS, Isla Andrade Pereira de. Educação museal: o caráter pedagógico do museu na construção do conhecimento. **Brazilian Geographical Journal: Geosciences and Humanities Research Medium**, Ituiutaba, v. 5, n. 1, p. 93-104, jan.-jun. 2014.

MCCANN, Frank. **Aliança Brasil-Estados Unidos (1937-1945)**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1995.

MEES, Márcio Fernando. T-17 – O primeiro blindado 6x6 do Exército Brasileiro. *In*: ENCONTRO DE HISTÓRIA MILITAR, 2.; COLÓQUIO DE PESQUISAS DO GRUPO DE ESTUDOS EM HISTÓRIA MILITAR DO MMCMS (GEHM-MMCMS), 1., 2017, Porto Alegre. **Anais** [...]. Porto Alegre: Memorial do Ministério Público do Rio Grande do Sul, 2017.

MORAIS, Ronaldo Queiroz de. **Do Exército moderno à República militar** – caserna, política e tensão (1913-1977). Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

MORGADO, Sérgio Roberto Dentino. **Parecer da Diretoria de Assuntos Culturais sobre a proposta de criação do Museu Militar do CMS**. 17 de maio de 1998.

MUSEU MILITAR DO COMANDO MILITAR DO SUL (MMCMS). **Regimento interno**. Porto Alegre, fev. 2004.

MUSEU MILITAR DO COMANDO MILITAR DO SUL (MMCMS). **Regimento interno**. Porto Alegre, 2017.

NASCIMENTO, Fernanda de Santos. **A Revista A Defesa Nacional e o projeto de modernização do Exército Brasileiro (1931-1937)**. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

OLIVEIRA, Dennison de. **Aliança Brasil-EUA** – Nova História do Brasil na Segunda Guerra Mundial. Curitiba: Juruá Editora, 2015.

PANDOLFI, Dulce Chaves. Os anos 1930: as incertezas do regime. *In*: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília Almeida Neves (org.). **O Brasil republicano**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. v. 2.

PARENTE, Paulo André Leira. O Almirante Tamandaré através da *Revista Marítima Brasileira*: a construção da memória de uma instituição da Marinha do Brasil (1897-1950). **Revista Navigator**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 6, p. 59-69, 2007.

POLÍTICA Nacional de Educação Museal. Disponível em: <https://pnem.museus.gov.br/>. Acesso em: 17 set. 2019.

PRATS, Llorenç. **Antropología y patrimonio**. Barcelona: Ariel, 2004.

RÜSEN, Jörn. Algumas ideias sobre a interseção da meta-história e da didática da história: entrevista. [Entrevista cedida a] Marília Gago. **Revista História Hoje**, São Paulo, v. 5, n. 9, p. 159-170, 2016.

RÜSEN, Jörn. Didática da história: passado, presente e perspectivas a partir do caso alemão. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 1, n. 2, p. 7-16, jul.-dez. 2006.

RÜSEN, Jörn. **História viva** – teoria da história – formas e funções do conhecimento histórico. Brasília: Editora UnB, 2010a.

RÜSEN, Jörn. **Razão histórica** – teoria da história – fundamentos da ciência histórica. Brasília: Editora UnB, 2010b.

SOFKA, Vinos. A pesquisa no museu e sobre o museu. **Museologia e Patrimônio**, v. II, n. 1, jan.-jun. 2009.

SOUZA, Adriana Barreto de. Entre o mito e o homem – Caxias e a construção de uma heroicidade moderna. **Locus**, Juiz de Fora, v. 1, n. 7, p. 93-106, 2001a.

SOUZA, Adriana Barreto de. O duque-monumento: memória e história na trajetória do Duque de Caxias. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, ano 167, n. 431, p. 179-195, abr.-jun. 2006.

SOUZA, Adriana Barreto de. Osório e Caxias – os heróis militares que a República manda guardar. **Varia Historia**, Belo Horizonte, n. 25, p. 249-250, jul. 2001b.

SVARTMAN, Eduardo Munhoz. **Guardiões da nação** – formação profissional, experiências compartilhadas e engajamento político dos generais de 1964. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

THIESSE, Anne-Marie. Ficções criadoras: as identidades nacionais. **Anos 90**, n. 15, p. 7-21, 2001/2002.

TOLENTINO, Átila. O que não é educação patrimonial – cinco falácias sobre seu conceito e sua prática. *In*: TOLENTINO, Átila Bezerra; BRAGA, Emanuel Oliveira (org.). **Educação patrimonial [recurso eletrônico]**: políticas, relações de poder e ações afirmativas. João Pessoa: IPHAN-PB; Casa do Patrimônio da Paraíba, 2016. p. 39-48. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/caderno_tematico_educacao_patrimonial_05.pdf. Acesso em: 17 set. 2019.



O Museu do Expedicionário em Jaraguá do Sul, Santa Catarina: a memória e a história dos “pracinhas do Itapocu” (1996-1997)¹

Wilson de Oliveira Neto²

INTRODUÇÃO

O estado de Santa Catarina está localizado no sul do Brasil. Ele é dividido em diversas microrregiões, entre as quais o Vale do Itapocu, situado próximo ao nordeste catarinense. Essa microrregião é formada por sete municípios: Barra Velha, Corupá, Guaramirim, Jaraguá do Sul, Massaranduba, São João do Itaperiú e Schroeder (ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO VALE DO ITAPOCU, 2019).

As histórias dos seus municípios são ricas e envolvem recortes temporais pré-históricos e históricos. Para um visitante com interesse na

¹ A primeira versão deste capítulo foi apresentada durante o XV Encontro Regional de História (ANPUH/PR), realizado na Universidade Federal do Paraná (Curitiba) entre os dias 26 e 29 de julho de 2016, e publicada nos anais do evento, com o título “Memória e reintegração social: O Museu do Expedicionário em Jaraguá do Sul, Santa Catarina (1996-1997)”.

² Doutor em Comunicação e Cultura na Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (ECO/UFRJ). Professor e pesquisador no curso de História da Universidade da Região de Joinville (Univille). *E-mail*: wilson.o@univille.br.

história da Segunda Guerra Mundial, há no Vale do Itapocu diversos espaços históricos dedicados à memória e à história da participação militar brasileira nesse conflito, especialmente em Jaraguá do Sul.

Essa cidade foi fundada em 25 de julho de 1876. Sua história faz parte da colonização europeia em Santa Catarina a partir da segunda metade do século XIX. Atualmente o município tem uma população estimada em 170.835 habitantes, a maioria residente na área urbana. Assim como em outras cidades brasileiras, há em Jaraguá do Sul diversos monumentos e museus que ajudam a narrar sua história. Para este capítulo, interessam os espaços históricos voltados para a memória e a história da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), particularmente dos cidadãos soldados locais que serviram na Força Expedicionária Brasileira (FEB) durante a Campanha da Itália, entre 1944 e 1945. Eles são conhecidos na microrregião como “os pracinhas do Vale do Itapocu” (PISKE, 1997).

Existem em Jaraguá do Sul diversas referências a esses ex-combatentes, tais como monumentos, nomes de ruas, praças, sepulturas e mesmo um museu localizado no Centro da cidade. Trata-se do Museu da Paz (MPZ), criado em 10 de dezembro de 2009 pela Lei Municipal n.º 5.438, assinada pela então prefeita Cecília Konell. Suas origens, no entanto, estão situadas em meados da década de 1990, pois em 21 de agosto de 1996, por meio do Decreto n.º 3.410/95, assinado pelo prefeito Durval Vasel, foi criada a Casa do Expedicionário, primeiro espaço museológico da cidade e dedicado exclusivamente à memória e à história da Segunda Guerra Mundial e dos veteranos da FEB, com destaque para os ex-combatentes residentes em Jaraguá do Sul e municípios vizinhos. Até hoje, tanto a Casa/Museu do Expedicionário quanto o Museu da Paz são os únicos museus em Santa Catarina dedicados à experiência militar brasileira na Segunda Guerra Mundial.

O objetivo deste artigo é discutir os resultados alcançados até o momento com o aprofundamento dos estudos históricos sobre a trajetória do Museu do Expedicionário, cuja criação envolveu a Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer e veteranos ligados à Seção Regional de Jaraguá do Sul da Associação Nacional dos Veteranos da Força Expedicionária Brasileira (ANVFEB). Serão abordados o contexto em que o Museu do Expedicionário foi concebido, as instituições e pessoas envolvidas com a criação da entidade, a formação do acervo do museu e a organização de sua exposição permanente. O Museu do Expedicionário foi fechado em 1997, durante a gestão

municipal de Geraldo Werninghaus. Não estão esclarecidas as razões para o fechamento do museu, que envolvem controvérsias políticas e memorialísticas. Contudo tanto o acervo do Museu do Expedicionário quanto a experiência acumulada pelos seus funcionários auxiliaram na criação do Museu da Paz e na organização da sua exposição permanente, aberta ao público desde 2009.

MEMÓRIA E REINTEGRAÇÃO SOCIAL

A Segunda Guerra Mundial foi encerrada na Europa em 8 de maio de 1945, porém na Itália o conflito acabou alguns dias antes, em 2 de maio. Foi durante o fim da guerra na Península Itálica que a desmobilização e o retorno da FEB ao Brasil foram planejados. A FEB permaneceu na Itália como tropa de ocupação até 3 de junho. Três dias depois, a FEB foi oficialmente desmobilizada, ao mesmo tempo em que foi iniciado o retorno dos ex-combatentes ao Brasil. Os últimos expedicionários brasileiros partiram do Porto de Nápoles para a cidade do Rio de Janeiro no dia 19 de setembro de 1945 (FERRAZ, 2012; MAXIMIANO; BONALUME NETO, 2011).

No Brasil, a maioria dos ex-combatentes retornou à vida civil. Isolados ou por meio das associações de veteranos, eles procuraram reintegrar-se socialmente, porém, como mostra Francisco César Alves Ferraz (2012), o processo de reintegração dos ex-combatentes da FEB foi lento e incerto. Ao contrário do que ocorreu nos Estados Unidos, por exemplo, o amparo legal aos pracinhas foi condicionado aos sabores da política e do “jeitinho” brasileiro. Nesse ambiente de incertezas, a criação das associações de ex-combatentes foi fundamental.

Dentro da associação, o veterano encontrou seus companheiros, recebeu orientação sobre seus direitos, auxílio mútuo e desenvolveu um espaço de vivência social e política. Apesar de um relacionamento por vezes difícil, a associação era reconhecida pelas autoridades como interlocutora legítima dos anseios de seus representados (FERRAZ, 2012, p. 210).

Essa visão acerca das associações de ex-combatentes é reforçada por Dennison de Oliveira (2012), quando trabalhou com o Museu do

Expedicionário em Curitiba, Paraná. Segundo o autor, as origens do museu estão vinculadas à Legião Paranaense do Expedicionário (LPE), fundada em 1946. A LPE foi uma das primeiras entidades de assistência social aos veteranos da FEB residentes em Curitiba ou mesmo em outras cidades do Brasil, que eram hospedados na sede da LPE (figura 1).

Figura 1 – Casa do Expedicionário (sede da LPE) – Curitiba (PR), 6/10/1963. Cartão-postal produzido pela empresa Foto Postal Colombo (São Paulo – SP)



Fonte: Coleção do autor

As associações de ex-combatentes também foram os meios pelos quais as primeiras ações de preservação e valorização da memória da FEB e dos febianos foram tomadas. Ou seja, o associativismo contribuiu para a transformação dos ex-combatentes em “agentes da memória”, segundo explica Ferraz (2012). Novamente citamos o caso da LPE, por meio de Oliveira (2012). De acordo com o pesquisador, já em 1946 existia, na sede da legião, uma pequena sala que servia de museu da entidade. Nesse sentido, é importante mencionar Jacques Le Goff (1996), segundo o qual a formação, a preservação e a recordação de memórias envolvem fenômenos psíquicos e socioculturais. Para ele, entre outras prerrogativas, controlar a memória e o esquecimento pressupõe relações de poder, uma vez que há certas classes e grupos

sociais que dominaram e dominam as sociedades ao longo do tempo. No caso específico dos ex-combatentes brasileiros, a preservação e a valorização da memória estão ligadas à legitimação das suas demandas políticas perante a sociedade brasileira do pós-guerra (FERRAZ, 2012).

Uma das hipóteses formuladas para este trabalho está ligada a tais pressupostos. Ou seja, se as associações de ex-combatentes e seus respectivos lugares de memória, entre os quais os museus, fizeram parte do processo de reintegração social dos pracinhas, assim como estudou Ferraz (2012), a fundação, a organização e o funcionamento do Museu do Expedicionário em Jaraguá do Sul também estão relacionados com o processo de reintegração dos pracinhas locais, por meio da preservação e valorização das suas memórias e histórias via museu, cuja criação contou com o apoio dos ex-combatentes e sua seção local da ANVFEB.

A ANVFEB surgiu com a fundação do Clube dos Veteranos da Campanha da Itália, na cidade do Rio de Janeiro, em 1963. No ano de 1969 seu nome mudou para Associação dos Veteranos da FEB (AVFEB). Finalmente, em 1972, uma nova alteração deu origem à Associação Nacional dos Veteranos da Força Expedicionária Brasileira (ANVFEB), tal como é denominada até hoje. Mas a primeira entidade de ex-combatentes brasileiros foi criada em 1.º de outubro de 1945, também no Rio de Janeiro, na época Distrito Federal. Trata-se da Associação dos Ex-Combatentes do Brasil (AECB) (FERRAZ, 2012). Em Jaraguá do Sul a Seção Regional da ANVFEB foi criada em 25 de julho de 1976. Inicialmente ela foi constituída por 35 veteranos residentes em Jaraguá do Sul e arredores. Ferdinando Piske (1997) atribuiu a fundação da “SR”, como também ela é conhecida, ao ex-combatente Bruno Scheibel, que contou com a colaboração da associação de Florianópolis.

O terceiro-sargento Bruno Scheibel nasceu no município de Corupá no dia 23 de julho de 1921. Na FEB, ele integrou o 11.º Regimento de Infantaria da 1ª. Divisão de Infantaria Expedicionária e embarcou para a Itália em 22 de setembro de 1944. Durante a Campanha da Itália, ele participou de operações militares em Monte Castello, Castelnuovo e Montese, sendo condecorado com as medalhas de Campanha, de Guerra e Marechal Mascarenhas de Moraes. Após a guerra, o ex-combatente Bruno Scheibel retornou à vida civil, tornando-se agricultor em sua cidade natal. Porém, segundo Piske (1997, p. 37), ele “alimentava um sonho: reunir os companheiros da

Força Expedicionária Brasileira da região, numa associação que viesse a desenvolver um trabalho de assistência e orientação aos mesmos, principalmente a conquista de benefícios da legislação brasileira”. Bruno foi casado com Maria Scheibel e veio a falecer no dia 13 de maio de 1995, próximo de completar 74 anos de idade.

O MUSEU DO EXPEDICIONÁRIO

O Museu do Expedicionário de Jaraguá do Sul pode ser considerado um museu de cultura militar, conforme orienta o *Plano nacional setorial de museus* (INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS, 2010). Segundo Mariana Jacob Teixeira (2011, p. 9), os museus militares são “um meio de transmitir às gerações actuais e futuras as vivências dos militares, no passado”. Contudo, prossegue a autora, essa condição situa os museus militares no âmbito dos museus históricos.

Os primeiros museus militares foram abertos na Europa entre o fim do século XIX e o início dos noventa, em um contexto histórico marcado pela valorização das forças armadas e do nacionalismo entre os países europeus. O Armémuseum, em Estocolmo, na Suécia, é considerado o primeiro museu militar moderno, aberto ao público em 1879, sendo seguido pelos museus militares de Paris (Musée de l’Armée) e de Bruxelas (Belgian Royal Army and Military History Museum), respectivamente inaugurados em 1905 e 1923 (POLLS, 2014).

De acordo com Franklin T. van der Pols (2014), a experiência histórica das guerras mundiais (1914-1918 e 1939-1945) transformou a missão da maioria dos museus militares. Os valores militares e nacionalistas deram lugar ao reconhecimento dos sacrifícios militares, como ocorre na exposição permanente sobre o Corpo Expedicionário Português durante a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), no Museu Militar em Lisboa, Portugal, ou mesmo no próprio Museu do Expedicionário, em Jaraguá do Sul.

A ligação entre os museus militares e os museus históricos também faz com que os primeiros sejam instituições que trabalham com “problemas históricos”, conforme o debate promovido por Ulpiano Toledo Bezerra de Meneses (2005) – algo que difere da concepção tradicional de museus, que vincula os museus históricos às exposições de “objetos históricos”. Contudo a formulação de problemas históricos pelos museus relacionados a essa tipologia está vinculada às

mesmas contingências contextuais e teóricas de qualquer outra forma de trabalho com problemas históricos, como a historiografia. Por intermédio de suas exposições, prossegue o autor, os museus históricos promovem uma produção de sentidos cujo ponto de partida é uma determinada concepção de passado que, por sua vez, está ligada às demandas e disputas políticas no tempo presente, como por exemplo o processo de reintegração social dos ex-combatentes da FEB.

O Museu do Expedicionário foi aberto ao público no dia 25 de julho de 1996, como parte das celebrações do aniversário de 120 anos de Jaraguá do Sul. O local escolhido para abrigar o museu foi construído no começo da década de 1930 e, durante anos, foi o terminal rodoviário do município, em frente ao qual, hoje, passa a Avenida Getúlio Vargas. Próximo a ele estava localizada a antiga estação ferroviária de Jaraguá do Sul, na qual embarcaram muitos dos ex-combatentes locais que serviram na FEB em 1944 (figura 2).

Figura 2 – Estação ferroviária de Jaraguá do Sul – *Circa 1960*



Fonte: Coleção do Arquivo Histórico de Jaraguá do Sul³

³ Publicado por Claudio Costa, no blogue “Por acaso” (<https://poracaso.com/estacao-ferroviaria-jaragua-do-sul-historia-antigamente/>).

Para abrigar o Museu do Expedicionário, tanto a edificação quanto seus arredores sofreram um processo de “revitalização”, que foi acompanhado pela imprensa local. Segundo uma matéria publicada no jornal *A Gazeta* de 31 de maio de 1996 (ANTIGA..., 1996), as obras estavam em curso, enquanto o então secretário de Cultura, Esporte e Lazer, Balduino Raulino, reafirmava a intenção de abrir o museu ao público em julho, durante as comemorações do aniversário da cidade. A matéria ainda informou que o acervo do Museu do Expedicionário contava com 280 peças, todavia esse número poderia aumentar, pois tanto a Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer quanto a Seção de Jaraguá do Sul da ANVFEB estavam em contato com o Exército brasileiro, na intenção de obter doações para o acervo do museu.

Outra matéria, também publicada no jornal *A Gazeta*, de 25 de julho de 1996 (INAUGURA..., 1996), anunciava a abertura do Museu do Expedicionário ao público. Foram destacadas as atuações do secretário municipal Balduino Raulino e da seção local da ANVFEB na viabilização do museu. A matéria também destacou a presença do então Ministro do Exército, o General Zenildo Lucena, esposo de Edith Jourdan de Lucena, bisneta do Coronel Emilio Carlos Jourdan, um dos fundadores de Jaraguá do Sul. A presença do General Lucena também assinalava a possibilidade de ampliar o acervo do Museu do Expedicionário, por meio de uma possível doação do Exército brasileiro, o que aumentaria o prestígio da instituição, assim como dos seus sujeitos de memória, os ex-combatentes.

Compareceu à cerimônia de abertura do Museu do Expedicionário o casal Zenildo e Edith Jourdan Lucena que, junto com os ex-combatentes locais, deu brilho ao evento. Na ocasião, o General Lucena prometeu aos responsáveis pelo museu uma doação de “objetos históricos” do Exército brasileiro, promessa que foi cumprida em 1999, quando o Museu Histórico Emílio da Silva (museu municipal de Jaraguá do Sul localizado na Praça Ângelo Piazero, no Centro da cidade) recebeu um lote com armas e outros equipamentos militares da época da Segunda Guerra Mundial. Atualmente os itens que formam esse lote fazem parte da exposição permanente do Museu da Paz (COMUNIDADE..., 1996; EM DEFESA..., 1999).

A exposição aberta ao público no dia 25 de julho foi uma pequena amostra – com 150 itens, aproximadamente – do que seria a exposição

permanente do Museu do Expedicionário, organizada pela museóloga Alcioni Macedo Canuto. A exposição permanente foi inaugurada somente no dia 7 de setembro de 1996, durante as comemorações da Independência do Brasil. A cerimônia foi iniciada às 11 horas da manhã e contou com a presença de autoridades municipais, entre as quais o prefeito Durval Vassel e o secretário Balduino Raulino. Também estiveram presentes os ex-combatentes Rui O. Fonseca, vice-presidente nacional da ANVFEB, e Gilberto Nahas, presidente da Seção de Florianópolis. Entre as pessoas homenageadas, estavam o Capitão Ferdinando Piske, veterano da FEB, e uma das pessoas responsáveis pela viabilização do Museu do Expedicionário (MUSEU..., 1996).

As matérias publicadas na imprensa de Jaraguá do Sul valorizaram o envolvimento dos ex-combatentes locais, os “pracinhas do Vale do Itapocu” – 86 veteranos da FEB, todos condecorados com a Medalha de Campanha, naturais da microrregião do Vale do Itapocu ou que, após o regresso para a vida civil, fixaram residência em Jaraguá do Sul ou nos municípios vizinhos –, e sua associação na criação, na organização e na inauguração do Museu do Expedicionário, em 1996. Entre os veteranos envolvidos, há destaque para o Capitão Ferdinando Piske (1923-2008). O Capitão Piske, como também era conhecido, nasceu no município catarinense de Timbó em 11 de fevereiro de 1923. Na FEB, ele foi incorporado ao 6.º Regimento de Infantaria da 1ª. Divisão de Infantaria Expedicionária. Embarcou para a Itália junto com o primeiro escalão da FEB, em 2 de julho de 1944. Durante sua participação na Campanha da Itália, o Capitão Piske atuou em operações militares em Camaione, Barga, Linha Gótica, Sommocolonia, Soprassasso, Castelnuovo, Montese, Zocca, Collecchio e Fornovo di Taro. Foi condecorado com as medalhas de Campanha, Guerra e Marechal Mascarenhas de Moraes, além de ter sido um dos principais “agentes da memória” acerca da FEB em Santa Catarina. Ele foi autor de livros de memórias sobre a Campanha da Itália, além de inúmeros artigos publicados em jornais locais (PISKE, 1997).

As participações do Capitão Piske e da associação de ex-combatentes na criação do Museu do Expedicionário também são mencionadas por Alcioni Macedo Canuto (2015), museóloga responsável pela exposição permanente do museu. De acordo com suas memórias, não ocorreu um envolvimento formal da Seção de Jaraguá do Sul da

ANVFEB, porém, por meio do secretário municipal Balduíno Raulino e do Capitão Piske, os veteranos locais e sua entidade foram envolvidos com a criação e a organização do museu. Muitos ex-combatentes, assim como seus familiares, até mesmo doaram documentos e objetos para a formação do acervo do Museu do Expedicionário.

Ele [Capitão Piske] foi o nosso braço direito. [...] ele fazia uma ponte entre o acervo, as pessoas e os expedicionários. E os expedicionários, por sua vez, vinham ao museu, se apropriavam do museu, como parte da sua própria história. A gente conseguiu fazer algumas reuniões da associação dentro do próprio museu, como espaço. E tudo isso foi um resgate muito grande, uma identificação, pois eles se sentiram dentro daquele espaço, sendo isso que importava (CANUTO, 2015, p. 5).

A exposição do Museu do Expedicionário foi organizada por intermédio de uma coleção formada inicialmente por doações de ex-combatentes e dos seus familiares. O acervo foi ampliado com a compra de uma volumosa coleção de militar pertencente ao Sr. João Luis Channe, na época residente na cidade de Piraquara, no Paraná. O valor pago pela Prefeitura de Jaraguá do Sul foi de 15 mil reais. Segundo recorda Canuto (2015), foi Balduíno Raulino o responsável pelo contato com o colecionador, cujo sobrinho era integrante da Banda Municipal de Jaraguá do Sul.

Ele [o Sr. Channe] colecionava tudo, nunca de maneira técnica, nunca de maneira adequada. [...]. Tudo ele colecionava. Na época ele possuía, mais ou menos, umas 500 fardas de exércitos. De tudo e qualquer exército que você possa imaginar, de todas as guerras, de todos os efeitos, de todas as investidas, desde o a Primeira Guerra Mundial, a Crise de Suez, a Guerra do Vietnã. Tudo ele colecionava. Sabia que tinha uma peça, ele ia atrás. E acabou criando para ele um grande problema, a ponto da esposa chegar um dia para ele e dizer: “ou eu ou o acervo”. E foi dessa forma que ele conseguiu, de uma maneira bem drástica, se desfazer de parte do acervo (CANUTO, 2015, p. 1-2).

A avaliação e a aquisição da coleção foram acompanhadas pelo Capitão Piske, porém não se tratava somente de itens relacionados à Segunda Guerra Mundial e à FEB, mas também a outros temas de história militar brasileira e mundial, como a Primeira Guerra Mundial (1914-1918). Ao longo prazo, isso se tornou um problema para o museu, que tinha na sua reserva técnica peças ligadas à Força Pública

do Paraná, por exemplo. Canuto (2015) explica que, após um longo processo burocrático, os itens pertencentes ao acervo do Museu do Expedicionário que não tinham coerência com a proposta da instituição foram enviados para outras instituições museológicas, tais como o Museu Paranaense, em Curitiba, que recebeu as fardas e demais equipamentos que pertenceram à Força Pública do Estado do Paraná.

A formação de acervos de museus mediante a aquisição de coleções particulares é algo comum. No município de Joinville, vizinho a Jaraguá do Sul, existe o Museu Arqueológico de Sambaqui (MASJ). Fundado em 1963, a coleção que deu origem a esse museu pertenceu a um arqueólogo amador radicado em Joinville chamado Guilherme Tiburtius (MUSEU ARQUEOLÓGICO DE SAMBAQUI DE JOINVILLE, 2016).

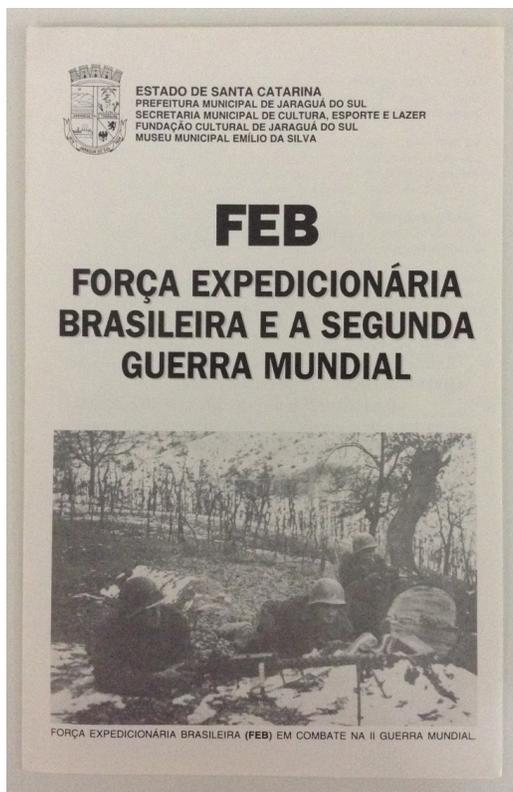
A primeira exposição pública da coleção comprada do senhor Channe ocorreu em um “espaço cultural” localizado na Praça Ângelo Piazero, no Centro de Jaraguá do Sul. Ela foi denominada “A Força Expedicionária Brasileira e a Segunda Guerra Mundial”. Segundo a imprensa, foram expostos objetos usados pelas forças armadas de diversos países envolvidos com o conflito, entre os quais o Brasil. A matéria ainda destacou que a coleção recentemente adquirida tinha sido higienizada e catalogada. O jornalista responsável encerrou-a listando itens curiosos e prosaicos que faziam parte do cotidiano dos combatentes, tais como caixas de fósforo e de mingau, além de maços de cigarro, que faziam parte da exposição (2.^a GUERRA..., 1995).

O “espaço cultural” mencionado na matéria foram as vitrines do antigo estúdio fotográfico Foto Loss, segundo recordou Alcioni Macedo Canuto (2015), museóloga responsável pela exposição. “*E ali, também, como quase que um laboratório, as pessoas comentaram muito, viram muito e a gente foi fazendo quase que uma enquete sobre o que elas conheciam, se elas gostariam de ter um espaço [sobre a história da Segunda Guerra Mundial e a FEB na cidade]*” (CANUTO, 2015, p. 6). Novamente, ela contou com o apoio da associação de ex-combatentes, por intermédio do Capitão Piske, que redigiu os textos sobre a Segunda Guerra Mundial e a FEB, com destaque para os “pracinhas do Vale do Itapocu”, cujos nomes foram

publicados no prospecto da exposição. Após o término da exposição no Centro de Jaraguá do Sul, ela foi exposta nas dependências da Escola Técnica Tupy, em Joinville, com o apoio do 62.º Batalhão de Infantaria (PFIFFER, 2015).

A imagem a seguir mostra a capa do prospecto dessa exposição, cujos textos são de autoria do Capitão Piske, que também colaborou com outras publicações do Museu do Expedicionário, como por exemplo uma história em arte sequencial (história em quadrinhos) acerca da participação militar brasileira na Segunda Guerra Mundial.

Figura 3 – Capa do prospecto da exposição “FEB – Força Expedicionária Brasileira e a Segunda Guerra Mundial”



Fonte: Coleção do Arquivo Histórico de Jaraguá do Sul

O acervo do Museu do Expedicionário foi ampliado no fim de 1999, quando recebeu, oficialmente, uma doação de objetos históricos por parte do Exército brasileiro, que remontava à promessa feita pelo General Lucena em 1996, durante a abertura do museu. O fato foi registrado pela imprensa, a qual destacou a participação do Capitão Piske na viabilização da doação, que foi considerada “o reconhecimento do Exército pela preservação da história da participação brasileira no teatro de operações da Itália [...]” (MUSEU..., 1999, p. 1).

A única coleção catarinense que conta a história da FEB [...] e da 2.^a Guerra Mundial recebeu complemento na última semana. Dez peças do acervo do Exército [...] foram doadas ao Museu do Expedicionário. A doação foi promessa do general Zenildo Lucena, há quatro anos. Então Ministro do Exército, ele esteve em Jaraguá do Sul, para a inauguração do anexo do Museu Municipal Emílio Silva e viabilizou a liberação de armas, trâmite burocrático dado ao valor histórico das peças. “Só conseguimos essa doação porque o museu já tinha o reconhecimento de entidades que avaliam o valor das instituições museológicas”, conta Alcioni de Macedo Canuto, diretora da entidade. Ela contou com o fato de o General Lucena ser casado com uma bisneta do fundador de Jaraguá do Sul, Emílio Carlos Jourdan, e com a intervenção do Capitão Ferdinando Piske, para incentivar o empreendimento. “Isso torna o nosso museu um dos mais completos do gênero”, comemora, lembrando que apenas quatro instituições brasileiras ocupam-se de preservar a história dos expedicionários (EM DEFESA..., 1999, p. 1).

Porém no momento em que o lote doado pelo Exército chegou a Jaraguá do Sul o Museu do Expedicionário já estava desativado e desmontado há mais de dois anos. As razões para o fechamento do museu ainda não foram completamente esclarecidas e envolvem controvérsias políticas e memorialísticas.

Eles tiraram do dia para a noite esse acervo, desmancharam o museu. Museu criado, museu que poderia estar recebendo verba, local maravilhoso, toda a reforma, toda adequação, foi tirado do dia para noite, pois não havia interesse do prefeito. Fora, então, recolhido todo esse acervo e guardado na estação ferroviária (CANUTO, 2015, p. 2).

Em contrapartida, foi proposta a fusão entre o Museu do Expedicionário e o Museu Emílio da Silva em uma única instituição, a ser instalada no prédio da antiga prefeitura, situada na Praça Ângelo Piazero. A edificação foi inaugurada em 1941, poucos anos após a emancipação de Jaraguá do Sul, sendo ela construída no estilo *art déco*. Em 1997 ela foi desocupada. À época, Sílvio Celeste era presidente da Fundação Cultural de Jaraguá do Sul e, junto com a museóloga Alcioni Macedo Canuto, articulou o processo de revitalização do prédio, concluído em 2001, quando foi inaugurada a nova sede do Museu Histórico Emílio da Silva, no qual uma das suas salas temáticas foi dedicada à memória e à história da Segunda Guerra Mundial e da FEB (PFIFFER, 2015).

O processo de revitalização do edifício da antiga prefeitura e a exposição histórica acerca da Segunda Guerra Mundial não passaram despercebidos pela imprensa, conforme mostram as matérias publicadas no suplemento jaraguense do jornal *A Notícia*. Segundo a matéria de Ney Bueno (2001), o governo de Jaraguá do Sul tinha investido 250 mil reais na recuperação da edificação e dos seus respectivos móveis. A partir do dia 19 de novembro, a nova sede do museu municipal seria aberta ao público, com diversas cerimônias de inauguração ao longo daquela semana. De acordo com o jornalista:

A inauguração será durante toda a semana, com homenagem aos ex-prefeitos na segunda-feira (19); abertura do espaço cultural Emílio da Silva, dia 20, abertura do espaço cultural educativo, religioso e dos meios de transportes no dia 21, abertura do espaço do Legislativo no dia 22, e a abertura do espaço cultural dos expedicionários e o auto de Natal no dia 23 (BUENO, 2001, p. 1).

A respeito da exposição sobre os “pracinhas”, Ney Bueno (2001, p. 1) também informou:

Um dos acervos que mais chama a atenção é dos pracinhas da Força Expedicionária Brasileira (FEB), que já teve museu próprio. São mais de 300 peças, um dos acervos mais importantes do país. O Museu

O Museu do Expedicionário em Jaraguá do Sul, Santa Catarina: a memória e a história dos “pracinhas do Itapocu” (1996-1997)

do Expedicionário ficará temporariamente no Museu Emílio da Silva, já que a ideia é de no futuro resgatar o espaço que já havia sido conquistado, mas acabou dando espaço para a construção do terminal urbano no centro.

A instalação desse acervo em um museu próprio demorou até 2009, quando foi criado o Museu da Paz (MPZ), localizado na Avenida Getúlio Vargas, 405, no Centro de Jaraguá do Sul, onde, no passado, tinha sido a antiga estação ferroviária da cidade (figura 4). O local faz parte de uma área histórica dedicada à memória dos cidadãos soldados locais, os “pracinhas do Itapocu”, que partiram para a guerra daquela estação, em 1944. Em frente ao MPZ estão a Praça do Expedicionário e um dos três monumentos erguidos na microrregião do Vale do Itapocu em memória aos ex-combatentes locais da FEB (figura 5). Os outros dois monumentos estão localizados nos municípios de Corupá e Guaramirim e foram erguidos por intermédio de uma parceria entre a Seção Regional da ANVFEB e os poderes públicos desses municípios (KRETZER, 2015).

Figura 4 – Sede do Museu da Paz



Foto: *Jornal do Vale do Itapocu*, Jaraguá do Sul (SC), s.d.

Figura 5 – Monumento em homenagem aos ex-combatentes do Vale do Itapocu, localizado na Praça do Expedicionário, no Centro de Jaraguá do Sul



Fonte: Fotografia do autor

Mas por que um museu de história militar dedicado à memória e à história das guerras mundiais e da FEB foi denominado de “Museu da Paz”? Segundo Ademir Pfiffer (2015, p. 6),

o Museu da Paz foi fruto de um trabalho pautado no diálogo que envolveu Alcioni Macedo Canuto, Anselmo Bertoldi, Ivo Kretzer, Natália Lucia Petry (presidente da Fundação Cultural), entre outros formadores de opinião. Segundo a Senhora Alcioni Canuto, técnica em museologia, a tendência à época era difundir essa conceituação tipológica de museu vinculado ao conceito amplo da cultura da paz. É importante salientar, segundo Canuto, que o recurso da guerra foi um meio determinante (vencido e esgotado por diplomacia dos canais de negociação, entre os chefes de estados), a guerra foi a alternativa encontrada para combater a ideologia do Fascismo e do Nazismo, colocando o fim no século das guerras. Assim, foi encerrado o século de dizimação dos povos pela violência e o recurso das guerras. Porém outros fatores políticos ressuscitaram o clima tenso (Guerra Fria) e preparatório de novas guerras ocultas, como o terrorismo, nova modalidade de guerra sem fronteira e territorialidade, ainda presente neste segundo milênio.

De lá para cá o MPZ desenvolve diversas atividades que vão além da sua exposição. A firme parceria com a ANVFEB permitiu, por exemplo, que em 2010 Jaraguá do Sul sediasse o 22.º Encontro Nacional de Veteranos da Força Expedicionária Brasileira, ocorrido entre os dias 13 e 15 de novembro, com programações no MPZ e na Sociedade Cultural Artística (SCAR). O MPZ é um lugar de memória, um espaço de salvaguarda do patrimônio histórico local relacionado à FEB. Os seus desafios, porém, são muitos. Atualmente o MPZ não possui uma equipe lotada no próprio museu. Além disso, o prédio em que ele funciona é dividido com a sede da Fundação Cultural de Jaraguá do Sul, que o impede de abrir aos fins de semana. Por outro lado, o MPZ possui um programa de ação educativa próprio, e está em curso a redação do seu regimento interno, cuja conclusão está prevista para o fim de 2015.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao estudar, por meio de uma abordagem comparativa, os processos de reintegração social de ex-combatentes nos Estados Unidos, na França e na Grã-Bretanha, Ferraz (2008) afirma que as maneiras com as quais esses processos foram conduzidos estão diretamente ligadas à aceitação ou não da participação dos seus cidadãos nas guerras e aos lugares que elas ocupam nas memórias sociais. No caso dos ex-combatentes da FEB, a preservação, a divulgação e a valorização das suas experiências militares na Europa, entre 1944 e 1945, foram uma das formas de reintegração social e de legitimação das suas demandas políticas (FERRAZ, 2012).

As fontes escritas e orais consultadas neste trabalho sugerem que a criação e a organização do Museu do Expedicionário contaram com o apoio da Seção de Jaraguá do Sul da ANVFEB e de ex-combatentes, entre os quais o Capitão Ferdinando Piske. Porém é prematuro confirmar ou refutar a hipótese formulada para este capítulo, pois ainda restam outras fontes a ser consultadas, como os registros pertencentes à Seção de Jaraguá do Sul da ANVFEB. Além disso, é necessário realizar

uma entrevista oral com o Sr. Balduino Raulino, um dos responsáveis pela criação do Museu do Expedicionário em 1996. Na época, ele era secretário de Cultura, Esporte e Lazer de Jaraguá do Sul.

REFERÊNCIAS

Entrevistas orais

CANUTO, Alcioni Macedo. **Alcioni Macedo Canuto**: entrevista oral [7 ago. 2015, Jaraguá do Sul]. Entrevistadores: Wilson de Oliveira Neto e Gabriela Lennert. Jaraguá do Sul, 2015.

KRETZER, Ivo. **Ivo Kretzer**: entrevista oral [10 abr. 2015, Jaraguá do Sul]. Entrevistador: Wilson de Oliveira Neto. Jaraguá do Sul, 2015.

PIFFER, Ademir. **Ademir Pfffer**: entrevista oral [29 maio 2015, Jaraguá do Sul]. Entrevistador: Wilson de Oliveira Neto. Jaraguá do Sul, 2015.

Artigos publicados em periódicos locais

ANTIGA rodoviária poderá ser Museu do Expedicionário. **A Gazeta**, Jaraguá do Sul, 31 maio 1996.

BUENO, Ney. Museu Emílio da Silva é inaugurado. **AN Jaraguá**, Jaraguá do Sul, p. 1, 18 nov. 2001.

COMUNIDADE prestigiou festividades. **A Gazeta**, Jaraguá do Sul, 2 ago. 1996.

EM DEFESA da sobrevivência. **Correio do Povo**, Jaraguá do Sul, 20 nov. 1999.

INAUGURA hoje o Museu do Expedicionário. **A Gazeta**, Jaraguá do Sul, 25 jul. 1996.

O Museu do Expedicionário em Jaraguá do Sul, Santa Catarina: a memória e a história dos “pracinhas do Itapocu” (1996-1997)

MUSEU do Expedicionário tem exposição permanente. **A Gazeta**, Jaraguá do Sul, 13 ago. 1996.

MUSEU recebe armas históricas do Exército. **Jornal do Vale**, Jaraguá do Sul, 18 a 24 nov. 1999.

2.^a GUERRA Mundial em exposição. **A Gazeta**, Jaraguá do Sul, 8 maio 1995.

Artigos, livros e trabalhos acadêmicos

ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO VALE DO ITAPOCU. **Municípios**. Disponível em: <http://www.amvali.org.br>. Acesso em: 6 nov. 2019.

FERRAZ, Francisco César Alves. **A guerra que não acabou: a reintegração social dos veteranos da Força Expedicionária Brasileira (1945-2000)**. Londrina: Eduel, 2012.

FERRAZ, Francisco César Alves. As Guerras Mundiais e seus veteranos: uma abordagem comparativa. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 28, n. 56, p. 463-486, 2008.

INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS. **Plano nacional setorial de museus: 2010-2020**. Brasília: MinC; Ibram, 2010.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 4. ed. Campinas: Unicamp, 1996. (Coleção Repertórios).

MAXIMIANO, Cesar Campiani; BONALUME NETO, Ricardo. **Brazilian Expeditionary Force in World War II**. Oxford: Osprey Publishing, 2011.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. A exposição museológica e o conhecimento histórico. *In*: FIGUEIREDO, Betânia Gonçalves; VIDAL, Diana Gonçalves (org.). **Museus**: dos gabinetes de curiosidades à museologia moderna. Belo Horizonte; Brasília: Argumentvm; CNPq, 2005 (Scientia/UFMG, v. 5).

MUSEU ARQUEOLÓGICO DE SAMBAQUI DE JOINVILLE. **Histórico**. Disponível em: <http://museusambaqui.blogspot.com.br/p/historico.html>. Acesso em: 30 maio 2016.

OLIVEIRA, Dennison de. Pesquisa e extensão no Museu do Expedicionário (Curitiba/PR): a participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial. *In*: CONGRESSO INTERNACIONAL DE MUSEOLOGIA, 2., out. 2012, Maringá, p. 1-12.

OLIVEIRA NETO, Wilson de. O nordeste catarinense no contexto da Segunda Guerra Mundial: história e musealização do passado. *In*: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 28., 2015, Florianópolis, p. 1-12.

PISKE, Ferdinando. **Os pracinhas do Vale do Itapocu**: a história de um punhado de bravos brasileiros no inferno da Segunda Guerra Mundial. Jaraguá do Sul: Gráfica e Editora CP, 1997.

POLS, Franklin T. van der. The future of military museums. **ICOM**, Leeds, p. 33-40, 2014.

TEIXEIRA, Mariana Jacob. **A natureza e gestão das coleções dos museus militares na dependência da Direcção de História e Cultura Militar (Exército)**. 2011. 166 f. Dissertação (Mestrado em Museologia) – Universidade do Porto, Porto, 2011.



ENTREVISTA¹

Dennison de Oliveira²

1. É possível afirmar que, antes de qualquer revisão da literatura, pesquisa exploratória em arquivos ou conversas informais com possíveis depoentes, ou mesmo a formulação de problemas e objetivos de pesquisa, a aproximação com um tema em História envolve uma relação afetiva e pessoal. Por meio da sua história de vida, como ocorreu o seu contato com a história da Segunda Guerra Mundial e, especialmente, com a experiência militar brasileira nesse conflito?

Estranho seria se alguém da minha geração não tivesse tido contato desde cedo com a história da Segunda Guerra Mundial. Nasci em 1964 e durante mais ou menos toda minha infância estive em contato de uma forma ou de outra com a história dessa guerra e de muitas outras. Não se tratava de uma busca pessoal, mas de um componente onipresente da realidade que então se vivia no Brasil, marcado pela diversificação e crescimento industrial, em especial da

¹ Entrevista realizada por Wilson de Oliveira Neto durante o primeiro semestre de 2019, com o envio de perguntas por *e-mail* ao entrevistado, cujas respostas também foram encaminhadas, por escrito, por intermédio de *e-mail*.

² Pós-doutor em Estudos Estratégicos pela Universidade Federal Fluminense (UFF), doutor em Ciências Sociais e mestre em Ciência Política pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), bacharel e licenciado em História pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Professor titular do Departamento de História da UFPR. Participa desde 2007 do Programa de Desenvolvimento da Educação (PDE), oferecendo assessoria e orientação aos professores da rede pública de ensino do estado do Paraná.

indústria cultural. Podia facilmente encontrar referências sobre o assunto em diversas mídias, impressa e audiovisual; em brinquedos; no plastimodelismo; em eventos públicos. Naquela época havia minisséries televisivas extensas sobre a Segunda Guerra Mundial, recorrentemente reprisadas, como *Combate*, estrelada por Vic Morrow, ou *Demônios do ar*, baseada nas memórias do piloto Pappy Boyington, ambas ficcionais. No gênero documentário cabe citar, entre tantos exemplos possíveis, *O mundo em guerra*, de 1975, uma adaptação da série televisiva da BBC *The world at war*, narrada por Walmor Chagas e transmitida pela Rede Globo. Filmes originalmente realizados para o cinema também eram transmitidos pela TV, e poderia citar de memória dúzias deles. Independentemente de serem produtos das décadas anteriores, eram avidamente assistidos sempre que reprisados. O surgimento posterior das videolocadoras abriu novas oportunidades de conhecer a filmografia da guerra. Na mídia impressa era possível encontrar referências à Segunda Guerra Mundial em toda e qualquer enciclopédia, livro didático e na maioria dos dicionários. Mas a grande fonte de inspiração para conhecer e estudar a fundo a guerra foi mesmo a coleção de livros da *História ilustrada da Segunda Guerra Mundial*, da Editora Rennes, editada ao longo da década de 1970. Essa coleção era um fenômeno informativo, apresentando, além dos textos, um número enorme de fotografias, mapas, croquis, diagramas etc. que quase que chegava a saciar a curiosidade sobre tudo o que dizia respeito ao conflito. Os fascículos tinham uma encadernação horrorosamente frágil, mas eram baratos e fáceis de encontrar. Comecei a fazer tal coleção aos 10 anos de idade e consegui comprar a maioria dos volumes. No que se refere aos brinquedos, havia uma oferta ilimitada de itens da Segunda Guerra Mundial, não constrangida por quaisquer moralismos ou censuras. Era possível comprar miniaturas em plástico (“soldadinhos”) ou metal de figuras humanas, veículos e aeronaves, com as quais se brincava sozinho ou com amigos, dentro ou fora de casa. Mas a melhor brincadeira era fingir ser soldado a tarde inteira através dos capacetes, cintos, cantis e armas de plástico em escala natural vendidos em quaisquer lojas de brinquedos. Eu mesmo conservei durante muito tempo um capacete de plástico que reproduzia o modelo usado pelo exército dos EUA na Segunda Guerra Mundial e uma réplica da submetralhadora Thompson (fabricada pela Brinquedos Estrela S.A.) que, munida de pedra de isqueiro, fazia som de rajada de tiros com fagulha de centelhamento.

Também havia modelos de revólveres e pistolas que usavam espoleta, reproduzindo estampido, fagulha e fumaça de pólvora, que era um sonho de brinquedo, tamanho o grau de realismo. Várias dessas réplicas de armas emulavam tipos empregados na guerra. Lembro de ter tido uma cópia em plástico quase que inteiramente fiel da Luger alemã que disparava dardos com ponta de ventosa de borracha. Com esses brinquedos, eu e meus amigos que moravam na mesma rua passávamos várias horas reproduzindo em nossas brincadeiras as cenas dos filmes de guerra de que mais gostávamos. Entre os 6 e 10 anos de idade reencenamos em tais brincadeiras incontáveis batalhas e combates de infantaria. Nelas devo ter “matado” umas dezenas de “inimigos” e ter sido “morto” por eles outras tantas vezes. Tratava-se de uma imersão num universo de recriação da aventura e da emoção dos combates que era muito divertido e emocionante, tornado tanto mais real quanto maior fosse a disponibilidade na vizinhança de terrenos baldios com alguma vegetação e relevo que remetesse nossa imaginação aos campos de batalha criados por Hollywood. A partir dos 11 anos passei a me dedicar ao plastimodelismo, que, naquela época, era um ramo de negócio monopolizado pela Revell brasileira. A empresa vendia *kits* de plástico para montar em diversas escalas, reproduzindo uma variedade de máquinas, veículos e aeronaves históricos. Montei uma extensa coleção de aviões da Segunda Guerra Mundial na escala 1/72 e, em muito menor número, 1/32. Também montei tanques como um Sherman e um T-34 na escala 1:35. Também montei navios e submarinos na escala 1:700. Nas embalagens dos *kits* sempre havia impresso nas instruções um texto com a história do veículo representado, aumentando o conteúdo informativo já provido em si pelo próprio *kit* que, embora de pequena escala, traduzia toda uma materialidade da Segunda Guerra Mundial, permitindo entender vários aspectos da produção e operação dos modelos reais que representava. Finalmente, havia os eventos públicos, como exposições e desfiles militares em que se podia ver várias armas e veículos da Segunda Guerra Mundial ainda em uso (em alguns casos até hoje) pelo Exército brasileiro. A Segunda Guerra Mundial, nessas e em diversas outras manifestações, foi meu principal interesse pessoal até 1980, quando tinha 16 anos de idade. Naquele ano descobri os Beatles, o *rock* dos anos 1960 e a história da contracultura, para os quais passei a voltar então meus interesses, deixando de lado, por algum tempo, a Segunda Guerra Mundial.

2. E na academia? Qual foi o seu percurso em torno desses temas? Quais foram os seus primeiros trabalhos? Com base em quais problemas, fontes e métodos eles foram desenvolvidos?

Eu nunca imaginei que fosse possível pesquisar a sério a história da Segunda Guerra Mundial no Brasil. Nenhuma das dezenas de volumes da coleção da Rennes ou qualquer filme de guerra que houvesse assistido, ficcional ou documentário, sequer citava a participação do Brasil na guerra. Tendo iniciado uma carreira como professor de nível superior em 1990, estava sempre lendo e buscando literatura acadêmica na área de História Contemporânea, na qual as menções à guerra eram frequentes, mas o Brasil jamais era abordado. Isso mudou em 1995 com a publicação do livro do jornalista Ricardo Bonalume Neto, *A nossa Segunda Guerra Mundial: os brasileiros em combate*, uma síntese ampla e consistente das ações militares das Forças Armadas brasileiras na guerra. O livro não só descrevia muitas histórias das quais jamais havíamos ouvido falar até então quanto elucidava vários equívocos e mitos ainda recorrentes. E, mais importante, dava valiosas indicações de fontes e literatura que permitiam levar a cabo pesquisas adicionais ou complementares sobre diversos temas correlatos. Mais ainda, oferecia ao leitor pela primeira vez um autêntico debate historiográfico na área dos estudos militares, ao contrapor autores e versões sobre diferentes episódios da Campanha da Força Expedicionária Brasileira. Ler tal livro foi uma epifania. Como muitos outros, fui tremendamente influenciado pelo livro de Bonalume, do qual até hoje sou um admirador. Foi a partir da busca pelas referências que ele citou que comecei a juntar literatura sobre a FEB, ir em busca de outros autores, pesquisar acervos de fontes e testemunhos. E, entre tais referências, a mais importante citada por Bonalume era o livro de estreia de Cesar Campiani Maximiano, *Onde estão nossos heróis: uma breve história dos brasileiros na Segunda Guerra*, de quem me tornei amigo logo em seguida. Foi a leitura desse livro, informativo e engajado na defesa do estudo do Brasil na guerra, que me fez decidir por dedicar ao estudo e à pesquisa da Força Expedicionária Brasileira, tema que desde então ocupa espaço cada vez maior entre meus interesses. O início das pesquisas (1999) se deu nos acervos do Museu do Expedicionário em Curitiba, até hoje um dos mais

importantes repositórios de documentos sobre a participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial, cujos documentos constam, de uma forma ou de outra, em todos os meus textos.

3. No momento em que você publicou seus primeiros trabalhos a respeito da Segunda Guerra Mundial, qual era o “lugar” que a História Militar brasileira ocupava nos estudos históricos produzidos dentro e fora das universidades? Houve dificuldades? Foi possível um diálogo com outras formas de narrar o passado?

A História Militar deveria ser um ramo do conhecimento e uma abordagem válida para acessar o passado como qualquer outra. Infelizmente não era assim naquela época, como, em grande parte, segue sendo até hoje. É impossível negar o preconceito da maioria dos acadêmicos para com a área, erradamente associada ao militarismo e a movimentos e ideologias conservadoras. Uma das origens de tal fenômeno é de ordem política. A narrativa hegemônica propagada pelos setores que se identificam com a esquerda sobre a ditadura militar (1964-1985), em parte produzida e disseminada pela própria Universidade, implicava na condenação dos estudos militares, na medida em que o que havia de relevante a saber sobre as Forças Armadas era aquilo que os que haviam sido derrotados por elas tinham a dizer: militares são um bando de psicopatas fardados, um antro de torturadores etc. Também havia razões de ordem teórica. A herança legada pela Escola dos Annales e as diversas correntes do marxismo eram, desde sempre, hostis à “história-batalha”, isto é, história acontecimental, fática, como recorrentemente era a História Militar até então praticada. Mais ainda, a condenação devotada à história tradicional, centrada nas “grandes personagens”, alçadas à condição de demiurgos da História, também acabava por implicar no descarte da História Militar como um todo, reduzida à condição de anacronismo que se deveria superar. A persistente (embora talvez declinante) manutenção de tais preconceitos contra a História Militar se dá mesmo já decorrido tanto tempo da divulgação de uma “nova” História Militar (a essa altura dos acontecimentos já não tão nova assim) que, inclusive, já era tida como extremamente relevante quando da publicação de obras como a organizada por

Peter Burke, *A escrita da História: novas perspectivas*, lançada no Brasil em 1992. Nesse livro já se destacava o potencial da História Militar então praticada em aumentar a compreensão de diversos fenômenos sociais e culturais, especialmente a História vista “de baixo”, um avanço em potencial ainda largamente inexplorado no Brasil. Foi somente em tempos recentes, graças à proliferação de outros tipos de estudos que se dedicam à Segunda Guerra Mundial, que se começou a estabelecer algum diálogo com outras formas de narrar o passado.

4. Entre a época em que seus primeiros trabalhos foram publicados e o presente, o que mudou nos estudos sobre História Militar no Brasil e nos trabalhos acerca do Brasil no contexto da Segunda Guerra Mundial? Tratando-se de problemas de pesquisa, fontes históricas e metodologias, assim como mobilidade internacional, é possível perceber avanços?

Os avanços foram astronômicos, incomensuráveis, espetaculares. Até o surgimento dos livros de Bonalume e Maximiano, já citados, tudo o que se dispunha era de autores cuja origem se localizava no grupo dos correspondentes de guerra ou nas Forças Armadas, com algumas poucas obras muito importantes que tratavam da política externa redigidas por pessoal com ligação com o corpo diplomático. De lá para cá cresceu muito a pesquisa acadêmica realizada no âmbito de instituições civis e militares, sendo possível citar vários títulos extremamente relevantes que mudaram para sempre a forma pela qual se entendia a participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial, mas listá-los a todos e comentá-los adequadamente iria exigir uma enorme revisão historiográfica. Em todo o caso não se pode deixar de fazer menção a livros-chave para o entendimento do contexto da guerra, como *A guerra que não acabou: a reintegração social dos veteranos da Força Expedicionária Brasileira* (2012), de Francisco Ferraz, porque praticamente fundou no Brasil, com base em extensa documentação e depoimentos legados por veteranos de guerra, o ramo de estudos da História da Reintegração Social dos Ex-combatentes em nível acadêmico. Seria necessário também citar todas as obras de Cesar Campiani Maximiano, mas muito especialmente

Barbudos, sujos e fatigados: soldados brasileiros na Segunda Guerra Mundial (2010), por ter estabelecido, com base numa incomparável coleção de depoimentos de veteranos de guerra, um modelo de como se deve fazer a História Militar a partir do ponto de vista do soldado comum. O livro de Antonio Pedro Tota *O imperialismo sedutor: a americanização do Brasil na época da Segunda Guerra Mundial* (2000) foi decisivo porque inaugurou toda uma nova era nos estudos das relações culturais Brasil-EUA à época da Política da Boa Vizinhança, então desenvolvida pelo governo Roosevelt por meio da agência criada por Rockefeller para tal fim. A tese de Andrea Petry Rahmeier de 2009, *Relações diplomáticas e militares entre a Alemanha e o Brasil: da proximidade ao rompimento (1937-1942)*, é de importância decisiva, porque estabeleceu, talvez de forma definitiva, com base em arquivos alemães, a sequência de eventos que levou aos ataques de submarinos que, afinal, conduziram o Brasil à guerra. O livro de Vagner Camilo Alves *O Brasil e a Segunda Guerra Mundial: história de um envolvimento forçado* (2002) segue sendo a melhor interpretação da política externa brasileira à época da guerra, focando na interação das tensões internas do regime do Estado Novo e suas lideranças com as autoridades militares e diplomáticas em Washington. O livro de Roney Cytrynowicz *Guerra sem guerra: a mobilização e o cotidiano em São Paulo durante a Segunda Guerra Mundial* (2000) é, talvez, a melhor interpretação sobre o lugar que a guerra ocupa na memória coletiva, apelando a uma diversidade de fontes para entender o impacto (ou a falta dele) da guerra no cotidiano da cidade de São Paulo. O livro de Fernando Rodrigues *Indesejáveis: instituição, pensamento político e formação profissional dos oficiais do Exército Brasileiro* (2010) segue sendo um exemplo incomparável de como o estudo da História das Instituições Militares, no caso a Academia Militar de Realengo dedicada à formação de oficiais, pode contribuir para avançar nosso entendimento da História Social e Cultural brasileiras em temas-chave para a identidade nacional, como são o racismo, o elitismo etc. O livro de Érica Gomes Daniel Monteiro *Quando a guerra é um negócio: a cooperação das empresas privadas norte-americanas nos projetos desenvolvidos pelo governo F.D. Roosevelt para a América Latina no contexto da II Guerra Mundial* (2012) é um estudo sistemático e indispensável das relações público-privadas, no caso os monopólios da mídia e os gestores da Política de Estado da Boa Vizinhança, que pautaram as relações Brasil-EUA. O livro de 2012 de Francisco Doratioto, *Relações Brasil-*

Paraguai: afastamento, tensões e reaproximação (1889-1954), é outra obra indispensável que, embora não diga respeito especificamente à guerra, traz um manancial de informações inéditas sobre a política externa dos países da Bacia do Prata em relação à Alemanha Nazista na época da Segunda Guerra Mundial. A dissertação de mestrado em História de Manoel Felipe Batista da Fonseca, *Base Fox: aspectos do estabelecimento e desenvolvimento da Base Naval da US Navy no Recife durante a Campanha do Atlântico Sul*, de 2014, é outro trabalho inovador, porque, com base em extensas pesquisas em acervos estadunidenses, mudou bastante a forma pela qual se encaravam as operações navais conjuntas Brasil-EUA na época da guerra. O livro de Adriane Piovezan *Morrer na guerra: a sociedade diante da morte em combate*, de 2014, é outra obra fundamental, pois, com base na documentação sobre os mortos da FEB depositada no Arquivo Histórico do Exército (RJ) e as subsequentes tentativas de fundar um culto cívico a tais mortos, inaugurou os estudos das atitudes e representações diante da morte na Segunda Guerra Mundial. O livro de Aline Locastre de 2017, *Seduções impressas: a veiculação do paradigma estadunidense no Brasil em tempo de Segunda Guerra Mundial*, traz uma interpretação inovadora, também extensivamente baseada em arquivos estadunidenses, da forma pela qual foi concebida e executada a Política da Boa Vizinhança no Brasil, problematizando seus antecedentes e revelando seu impacto na opinião pública estadunidense. Finalmente, o recente livro (2017) de Alexandre Busko Valim *O triunfo da persuasão: Brasil, Estados Unidos e o cinema da Política da Boa Vizinhança durante a Segunda Guerra Mundial* é outra obra de importância decisiva. Isso porque, com base em acervos estadunidenses até então inéditos, resultou numa interpretação sobre o uso do audiovisual para fins de propaganda que, com certeza, será reconhecido para sempre como um marco fundador dos estudos da área. Esses são apenas alguns exemplos. Além deles, poderia citar muitas dúzias de livros, teses, dissertações e artigos que, no decorrer do atual século, contribuíram de forma importante por todo o país para mudar, alargar, aprofundar e expandir o conhecimento sobre a História do Brasil na Segunda Guerra Mundial, só não os mencionando aqui por falta de espaço. Mas acredito que os exemplos citados sejam suficientes para perceber como e de que forma nosso conhecimento sobre o assunto tem avançado velozmente em tempos recentes. A cada dia se torna mais difícil se manter atualizado a respeito de todas essas inovações.

5. Entre os trabalhos de História Militar que você publicou, qual pode ser considerado o mais significativo? Por quê? Em quais aspectos relacionados à produção do conhecimento histórico ele se destacou?

Até o presente nada supera o impacto do livro *Os soldados brasileiros de Hitler* (2008), mesmo porque foi uma obra que, inicialmente, repercutiu na imprensa alemã e, posteriormente, no Brasil, me permitindo iniciar uma carreira como autor na área de História Militar. O interesse que desperta o relato de alguns dos nascidos no Brasil que atuaram como membros das Forças Armadas do III Reich deriva do fato de que se tratava de uma descoberta inteiramente original e sem precedentes que, dada a idade avançada dos sobreviventes, presumindo que ainda existam, dificilmente poderá ser superada. Nunca vou deixar de lamentar não ter podido levar a pesquisa ainda mais longe, entrevistando também um submarinista alemão remanescente que estaria vivendo em Santa Catarina àquela época. Mas, enfim, considero suficiente o registro que foi possível fazer dos soldados brasileiros de Hitler, dos quais fui mero escriba: durante todo o tempo de realização da obra foi inteiramente deles o controle do conteúdo do texto, de forma que não se trata propriamente de um livro meu, mas de um projeto deles que, talvez, já estivesse sendo acalentado muito antes de vir a conhecê-los. Completamente diferente é o caso do primeiro livro lançado em 2015, cujo projeto e quase toda execução se deu de acordo com o que eu havia concebido. É possível que com o tempo *Aliança Brasil-EUA: nova história do Brasil na Segunda Guerra Mundial* (2015) venha a ser reconhecido como “mais significativo”, mas é duvidoso, afinal o livro de 2008 foi formatado como obra de divulgação, ao passo que o de 2015, embora contendo muita informação inédita, é um texto para especialistas. Porém não perdi ainda a esperança de que não só o conteúdo, mas principalmente o conceito proposto por *Aliança Brasil-EUA* venha a ser reconhecido como relevante, uma vez que nele proponho a universalização do formato da História Hipertextual, sobre o qual falarei mais adiante.

6. Com base na resposta para a pergunta anterior, do repertório de fontes e de métodos disponível para suas pesquisas em História Militar, quais fontes e métodos

você prefere consultar e utilizar? Por quê? Em que medida eles contribuem para o desenvolvimento das narrativas de História Militar?

É forçoso reconhecer que os testemunhos orais já não são mais fontes viáveis. A idade extremamente avançada dos contemporâneos da Segunda Guerra Mundial torna a rememoração cada vez mais difícil e problemática e, com a próxima desapareição deles, terá se tornado mesmo impossível. Os acervos documentais, por outro lado, ainda seguem em boa medida inexplorados, não obstante os tremendos avanços recentemente obtidos. A Segunda Guerra Mundial foi travada por países de burocracia pública grande e complexa, legando muita documentação, talvez mais do que sejamos capazes de ler numa única existência. No Brasil cabe citar os arquivos ainda mantidos em poder das unidades militares sucessoras das que compuseram a FEB, como é, por exemplo, o caso dos três regimentos de infantaria (1.º RI/RJ, 6.º RI/SP, 11.º RI/MG) e congêneres; as juntas de alistamento militar ativas na época da guerra por todo o Brasil; diversos acervos do Arquivo Histórico do Exército (AHEx/RJ) ainda por serem liberados; arquivos das associações de ex-combatentes em diversas cidades, que já estão se extinguindo; o Centro de Documentação da Aeronáutica (CENDOC/RJ), ainda em fase inicial de organização; o Arquivo da Marinha (RJ) etc. No exterior muita coisa ainda está para ser disponibilizada aos historiadores pelos Arquivos Nacionais dos EUA (NARA II/MA), com destaque para a documentação do V Exército e do IV Corpo de Exército, que só recentemente foi incluída no catálogo e, mesmo assim, apenas uma pequena parte. Pode-se esperar para o futuro imediato que muitos mais documentos da Campanha da Itália sejam disponibilizados. Já no que se refere aos acervos alemães a preocupação é outra. Muita documentação foi perdida ou destruída durante a guerra e boa parte da que sobreviveu está disponível apenas no formato de microfilme, de tipo muito suscetível ao esmaecimento. Se eu pudesse impor uma prioridade de pesquisa na área de História Militar seria a reprodução integral de todos os acervos do Bundesarchiv-Militärarchiv em Freiburg que dissessem respeito ao Brasil – para ontem.

7. Além das fontes e dos métodos, há também os autores que servem de referências para nossas pesquisas. No seu caso, quais autores foram ou são cruciais para os seus trabalhos? Por quê?

Em ordem de importância, os livros que mais impactaram meu entendimento sobre a Segunda Guerra Mundial e a forma pela qual deveria ser encarada de um ponto de vista teórico e metodológico foram os de Paul Kennedy, John Keegan e Richard Holmes. Curioso como possa parecer, me descobri leitor dos dois primeiros desde os 10 anos de idade, porque ambos publicaram livros na coleção *História ilustrada da Segunda Guerra Mundial*, da Editora Rennes, entre os quais se encontram alguns dos meus títulos favoritos. Na parte acadêmica o clássico *Ascensão e queda das grandes potências*, de Paul Kennedy (1989), segue sendo um dos livros que mais me influenciaram e influenciam até hoje. As noções ali desenvolvidas sobre as componentes do poderio nacional e seu caráter relativo, a não correspondência entre potencial econômico e eficiência militar, entre tantas contribuições relevantes, foram e são uma permanente fonte de informação e inspiração. Embora não trate da Segunda Guerra Mundial, o livro de John Keegan *O rosto da Batalha* (1976) também é uma influência permanente, pela útil e sofisticada metodologia de análise da batalha que propõe. Finalmente, o livro de Richard Holmes *Firing Line* (1994) também constitui uma fonte de inspiração constante, pela relevância e utilidade da metodologia de interpretação que propõe para o entendimento da natureza da guerra a partir da experiência dos soldados comuns. Já entre os autores mais recentes cabe registrar minha admiração pelos trabalhos de Martin Van Creveld e Antony Beevor.

8. Há muitos anos, durante a abertura de uma palestra na Semana de História da Univille, você afirmou que “um bom trabalho de História começa com uma pergunta e termina com duas”. Quais perguntas podem ser formuladas com base nos trabalhos que você já produziu e publicou?

É muita bondade da sua parte atribuir a autoria da frase à minha pessoa, mas não é o caso, pena que não lembro mais onde a ouvi, mas ela segue fazendo cada vez mais sentido. Digo isso porque

não se trata mais de, a partir de uma, provocar duas questões, mas sim centenas delas. As sucessivas experiências de pesquisa no US National Archives II (2014 e 2017) me levaram a perceber como os diversos acervos documentais legados pela burocracia civil e militar dos EUA se imbricam e relacionam mutuamente. Mais ainda, o contato com tais acervos me fez saber da existência de outros organismos e entidades, civis e militares, cuja existência desconhecia, que legaram documentos que podem ser de interesse da pesquisa na área de História Militar. Nesse sentido, posso afirmar que a pesquisa em tais acervos documentais não lega apenas questionamentos adicionais, mas, muito mais que isso, sugere projetos e linhas de pesquisa inteiramente novos que, pela sua complexidade e extensão, seria difícil resumir aqui.

9. Atualmente, quais são seus projetos em torno do tema Segunda Guerra Mundial? Embora encerrada há quase 80 anos e a despeito de tudo o que já foi publicado sobre o assunto, ainda são possíveis novos problemas de pesquisa?

O meu desafio presente é dar conta da leitura, análise e interpretação de todos os 7 mil documentos que copiei em minha última estada no NARA II em 2017. Entre os acervos copiados cabe citar o da United States Army Force South Atlantic (USAFSA), isto é, o comando do Exército dos EUA em Recife (PE) durante a guerra, com muita informação sobre as bases aéreas e a organização da defesa do Nordeste do Brasil, bem como uma coleção de documentos relativos à espionagem nazista na Argentina. Outro acervo copiado é o do Comitê Consultivo de Emergência para Defesa Política (Emergency Advisory Committee for Political Defense), que funcionou em Montevidéu e se destinava a combater a espionagem e subversão nazistas durante a guerra. Também fiz muitas cópias de documentos da Foreign Economic Administration, entidade que regulava as relações comerciais Brasil-EUA no contexto da aplicação da lei do Lend-Lease. Nos acervos militares propriamente ditos consegui copiar várias coleções de fontes do IV Corpo de Exército e do V Exército dos EUA, sob os quais combateu a Força Expedicionária Brasileira na frente italiana durante a Segunda Guerra Mundial. Para entender a guerra aérea, copiei os acervos do 350.º Grupo de Caça dos

EUA, sob o qual a Força Aérea Brasileira operou na frente italiana. Copiei também vários acervos relativos à guerra no mar, como os da Quarta Frota dos EUA, da base estadunidense na Ilha de Ascensão, bem como vários grupos de aviação de patrulha e ataque antissubmarino estadunidenses, como os VP-74, VP-83 e VP-94, baseados no litoral do Brasil durante a guerra. É um desafio enorme, tanto mais que essas tarefas têm de ser compatibilizadas com minha atuação como professor em duas pós-graduações (acadêmica e profissional), aulas na graduação, atendimento de orientação para estudantes de graduação, a tutoria do grupo PET História, formado por 12 estudantes de graduação bolsistas e quatro voluntários, e os compromissos burocrático-administrativos de sempre, dos quais as reuniões (de departamento, colegiado, comissões etc.) são sempre os piores. Para complicar, recentemente obtive, graças aos préstimos de um colega professor, cópias dos documentos alemães depositados em Freiburg sobre as principais divisões que travaram combate com a FEB, como foi o caso da 114.^a Jäger Division e da 232.^a Infanterie Division e do 14.^o Grupo de Exércitos Alemão ao qual estavam subordinadas. É uma documentação maravilhosa e altamente informativa, mas isso tudo soma outras 2.500 páginas de documentos cuja leitura considero também da mais alta prioridade. No mais, já estou tentando descobrir que outros acervos documentais sob guarda dos alemães podem ser de interesse da pesquisa sobre a participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial para encomendar sua reprodução. Com certeza a leitura e a sistematização desses acervos documentais vão sugerir muitos e variados problemas de pesquisa sobre o Brasil na Segunda Guerra Mundial.

10. Professor, muito obrigado pela entrevista. Gostaria de deixar o espaço livre para suas considerações finais.

Agradeço a oportunidade de divulgar o trabalho, na esperança de que possa ser útil a cada vez mais gente. Gostaria de convidar a todos os interessados na história da Segunda Guerra Mundial a conhecer a página da História Hipertextual que mantenho na rede social do Facebook. Desde 2015 todos os textos de minha autoria (livros, artigos etc.) têm sido publicados no formato hipertextual. No formato hipertextual o texto de História disponibiliza aos leitores a íntegra de

todas as fontes históricas citadas de forma pública e gratuita *on-line*. A página da História Hipertextual no Facebook serve como portal para acessar os textos e suas respectivas fontes. Em breve chegará o momento em que será indispensável, a cada vez que se citar uma fonte histórica em um texto, disponibilizar aos leitores o acesso – instantâneo e gratuito – a essa mesma fonte. Recusar essa linha de ação implica tanto limitar os vários usos que podem ser feitos por diferentes pesquisadores a partir das mesmas fontes quanto aumentar o risco de deixar eventuais erros sem contestação. E, como desde sempre insistiam os antigos, deixar o erro sem refutação é o pior dos erros.

<https://www.facebook.com/historiahipertextual>



ENTREVISTA¹

Francisco César Alves Ferraz²

1. É possível afirmar que, antes de qualquer revisão da literatura, pesquisa exploratória em arquivos ou conversas informais com possíveis depoentes, ou mesmo a formulação de problemas e objetivos de pesquisa, a aproximação com um tema em História envolve uma relação afetiva e pessoal. Por meio da sua história de vida, como ocorreu o seu contato com a história da Segunda Guerra Mundial e, especialmente, com a experiência militar brasileira nesse conflito?

Nasci e vivi até os 20 anos em Bauru, São Paulo. Não tenho parentes, vizinhos, pessoas próximas ex-combatentes, tampouco militares. Da Segunda Guerra Mundial, quando criança, eu só via o que passava na televisão, em filmes e na série *O mundo em guerra*. Não achava tão interessante na época. Na escola, só fui me interessar por História no ensino médio, chamado então de segundo grau. Tinha uma professora excelente, Sonia Mozer, e as aulas que me marcaram a memória foram as da Crise de 1929 e, principalmente, as da Segunda Guerra Mundial. Essa professora dedicou uma ou duas aulas para falar sobre a participação do Brasil na Segunda Guerra, os torpedeamentos, a aproximação com os Estados Unidos, a Força Expedicionária Brasileira (FEB), o Grupo de Caça da Força Aérea Brasileira (FAB). Acho que, mesmo sem perceber na hora, encontrei minha vocação, minha cachaça, naquelas aulas. Depois disso, todas as vezes que passava um filme sobre a guerra, toda notícia sobre os expedicionários, eu prestava atenção e procurava ver. E assim foi até chegar à universidade.

¹ Entrevista realizada por Wilson de Oliveira Neto durante o primeiro semestre de 2019, com o envio de perguntas por *e-mail* ao entrevistado, cujas respostas também foram encaminhadas, por escrito, por intermédio de *e-mail*.

² Doutor em História Social pela Universidade de São Paulo (USP), mestre e graduado em História pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp). Professor associado do departamento de História da Universidade Estadual de Londrina (UEL). Pesquisador-produtividade do CNPq desde 2010.

2. E na academia? Qual foi o seu percurso em torno desses temas? Quais foram os seus primeiros trabalhos? Com base em quais problemas, fontes e métodos eles foram desenvolvidos?

Desculpe se me alongarei, mas creio ser útil detalhar essa experiência. Infelizmente o tema da Segunda Guerra Mundial nunca foi tratado de maneira direta, em minha graduação ou pós-graduação. Era abordado lateralmente, quando se discutiam fascismos, totalitarismos, nada muito mais que isso. Na verdade, o tema “guerra” não era visto como algo digno de estudo. O tipo de História que estudávamos desprezava os temas militares. História Militar estava associada com um tipo de história “factual”, “dos heróis”, da gloriosa “biografia da nação”. A influência da historiografia dos Annales nessa recusa em tratar os temas militares foi muito forte na minha graduação, muito mais que o materialismo histórico. Este, ao menos, reconhecia a importância da *ultima ratio* na história.

Hoje eu vejo a oposição da “escola francesa” como uma contradição, pois o “fundador” dos Annales, Marc Bloch, combateu nas duas guerras e escreveu sobre temas militares textos preciosos. Um deles é um ensaio, escrito sobre uma experiência que teve quando era oficial de informações na Primeira Guerra Mundial, “Reflexões de um historiador sobre as falsas notícias da guerra”. A partir de um prosaico evento ocorrido no *front*, um boato sobre os inimigos alemães que se disseminou rapidamente, Bloch traçou uma linha de pesquisa dos historiadores sobre os boatos e mentiras, que se mantém atualíssima hoje em dia, em tempos de *fake news*.

Outra obra de Bloch, mais direcionada às questões especificamente militares, é o clássico *A estranha derrota*, em que tenta explicar, no calor da hora, o que levou a França a ser derrotada pelos alemães tão rapidamente, e de maneira tão passiva. Essa obra foi publicada postumamente – Bloch lutou na Resistência Francesa, foi capturado pela Gestapo, torturado e fuzilado em 1944; os originais do livro ficaram escondidos por um amigo até a guerra acabar. Nela, com base em sua experiência como oficial de Estado-Maior, Bloch combinou de maneira notável os problemas fundamentalmente militares da derrocada francesa (incapacidade de renovação das lideranças militares, desprezo às novas tecnologias e suas potencialidades, em níveis táticos e estratégicos, falhas grotescas no fluxo

de informações, fixação defensiva nas fortificações da Linha Maginot, entre outras falhas) com uma crítica ácida contra o ambiente político francês, que segundo ele não poderia resultar em outra coisa que não a derrota da forma passiva e abjeta que ocorreu. Curiosamente só pude conhecer esses trabalhos de Marc Bloch no doutorado, por sugestão de minha orientadora, Profa. Nanci Leonzo, o que mostra uma falha na formação de minha geração. Tudo o que líamos na graduação fazia oposição à “história das batalhas”. Não se compreendia, como Marc Bloch fez, a necessidade vital de estudar a guerra como um fenômeno humano. Essa dimensão, infelizmente, eu não tive na graduação.

E como cheguei a estudar a Segunda Guerra Mundial e a FEB? Comecei me interessando pelos militares brasileiros. Nasci em 1964, mais especificamente em 31 de março! No mínimo, quando as pessoas sabiam disso, falavam do regime militar, favorável ou desfavoravelmente. E me interessava por saber as coisas do dia e ano em que nasci.

Mas o fator decisivo, creio, foi o serviço militar. Fui reservista, recrutado no Tiro de Guerra de Bauru. Do ponto de vista militar, foi frustrante. Em seis meses de instrução eu disparei com meu fuzil velho, de repetição, apenas seis vezes! Se houvesse uma guerra de verdade, nossa instrução não serviria para nada! Era 1983, eu sabia o que tinha acontecido um ano antes com os recrutas argentinos nas Malvinas, massacrados com suas armas, equipamentos e treinamento obsoletos, e rezava para não entrarmos em guerra...

As formas aviltantes de tratamento, as ordens para tarefas inúteis, as punições exageradas para falhas banais (coturno mal engraxado, por exemplo), os exercícios de controle dos distúrbios civis (“se preparem para enfrentar comunistas grevistas na rua”, dizia o sargento-instrutor), até mesmo um episódio revoltante de racismo que testemunhei, todas essas mazelas da vida militar tinham tudo para ampliar minha resistência à instituição e aos seus símbolos. Mas isso não ocorreu. Pelo contrário, tudo isso me aguçou a curiosidade. A instituição militar é um mundo à parte, no qual a sobrevivência – na guerra ou na vida ruim do quartel – depende do auxílio mútuo. Fiz amizades sólidas, entre os parceiros de submissão às “caxiagens”. E aprendi na instituição militar que as ações e reações nem sempre são redutíveis às lógicas do meio civil. Isso ensinou a um jovem de 19 anos uma série de coisas da vida militar que livros não costumam ensinar. Nascia, antes mesmo de minha carreira acadêmica, o interesse por saber mais sobre as Forças Armadas brasileiras.

No ano seguinte iniciei minha vida universitária no curso de licenciatura em História, na Unesp de Assis, SP. Nessa época, faziam muito sucesso abordagens que valorizassem o papel de resistência de marginalizados, excluídos, “os de baixo”. Mas eu me interessava pelas instituições e grupos de elite, especialmente as Forças Armadas. Eu pensava: se entendemos as relações de poder como uma via em duas mãos, não se podem privilegiar apenas os oprimidos e os subordinados. É preciso entender os dominantes, fazer o que o historiador Peter Burke recomendava, ao estudar as elites do século XVII: qual é a estrutura desses grupos, quais as formas e critérios de seu recrutamento, quais suas funções políticas, qual a abrangência de seu poder, quais grupos dominam, por que meios, quais suas bases econômicas, a origem de sua riqueza, quais eram seus estilos de vida, sua mentalidade, seus valores mais caros, como eram educados, se esses grupos passam por mudanças em sua composição ao longo do período estudado etc.

Na universidade, quando se tratava de História Contemporânea do Brasil, estudavam-se muito os movimentos sociais e as transformações, mas poucos se dedicavam a tentar compreender as permanências, as elites e, nesse caso mais específico, os militares. O que era surpreendente, pois estávamos ainda em pleno regime militar. Como uma instituição militar chegou ao poder no Brasil? Por que esse padrão não era somente brasileiro, mas latino-americano? Quem os apoiava, quem a eles se opunha? Quais são suas divisões, seus conflitos internos? Como pôde existir e ter tanto poder político uma instituição tão dividida internamente e tão cheia de contradições? Ansiava por resposta a essas e outras perguntas. Havia, então, me decidido sobre o que pesquisar depois de graduado: as Forças Armadas, mais especificamente o Exército. Não a instituição militar em si e para si, mas em relação com os diversos segmentos da sociedade brasileira.

Concluído o curso em 1988, iniciei o mestrado em História Social, na própria Unesp de Assis, no ano seguinte. Meu objetivo era entender um processo de ação política, ou seja, as ações concretas, realizadas por elites militares e civis, que fizeram da Escola Superior de Guerra (ESG) uma instituição diferenciada das outras na sociedade brasileira, especialmente no seu período de criação e consolidação. Assim, munido de uma carta de recomendação do então presidente da Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra (ADESG) de São Paulo, coronel Antonio Lepiane, comecei a pesquisar nos arquivos

da instituição, no Rio de Janeiro. Finalmente pude sentir um pouco o que era ser um historiador. Nunca tive problemas com o acesso aos documentos da ESG – aliás, tampouco nos outros arquivos de instituições militares que pesquisei, ao longo de todos esses anos.

O projeto já estava se encaminhando para seu final quando procurei, no Rio de Janeiro, o Prof. Dr. René Armand Dreifuss, da Universidade Federal Fluminense. Seu livro *1964: a conquista do Estado* já era um clássico e leitura obrigatória sobre o golpe e as diversas instituições que contribuíram para esse desfecho. Mostrei-lhe meu projeto de pesquisa e ele me estimulou bastante, pois, segundo suas próprias palavras, faltava ainda uma pesquisa sistemática sobre a ESG, além daquelas já realizadas sobre o Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (Ipes) e o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (Ibad). Animado por esse estímulo, redigi a dissertação, que foi defendida em outubro de 1994, com o Prof. Dreifuss como convidado externo da banca.

Enquanto fazia o mestrado, já dava aulas no ensino superior no Paraná, inicialmente como professor temporário, e depois efetivo, nas universidades estaduais de Maringá e do Oeste do Paraná. Em 1996 iniciei minha trajetória na Universidade Estadual de Londrina (UEL), onde estou até hoje. Nessa época, o projeto de pesquisa para o doutorado em História já estava germinando. Por mais que os estudos sobre a ESG ainda me suscitassem interesse e a própria publicação da dissertação pela editora da UEL (1997) proporcionasse a visibilidade e o estímulo para continuar nessa linha, resolvi pesquisar um tema que surgiu lateralmente na pesquisa do mestrado e que me reconciliou com aquele interesse que tinha despertado antes de iniciar a graduação. Trata-se da participação brasileira na Segunda Guerra Mundial, assunto que é abordado em um dos capítulos da dissertação e do livro sobre a ESG. Mais até que a própria participação em si, eu estava interessado no destino dos ex-combatentes da Força Expedicionária Brasileira (FEB). O que aconteceu com eles, depois que voltaram da guerra? Quais os significados, para esses agentes da memória e de suas famílias e pessoas próximas, da participação na maior guerra da história da humanidade? Quais as dificuldades que encontraram? Com esse projeto iniciei meu doutorado no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de São Paulo.

Não havia estudos sistemáticos sobre os veteranos da FEB. Procurei, então, na bibliografia internacional as bases teóricas e metodológicas para meus estudos. Particularmente, me aproximei das obras dos historiadores Antoine Prost (Université Paris-I) e Jay Winter (Yale University). Prost fez um estudo monumental (3 volumes) sobre os ex-combatentes franceses da Primeira Guerra Mundial. Mostrou que não se pode separar a reintegração desses veteranos à sociedade sem abordar o significado que o sacrifício do combatente tem para essa sociedade que o reintegra. Tal significado implica estudar não apenas as leis e políticas governamentais de benefícios pós-guerra, mas, sobretudo, entender quem é o ex-combatente, que valores ele construiu coletivamente nos tempos de guerra, quais foram seus aliados e adversários e como foram construídas memórias coletivas sobre a luta desses ex-soldados, quais foram seus canais de manifestação e reivindicação. As fontes que pesquisou são de uma variedade impressionante: memórias de veteranos, documentos oficiais, associações de veteranos, registros hospitalares, imprensa, levantamentos estatísticos, iconografia (desde filmes, fotos, pinturas até monumentos), a geografia urbana das localidades de memória, os registros culturais e simbólicos dessa participação.

Já a abordagem de Jay Winter, que também se concentra nos veteranos da Primeira Guerra Mundial, procura o entendimento dos conflitos protagonizados pelos “agentes da memória” para moldar formas de lembrança e comemoração, o que inclui também a satisfação de reivindicações de ordem material, e não apenas simbólica. Por “agente de memória” dos ex-combatentes, Winter entende como o conjunto de pessoas, veteranos de guerra ou não, que participam dos esforços em construir memórias sociais e significados para a luta dos ex-soldados reintegrados às sociedades. Essa já era uma questão importante no início dos anos 2000, e o é mais ainda agora, em 2018, pois temos poucos veteranos da Segunda Guerra Mundial vivos e ativos. Os “agentes da memória” dos veteranos da Segunda Guerra agora são, além dos poucos veteranos sobreviventes, os filhos, os parentes, os simpatizantes, os detratores e, por que não dizer, nós, os historiadores de sua participação! Daqui a uns trinta anos, talvez até menos, vão estudar nossos escritos como componentes dessa construção histórica, historiográfica e memorialística.

Havia, no entanto, um problema. Esses dois autores trabalharam com a temática dos veteranos da Primeira Guerra Mundial. Mas há diferenças significativas entre as duas guerras que não podem ser colocadas de lado. A principal, a meu ver, é a de que o combatente da Primeira Guerra Mundial vivenciou sua guerra à parte da sociedade civil. A matança foi esmagadoramente entre combatentes. O mundo civil sofreu menos, comparativamente falando. De vez em quando os soldados saíam em licença, visitavam família e amigos e ficavam chocados com a manutenção da rotina das cidades. Eram dois mundos separados. Os significados daquela guerra, para o soldado combatente, eram construídos entre seus camaradas do destino, a “fraternidade de trincheiras”, não entre os cidadãos de sua pátria, distantes do *front*. Em outras palavras, havia um abismo separando os ex-combatentes do mundo não combatente, e tal separação proporcionaria ao grupo de veteranos de guerra uma “superioridade moral” perante seus compatriotas. No caso francês e inglês, esse “espírito de 1914” contribuiu para o pacifismo. No caso alemão, para o ressentimento contra alguns grupos da sociedade civil e para a ânsia nacional por revanche.

Já os combatentes da Segunda Guerra não tiveram essa distinção, nem poderiam tê-la: morreram mais civis que soldados, a guerra afetou a todos indistintamente. Nenhum grupo poderia dizer que sofreu muito mais que o outro. Daí minha necessidade de procurar, na historiografia, por obras que tratassem da reintegração social dos veteranos da Segunda Guerra Mundial e, também, da reintegração social de veteranos de uma guerra travada em outro continente – ou seja, uma força expedicionária, que não contém necessariamente essa proximidade tão grande entre os grupos combatentes e não combatentes. Foi aí que concentrei meus estudos na bibliografia americana. O caso americano era seminal, pois seus veteranos da Primeira Guerra Mundial sofreram muitas dificuldades no pós-guerra, algumas semelhantes às dos brasileiros da FEB na Segunda Guerra. Fica mais interessante ainda quando se percebe que os Estados Unidos vivenciaram, no pós-Segunda Guerra, o modelo mais bem-sucedido de reintegração social de veteranos de guerra da história. Além de tudo isso, eram os “irmãos em armas” da FEB.

Nesses estudos sobre a experiência americana, ficou mais evidente algo que estava apenas subentendido naqueles estudos sobre os veteranos europeus da Primeira e da Segunda Guerra Mundial: a contraprestação de cidadania como base da compreensão da política

para os veteranos e das lutas políticas dos veteranos. Trocando em miúdos: estudar as relações dos veteranos de guerra com as suas sociedades nos diz muito sobre as formas pelas quais a cidadania é vivenciada, ao longo do tempo, em suas nações. O veterano é, entre os cidadãos, o único que pagou o tributo máximo: o de arriscar ou mesmo verter sangue pela nação. Ele é retirado da família, de seu círculo social, de seu emprego, da escola, e vai defender as políticas nacionais definidas pelo Estado. Sua vida jamais será a mesma, depois da volta. A compreensão, positiva ou negativa, dessa experiência distingue a forma como a cidadania é vivenciada em cada país. Por exemplo, no caso americano pós-Segunda Guerra, houve um debate muito intenso no Congresso sobre a lei de direitos dos veteranos, o G. I. Bill of Rights. A maior discussão era se os benefícios do governo, ao premiar os esforços e sacrifícios dos ex-combatentes, não estariam criando uma casta de cidadãos privilegiados, o que seria contrário à igualdade de todos. O entendimento foi de que tais benefícios seriam a contraprestação da nação àqueles que lutaram por ela, mas seriam concedidos para torná-los produtivos, não para torná-los dependentes do Estado. Contudo esse entendimento de cidadania não era para todos: os veteranos afro-americanos só puderam, na prática, usufruir os mesmos direitos dos veteranos brancos depois dos conflitos pelos direitos civis nos anos 1960. Antes, eram-lhes negados, mesmo quando tinham direito na fria letra da lei.

Assim, concluindo a longuíssima resposta à pergunta, iniciei os projetos de pesquisa com as problemáticas mais ou menos estabelecidas, mas sem balizas teóricas preconcebidas. Escolhidas as perguntas a serem feitas, definidas as fontes documentais, definidos os métodos de pesquisa de tais fontes, os estudos puderam caminhar a uma boa conclusão. Meu trabalho sobre os veteranos da FEB dialogou com essas bases teóricas e metodológicas. Se as fontes documentais usadas no mestrado foram fundamentalmente institucionais, no caso do doutorado elas foram muito mais variadas. Além da maturidade maior, creio que a natureza do tema exigia um conjunto de fontes mais diversificado. Por isso que digo a todos os meus orientandos: antes de se meterem em contato direto com as fontes, façam um balanço do que já foi escrito e pesquisado sobre esse problema, ou um problema parecido. Esse conjunto de obras é o chamado “estado da arte”. Todos nós nos apoiamos nos ombros dos gigantes que nos precederam, mesmo quando criticamos seus

procedimentos e suas conclusões. Além de nos orientarmos pelos passos já dados, somos lembrados constantemente da necessidade de cultivar a humildade acadêmica: não existe trabalho definitivo. Por melhor que seja nosso trabalho, um dia seremos ultrapassados.

3. No momento em que você publicou seus primeiros trabalhos a respeito da Segunda Guerra Mundial, qual era o “lugar” que a História Militar brasileira ocupava nos estudos históricos produzidos dentro e fora das universidades? Houve dificuldades? Foi possível um diálogo com outras formas de narrar o passado?

Vou contar uma história que me aconteceu uns meses depois da minha primeira viagem de pesquisa à ESG, no final de 1989. Apresentei, pela primeira vez na vida, um trabalho em um congresso de História. Falei dos objetivos do projeto, das bases da pesquisa, e relatei o material que pesquisei. Na hora das questões, a primeira pergunta foi: “Você é deles?”. “Como assim, deles?”, eu perguntei. A estudante explicou: “Como pode você chegar numa instituição militar, vindo da universidade, circular e pesquisar nos arquivos, tirar cópias de documentos e sair de lá numa boa, conversando com o diretor? Só se você for um deles!”. Expliquei pacientemente que não havia nada demais no que fiz. Que a carta de apresentação que me abriu as portas da ESG não foi conseguida fazendo concessões políticas para a instituição militar, ou promessas de ser um “X-9” na universidade, ou coisas do tipo. Que expus minhas intenções de pesquisar as origens da ESG, as razões de criar uma escola que unisse elites militares e civis naquele momento da história do país e as ações de seus membros. E que, inclusive, conversamos sobre o segundo turno das eleições de 1989, Collor *versus* Lula, que seria dali a alguns dias – ele abominando a possibilidade “de um cidadão sem diploma superior, que não poderia entrar na ESG, ser presidente do Brasil”, e eu lembrando-o que pessoas próximas à ESG ou aos seus membros poderiam ter outra compreensão, pois um dos coordenadores de campanha de Lula era Aloísio Mercadante Oliva, filho do então Comandante da ESG, General Oliva. Ao que o coronel respondeu, desconsolado: “Eu não sei o que aconteceu com aquele menino...” (risos). Terminei explicando para a colega que, na conversa

com o diretor de documentação da ESG, o professor civil Hélio de Almeida Brum, ficou tão claro que tínhamos posições políticas distintas, que ele se despediu de mim dizendo: “Lembre-se, rapaz, podemos ter ideias diferentes, mas ambos devemos trabalhar pelo Brasil”.

Conto essa história para mostrar que, naquela época, encontrei alguma resistência dentro das universidades em trabalhar com um tema relacionado às Forças Armadas, por vezes mais do que na própria instituição militar que pesquisei. Obviamente, essa foi uma experiência pessoal, de alguém estudando um tema que não era tão “sensível” à memória institucional militar, em uma instituição que abrigava também civis. Claro que, se estudasse a Guerrilha do Araguaia, o funcionamento do DOI-CODI etc., provavelmente não teria o mesmo tratamento. No entanto estava claro para mim que havia, sim, preconceito na universidade contra quem estudasse o tema militar. Às vezes esse preconceito aparecia na ideia generalizada de que falar das Forças Armadas seria “legitimar” as ações no passado e presente que não poderiam ser aceitas... Para mim, ignorar a instituição não era uma opção inteligente. Imagine se todos os que estudaram as instituições cujos membros cometeram atos condenáveis, como aquelas das ditaduras fascistas, ou da franquista ou da salazarista, tivessem seu trabalho questionado pela acusação de legitimá-las...

Devo lembrar, porém, que dei sorte, pois faço parte da geração seguinte àquela dos cientistas sociais e historiadores brasileiros que estudaram os assuntos militares na fase mais “fechada” do regime militar, quando a relação entre os militares e os pesquisadores civis da universidade era muito mais difícil. A esses intelectuais, como Eliézer Rizzo de Oliveira, Eurico de Lima Figueiredo, Alexandre Barros, Manuel Domingos Neto, João Roberto Martins Filho e aos falecidos Edmundo Campos Coelho e Antonio Carlos Peixoto, nós, da geração seguinte, devemos ser imensamente gratos. Não fossem eles, nosso caminho estaria sendo muito mais difícil.

Mesmo assim, havia uma diferença fundamental, dentro do ambiente da historiografia universitária, entre pesquisar a participação política das Forças Armadas brasileiras e pesquisar um evento militar dessas mesmas Forças Armadas. Pesquisar a ação política dos militares poderia até ser visto, dentro dos círculos universitários, como necessário à luta política (algo do tipo “conheça o inimigo”). Coisa bem diferente era pesquisar as instituições armadas em ações de combate

(ou sua preparação, logística, frente doméstica e consequências para combatentes e não combatentes). Isso era muito mais raro e complicado. Nas universidades, era muito mais fácil pesquisar e publicar caso se dispusesse a criticar a instituição militar, sem se atentar para detalhes significativos do que é um combate, o que estava em jogo, como os grupos beligerantes agiram, quais eram suas margens de erros e acertos e as consequências dos combates e dos resultados para seus protagonistas. Era muito mais fácil praticar as tradicionais e seguras “análises estruturais” que, quando mal aplicadas, já dizem de antemão o que o historiador preguiçoso quer procurar. É o caso de algumas mirabolantes “revisões” históricas da Guerra do Paraguai, com uma falta de embasamento empírico constrangedora, além de exibição de conhecimentos mínimos do que era travar um combate...

A reação das instituições militares a essas publicações foi a de se fechar ou ser resistente aos pesquisadores civis, inclusive aos mais sérios. Tudo isso teve uma consequência muito ruim para a qualidade das iniciativas de pesquisa e de publicação. Obras de qualidade em história militar requerem conhecimentos específicos da organização militar, do seu ambiente peculiar, da arte da guerra, da tecnologia bélica, e mais uma série de conhecimentos pouco acessíveis a um historiador civil iniciante no assunto, pelo menos em pouco tempo. Não é algo incomum. Isso acontece também com outras áreas, como a história das ciências e tecnologia, certos ramos da história econômica, história da arte etc. Mas nenhum desses ramos que requerem conhecimentos muito “especializados” tem instituições tão zelosas e vigilantes de eventuais perigos à sua imagem, como a instituição militar, especialmente a brasileira.

Em suma, estudar questões históricas militares era uma faca de dois gumes, pois nas instituições militares havia uma reserva grande sobre abrir as portas para possíveis detratores das Forças Armadas. Esse foi o caso do impacto que teve o livro de William Waack, *As duas faces da glória*, entre os militares e que repercutiu nos pesquisadores que lhe sucederam. Trata-se de uma situação na qual o historiador militar civil sente desconfiança dos dois lados. O mundo universitário desprezava a história militar, tratando-a como um amontoado de factuaisidades e narrativas pretensamente heroicas. O mundo militar desconfiava dos civis, não apenas pelo que entendiam ser viés político mais à esquerda dos pesquisadores universitários, mas também porque, no entender

deles, as peculiaridades das ações de combate e sua preparação estariam fora do conhecimento dos “paisanos”.

Com o tempo, várias dessas barreiras de incompreensão mútua foram sendo vencidas, não sem muito esforço de ambas as partes. A partir do fim da década de 1990 foi possível ver jovens oficiais e graduados das Forças Armadas fazendo seus mestrados e doutorados em História, em instituições universitárias, com temas de História Militar. Logo pesquisadores civis iniciaram diálogo com eles, trocando ideias e aprendendo mais sobre o mundo militar, do presente e do passado. Os acervos militares são muitos, e não estão organizados de modo ideal. Assim nós, os pesquisadores civis, dependemos muito da ajuda dos nossos pares militares. Com esse diálogo, aumentou a frequência de pesquisadores civis nos arquivos militares. Passo importante foi a criação e consolidação da Associação Nacional de Estudos de Defesa (Abed), a partir de 2005. A Abed tem sido um canal importante para a aproximação de militares e civis.

Esse diálogo, porém, depende mais do que deveria de indivíduos, ou seja, do dinamismo, da vontade e, sobretudo, da situação estratégica de pesquisadores civis e militares nas instituições universitárias e nas Forças Armadas. Uma transferência institucional, uma substituição de oficial que conduzia um excelente diálogo por outro sem as mesmas qualidades pode significar maiores dificuldades na pesquisa. Não há uma política, uma postura institucional clara a esse respeito. Isso torna as iniciativas dos pesquisadores civis vulneráveis aos humores dos comandantes e, o que é pior ainda, às oscilações da política nacional. Um retrocesso nas relações entre membros das Forças Armadas e as instituições universitárias de pesquisa pode jogar no lixo mais de duas décadas de diálogo, que está começando a exibir seus frutos.

É o que está se anunciando agora (dezembro de 2018), nesse novo governo, desde o processo eleitoral. As relações das Forças Armadas (especialmente o Exército) com as universidades podem voltar aos tempos em que as ciências humanas eram objeto de investigação, constrangimento moral e mesmo físico de docentes e pesquisadores. Se retornarmos ao ponto em que estivemos no passado, no qual havia um clima de falta de liberdade de pensamento e de pesquisa, por que alguém pesquisaria temas relacionados a uma instituição tão perigosa para a sua integridade material (demissões) e até mesmo física? Os dados

de meu artigo na revista *Esboços* (FERRAZ, F. C. A. Considerações historiográficas sobre a participação brasileira na Segunda Guerra Mundial: balanço da produção bibliográfica e suas tendências. *Esboços*, v. 22, n. 34, jul. 2016) sobre a produção bibliográfica da participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial, entre 1945 e 2015, são muito claros: os melhores resultados dos estudos ocorreram em tempos de plenitude democrática e liberdade de pensamento e crítica. Durante o regime militar, os estudos sobre os brasileiros na guerra ficaram estagnados. Não é uma questão de opinião: é estatística.

4. Entre a época em que seus primeiros trabalhos foram publicados e o presente, o que mudou nos estudos sobre História Militar no Brasil e nos trabalhos acerca do Brasil no contexto da Segunda Guerra Mundial? Tratando-se de problemas de pesquisa, fontes históricas e metodologias, assim como mobilidade internacional, é possível perceber avanços?

Só posso falar do Brasil na Segunda Guerra Mundial, e me apoiarei na pesquisa que dirigi, sobre a produção bibliográfica, brasileira e internacional, a respeito das diversas formas de participação brasileira na guerra, publicada, como já mencionei na resposta à questão anterior, na revista *Esboços*, da Universidade Federal de Santa Catarina. De outros eventos abordados pela História Militar eu não tenho informações suficientes.

Vamos começar falando de algo notável: nós, pesquisadores e leitores sobre os brasileiros na guerra, sempre reclamamos de que pouca gente se interessa pelo tema e de que há uma escassez bibliográfica sobre o assunto. Com isso em mente, dirigi uma pesquisa, com meus orientandos de iniciação científica na UEL, para realizar esse levantamento. Procuramos por todo o tipo de produção bibliográfica sobre tal participação, até 2015: livros autorais, coletâneas, capítulos de livro em obras coletivas, artigos de periódicos científicos e de divulgação científica, periódicos profissionais militares, trabalhos de conclusão acadêmicos (teses de doutorado e livre-docência, dissertações de mestrado, monografias) e trabalhos completos publicados em anais

de eventos científicos. O resultado foi surpreendente: 1.092 publicações, sendo 395 livros (dos quais 18 coletâneas), 99 capítulos de livros, 107 artigos em periódicos científicos, 345 artigos em periódicos profissionais militares, 35 artigos em periódicos de divulgação histórica, 71 teses e dissertações acadêmicas e 40 trabalhos completos publicados em anais de eventos científicos. Ou seja: há muito mais gente interessada na história dessa participação do que qualquer um de nós poderia imaginar. E esse estudo apontava para uma tendência crescente, com a ampliação cada vez maior dos estudos nas universidades. Neste ano (2018), estive no III Simpósio Nacional de História Militar, sediado na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, no Rio de Janeiro, e a participação brasileira na Segunda Guerra ocupou pelo menos duas sessões inteiras de comunicação individual, praticamente todas de pesquisadores universitários civis. Isso aponta para algumas tendências, que já tínhamos identificado no artigo de 2016.

Uma delas é que há, claramente, uma mudança na natureza dos pesquisadores e das pesquisas. Houve um crescimento muito expressivo de pesquisas e publicações sobre a participação do país na Segunda Guerra Mundial, principalmente nos últimos 20 anos. Esse crescimento não foi apenas quantitativo. A qualidade dos trabalhos teve também um grande avanço. Os problemas de pesquisa foram diversificados, as temáticas se multiplicaram, e menciono três pontos de mudança que considero muito importantes: primeiro, cresceu o número de pesquisadores civis sobre o tema; segundo, a faixa etária dos pesquisadores está mais jovem; terceiro, a origem regional dos pesquisadores interessados no país durante a Segunda Guerra está mais bem distribuída.

Em relação ao aumento do número de pesquisadores civis, seu crescimento mostra que o fato de o tema ser militar não está mais afastando os interessados, o que foi comum durante muito tempo na universidade brasileira. Os pesquisadores estão conquistando seu espaço, e já foi o tempo em que tínhamos de apresentar nossos temas militares em simpósios temáticos de relações internacionais, de participação militar na política ou, pior ainda, a “seção variedades”, na qual cabia tudo que não se encaixava em outros núcleos temáticos. Agora os principais eventos de História no país sempre apresentam oferta de simpósios temáticos e grupos de trabalho relacionados à História Militar e, neles, a participação do país na Segunda Guerra é sempre bem frequentada.

Além das aberturas mútuas que ocorreram, deve-se lembrar de que há uma mudança geracional: as gerações de historiadores que vivenciaram o regime militar enquanto frequentavam as universidades estão sendo substituídas por outras gerações, que puderam desfrutar de um clima muito mais estimulante para o estudo da História Militar e História dos militares do que as gerações que as precederam. As reservas mútuas se dissiparam, embora ainda não completamente. Combinadas a isso, devem ser lembradas a expansão de programas de mestrado e doutorado em História por todo o país e a multiplicação de possibilidades abertas por órgãos públicos de fomento à pesquisa, com bolsas e auxílios à pesquisa, principalmente durante os governos de Lula e Dilma Rousseff. Todos esses fatores levaram ao segundo fenômeno que gostaria de comentar: a diminuição da faixa etária média dos pesquisadores sobre a participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial.

É realmente algo impressionante esse caráter cada vez mais jovem dos interessados nas ações do país na guerra. Isso é verificável não apenas pelo aumento de pesquisas apresentadas em eventos de estudantes de graduação (iniciação científica), como também pelo aumento de mestrandos sobre o tema. Consultas a *homepages* da Web, além de grupos de redes sociais especializadas no tema, mostram que o interesse dos jovens nessa área está em franco crescimento. São trabalhos ainda carentes de amadurecimento e lapidação, especialmente na parte metodológica, mas vejo com muito bons olhos uma geração ávida por conhecer e pesquisar mais sobre o Brasil na guerra. É o ciclo da vida: nós, os mais velhos, já demos muitas cabeçadas também. A vantagem dessa geração é a de que, nos erros e acertos, contarão com a geração anterior, mais experiente, para aconselhá-la e, por que não, ser superada pela geração mais jovem.

O terceiro ponto é o fim da concentração das iniciativas das pesquisas sobre o tema no sudeste do país, especialmente no Rio de Janeiro. Por um lado, a concentração era até compreensível, pois a antiga capital federal reunia e ainda reúne os principais arquivos das três armas, da diplomacia e de Vargas, além de concentrar universidades e institutos de pesquisa que tinham acolhido o tema no passado. Ademais, até uns vinte, trinta anos atrás, a tendência dos temas brasileiros relacionados à Segunda Guerra era ser predominantemente nacional, e não regional. Mas o crescimento do interesse sobre as

diversas dimensões da participação do país na guerra tem estimulado pesquisadores por todo o Brasil para estudos regionais, sobre sua cidade ou o estado durante a guerra, ou sobre a unidade militar que dela participou. Por fim, a internet e o compartilhamento de documentação em nuvens arquivísticas têm proporcionado não apenas a oportunidade que faltava a pesquisadores talentosos, de locais distantes dos principais centros, para embrenhar-se nessa área, como também tornar públicos seus trabalhos e iniciativas.

Há, é claro, efeitos colaterais desse aumento de volume de trabalhos, de pesquisadores não vinculados às Forças Armadas, da atração de cada vez mais jovens para os estudos do tema, e da disseminação das iniciativas de pesquisa e publicação. Um dos efeitos é a tendência dos trabalhos em evitar objetos de pesquisa que demandem um conhecimento mais criterioso da instituição militar, das ações militares, dos combates em si. Há uma preferência por temas culturais, ou diplomáticos, ou do cotidiano, ou das memórias de guerra.

Outro efeito colateral é a falta de orientadores especializados, ou pelo menos afeiçoados ao tema. Trata-se de um problema temporário. O aumento de jovens pesquisadores interessados no tema é maior que o número de orientadores que dominam o assunto, que conhecem a natureza e as peculiaridades das fontes e de sua análise. Como resultado, vários desses estudos tendem a ser superficiais, com poucas chances de contribuição real para a ampliação dos conhecimentos. Mas esse é um momento em que todas as áreas de investigação em crescimento passam: o volume dos pesquisadores aumenta, eles avançam na pesquisa, tornam-se eles mesmos orientadores, e seus futuros orientandos tenderão a ser mais esclarecidos e mais ousados nas abordagens.

Finalmente, é preciso fazer uma observação crítica séria e que cabe não somente à História Militar ou às Histórias do Brasil na Segunda Guerra, mas a praticamente todos os objetos de pesquisa histórica no ambiente universitário brasileiro: nosso isolamento internacional. Realmente são raras as iniciativas de pesquisa que procuram acompanhar o debate internacional. No máximo, acompanhamos modismos historiográficos estimulados pelo mercado editorial, que vão embora com a mesma velocidade com que chegaram. Durante muito tempo a dificuldade de atualização e aquisição da produção historiográfica internacional constituía uma barreira concreta para o acompanhamento do debate no mundo e, tão ou mais importante que isso, o intercâmbio de experiências. Todavia, nos dias atuais, a

circulação mundial gratuita de *papers*, PhD *dissertations* e mesmo a aquisição *on-line* de publicações tornam indefensáveis os argumentos de isolamento. A barreira linguística, contudo, continua sendo o problema mais flagrante, pois nosso sistema universitário, tanto público quanto privado, dificilmente desenvolve com eficiência, na graduação, as capacidades de entendimento e comunicação escrita em línguas estrangeiras, especialmente o inglês, língua universal. Assim, temos mais dificuldades em acompanhar os avanços no exterior e mais ainda em compartilhar nossos progressos na área.

5. Entre os trabalhos de História Militar que você publicou, qual pode ser considerado o mais significativo? Por quê? Em quais aspectos relacionados à produção do conhecimento histórico ele se destacou?

Considero a minha tese de doutorado, sobre a reintegração social dos veteranos da Força Expedicionária Brasileira, meu trabalho mais completo, em termos historiográficos. Foi um trabalho difícil, em que tive de manejar maior volume e variedade de documentação, diferentes metodologias de pesquisa documental, lidar com a ausência de modelos anteriores de trabalho com veteranos brasileiros e refinar seguidas vezes minhas hipóteses de trabalho. Foi, também, a pesquisa mais gratificante que fiz, do ponto de vista emocional. Meus objetos de pesquisa não eram entes abstratos, mas pessoas com histórias particulares, muitas vezes sofridas, algumas vezes divertidas, todas muito importantes – o que me obrigou a me manter alerta sobre essa sedução que o objeto de pesquisa pode despertar no pesquisador.

A publicação da tese pela Editora da UEL serviu para que pudesse fazer um “polimento” de alguns problemas apontados pela banca, além de atualizações com documentação de que, no momento da redação da tese, não tinha conhecimento. O tratamento editorial da Eduel merece um elogio à parte, tanto pela diagramação, capa, imagens e, principalmente, paciência infinita em relação aos meus pedidos. É uma editora universitária que trata com seriedade seus autores.

É constrangedor falar de sua própria obra, por isso tentarei ser o mais objetivo possível. Fique o leitor à vontade para discordar. Em relação à produção do conhecimento histórico, creio que

A guerra que não acabou se enquadra no ramo da História Militar que aborda os combatentes, aqueles que realmente fazem as guerras. Para estudar o que aconteceu com eles depois da volta, precisei entender primeiro quem foram eles, como foram recrutados, qual seu perfil social, quais possibilidades de educação e emprego teriam quando retornassem da guerra. Mas só isso não bastava. Precisei também verificar se os acontecimentos da Campanha da Itália poderiam, de algum modo, influir em sua reinserção na sociedade civil. Como os combatentes tinham de reintegrar-se na sociedade brasileira, também era preciso entender como essa sociedade os recebeu, como se relacionou com suas demandas. Enfim, era preciso entender como os cidadãos comuns lidavam com os cidadãos ex-soldados. Para isso, não era suficiente estudar as leis, as associações de veteranos, as repercussões na imprensa, as posições políticas dos ex-combatentes: era necessário compreender a construção da memória das lutas da FEB como um campo de conflitos, como uma guerra que não acabou. Assim, trata-se de uma história que lida com um evento militar, com grupos de milhares de pessoas que vivenciaram uma guerra, que nela combateram, e com o que a participação na guerra fez com a sociedade brasileira. É uma História Militar? Entendo que sim. Não uma História Militar ao estilo “tambores e trompetes”, mas uma História mais social.

6. Com base na resposta para a pergunta anterior, do repertório de fontes e de métodos disponível para suas pesquisas em História Militar, quais fontes e métodos você prefere consultar e utilizar? Por quê? Em que medida eles contribuem para o desenvolvimento das narrativas de História Militar?

A partir do momento em que o historiador elenca um conjunto de problemáticas para estudar, deve ter a consciência de que não deve recusar, de antemão, nenhuma fonte. Falarei por preferência mais pessoal que “profissional”. Gosto mais das fontes que me permitem dialogar com o lado humano das pessoas estudadas. Fontes orais, por exemplo. Ou fontes arquivísticas que relatem conflitos, tensões, mas também solidariedade, manutenção da dignidade em tempos difíceis. Contudo mesmo fontes que exigem tratamento estatístico podem ser

trabalhadas de maneira a extrair as divergências e acomodações de uma determinada situação histórica. Um exemplo disso é a série de mais de mil fichas de reservistas de praças da FEB, com dados preciosos como origem, profissão, endereço, se é alfabetizado ou não, características físicas como cor da pele, altura etc., e uma foto 3x4. Acompanham as fichas as “alterações em serviço”, que podem ser desde transferências e promoções até transgressões, ferimentos etc. São muitas perguntas para serem feitas com tais dados.

Burocráticos relatórios de combate das unidades podem ser uma rica fonte de perguntas, principalmente se cotejados com depoimentos orais, dos quais eles costumam se diferenciar significativamente. Na verdade, tudo depende do historiador. Até relatórios enfadonhos da Intendência, ou dos hospitais de campanha, podem ajudar o historiador a questionar mitos, como brilhantemente fez Cesar C. Maximiano, quando, com base nessas fontes, questionou os mitos do “pracinha raquíto e desdentado” e o da solução “brasileira” ao problema do pé de trincheira. Maximiano mostrou que, nas dotações de calçados e uniformes da Intendência, os pedidos eram predominantemente por calçados e uniformes para pessoas com compleição física maior que a média brasileira. E, quanto à solução do problema de pé de trincheira, Maximiano mostrou que as baixas por essa causa eram similares às das outras tropas aliadas na Campanha da Itália.

Portanto, mais importante que a natureza das fontes, o uso que se faz delas é que faz uma História Militar ser tradicional, mera repetição do que está escrito nos documentos ou uma História Militar viva, que seja fecunda, que produza novas perguntas, novas problemáticas.

7. Além das fontes e dos métodos, há também os autores que servem de referências para nossas pesquisas. No seu caso, quais autores foram ou são cruciais para os seus trabalhos? Por quê?

Vou falar exclusivamente dos autores relativos à participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial. Devo dizer que tenho a honra de privar com todos eles a amizade. Primeiramente, Frank D. McCann.

Seu livro sobre a aliança Brasil-Estados Unidos foi importante já no meu mestrado, e no doutorado foi imprescindível. Graças à intermediação de minha orientadora do doutorado, Professora Nanci Leonzo, em 1998, fui até New Hampshire apresentar e debater pessoalmente com ele meu projeto de doutorado. Nessa oportunidade, McCann e eu conversamos sobre um paralelo possível, apesar da diferença de escala, entre as experiências americana e brasileira na reintegração social dos ex-combatentes, o que poderia proporcionar uma boa história comparativa. Alguns dias e muitas conversas depois, retornei ao Brasil convencido de que, assim que terminasse a tese de doutorado, deveria começar a fazer esse estudo comparativo. E realmente desenvolvi esse estudo, tempos depois, no pós-doutorado, na University of Tennessee, no Center for the Study of War and Society, sob supervisão do Prof. G. Kurt Piehler. Entretanto mais importante que tudo isso foi o início de uma parceria com Frank McCann em vários trabalhos e uma amizade que prezo muito.

Há algo muito importante que devo sempre lembrar: não é possível falar sobre as iniciativas na historiografia universitária de estudar o Brasil na Segunda Guerra sem falar de Dennison de Oliveira. Foi o pioneiro, aquele que abriu o caminho em uma mata fechada aos pesquisadores de um tema considerado “militar demais”. Ele enfrentou a má vontade, as ironias, o pouco-caso de pareceristas de órgãos de fomento, dos departamentos e programas de pós-graduação universitários em História. Ele não desistiu, e isso foi um alento para nós, que estávamos tentando pesquisar o tema. Além dos seus estudos sobre a FEB e sobre a aliança Brasil-Estados Unidos, é um excelente interlocutor para as questões historiográficas e documentais sobre tal participação. Suas obras mais recentes (*Aliança Brasil-EUA – nova História do Brasil na Segunda Guerra Mundial*; *Extermine o inimigo: blindados brasileiros na Segunda Guerra Mundial*) trazem problemas e abordagens inovadores e abriram caminho para o que pode ser chamado de “História Hipertextual”, que apresenta não apenas a referência, mas o *link* em arquivos *on-line* para o leitor consultar a documentação utilizada, o que é inédito e estimulante.

Cesar Campiani Maximiano é, na minha opinião, o melhor historiador sobre a FEB em combate. Sempre aprendo muito com ele. Não é possível achar que se sabe alguma coisa da FEB sem ler seu

livro *Barbudos, sujos e fatigados*, uma obra que já nasceu clássica. Mesmo afastado do trabalho tradicional acadêmico, está sempre produzindo, sempre pesquisando e compartilhando conosco seus achados. Para mim, é um modelo de pesquisador de História Militar.

Também fora do circuito acadêmico, mas com trabalhos relevantes como cineasta e historiador, temos Durval Lourenço Pereira. Os dois documentários que dirigiu, *O Lapa Azul: os homens do III Batalhão do 11.º R. I. na II Guerra Mundial* e *Navalha: um batalhão brasileiro na Linha Gótica*, são excelentes. Com a mesma excelência Durval escreveu um bem documentado livro, *Operação Brasil: o ataque alemão que mudou o curso da Segunda Guerra Mundial*. Trata-se de um trabalho sério de pesquisa com fontes de arquivos alemães, americanos e brasileiros sobre o ataque submarino aos navios mercantes no litoral brasileiro, ação que culminou com o envolvimento definitivo do Brasil na guerra.

O historiador israelense Uri Rosenheck eu conheci em um congresso em 2008. Sua tese de doutorado na Emory University (EUA), *Fighting for home abroad: remembrance and oblivion of World War II in Brazil*, é imprescindível para o entendimento da dinâmica entre história e memória sobre a participação da FEB na guerra. É um trabalho que deveria ser traduzido para o português e publicado.

Dois autores, infelizmente falecidos, completam esse grupo de “clássicos” sobre o Brasil na guerra.

O livro do jornalista Ricardo Bonalume Neto *A nossa Segunda Guerra* foi o primeiro que li sobre tal participação, e abriu caminho para problemáticas de pesquisa que explorei ao longo dos anos. Além da leitura dos seus textos, tive a felicidade de acompanhá-lo, junto com Cesar Maximiano, a uma viagem a Caçapava, para a sede do antigo 6.º Regimento de Infantaria (um dos três regimentos que compuseram a FEB), onde haveria uma comemoração sobre as ações dos expedicionários em Collecchio-Fornovo. Nossas conversas durante a viagem valeram semanas de leitura.

Tive a honra de entrevistar, para a minha tese, o coronel febiano Francisco Ruas Santos. Ele foi o autor do primeiro e, até agora, melhor guia para os estudos sobre a FEB: *Fontes para a História da FEB*. Esse livro foi publicado em 1958 e, mesmo hoje, 60 anos depois, ainda é uma obra extremamente útil para os estudos sobre a FEB. Quanto à falta de um guia bibliográfico atualizado da FEB, devo informar que está próximo

da finalização um guia bibliográfico sobre o Brasil na Segunda Guerra Mundial, com a lista atualizada da bibliografia geral (que desde a publicação do artigo na *Esboços*, em 2016, já ganhou centenas de novos títulos, por conta da ampliação dos filtros de busca) e resenhas temáticas de quase uma centena de obras que consideramos “clássicas” sobre as diversas dimensões da participação brasileira no conflito, o que inclui, além da Campanha da Itália e dos conflitos no Atlântico Sul, também a Batalha da Borracha, cotidiano, cultura e estudos sobre a memória dos eventos.

Falaria de outros trabalhos, mas isso ficaria imenso e, tenho certeza, cometeria uma grande injustiça com muitas obras e autores que contribuem, em suas especialidades, para um melhor conhecimento sobre a participação do país na guerra.

8. Há muitos anos, durante a abertura de uma palestra na Semana de História da Univille, o Prof. Dr. Dennison de Oliveira afirmou que “um bom trabalho de História começa com uma pergunta e termina com duas”. Quais perguntas podem ser formuladas com base nos trabalhos que você já produziu e publicou?

9. Atualmente, quais são seus projetos em torno do tema Segunda Guerra Mundial? Embora encerrada há quase 80 anos e a despeito de tudo o que já foi publicado sobre o assunto, ainda são possíveis novos problemas de pesquisa?

Creio que a resposta a essas questões está interligada, portanto as responderei conjuntamente. Sobre um trabalho de história começar com uma pergunta e terminar com duas: concordo plenamente. Duas, três perguntas, às vezes até bem mais... Já mencionei os estudos do mestrado e doutorado. Depois de cada uma dessas pesquisas, alguns problemas surgiram, mas não foram aprofundados, seja porque ultrapassavam limites temporais, espaciais e temáticos da pesquisa, seja porque despertavam questões que demandariam novos projetos, fontes e métodos, seja porque havia a necessidade de amadurecimento do pesquisador. Esse amadurecimento não se mede pela idade cronológica do historiador, mas pelo volume e variedade de leituras, pela experiência

adquirida no trato com fontes diversas, pelo diálogo, por vezes polêmico e tenso, com os colegas de ofício e, sobretudo, pela abertura atenta, responsável e coerente às relações entre o passado e o presente, entre diferentes realidades históricas. Por essas razões não me senti tão capaz de estender minha pesquisa de mestrado para além dos primeiros anos da ESG. Não podia dar um passo maior que minhas pernas, naquele momento. Hoje, mais experiente, creio ser possível retomar. É preciso estudar a rede ESG/ADESG, que chegou a ter mais de 70 sedes em todo o país, e tinha uma capilaridade nacional que a escola da Urca jamais poderia ter. Ainda quero voltar a estudar essa formação de grupos de pensamento e ação política, gravitados em torno dos valores da ESG, e principalmente qual o papel do pessoal militar com participação direta na Segunda Guerra Mundial nessas movimentações, que culminaram com o golpe de 1964. O jornalista Joel Silveira escreveu que, em 1964, a FEB tomava o poder. Não concordo com essa afirmação, o que já discuti em *A guerra que não acabou*. Mas preciso retomar, com bases empíricas mais consistentes. Ou talvez, dependendo do que encontrar, mudar minhas conclusões...

São problemas que, mesmo com o passar dos anos, continuam demandando respostas. Nesse caso específico, estou iniciando este ano um projeto aprovado pelo CNPq sobre as consequências políticas da participação brasileira na Segunda Guerra Mundial, que compreende o período entre 1945 e 1964. É um projeto que está vinculado a outro projeto, já em franco desenvolvimento, de disponibilização *on-line* da documentação do Departamento de Estado dos EUA, sobre os assuntos internos no Brasil (Records of the Department of State Relating to Internal Affairs of Brazil, National Archives Records Administration, <http://www.comcap.uem.br/cdo/>), dirigido pelos professores James N. Green (Brown University) e Sidnei J. Munhoz (Universidade Estadual de Maringá). Assim, o que começou com uma problemática individual deste pesquisador já iniciou um diálogo com outros projetos e problemas.

Por sua vez, o trabalho do doutorado gerou, como já comentei, outras problemáticas. Algumas eu desenvolvi ainda no período da tese, mas não incluí nela, como o estudo de como a Segunda Guerra Mundial aparece nos livros didáticos brasileiros, publicado na *Luso-Brazilian Review*. Outro foi o estudo do estado da arte dos estudos da reintegração dos veteranos de guerras mundiais dos Estados Unidos, França e Inglaterra, publicado na *Revista Brasileira de História*.

Alguns problemas, contudo, chamaram a atenção na época, mas requeriam um volume de leituras e contato com fontes que só poderiam ser conseguidos em um projeto de pesquisa apoiado institucional e financeiramente. Esse foi o caso de meu projeto de pós-doutorado na University of Tennessee, financiado pela Capes, onde pesquisei alguns dos problemas da preparação e retorno dos combatentes americanos da Segunda Guerra Mundial. A história da incorporação de mais de 15 milhões de ex-combatentes americanos ainda é, nos Estados Unidos, marcada pelo viés laudatório. Há motivos para isso. Não se pode negar que foi, na esmagadora maioria dos casos, muito bem-sucedida. Os estímulos financeiros para a educação superior e técnica dos veteranos, as facilidades para empréstimos pessoais, o sistema de pensões para incapacitados e, sobretudo, as ações do órgão federal voltado para essa população, a Veterans' Administration, para o acompanhamento e melhoria da vida dos ex-combatentes da Segunda Guerra Mundial, foram modelos de uma política de valorização da cidadania para aqueles jovens cidadãos que pagaram o “tributo de sangue” para sua nação. Foi a base para os “Anos Dourados” nos Estados Unidos.

Todavia pesquisas recentes mostraram que havia lacunas nessa historiografia laudatória. Nem todos os veteranos receberam os mesmos benefícios – afro-americanos, descendentes de indígenas, mulheres engajadas nas unidades femininas das Forças Armadas vivenciaram restrições aos seus direitos. Os benefícios também foram objeto de considerável corrupção, pois, embora os recursos tivessem origem federal, os repasses eram enviados aos estados – a quem cabia a distribuição dos recursos e sua fiscalização – e uma parte desse dinheiro era perdida em esquemas locais de desvios. Receber benefícios em dia também não significava, necessariamente, um retorno bem-sucedido. Aqueles com distúrbios psicológicos tiveram muita dificuldade para conseguir a reintegração à sociedade, pois a sociedade não estava preparada para tais situações e tratava os ex-combatentes, indistintamente, como “neuróticos de guerra”. Esses eram os “perdedores”, numa nação de “vencedores”.

Por outro lado, as mulheres americanas, indiretamente, também vivenciaram o impacto do fim da guerra e da volta dos combatentes para os lares. E não apenas como grupo que recebia os jovens combatentes quando retornassem, depois de até quatro anos fora de casa e com

uma experiência marcante, se não traumática, da guerra. Como uma parcela significativa de mulheres substituiu, nos postos de trabalho, os jovens mobilizados nas frentes de combate, foi preciso “liberar” vagas no mercado de trabalho para os rapazes, quando voltassem. Todo o processo de “preparação” das mulheres para o retorno às suas atividades de antes da guerra (em outras palavras, na maior parte das vezes, como donas de casa) produziu tensões em um grupo que havia se emancipado, econômica, social e culturalmente, durante a mobilização para a guerra.

Essas tensões tinham sido previstas pelas equipes de ciências humanas americanas, também mobilizadas durante a guerra, para estudar – e oferecer soluções – para temas variados, como os impactos do racionamento de produtos e da mobilização econômica, além do recrutamento em massa na sociedade, o impacto da guerra nas relações raciais, de gênero e de trabalho na estrutura econômica, no sistema de arrecadação de recursos para a guerra e na cultura do país. Até mesmo casos mais pontuais, como o aumento da delinquência juvenil durante a guerra, foram abordados. A reconversão da estrutura econômica hipertrofiada durante a guerra para tempos de paz e com muito menos encomendas militares foi estudada exaustivamente, para evitar surtos inflacionários, desemprego em massa e conflitos sociais.

No *front*, as ciências humanas preocuparam-se com a motivação e moral de combate, com as relações disciplinares, com a segregação racial e com a melhor forma de desmobilizar os milhões de soldados. Para a solução dessa última questão, foi sugerido e criado o sistema de pontos, que orientou tal processo até a liberação dos últimos combatentes. Esse papel desempenhado pelas ciências humanas americanas na guerra é ainda pouco estudado.

Por fim, havia um debate sobre o papel das associações de ex-combatentes nos Estados Unidos. As maiores, a American Legion e a Veterans of Foreign Wars, sempre se caracterizaram pelo caráter politicamente conservador e pelas práticas mais conciliatórias que contestadoras, em relação às autoridades governamentais. Havia, contudo, outras associações de veteranos da Segunda Guerra que demandavam mais reivindicações de participação política e que entendiam que, como seus membros combateram o nazi-fascismo em tempos de guerra, na paz teriam direito de se pronunciar sobre

as políticas nacionais. Era o caso da American Veterans Committee, cujo lema era “Em primeiro lugar, somos cidadãos. Depois, veteranos de guerra”. Seus membros posicionaram-se claramente contra a segregação racial nos Estados Unidos, pelos direitos de igualdade entre homens e mulheres, contra políticas externas americanas de intervenção em outros países. Suas lideranças, acusadas e perseguidas por “comunismo”, aos poucos desapareceram.

São muitas as lacunas que somente agora a historiografia mais recente está abordando, e eu quis participar desse esforço. Já temos trabalhos sobre o caso da preparação das mulheres para o pós-guerra, de um mestrado orientado por mim (Pauline Bitzer Rodrigues), temos alguns artigos e capítulos publicados, e mais está por vir. Trouxe de volta para o Brasil um volume de documentação digitalizada (mais de 14 mil páginas de documentos) que está dando, para mim e para meus orientandos, trabalho para uns dez anos ou mais.

Voltando às questões suscitadas pelo estudo da FEB, as problemáticas com as quais tenho me envolvido ultimamente são vinculadas ao processo de recrutamento da FEB e às relações raciais entre os expedicionários. Esses dois estudos são feitos individualmente e em comparação com os aliados americanos, que oferecem um contraponto interessante, tanto em relação às práticas de incorporação/dispensa de jovens recrutados quanto às relações de integração/segregação racial na seleção dos recrutados e no *front*.

Enfim, problemas históricos para investigar não faltam e sempre geram outros mais. Para um historiador, não poderia ser melhor..

10. Professor, muito obrigado pela entrevista. Gostaria de deixar o espaço livre para suas considerações finais.

Eu queria agradecer o convite, Wilson, e dizer que foi um imenso prazer conversar com você sobre essas questões. É curioso, mas passamos tanto tempo estudando, dando aulas, orientando, escrevendo, fuçando em arquivos, e não paramos de vez em quando para pensar o

que estamos fazendo... Essa entrevista me proporcionou esse exercício de reflexão sobre o nosso trabalho. Como já foi dito antes aqui, o que começou com uma meia dúzia de perguntas já está terminando com mais uma infinidade delas para resolução futura. Muito obrigado por essa oportunidade!



***Campus* Universitário Joinville**

Rua Paulo Malschitzki, 10 – Zona Industrial Norte
CEP 89219-710 – Joinville – SC
Tel.: (47) 3461-9000
univille@univille.br

Unidade Centro – Joinville

Rua Ministro Calógeras, 437 – Centro
CEP 89202-207 – Joinville – SC
Tel.: (47) 3431-0600
unidadecentro@univille.br

***Campus* São Bento do Sul**

Rua Norberto Eduardo Weihermann, 230
Bairro Colonial
CEP 89288-385 – São Bento do Sul – SC
Tel.: (47) 3631-9120
univillesbs@univille.br

Unidade São Francisco do Sul

Rodovia Duque de Caxias, 6.365 – km 8
Bairro Iperoba
CEP 89240-000 – São Francisco do Sul – SC
Tel.: (47) 3741-3800
univille.sfs@univille.br